

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Termo de Referência 74/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
74/2025	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	CESAR AUGUSTO DI DOMENICO	22/08/2025 07:19 (v 4.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	84/2025	23205.016512/2025-53

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de serviços de vigilância, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com postos de vigilância orgânica armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância com monitoramento, a serem executados no Campus Cerro Largo, Campus Erechim e Campus Passo Fundo no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Cód. Sipac	DESCRIÇÃO	Quantidade de postos / serviços	Valor unitário primeiros 12 meses	Valor unitário do 13º ao 30º mês	Valor mensal da contratação primeiros 12 meses	Valor mensal da contratação do 13º ao 30º mês	Valor da contratação para 30 meses
1	1	3977002100003	CAMPUS CERRO LARGO – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO	1	38.515,40	33.487,62	38.515,40	33.487,62	1.064.962,06
	2	3703001000023	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	16.898,94	16.898,94	16.898,94	16.898,94	506.968,20
	3	3703001000021	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	16.405,62	16.405,62	32.811,24	32.811,24	984.337,20
	4	3703001000022	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	14.228,06	14.228,06	14.228,06	14.228,06	426.841,80
	5	3703001000020	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	13.734,72	13.734,72	27.469,44	27.469,44	824.083,20
	Total Campus Cerro Largo/RS			-	-	-	129.923,08	124.895,30	3.807.192,46
	6	3977002100004	CAMPUS ERECHIM – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO	1	32.508,08	28.428,20	32.508,08	28.428,20	901.804,52
	7	3703001000028	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	17.101,72	17.101,72	17.101,72	17.101,72	513.051,60
	8	3703001000026	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	16.613,14	16.613,14	33.226,28	33.226,28	996.788,40
	9	3703001000027	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	14.606,94	14.606,94	14.606,94	14.606,94	438.208,20
	10	3703001000025	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	1	14.118,38	14.118,38	14.118,38	14.118,38	423.551,40
	Total Campus Erechim/RS			-	-	-	111.561,40	107.481,52	3.273.404,12
	11	3977002100005	CAMPUS PASSO FUNDO – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO	1	20.900,99	18.672,11	20.900,99	18.672,11	586.909,72
	12	3703001000036	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	16.649,42	16.649,42	16.649,42	16.649,42	499.482,60

13	3703001000032	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	1	16.484,06	16.484,06	16.484,06	16.484,06	494.521,80
14	3703001000033	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	14.029,90	14.029,90	14.029,90	14.029,90	420.897,00
15	3703001000031	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	13.864,50	13.864,50	27.729,00	27.729,00	831.870,00
Total Campus Passo Fundo/RS			-	-	-	95.793,37	93.564,49	2.833.681,12
TOTAL						337.277,85	325.941,31	9.914.277,70

- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses, a partir do dia 01/11/2025**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista sua essencialidade para a manutenção contínua das atividades da UFFS, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025

Data de publicação no PNCP: 16/01/2025

Identificador da Futura Contratação: PROJETO DE COMPRAS Nº 84/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. De acordo com as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024, recomendamos que a Contratada, observe, no que couber, boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021:
- a) Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços equipamentos e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- b) Uso de equipamentos de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- c) Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- d) Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
- e) Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Aplicação de insumos de maior vida útil;

g) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

h) Descarte adequado aos resíduos de serviços em locais de coleta seletiva.

4.1.1. As medidas supracitadas não exauzem as possibilidades de adoção de boas práticas de sustentabilidade que podem ser adotadas pela contratada.

4.2. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **20% (vinte por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.4.1. Prestação de serviço dos postos de Vigilância armada; e

4.4.2. Prestação de serviço dos postos de Vigilância desarmada.

4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.5.1. Prestação do serviço inicial de instalação dos equipamentos e da infraestrutura necessária para atender os requisitos da vigilância eletrônica; e

4.5.2. Prestação do serviço de manutenção dos equipamentos e da infraestrutura necessária para atender os requisitos da vigilância eletrônica.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7.1. A Contratada deverá repassar à Contratante as informações da empresa subcontratada, sendo no mínimo a razão social, CNPJ, responsável legal, e-mail e telefone, também o nome dos profissionais que realizarão os trabalhos nas dependências da UFFS.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.10. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

Garantia da contratação

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

- 4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentadas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.16.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.17.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.17.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.17.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.18. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.19. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.20. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.22. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.22.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.22.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.23. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.23.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.23.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.24.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.24.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.24.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.25. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.26. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.27. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.28. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00**.

4.29. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.30. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.30.1. O agendamento da vistoria no Campus Cerro Largo deve ser solicitado via e-mail para coord.adm.cl@uffs.edu.br;

4.30.2. O agendamento da vistoria no Campus Erechim deve ser solicitado via e-mail para coord.adm.er@uffs.edu.br;

4.30.3. O agendamento da vistoria no Campus Passo Fundo deve ser solicitado via e-mail para coord.adm.pf@uffs.edu.br.

4.31. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.32. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto deverá iniciar às 00h00 do dia 01/11/2025.

Postos de Trabalho

5.2. Os empregados da empresa Contratada, alocados para a prestação dos serviços, deverão ser devidamente habilitados e rigorosamente preparados, devendo portar Carteira Nacional de Vigilante, expedida nos termos da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dos Decretos nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 e nº 1.592, de 10 de agosto de 1995 e suas alterações, e das Portarias nº 3.233/2012-DG/DPF e nº 891 – DPF de 12 de agosto de 1999 e suas alterações. A Contratada ficará, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante a Contratante e terceiros, pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções.

5.2.1. A Contratante reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo e de forma justificada, a substituição de qualquer empregado da Contratada cuja conduta, desempenho ou postura seja julgada inadequada para o ambiente da instituição, especialmente em casos de comportamento desrespeitoso, negligência, ou qualquer ato que atente contra as normas da UFFS ou o bom relacionamento com a comunidade acadêmica (estudantes, servidores e visitantes).

5.2.1.1. A solicitação de substituição será formalizada por escrito (via e-mail ou ofício), contendo a justificativa para o pedido.

5.2.1.2. A Contratada deverá efetivar a substituição do empregado no prazo a ser estipulado pela fiscalização na notificação formal, o qual será definido com base na gravidade e na urgência da situação. A Contratada deverá alocar um novo profissional com a mesma qualificação e sem qualquer prejuízo à continuidade dos serviços.

5.2.1.3. O descumprimento do prazo estipulado neste item ensejará a aplicação das sanções previstas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e, em caso de reincidência, poderá ser caracterizado como inexecução parcial do contrato.

5.3. Na seleção do pessoal deverão ser observadas qualidades, tais como: polidez, discrição, sensibilidade para relacionar-se com servidores e público em geral.

5.4. Para os postos que atuarão na ronda, a Contratada deverá fornecer, um sistema eletrônico para controle e comprovação da sua execução, sem ônus adicional para a Contratante.

5.4.1. O sistema deverá operar por meio de um aplicativo instalado em smartphone (a ser fornecido pela Contratada, conforme planilha de equipamentos) e deve permitir o registro da passagem do vigilante em pontos de controle pré-definidos pela fiscalização da UFFS.

5.4.2. O registro nos pontos de controle deverá ser feito por tecnologia de aproximação, como QR Code ou NFC, a serem instalados pela Contratada nos locais indicados pela UFFS. Cada registro deverá conter, no mínimo, a identificação do ponto, a data, a hora e a identificação do vigilante.

5.4.3. O sistema deverá disponibilizar à fiscalização do contrato um painel de controle (dashboard) com acesso via web, permitindo a consulta em tempo real e a extração de relatórios detalhados das rondas realizadas, incluindo eventuais desvios de rota ou pontos não verificados. A não realização das rondas conforme o percurso e a frequência estabelecidos ensejará a aplicação prevista no IMR.

5.5. Os postos que atuarão na ronda motorizada deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH no mínimo de categoria A.

5.5.1. Além destas características, também deve ser observado, na seleção do pessoal, o perfil proativo no reconhecimento, prevenção e atuação em situações de conflito que venham a ocorrer nas áreas de atendimento ao público nos Campi da UFFS.

5.6. Os postos de vigilância com ronda motorizada (diurno e noturno) deverão conter 01 (uma) motocicleta com no mínimo 150cc, 0 (zero) km, compatível com estrada de chão, com combustível e veículo por responsabilidade da contratada. A motocicleta deverá ser utilizada de forma compartilhada entre o posto diurno e noturno, sendo que os custos com depreciação e combustíveis foram divididos entre os postos.

5.7. Os valores referentes a combustível constantes no Anexo VIII são meramente estimativos, de acordo com informações recebidas do Campus da UFFS sobre o percurso das rondas a serem realizadas e a frequência destas, podendo, portanto, haver variações. O valor a ser pago mensalmente será correspondente ao quantitativo efetivamente utilizado, conforme relatório mensal da quilometragem e comprovantes de abastecimento que deverá ser apresentado ao fiscal do contrato.

5.8. Todos os custos com manutenção e licenciamento da motocicleta serão de inteira responsabilidade da contratada. Ressalta-se que será aplicado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR nos casos em que a motocicleta estiver em manutenção e não ocorrer a substituição da mesma.

5.9. Em todas as Unidades em que houver vigilância armada deverão ser disponibilizados, pela Contratada, cofres para a guarda do armamento no período em que não estiver sendo portado pelo vigilante.

5.10. O uso e a guarda de todos os equipamentos utilizados pelos postos de vigilância são de responsabilidade da Contratada.

Do Controle de Frequência dos Empregados

5.11. A Contratada deverá disponibilizar e instalar, em cada campus onde houver prestação de serviço e em local a ser definido em comum acordo com a fiscalização, equipamento de registro eletrônico de ponto para o controle de frequência de seus empregados, em conformidade com a Portaria nº 671 /2021 do Ministério do Trabalho e Previdência ou outra que venha a substituí-la na quantidade especificada na planilha de formação de preços.

5.11.1. O sistema de registro de ponto deverá garantir a integridade e a inviolabilidade dos dados, emitindo comprovante de marcação para o trabalhador a cada registro efetuado.

5.11.2. A Contratada deverá fornecer à fiscalização do contrato, sempre que solicitado, acesso aos relatórios e extratos do sistema de ponto, bem como ao Arquivo Fonte de Dados (AFD) gerado pelo equipamento, para fins de auditoria e conferência da jornada de trabalho dos empregados alocados na execução contratual.

5.11.3. A ausência, o mau funcionamento ou a indisponibilidade do equipamento de registro de ponto por responsabilidade da Contratada será considerada falha na execução do contrato, passível de notificação e aplicação das sanções cabíveis.

Local e horário da prestação dos serviços

5.12. Os serviços serão prestados ininterruptamente, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas, de segunda-feira a domingo nos seguintes endereços:

5.12.1. **Campus Cerro Largo - Campus Definitivo:** Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Centro, Cerro Largo/RS, CEP 97900-000.

5.12.2. **Campus Cerro Largo - Unidade Seminário:** Rua Major Antônio Cardoso, 590, Centro, Cerro Largo/RS, CEP 97900-000.

5.12.3. **Campus Erechim:** ERS 135, km 72, 200, Erechim/RS, CEP 99700-970.

5.12.4. **Campus Passo Fundo:** Rua Capitão Araújo, 20, Centro, Passo Fundo/RS, CEP 99010-200.

Materiais a serem disponibilizados

5.13. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Anexo VIII, promovendo sua substituição quando necessário;

5.14. Quanto ao sistema de monitoramento da vigilância eletrônica, a empresa deverá:

5.14.1. Instalar o sistema de monitoramento da vigilância eletrônica no servidor da sala de gravação e/ou em demais computadores que a instituição determinar.

5.15. Quanto às armas de fogo, a empresa deverá:

5.15.1. Apresentar à UFFS a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registro de Arma” e “Porte de Arma”, que serão utilizados pela mão de obra nos postos;

5.15.2. Utilizar o armamento em estrita obediência às leis e regulamentos vigentes, única e exclusivamente, em legítima defesa ou estado de necessidade próprio ou de terceiro, para preservar a integridade dos bens do Contratante e de pessoas que estejam em suas dependências, buscando cessar ou conter a injusta agressão, após esgotados todos os outros meios para a solução do eventual problema;

5.15.3. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos postos;

5.15.4. Realizar a manutenção das armas a cada 3 (três) meses, entregando à fiscalização cópia do respectivo relatório das manutenções realizadas;

5.15.5. Oferecer munição de procedência do fabricante, dentro do prazo de validade, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas;

5.15.6. Apresentar declaração da marca e validade das munições.

Uniformes

5.16. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;

5.17. O uniforme deverá compreender as peças do vestuário conforme quantitativos da planilha de formação de preços (Anexo VIII) e especificações mínimas constante no Anexo IX;

5.18. A empresa contratada deverá fornecer 01 (um) conjunto completo de uniforme ao empregado no início da execução do contrato, devendo as peças serem substituídas sempre que necessário, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

5.19. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.20. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;

5.21. Conforme detalhado na planilha de custos e formação de preços dos postos de vigilância no Anexo VIII, item "Memória de Cálculo Uniforme e EPIs", a UFFS realizará o pagamento dos uniformes conforme vida útil indicado sendo necessário nova entrega de uniformes ao final da vida útil de cada item.

Da vigilância eletrônica

5.22. A contratada deverá prestar serviço de operação 24/7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);

5.23. A prestação de serviço de monitoramento e gerenciamento de imagens de circuito fechado de televisão será executada nas dependências da UFFS;

5.24. A contratada deverá prestar os serviços de monitoramento e gerenciamento dos sistemas eletrônicos durante o período contratado;

5.25. A contratada deverá instalar televisor na área indicada pela contratante, para visualização das imagens ao vivo pelos vigilantes;

5.26. Quando da visualização das imagens ao vivo, os vigilantes deverão:

5.26.1. Registrar e controlar as ocorrências de todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio;

5.26.2. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas áreas monitoradas, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Universidade, bem como aquelas que entender como oportunas;

5.26.3. Quando da troca de turno, repassar todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada ou ocorrências em andamento nas instalações;

5.26.4. Cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pela Universidade, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados e das pessoas em geral que se façam presentes;

5.26.5. Esporadicamente observar as imagens ao vivo transmitidas no televisor, detectando possíveis modificações na área protegida;

5.26.6. Atender às solicitações da UFFS de forma cordial, verificando a necessidade e apresentando soluções cabíveis para cada situação ou solicitação;

- 5.26.7. Efetuar todos os procedimentos cabíveis quando detectar ocorrência identificando o local de origem, tomando as providências necessárias;
- 5.26.8. Comunicar imediatamente a fiscalização ou a quem por ele designado, diretamente ou por intermédio do supervisor encarregado, qualquer anormalidade verificada por meio do CFTV, inclusive de ordem funcional, adotando as providências de regularização necessárias;
- 5.26.8.1. Esta comunicação deverá ser realizada da forma mais rápida possível e valendo-se do meio apropriado e disponível em cada situação específica, podendo ser utilizados dispositivos de segurança e/ou sistema de comunicação;
- 5.26.9. Comunicar a Contratada ao observar falhas no sistema.
- 5.27. A execução dos serviços de vigilância eletrônica será iniciada, na forma que segue:
- 5.27.1. Quando da assinatura do contrato, será emitida Ordem de Serviço (Anexo VI) para que a contratada inicie a execução do objeto;
- 5.27.2. A contratada deverá imediatamente disponibilizar todo o quantitativo de postos de vigilância contratado;
- 5.27.3. A contratada deverá concluir a entrega de todo o sistema de monitoramento eletrônico (instalação e configuração) no prazo máximo de 100 (cem) dias corridos.

Da Instalação

- 5.28. Instalação de sistema de monitoramento por vídeo (IP) interligado e gerenciado em uma sala de gravação incluindo todos os softwares e hardwares necessários, visando o controle em todas as áreas do Campus da UFFS, sendo que:
- 5.28.1. Os quantitativos de equipamentos (câmeras, cancelas, etc.) devem ser instalados conforme descrito nos Anexo X, Anexo XII e Anexo XIV;
- 5.28.2. As especificações mínimas da descrição das câmeras encontram-se no Anexo IX.
- 5.29. A instalação e configuração dos equipamentos devem prever todos os cenários possíveis. Para isto é fundamental a visita/vistoria técnica, eximindo a UFFS de custos adicionais posteriores e a alegação de desconhecimento do local. Todos os materiais de infraestrutura, necessários ao fornecimento dos pontos de rede cabeamento estruturado metálico e óptico, assim como pontos de energia elétrica, essenciais à instalação das câmeras de segurança, tais como eletrocalhas, eletrodutos, dutos, canaletas e demais acessórios devem estar inclusos na proposta. O sistema deverá ser entregue de forma funcional, ativo e de acordo com as normas técnicas, com todos os itens necessários a seu pleno funcionamento;
- 5.30. Anteriormente à instalação das redes de comunicação e equipamentos, a Contratada deverá apresentar à UFFS um projeto básico da solução de videomonitoramento, descrevendo a topologia da infraestrutura, os locais de passagem de fibras, pontos de monitoramento para análise e aprovação da equipe de contratação.
- 5.31. Neste documento também deverá ser apresentada qual a construção de infraestrutura física necessária para implantação dos pontos de rede metálicos e ópticos necessários à interligação dos pontos de monitoramento (câmeras) a cada rack destinado, podendo para isso utilizar cabos de fibra óptica, par metálico trançado ou por comunicação via rádio com as condições mínimas descritas no Termo de Referência, além de materiais de infraestrutura física como caixas de passagem, mangueiras corrugadas, eletrocalhas, eletrodutos, sistema de aterramento, antenas e acessórios indispensáveis à instalação dos pontos de câmeras. Se houver necessidade de passagem de cabos ópticos, estes deverão seguir o posteamento já existente ou outra solução, desde que homologada pela UFFS.
- 5.32. A partir da data de assinatura do contrato, a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para elaborar e apresentar à UFFS o projeto de infraestrutura e equipamentos que serão empregados neste serviço. Todos os itens que compõem a solução deverão ser detalhados neste projeto, assim como, a forma de execução do mesmo. Ao receber este projeto, a UFFS terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para aprová-lo para que a empresa possa iniciar os procedimentos de execução. A contratada deverá concluir a entrega de todo o sistema de monitoramento eletrônico (instalação e configuração) no prazo máximo de 100 (cem) dias corridos.
- 5.33. A Contratada deverá seguir os seguintes prazos na instalação do sistema de monitoramento por vídeo (IP):

Ação	Prazo
Elaboração do Projeto de Infraestrutura (incluindo todos os equipamentos e detalhamento das soluções previstos neste Termo de Referência)	Até 30 (trinta) dias corridos após assinatura do Contrato
Apresentação do projeto à UFFS	Até 30 (trinta) dias corridos após assinatura do Contrato
Homologação do projeto pela UFFS	Até 10 (dez) dias corridos após recebimento do projeto
Início da execução do projeto	A partir da data de homologação pela UFFS
Prazo final de execução e instalação total do projeto homologado	Até 60 (sessenta) dias corridos após homologação do projeto pela UFFS.

- 5.34. A contratada deverá manter ao longo do contrato, equipe técnica especializada para contemplar a manutenção e suporte da solução implantada, contendo equipe especializada para manutenção nos equipamentos de CFTV;

5.35. A prestação continuada dos serviços abrange todas as atividades necessárias para garantir a plena eficácia e adequação do sistema de segurança ao longo da vigência contratual, incluindo:

5.35.1. Manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e da infraestrutura;

5.35.2. Desativação e desinstalação de equipamentos, quando solicitado pela fiscalização;

5.35.3. Remanejamento e reposicionamento dos equipamentos (câmeras, sensores, etc.), de modo a manter a cobertura de segurança plenamente eficaz, sempre que houver alterações no layout dos ambientes ou novas necessidades identificadas pela UFFS, sem custo adicional para a Contratante.

5.36. O sistema deve respeitar premissas que visam estabelecer critérios mínimos de qualidade e funcionalidade, garantindo que as imagens geradas e gravadas possibilitem o reconhecimento facial, identificação de placas dos veículos que acessam o complexo e áreas internas dos prédios da UFFS mantendo as imagens gravadas nos servidores pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias. O sistema deve ainda prever critérios satisfatórios de tráfego de dados na rede de computadores, utilizando para isso protocolos e codificadores que priorizem o tráfego de informações (quadros mais importantes ou variação de pixels), efetivando maior desempenho no armazenamento de imagens.

5.37. As imagens deverão ser gravadas localmente e mantidas em sigilo pela contratada nos locais definidos pela UFFS;

5.38. Nos locais onde serão mantidos os equipamentos de gravação somente terão acesso os servidores da UFFS responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, ou outros indicados pela gestão do contrato;

5.39. Quando identificado pela fiscalização alguma imagem suspeita, a contratada deverá disponibilizar a gravação em até 48 (quarenta e oito) horas;

5.40. Deve ser considerada a objetividade na busca por eventos ocorridos, onde a pesquisa por eventos poderá ser executada através de diferentes modalidades, por exemplo: Movimento detectado em uma determinada área, variação de pixels ou por marcadores pré-definidos, possibilitando a pré-visualização de miniaturas, tornando as buscas por ocorrências mais assertivas e ágeis;

5.41. A definição de câmeras e lentes deve ser projetada para garantir a qualidade de imagem forense (a imagem gravada deverá possuir qualidade mínima para compor possíveis processos judiciais), que será captada ao vivo e gravada.

5.42. Os materiais de infraestrutura e acessórios (ponto ótico, ponto de rede, comunicação via rádio, ponto elétrico e racks), devem ser estimados pela Contratada, devendo esta, em visita/vistoria técnica e por meio do Anexo VIII, Anexo X, Anexo XII e Anexo XIV, analisar o quantitativo necessário e especificações mínimas exigidas para implantação e funcionamento da solução ofertada.

5.43. A solução de monitoramento e gravação deverá ser composta de hardware e software. A solução contemplada neste Termo de Referência deverá ser composta por servidores de gravação das imagens para redundância e software de monitoramento e gravação. Os servidores de gravação das imagens serão responsáveis por receber os pacotes de vídeo provenientes das câmeras IP, armazenando e disponibilizando as informações quando forem solicitadas pelos usuários do sistema.

5.44. Os demais pré-requisitos básicos mínimos de funcionamento e de integração entre os sistemas estão detalhados a seguir e deverão ser comprovados na proposta da licitante.

Das especificações técnicas mínimas

5.45. As especificações técnicas mínimas dos equipamentos para instalação da vigilância eletrônica encontram-se descritas no Anexo IX.

Das cancelas

5.46. A instalação da cancela eletrônica automática permitirá o efetivo controle de entrada e saída de veículos, que atenda as medidas dos locais de entrada da UFFS, possua sistema de destravamento em caso de emergência ou falta de energia elétrica, e fechamento com temporizador.

5.47. As cancelas eletrônicas serão instaladas nos locais definidos pela Contratada, de acordo com o Anexo X, Anexo XII e Anexo XIV. As especificações mínimas da descrição do item encontram-se no Anexo IX.

Dos controladores de acesso

5.48. Neste momento não serão instalados os controladores de acesso devido a necessidade de adequações nos sistemas preventivos contra incêndio e pânico nas edificações.

5.49. Após análise técnica e com a realização das adequações necessárias que atendam às legislações vigentes, poderão ser instalados os controladores de acesso por meio de formalização de termo aditivo ao contrato.

Da manutenção de câmeras CFTV-IP (incluindo ferramentas, recursos humanos, acessórios de instalação e backup)

5.50. A Contratada deverá prestar suporte técnico às câmeras de segurança IP durante toda a vigência do contrato. O atendimento aos chamados técnicos deverá seguir estritamente os prazos e Níveis de Severidade de Serviço (SLA) definidos no item 5.53.1 deste Termo de Referência.

5.50.1. O regime de 8x5 (segunda a sexta-feira, em horário comercial) aplica-se apenas para a execução de atividades de suporte que não sejam emergenciais e para manutenções preventivas programadas, as quais não devem conflitar com a obrigatoriedade de cumprimento dos prazos estabelecidos nos Níveis de Severidade.

5.51. O suporte e assistência às câmeras deverá prever manutenção física e lógica dos equipamentos, realizando testes de funcionamento, detecção de falhas e correções de qualquer gênero, de acordo com os níveis de serviço acordados neste Termo de Referência.

5.52. A licitante deverá disponibilizar portal (Service Desk) com usuário e senha únicos a colaboradores da UFFS. Os chamados técnicos deverão ser inicializados através desta ferramenta, que será um contato único entre usuários do sistema e a equipe técnica da LICITANTE;

5.53. Os atendimentos aos chamados técnicos serão realizados através de atendimento “on-site”, o mesmo deverá ser prestado de acordo como o nível de severidade abaixo:

5.53.1. Níveis de Severidade dos Chamados:

01 – Alto – Serviços e Equipamentos diretamente relacionados à Central de Monitoramento: Videowalls, Servidores, Estações de Monitoramento, falhas graves em câmeras (indisponibilidade), **no prazo de até 1 dia;**

02 – Médio – Serviços com indisponibilidade parcial: Falhas médias em câmeras, servidores, estações de Monitoramento e Videowall, **no prazo de até 2 dias;**

03 – Baixo – Serviços indisponíveis com baixa importância, avisos de equipamentos, insatisfações, críticas ou dúvidas, **no prazo de até 3 dias.**

5.53.2. O atendimento pela Contratada terá início a partir da abertura do chamado técnico. A abertura do chamado poderá ser realizada tanto pela equipe da Contratada quanto por servidores da UFFS, ao identificarem uma falha;

5.53.3. Entende-se por término de atendimento a disponibilidade da solução para uso em perfeitas condições de funcionamento com aceite/ciência da fiscalização do contrato;

5.53.4. O nível de severidade será informado pela UFFS ou equipe de monitoramento no momento da abertura de cada chamado;

5.53.5. O nível de severidade poderá ser reclassificado a critério da UFFS. Caso isso ocorra haverá o início de nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

5.53.6. Deverá ser apresentado relatório das ações para cada solicitação de suporte, contendo data e hora da solicitação de suporte técnico, do início e do término do atendimento, identificação do problema, providências adotadas e demais informações pertinentes;

5.54. A contratada deverá realizar manutenções preventivas bimestralmente, envolvendo as soluções de câmera, transmissão de dados, infraestrutura elétrica e infraestrutura de servidores;

5.55. A contratada deverá manter ao longo do contrato, equipe técnica especializada para completa manutenção e suporte da solução implantada; contendo equipe para manutenção nos equipamentos de CFTV e equipe de manutenção de rede de dados;

5.56. A contratada deverá providenciar a troca de equipamentos por outros funcionais em casos de vandalismos, problemas naturais e/ou decorrentes de falhas técnicas, sem qualquer ônus para a Contratante;

5.57. Prestação continuada dos serviços, prevendo remanejamento, desativação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva – atividade que compreende a ideal adequação e manutenção de equipamentos e acessórios com vistas a uma gestão eficiente e monitoramento do sistema de segurança.

Da manutenção de equipamentos ativos de redes, equipamentos acessórios de servidores e estações de trabalho

5.58. A Contratada deverá prestar suporte técnico aos equipamentos de CFTV e sua infraestrutura de apoio, tais como Servidores de gravação, Estações de monitoramento, Monitores, Software de Monitoramento, Switches e seus acessórios (Racks, nobreaks, etc.), durante toda a vigência do contrato. O atendimento aos chamados técnicos deverá seguir estritamente os prazos e Níveis de Severidade de Serviço (SLA) definidos no item 5.59.1 deste Termo de Referência.

5.58.1. O regime de 8x5 (segunda a sexta-feira, em horário comercial) aplica-se apenas para a execução de atividades de suporte que não sejam emergenciais e para manutenções preventivas programadas, as quais não devem conflitar com a obrigatoriedade de cumprimento dos prazos estabelecidos nos Níveis de Severidade.

5.59. Os atendimentos aos chamados técnicos serão realizados através de atendimento “on-site”, o mesmo deverá ser prestado de acordo como o nível de severidade abaixo:

5.59.1. Níveis de Severidade dos Chamados:

01 – Alto – Serviços e Equipamentos diretamente relacionados à Central de Monitoramento: Videowalls, Servidores, Estações de Monitoramento, falhas graves em câmeras (indisponibilidade), **no prazo de até 1 dia;**

02 – Médio – Serviços com indisponibilidade parcial: Falhas médias em câmeras, servidores, estações de Monitoramento e Videowall, **no prazo de até 2 dias**;

03 – Baixo – Serviços indisponíveis com baixa importância, avisos de equipamentos, insatisfações, críticas ou dúvidas, **no prazo de até 3 dias**.

5.59.2. O atendimento pela Contratada terá início a partir da abertura do chamado técnico. A abertura do chamado poderá ser realizada tanto pela equipe da Contratada quanto por servidores da UFFS, ao identificarem uma falha;

5.59.3. Entende-se por término de atendimento a disponibilidade da solução para uso em perfeitas condições de funcionamento com aceite/ciência da fiscalização do contrato;

5.59.4. O nível de severidade será informado pela UFFS ou equipe de monitoramento no momento da abertura de cada chamado;

5.59.5. O nível de severidade poderá ser reclassificado a critério da UFFS. Caso isso ocorra haverá o início de nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

5.59.6. Deverá ser apresentado relatório das ações para cada solicitação de suporte, contendo data e hora da solicitação de suporte técnico, do início e do término do atendimento, identificação do problema, providências adotadas e demais informações pertinentes.

Da manutenção de rede metálica, óptica e via rádio (incluindo materiais, ferramentas, recursos humanos, acessórios de instalação e backup).

5.60. Devido à alta demanda de dados de vídeo gerados, e da importância do funcionamento dos sistemas de dados para atingir o melhor desempenho do sistema de CFTV IP, a contratada deverá prestar suporte técnico com equipe particular, especializada nos serviços de cabeamento, a toda infraestrutura de redes cabeadas, ópticas e via rádio durante a vigência do contrato em regime 8x5; de segunda a sexta-feira em horário comercial;

5.61. A contratada deverá fornecer mão de obra e materiais para manutenção da rede de cabeamento metálico estruturada que compõe o sistema de CFTV IP, em casos onde houver rompimentos, mau contato ou quaisquer outros fatores externos, devendo a empresa cumprir as normas vigentes;

5.62. A contratada deverá fornecer mão de obra e materiais para manutenção da rede de fibras ópticas que compõe o sistema de CFTV IP, em casos onde houver rompimento da fibra ou quaisquer outros fatores externos, devendo a empresa cumprir as normas vigentes;

5.63. A contratada deverá prestar atendimento aos chamados, no período máximo de 12 (doze) horas após sua abertura, e este deverá ser resolvido em até 24 (vinte e quatro) horas após o início do atendimento;

5.64. O serviço de manutenção da rede física de fibras ópticas, metálica e via rádio contemplará as seguintes modalidades: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção programada;

5.65. Entende-se por manutenção preventiva sendo uma atividade de rotina, executada periodicamente (bimestral) pela contratada e devidamente fiscalizada pela Universidade. O principal objetivo da Manutenção preventiva é diagnosticar pontos potenciais de riscos à integridade da rede física, avaliar cada situação irregular encontrada, propor soluções e executar a proposta. Quando, no decorrer de uma manutenção preventiva, for constatado um ofensor potencial, ou irregularidade que possa colocar a integridade da rede em risco imediato, a contratada deverá propor uma Inspeção Pontual à Universidade para tomada de decisão.

5.66. A manutenção corretiva consiste na realização de correções na rede física, com a finalidade de restabelecer os serviços prestados pela rede. As atividades corretivas são executadas em regime de urgência, em decorrência de problemas de funcionamento ou de interrupções nos serviços prestados pela rede. Após análise técnica do Relatório de Manutenção Preventiva, a CONTRATANTE pode identificar que a necessidade de atividade corretiva foi resultado de agravamento de uma situação de risco na rede;

5.67. Para possibilitar que os serviços de atendimento emergencial sejam concluídos dentro de prazos máximos acima estabelecidos, admite-se que cabos e emendas afetados sejam fixados de forma provisória, desde que respeitados: raios de curvatura mínimos, esforços de tração e estanqueidade das emendas. Esta situação é considerada provisória e deverá ser eliminada em até 120 horas, contadas a partir do momento de encerramento do atendimento emergencial;

5.68. A manutenção programada é uma intervenção de maior porte na rede, realizada mediante uma Ordem de Serviço e que precisa ser previamente avisada aos usuários potencialmente afetados em uma janela de parada programada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.69. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.69.1. A contratada deverá realizar visita semanal em cada local de prestação de serviços realizando no mínimo:

5.69.1.1. Vistoria do sistema de vigilância eletrônica;

5.69.1.2. Abertura de chamados para realização de manutenção do sistema de vigilância eletrônica caso constatado falha ou a realização da manutenção necessária;

5.69.1.3. Apresentação dos relatórios de manutenções realizadas no sistema de vigilância eletrônica para a fiscalização, se houver;

- 5.69.2. A contratada ficará responsável por instalar toda a infraestrutura necessária nas edificações para atendimento do objeto contratado;
- 5.69.3. Eventuais adaptações no sistema elétrico ou de infraestrutura será de total responsabilidade da contratada;
- 5.69.4. A contratada ficará responsável pelas manutenções necessárias para que o serviço se mantenha em pleno funcionamento;
- 5.69.5. A contratada ficará responsável por emitir todas as certidões necessárias para que o serviço esteja em pleno funcionamento, arcando com os custos envolvidos.
- 5.69.6. O pagamento pela instalação da infraestrutura necessária e dos equipamentos da vigilância eletrônica (módulo 2: mão de obra de instalação do item 01 da planilha de formação de preços) será realizado durante os primeiros 12 (doze) meses do contrato, após este período, os valores serão zerados considerando que os custos foram pagos na integralidade.
- 5.69.7. O pagamento pelo custo dos equipamentos da vigilância eletrônica (módulo 1: equipamentos do item 01 da planilha de formação de preços) será realizado durante os primeiros 30 (trinta) meses do contrato, após este período, os valores serão zerados considerando que todos os custos foram pagos na integralidade.
- 5.69.8. Decorridos os prazos supracitados, o pagamento dos custos da instalação da infraestrutura necessária e dos equipamentos, permanecerão zerados mesmo se o contrato vier a ser prorrogado.
- 5.69.9. Durante toda a vigência do contrato serão mantidos os pagamentos dos valores referente aos módulos 3 (Serviços auxiliares) e 4 (Custos Indiretos, Tributos e Lucro) do item 01 da planilha de formação de preços.
- 5.69.10. Na planilha de custo e formação de preços (Anexo VIII), para os itens 01, 06 e 11, foi previsto recurso de 20% (vinte por cento) sobre o valor do módulo 1: equipamentos e do módulo 2: mão de obra de instalação, para demandas que não foram possíveis de serem estimadas no momento do planejamento da contratação.
- 5.69.10.1. Os valores previstos e não utilizados serão glosados dos pagamentos.
- 5.69.10.2. O pagamento de quaisquer valores referentes a este recurso de 20% fica condicionado à conclusão total da instalação e ao recebimento definitivo do sistema. A Contratada deverá apresentar à fiscalização, para análise e aprovação prévia, um relatório detalhado contendo a justificativa técnica para a necessidade dos custos extras, a memória de cálculo dos valores e os documentos comprobatórios (como notas fiscais de materiais ou serviços não previstos inicialmente). Somente após a aprovação formal da fiscalização, os valores poderão ser incluídos para pagamento.
- 5.69.10.3. Após a finalização da instalação poderá ser formalizado termo de apostilamento contratual para ajuste da planilha.
- 5.69.11. A planilha de custos e formação de preços foi elaborada em conformidade com IN SEGES/MP n. 05/2017 e Cadernos de Logísticas do governo federal.
- 5.69.12. Para elaboração dos valores dos postos de vigilância do Campus Cerro Largo a Administração levou em consideração a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) - 2025 - Registro MTE RS000837/2025 - Processo 47997.239390/2025-61 - Sindicato SIND PROFI VIGIL, EMPREG DE EMPR SEG E VIGIL DE PORTO ALEGRE E REGIAO METROPOLITANA DO RGS, CNPJ nº 91.343.293/0001-65.
- 5.69.13. Para elaboração dos valores dos postos de vigilância do Campus Erechim a Administração levou em consideração a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) - 2025 - Registro MTE RS001063/2025 - Processo 47997.249987/2025-13 - Sindicato SINDICATO PROF DOS VIG, DOS EMPREG EM EMPR DE SEG E VIG, DOS TRAB EM SERV DE SEG,VIG ORG, SEG PES, CURSOS DE FORM E ESPEC DE VIG DO A URUG - RS, CNPJ nº 04.866.033/0001-70.
- 5.69.14. Para elaboração dos valores dos postos de vigilância do Campus Passo Fundo a Administração levou em consideração a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) - 2025 - Registro MTE RS001064/2025 - Processo 47997.250191/2025-11 - Sindicato SIND. PROF. DOS VIG. EMP. EM EMP DE SEG., VIG. ORG., SEG. PES., C DE F. E ESP. DE VIG., DE P.FUNDO E REG. - SINDIVIGILANTES DE P. FUNDO E REGIAO, CNPJ nº 92.407.295/0001-33.
- 5.69.15. É obrigatório que a licitante adote a planilha de custo e formação de preços disponível no Anexo VIII e observe as suas instruções para preenchimento.
- 5.59.16. A inobservância das orientações/informações citadas neste subitem, quanto ao correto preenchimento das planilhas de custos e formação de preços poderá resultar na desclassificação da proposta.

Especificação da garantia do serviço

- 5.60. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.61. Da Transição Inicial entre Fornecedores

- 5.61.1. Caso o serviço esteja sendo executado por outra empresa, a transição deverá seguir as seguintes etapas:

- a) A desinstalação do sistema de vigilância eletrônica do fornecedor anterior deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias, conforme previsto em contrato.
- b) A instalação do novo sistema pela Contratada (vencedora desta licitação) somente deverá ser iniciada após a finalização da desinstalação do sistema anterior, a fim de evitar conflitos de infraestrutura.
- c) Durante o período de transição em que o monitoramento eletrônico estiver inoperante, a Contratada deverá aplicar um plano de mitigação de riscos, para garantir a continuidade da segurança nos campi.

5.62. Da Finalização do Contrato e Propriedade dos Bens

5.62.1. Ao término da vigência do contrato, seja pelo seu fim natural ou por extinção antecipada, os bens serão tratados da seguinte forma:

a) Propriedade da Infraestrutura: A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) **ficará com a propriedade definitiva de toda a infraestrutura física** instalada e paga ao longo do contrato, o que inclui, mas não se limita a, cabeamento estruturado (metálico e óptico), dutos, canaletas, eletrocalhas, postes, caixas de passagem, pontos de rede e toda a infraestrutura civil correlata. Esta incorporação ao patrimônio da UFFS ocorrerá sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

b) Retirada dos Equipamentos: A Contratada deverá retirar todos os seus equipamentos locados, como câmeras, servidores, switches, gravadores, cancelas e demais hardwares de sua propriedade. A retirada deverá ser concluída no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o encerramento do contrato, sem custos para a UFFS.

5.62.2. Durante o processo de retirada dos equipamentos, a Contratada deverá tomar o máximo cuidado para não danificar a infraestrutura física que permanecerá no local. Quaisquer danos causados à infraestrutura ou ao patrimônio da UFFS durante este processo serão de inteira responsabilidade da Contratada, que deverá repará-los às suas expensas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a execução do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.16.1. Cumprimento da execução da ronda diária;
- 6.16.2. Cumprimento do percurso das rondas diurnas e noturnas, nos intervalos estabelecidos pela contratante, observado se toda a área foi percorrida, e se foi averiguando possíveis anormalidades;
- 6.16.3. Entrega mensal do relatório simplificado/consolidado das rondas efetuadas;
- 6.16.4. Verificação da execução plena dos serviços contratados;
- 6.16.5. Verificação do atendimento das demandas pela contratada conforme prazos contratuais;
- 6.16.6. Verificar se a substituição dos equipamentos permite a manutenção da qualidade dos serviços;
- 6.16.7. Preencher mensalmente o IMR apontando os itens que não foram cumpridos pela Contratada.
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- 6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.34. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.34.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.34.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.34.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.34.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.34.1.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.34.1.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.34.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.34.1.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.34.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.34.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.34.1.3. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.34.1.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.34.1.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.34.1.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, Cópia de recibos de depósitos bancários;

6.34.1.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.34.1.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.34.1.3.6. Documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

6.34.1.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.34.1.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.34.1.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.34.1.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.34.1.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.34.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.36. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.45.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.41. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.45. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.46. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.48. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.49. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.50. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.51. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.52. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.53. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.55. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.56. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.56.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.56.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.57. As compensações de jornada limitam-se:

6.57.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.57.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.58. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

6.59. Cabe ao gestor do contrato:

6.59.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.59.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.59.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.59.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.59.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.59.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.59.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.59.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.59.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.59.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.60. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os indicadores e planilha de cálculo dispostos no Anexo V.

Do recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal para fins de faturamento.
- 7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.18.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, Observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado**, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **60 (sessenta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

7.66. Os valores referentes a combustível constantes no Anexo VIII serão reajustados anualmente, após interregno de um ano a contar da data da proposta, em análise ao levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), adotando-se a média do período para o estado do Rio Grande do Sul.

Cessão de Crédito

7.67. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.67.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.67.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.67.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.67.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.68. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta Depósito Vinculada

7.69. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.70. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.71. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.72. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.73. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.74. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.74.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.74.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.74.3. Multa sobre o FGTS; e

7.74.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.75. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.76. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.77. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.78. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.79. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.80. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.81. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.82. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. O Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços, modelo de declarações complementares - Anexo do Edital.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para o salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, conforme estimativa baseada nas Convenções Coletivas de Trabalho informadas nos itens 5.68.11, 5.68.12 e 5.68.13 deste Termo de Referência.

9.3.1 Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam na planilha de formação de preços.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Autorização para funcionamento das empresas que atuam na área de segurança e vigilância privada e eletrônica concedida pelo Departamento de Polícia Federal, nos termos da Lei nº. 7.102, de 20 de junho de 1983, Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 e Portaria nº. 3.233, de 10 de dezembro de 2012, e atualizações.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação:
- 9.25.1 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- 9.25.2 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.
- 9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XVI deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.28.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.28.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. Comprovação de regularidade da empresa licitante e seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da sua região, através de certidão de registro de pessoa jurídica, dentro da validade, na forma da Lei no 5.194/66 em atendimento à Resolução do CONFEA no 413 (27/06/1997), Resolução no 266 (15/12/79) e Resolução no 1.007 (05/12/2003). A licitante deverá possuir profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro). A contratação do responsável técnico deve ser comprovada por meio da apresentação de cópia autenticada da CTPS, OU do contrato social em caso de acionista/sócios, E/OU de contrato de trabalho.

9.31.1. A comprovação do item acima, refere-se aos serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica, considerados estes serviços de engenharia, assim deverá a licitante estar registrada no CREA e possuir profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado, conforme item 9.1. do Anexo VI-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.31.2. Os serviços supracitados podem ser objeto de subcontratação, neste caso a licitante deverá apresentar os documentos de habilitação exigidos em Edital da empresa subcontratada.

9.31.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

Vigilância Eletrônica

9.32.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica profissional, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o profissional acompanhou execução de objeto de natureza semelhante ao da licitação, sem qualquer restrição na qualidade dos materiais, serviços, bem como nas condições comerciais, devendo conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestante(s), ou qualquer outra forma de que a Universidade Federal da Fronteira Sul possa valer-se para manter contato com a(s) empresa(s) declarante(s), acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) do(s) profissional(is) que se responsabilizaram pela execução dos serviços, emitidas pelo CREA da região em que foram realizados, comprovando obrigatoriamente, os seguintes quesitos, em um mesmo atestado ou na somatória de atestados:

a) Execução de serviços de infraestrutura física, incluindo rede subterrânea ou rede aérea;

b) Instalação e configuração de equipamentos para sala de gravação, contendo pelo menos uma central de controle e estação de monitoramento;

c) Instalação e configuração inicial de no mínimo 50 (cinquenta) câmeras IP's

9.32.1.2. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Postos de Vigilantes

9.32.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES /MP n. 5, de 2017.

9.32.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98 /2022.

9.32.1.4.1. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.32.1.4.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.32.1.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

Qualificação Técnico-Profissional

9.33. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.33.1. Para o engenheiro: serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica.

9.33.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.34. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo XVII.

9.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 9.914.277,70 (nove milhões novecentos e quatorze mil duzentos e setenta e sete reais e setenta centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26440 - UFFS;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0040;

IV) Elemento de Despesa: 339039 e 339037

V) Plano Interno: MR006N0100N

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. São anexos deste Termo de Referência:

ANEXO I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (não se aplicam a esta contratação);

ANEXO II - Termo de ciência e concordância;

ANEXO III - Estudos Técnicos Preliminares;

ANEXO IV - Matriz de Riscos;

Anexo V - IMR - Instrumento de Medição de Resultado;

Anexo VI - Modelo de ordem de serviço;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Vistoria;

Anexo VIII - Planilha de formação de preços;

Anexo IX - Especificações técnicas mínimas;

Anexo X - Tipos de equipamentos por ponto Campus Cerro Largo;

Anexo XI - Locais das câmeras por ponto Campus Cerro Largo;

Anexo XII - Tipos de equipamentos por ponto Campus Erechim;

Anexo XIII - Locais das câmeras por ponto Campus Erechim;

Anexo XIV - Tipos de equipamentos por ponto Campus Passo Fundo;

Anexo XV - Locais das câmeras por ponto Campus Passo Fundo;

Anexo XVI - Modelo de Declaração de Contratos Firmados;

Anexo XVII - Modelo de Declaração de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento;

Anexo XVIII - Modelo de Declaração de Regime de Tributação Previdenciária.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. Considerando a existência de obrigações futuras, para esta contratação será adotado o Termo de Contrato que estabelecerá as cláusulas, condições, direitos e obrigações das partes contratantes.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90018/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Aplicabilidade da Lei nº 14.973/2024

Da Desoneração e Reoneração da Folha de Pagamento (Lei nº 14.784/2023 e Lei nº 14.973/2024)

- 15.1. As empresas licitantes que forem optantes pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) deverão apresentar sua planilha de custos refletindo essa opção;
- 15.2. As empresas licitantes que não forem optantes pela CPRB deverão apresentar sua planilha de custos considerando o regime de tributação padrão (contribuição de 20% sobre a folha);
- 15.3. A licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar junto à sua proposta uma declaração, conforme modelo Anexo, informando seu regime de tributação previdenciária, sob pena de desclassificação;

Da Transição para a Reoneração Gradual da Folha de Pagamento

- 15.4. Em observância à Lei nº 14.973/2024, a análise de exequibilidade do contrato e de suas prorrogações levará em conta o impacto futuro do aumento progressivo da contribuição previdenciária
- 15.5. A licitante declara ciência de que os custos da reoneração gradual a partir de 2025 deverão ser por ela absorvidos, estando refletidos em sua proposta.
- 15.6. A Administração poderá solicitar diligências para que a licitante demonstre a sustentabilidade de sua proposta a longo prazo, considerando o cronograma de reoneração.
- 15.7. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato não será concedido com fundamento na reoneração gradual prevista pela Lei nº 14.973/2024, por se tratar de encargo com previsibilidade legal.

Da planilha de fornção de preços, percentuais a serem aplicados no ano de 2025 e anos futuros

- 15.8. A reoneração da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual.
- 15.8.1 A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.

Descrição	Ano 1 (2024)	Ano 2 (2025)	Ano 3 (2026)	Ano 4 (2027)	Ano 5 (2028) em diante

Alíquota INSS Aplicável	0% (se optante)	5%	10%	15%	20%
-------------------------	-----------------	----	-----	-----	-----

15.8.2. De forma complementar à reoneração da folha, a alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), que substitui a contribuição patronal para as empresas optantes, será reduzida gradualmente até ser extinta em 2028, conforme os seguintes percentuais: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.

Descrição	Ano 1 (2024)	Ano 2 (2025)	Ano 3 (2026)	Ano 4 (2027)	Ano 5 (2028) em diante
Receita Bruta	4,5% (se optante)	3,6%	2,7%	1,8%	0%

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 22/08/2025 às 07:19:27.

ADENISE CLERICI

Equipe de apoio

ALESSANDRA BARRETO DOS SANTOS MOSCATO

Equipe de apoio

ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO

Equipe de apoio

BERTIL LEVI HAMMARSTROM

Equipe de apoio

CARLINE ANDREA WELTER

Equipe de apoio

DAIANE TRUYLIO

Equipe de apoio

DOMINGOS ROQUE PAVAN

Equipe de apoio

ERIVALDO DE CARLI

Equipe de apoio

FRANCESCO JURINIC

Equipe de apoio

JULIANA ANA CHIARELLO

Equipe de apoio

LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS

Equipe de apoio

LUANA INES DAMKE

Equipe de apoio

LUCIANO DE WALLAU

Equipe de apoio

PAULO ROBERTO HENDGES

Equipe de apoio

ANEXO III - Estudios Técnicos Preliminares

Estudo Técnico Preliminar 45/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.016512/2025-53

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de vigilância para os campi do estado do Rio Grande do Sul: Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo.

A natureza do objeto a ser licitado neste certame enquadra-se na categoria de aquisição de bens e serviços comuns, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133 de 2021, “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

O serviço é enquadrado como continuado, com dedicação de mão de obra exclusiva, com postos de vigilância armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância com monitoramento, a serem executados nos Campi Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, no Estado do Rio Grande do Sul.

A demanda ocorre pela necessidade de alocar o serviço de vigilância para as áreas de atendimento, salas de aula, áreas administrativas, entradas dos prédios, estacionamentos, áreas experimentais e laboratórios sob a responsabilidade da UFFS.

Em estudos realizados pela instituição, foi concluído pela necessidade de contratação de postos de vigilância armada no período noturno, quando há pouca ou nenhuma movimentação de pessoas na instituição. Esta demanda decorre da necessidade de proporcionar maior segurança ao patrimônio público no período em que se encontra mais vulnerável a roubos e furtos.

Devido à extensão territorial do Campus da UFFS, faz-se necessário o atendimento com vigilância motorizada (com motocicletas) para otimizar a utilização dos vigilantes. Com a ronda motorizada e o sistema eletrônico de controle de rondas cada vigilante poderá vigiar uma área maior, deslocando-se com facilidade quando houver necessidade.

O dimensionamento da área total a ser atendida, a análise dos pontos vulneráveis e o fluxo diário de pessoas que transitam pela UFFS foram os parâmetros utilizados para a determinação dos quantitativos de postos de vigilância a contratar. Ainda, há de se considerar que a recessão da atual economia nacional e os recursos financeiros repassados às Instituições de Ensino Superior, obrigam a Administração a trabalhar com a quantidade mínima possível de postos de vigilância, já que os espaços e áreas a serem resguardadas são grandes e neste momento, serão priorizados os locais mais críticos.

A equipe de planejamento da contratação realizou os estudos preliminares levando também em consideração a implantação do sistema de videomonitoramento no Campus Chapecó/SC (Pregão Eletrônico nº 90017/2024, Contrato nº 41/2024), nos Campi de Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR (Pregão Eletrônico nº 90008/2024, Contrato nº 37/2024) e nos Campi de Erechim/RS e Passo Fundo/RS (Pregão Eletrônico nº 16/2020, Contrato nº 28/2020). A partir destas contratações, foi possível perceber o funcionamento da solução comparado a eficácia da atual forma de vigilância e mapeados os pontos estratégicos de monitoramento por câmeras.

O levantamento das necessidades institucionais incluiu também a demanda de instalação de fechaduras eletrônicas-automatizadas /controladores de acesso para alguns ambientes que possuem a necessidade de controle de entrada e saída de pessoas autorizadas, como laboratórios, sala com servidores de dados (TI), patrimônio, etc. Assim, foram especificadas as descrições técnicas do equipamento considerado como adequado, bem como levantado o quantitativo a ser instalado. No entanto, ao realizar consulta técnica à Secretaria Especial de Obras (SEO) da UFFS, a equipe de planejamento se deparou com algumas exigências técnicas de segurança que obrigam a adequação de projetos de engenharia/arquitetônicos, que impactam diretamente nos sistemas preventivos contra incêndio e pânico nas edificações, e que com isso exigem também novo licenciamento junto aos órgãos competentes. Assim, os quantitativos do equipamento denominado "Kit controle de acesso entrada / Kit controle de acesso entrada e saída" foram zerados na planilha de custos e formação de preços desta licitação, porém mantida a especificação técnica

e o item na planilha, para que em momento futuro e após realizadas as adequações necessárias que atendam às legislações vigentes, a instalação do equipamento possa ser reavaliada junto aos setores competentes internos e externos e realizada mediante atendimento dos requisitos de segurança necessários.

O não atendimento da demanda acarretará prejuízos à continuidade das atividades administrativas e acadêmicas, dado que os serviços de vigilância e segurança são de natureza contínua, essenciais para o cumprimento das responsabilidades da instituição. A contratação deve ser planejada para abranger mais de um exercício financeiro, visando proteger o patrimônio e a comunidade acadêmica que circula diariamente pelas dependências da UFFS. Contratar uma solução para segurança predial é uma medida imprescindível para preservar o patrimônio da UFFS, buscando assegurar a proteção das instalações e equipamentos públicos, além de prevenir atividades criminosas e garantir a integridade dos bens do Estado e da comunidade acadêmica. Adicionalmente, considerando as práticas experimentais de pesquisa, quaisquer danos ocorridos podem ter consequências irreparáveis.

A demanda tem origem em decorrência da vigência final dos contratos atuais nº 28/2020 e 07/2023 com encerramento em 31/08/2025. A prestação dos serviços desta contratação deverá iniciar em 01/09/2025.

A licitação deverá ser realizada por grupo único. Considerando que a autorização para funcionamento das empresas que atuam na área de segurança e vigilância privada é concedida por estado, pelo Departamento de Polícia Federal, conforme a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 e Portaria nº 3.233, de 10 de dezembro de 2012, a licitação por grupo único permitirá que as empresas interessadas participem de acordo com a autorização que possuem. O objeto será licitado por grupo visando a unicidade e a efetividade dos serviços e da comunicação das informações nas trocas de turno.

O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência Administrativa	Cesar Augusto Di Domenico

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Soluções de mercado: trata-se de serviço terceirizado, onde diversas empresas concorrem na prestação destes serviços. As exigências para habilitação estão descritas no Termo de Referência, todavia, não excedem as características desta prestação de serviços. Foram seguidos os critérios dispostos nos Cadernos Técnicos do Estado, para contratação de serviços de vigilância no âmbito da União, bem como os dispostos na IN nº 05/2017-MPOG/SEGES, na Lei nº 14.133/2021 e suas atualizações.

O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, enquadram-se no código 5173- 30 para os postos de vigilância.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, conforme Edital e Termo de Referência.

Autorização para funcionamento das empresas que atuam na área de segurança e vigilância privada e eletrônica concedida pelo Departamento de Polícia Federal, nos termos da Lei nº. 7.102, de 20 de junho de 1983, Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 e Portaria nº. 3.233, de 10 de dezembro de 2012, e atualizações.

Poderá ser realizada sub-contratação parcial, apenas referente a instalação dos sistemas de vigilância eletrônica.

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Não será necessária realização de manutenção de equipamentos pela UFFS, os equipamentos serão locados e com previsão de manutenção por parte da empresa contratada.

Padronização de Serviços: Foi realizada consulta no catálogo eletrônico de padronização e foi identificado que não é um serviço padronizado. Utilizou-se padrões de execução iguais em todos os campi da UFFS, garantindo uniformidade e facilidade na fiscalização dos contratos.

Será exigida qualificação econômico-financeira considerando que esta é uma contratação complexa e de alto valor.

É necessária a realização de vistoria nos locais de prestação de serviços ou apresentação de declaração de conhecimento dos locais de prestação dos serviços.

Será vedada a participação de consórcios e cooperativas considerando que esta é uma contratação com dedicação exclusiva de mão de obra onde há a necessidade de subordinação jurídica (PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU).

As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência e no Contrato assinado entre as partes.

5. Levantamento de Mercado

Descrição detalhada da solução	
Solução 01	Vigilância com postos de vigilância armada e desarmada, motorizada e não motorizada.
Solução 02	Vigilância híbrida - vigilância com postos de vigilância armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância, incluindo monitoramento.
Solução 03	Vigilância híbrida - vigilância com postos de vigilância armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância sem monitoramento.

Na UFFS encontram-se ativos os contratos a seguir, que possuem objeto igual ou semelhante da contratação ora requisitada:

- **Contrato nº 28/2020 - Campi Erechim e Passo Fundo/RS:** Prestação dos serviços continuados de vigilância com postos de vigilância orgânica armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância com monitoramento;
- **Contrato nº 07/2023 - Campus Cerro Largo/RS:** Prestação dos serviços continuados de vigilância com postos de vigilância orgânica armada e desarmada, motorizada e não motorizada.
- **Contrato nº 37/2024 - Campi Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR:** Prestação de serviços contínuos de vigilância com postos de vigilância orgânica armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância com monitoramento;
- **Contrato nº 41/2024 - Campus Chapecó/SC:** Prestação dos serviços continuados de vigilância com postos de vigilância orgânica armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância com monitoramento.

Ainda, foi observado também o Termo de Referência nº 22/2023, da UASG 323102-AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - DF, o qual inspirou a metodologia aplicada na contratação da vigilância eletrônica.

Como justificativa técnica da solução, cita-se análise na PORTARIA Nº 3.233/2012-DG/DPF, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012, que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada e na LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, a qual se tem os seguintes entendimentos:

- as empresas de segurança privada também podem prestar serviços de vigilância eletrônica, incluindo a instalação dos equipamentos necessários;
- é vedada a venda ou aluguel, ou qualquer outra forma de comercialização autônoma de material e equipamentos de segurança sem a prestação de serviço de monitoramento correspondente;
- a utilização do serviço de monitoramento/vigilância eletrônica é instrumento relacionado à vigilância patrimonial.

Ainda, a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 e suas atualizações, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, afirma que:

"9. É permitida a licitação:

a) para a contratação de serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico, sendo vedada a comercialização autônoma de equipamentos de segurança eletrônica, sem a prestação do serviço de monitoramento correspondente; e

b) para a contratação de serviço de brigada de incêndio em conjunto com serviços de vigilância.

9.1. Os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado."

Nota-se que o objeto da contratação é a prestação unificada de serviços de vigilância patrimonial e de monitoramento eletrônico, contemplando a instalação, configuração, operação, manutenção e atualização tecnológica de equipamentos eletroeletrônicos, e não de locação desses equipamentos ou de prestação isolada de serviços com uso de equipamentos eletrônicos.

Os serviços de monitoramento eletrônico são integrados aos da vigilância humana para o aumento da efetividade da vigilância patrimonial e redução de custos operacionais, não tendo como dissociá-los no contexto da operacionalização dos serviços, pois ambos se complementam. Ou seja, aumenta-se a amplitude dos serviços (tem-se uma maior área de atuação da vigilância, possibilitando a rápida identificação de ocorrências e a coordenação de ações preventivas), com a redução do efetivo, quando comparado a um plano de segurança elaborado apenas com uso de pessoas, gerando economia ao erário.

A integração das atividades, comprovadamente, proporciona a sinergia necessária para tornar a segurança mais eficiente e operacional, não sendo viável fracionar o objeto para avaliação de soluções alternativas de locação ou aquisição de equipamentos.

6. Descrição da solução como um todo

Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é a prestação dos serviços continuados de vigilância com dedicação exclusiva de mão de obra, com postos de vigilância armada e desarmada, motorizada e não motorizada e fornecimento de sistemas eletrônicos de vigilância com monitoramento, a serem executados nos Campi Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, no Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que:

Será exercida dentro dos limites de cada Campus, por empresa especializada devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica;

Atende aos requisitos de segurança estabelecidos para os Campi da Universidade Federal da Fronteira Sul, quais sejam: preservar o patrimônio e garantir a integridade dos servidores, dos alunos e do público que se utiliza das instalações da Instituição, além de inibir possíveis ações delituosas nas dependências da UFFS;

Atende aos requisitos elencados no item 4.

Utiliza rotinas e define perfil de mão de obra para os postos de serviço, que possibilitam maior eficiência do efetivo utilizado para o desenvolvimento de ações preventivas, que incluem o uso de equipamentos auxiliares no controle de acesso, a identificação de situações de risco e a redução do tempo de resposta a situações de ameaça ao patrimônio público, servidores e pessoas nas áreas de atendimento;

A utilização de níveis adequados de segurança repercutirá no ambiente e no clima organizacional de cada Campus, com reflexos na produtividade dos servidores e melhoria do atendimento prestado à sociedade;

Não implicará custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra;

Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;

Com a metodologia adotada os custos com a infraestrutura necessária para o serviço de vigilância eletrônica e instalação das câmeras serão diluídos e pagos dentro dos 30 (trinta) meses iniciais da vigência contratual, após serão mantidos apenas o pagamento de valores mensais com manutenção. Assim, visando a possibilidade de manter o contrato vigente por até 10 (dez) anos, a longo prazo, a solução se torna vantajosa para a Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem contratadas estão descritas no quadro a seguir:

Item	Cód. Sipac	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade
------	------------	-----------	------------	---------

1	3977002100003	CAMPUS CERRO LARGO – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO	1	Serviço
2	3703001000023	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	Posto
3	3703001000021	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	Posto
4	3703001000022	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	Posto
5	3703001000020	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	Posto
Item	Cód. Sipac	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade
6	3977002100004	CAMPUS ERECHIM – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO	1	Serviço
7	3703001000028	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	Posto
8	3703001000026	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	Posto
9	3703001000027	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	Posto
10	3703001000025	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	1	Posto
Item	Cód. Sipac	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade
11	3977002100005	CAMPUS PASSO FUNDO – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO	1	Serviço
12	3703001000036	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	Posto
13	3703001000032	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	1	Posto
14	3703001000033	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	Posto
15	3703001000031	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	Posto

O quantitativo supracitado dos postos foi obtido em análise nos contratos vigentes, em execução nos Campi do Rio Grande do Sul.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.722.893,25

O valor total estimado para a contratação do objeto é de **R\$ 9.722.893,25 (nove milhões setecentos e vinte e dois mil oitocentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos)**, considerando vigência de 30 (trinta) meses.

A estimativa da necessidade para o ano de 2025 é de R\$ 1.318.103,51 (um milhão trezentos e dezoito mil cento e três reais e cinquenta e um centavos) considerando a execução pelo período de 4 meses, de setembro a dezembro.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens do presente estudo deverão ser agrupados. Em função da particularidade deste serviço, onde a empresa ganhadora da licitação tem responsabilidade pelos bens patrimoniais e segurança da instituição, não visualizamos outra forma de contratação que não seja em grupo único. Ter empresas diferentes trabalhando com a vigilância torna o processo de gestão e execução do contrato muito mais complexa. Como as empresas de vigilância são autorizadas por estado (licença da Polícia Federal), entende-se que realizar a contratação em grupo não restringe a concorrência podendo qualquer uma das autorizadas no Estado do Rio Grande do Sul, ofertar lances na licitação de acordo com a autorização que possuem. O objeto será licitado por grupo, porém não por item, visando a unicidade e a efetividade dos serviços e da comunicação das informações nas trocas de turno.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes à solução escolhida que precisem ser contratadas para a completa satisfação da necessidade. A solução escolhida possui todos os itens necessários para a plena satisfação da necessidade da Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025

II. Data de publicação no PNCP: 16/01/2025

III. Identificador da Futura Contratação: 84/2025

IV - Código do Plano de Ação: PROAD006 - Gestão dos Contratos de Vigilância – Terceirizado.

11.2. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Segurança institucional dos prédios, bens permanentes, de consumo e das pessoas que circulam nas dependências da UFFS.

Já, **os benefícios vislumbrados com a implantação** de um sistema de CFTV tipo IP se justificam sob dois aspectos:

a) Aspecto da Segurança do Ambiente monitorado:

- Permite visualizar, monitorar e gravar imagens de diversos ambientes simultaneamente;
- Impõe o fator psicológico de dissuasão, pois o agente invasor sabe que está sendo vigiado e suas imagens armazenadas; Inibe a ação de invasores, depredadores e pessoas mal intencionadas;
- Facilita o trabalho de pronta resposta (polícia e vigilância particular), fornecendo pormenores do incidente ou violação da segurança que esteja ocorrendo no local monitorado;
- Auxilia no controle de acesso de pessoas e objetos no recinto controlado;
- Fornece acesso controlado às imagens através de redes de longa distância (inclusive por pelos meio da Internet), permitindo observação à distância pelos responsáveis pelo ambiente monitorado;
- Torna mais eficiente o monitoramento e fiscalização dos procedimentos de segurança praticados por funcionários e prestadores de serviços.

b) Aspecto tecnológico da solução pretendida:

- Quanto ao aspecto tecnológico, pretende-se que esteja disponível um Sistema de CFTV IP;
- Processamento Inteligente: Câmeras IP já possuem processamento próprio; funções como detecção de movimento e compressão de vídeo são serviços executados pelas próprias câmeras. Desta forma, o processamento do servidor onde serão armazenadas as imagens não ficará sobrecarregado, permitindo o seu aproveitamento para monitorar um número maior de câmeras;
- Qualidade na imagem: Existem câmeras IP de altíssima resolução. Em conjunto com a tecnologia de scan progressivo, elas conseguem captar imagens de alta qualidade e excelente resolução, superiores às câmeras analógicas; Sistema 100% Digital: No sistema de CFTV IP, a câmera capta a imagem, transmite o sinal em forma de dados e no servidor remoto estes dados são armazenados em disco rígido;
- Fácil Expansão: As instalações de sistemas baseados em câmeras IP são facilmente expandidas.

13. Providências a serem Adotadas

A contratação do objeto do presente estudo prevê a necessidade de adequação no ambiente institucional onde será realizado o serviço nos Campi, tendo em vista a infraestrutura necessária para instalação das câmeras e cancelas planejadas. No entanto este serviço será realizado pela empresa contratada, conforme detalhamento previsto nos encartes técnicos do Termo de Referência e da planilha de custos e formação de preços.

A contratante deverá designar servidor do quadro efetivo para acompanhar os técnicos da contratada na montagem do sistema de segurança eletrônica que também poderá atuar como gestor/fiscal do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

As normas ambientais estão sendo previstas neste processo de forma que não se preveja nenhum impacto ambiental oriundo deste processo.

A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para o presente estudo será realizada no Termo de Referência, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A realização desta licitação é fundamental para garantir a segurança e a proteção do patrimônio, das pessoas e das informações da UFFS. A combinação de vigilância eletrônica e orgânica oferece uma abordagem integrada e eficiente, permitindo uma cobertura mais ampla e eficaz dos ambientes sob nossa responsabilidade.

A vigilância orgânica, realizada por profissionais treinados, proporciona uma presença física que inibe ações indesejadas e possibilita uma resposta rápida a qualquer incidente. Já a vigilância eletrônica, por meio de câmeras, sensores e sistemas de monitoramento, oferece uma vigilância contínua, detalhada e de difícil evasão, mesmo em áreas de difícil acesso ou em horários de menor movimento.

A utilização conjunta dessas modalidades aumenta a segurança, reduz custos operacionais a longo prazo e melhora a capacidade de monitoramento e controle. Além disso, a contratação por meio de licitação garante transparência, competitividade e a obtenção de serviços de qualidade, atendendo às necessidades específicas do ambiente da UFFS.

Diante do exposto, a realização desta licitação é viável e estratégica para assegurar a continuidade e a eficiência das ações de segurança, promovendo um ambiente mais seguro para todos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADENISE CLERICI

Equipe de apoio

ALESSANDRA BARRETO DOS SANTOS MOSCATO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 25/06/2025 às 16:50:51.

ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO

Equipe de apoio

BERTIL LEVI HAMMARSTROM

Equipe de apoio

CARLINE ANDREA WELTER

Equipe de apoio

DAIANE TRUYLIO

Equipe de apoio

DOMINGOS ROQUE PAVAN

Equipe de apoio

ERIVALDO DE CARLI

Equipe de apoio

FRANCESCO JURINIC

Equipe de apoio

JULIANA ANA CHIARELLO

Equipe de apoio

LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS

Equipe de apoio

LUANA INES DAMKE

Equipe de apoio

LUCIANO DE WALLAU

Equipe de apoio

PAULO ROBERTO HENDGES

Equipe de apoio

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 25/06/2025 às 16:36:25.

ANEXO IV - Matriz de Riscos

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

37/2025

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de vigilância para os campi do estado do Rio Grande do Sul.

Responsável pela Edição

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Data de Criação

22/05/2025 11:50

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Licitação deserta	Ausência de interessados na licitação.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1

Os serviços associados podem sofrer atrasos significativos, pois a contratação de fornecedores ou prestadores de serviços é adiada, afetando diretamente a disponibilidade desses serviços para a comunidade acadêmica. O adiamento da contratação pode levar a um aumento nos custos do projeto devido a possíveis mudanças nas condições de mercado, inflação ou necessidade de retrabalho em procedimentos licitatórios.

Ações Preventivas

P-01

Realizar um planejamento detalhado do processo licitatório, incluindo definição clara dos objetivos, escopo e requisitos do contrato, bem como análise de mercado para garantir que haja interesse por parte dos potenciais licitantes. Desenvolver termos de referência detalhados e específicos que descrevam claramente os serviços a serem prestados, os padrões de qualidade esperados, os prazos de entrega e outros requisitos relevantes para a execução do contrato. Definir indicadores de desempenho mensuráveis e objetivos que permitam avaliar o cumprimento dos serviços contratados pela empresa fornecedora, garantindo que as expectativas da administração pública sejam atendidas. Promover o diálogo com potenciais licitantes durante a fase de planejamento para entender melhor as necessidades do mercado e ajustar os termos da licitação de acordo com as capacidades e expectativas dos fornecedores. Garantir uma ampla divulgação do edital de licitação para alcançar o maior número possível de potenciais licitantes, utilizando diversos meios de comunicação e canais de divulgação. Realizar uma estimativa realista dos preços envolvidos no contrato, com base em dados de mercado e análise de custos, para evitar preços muito baixos que possam desencorajar os licitantes ou preços muito altos que afastem potenciais concorrentes.

Responsáveis: ADENISE CLERICI,
ALESSANDRA BARRETO DOS
SANTOS MOSCATO, ALLAN
MAIR DE FIGUEIREDO, BERTIL
LEVI HAMMARSTROM, CARLINE
ANDREA WELTER, CESAR
AUGUSTO DI DOMENICO,
DAIANE TRUYLIO, DOMINGOS
ROQUE PAVAN, ERIVALDO DE
CARLI, FRANCESCO JURINIC,
JULIANA ANA CHIARELLO,
LEANDRO VIEIRA DOS
SANTOS, LUANA INES DAMKE,
LUCIANO DE WALLAU, PAULO
ROBERTO HENDGES

Ações de Contingência

C-01

Analisar os requisitos do contrato e considerar ajustes que possam tornar a licitação mais atraente para os licitantes, como revisão de prazos, escopo ou condições de pagamento. Revisar o orçamento disponível para a contratação e considerar realocações de recursos ou busca por financiamento adicional, se necessário, para garantir a continuidade da contratação. Buscar aconselhamento de especialistas em contratação pública ou setores específicos para identificar soluções alternativas e estratégias para lidar com a situação. Monitorar de perto o progresso das ações de contingência adotadas e avaliar regularmente sua eficácia, fazendo ajustes conforme necessário para alcançar os objetivos do projeto.

Responsáveis: ADENISE CLERICI,
ALESSANDRA BARRETO DOS
SANTOS MOSCATO, ALLAN
MAIR DE FIGUEIREDO, BERTIL
LEVI HAMMARSTROM, CARLINE
ANDREA WELTER, CESAR
AUGUSTO DI DOMENICO,
DAIANE TRUYLIO, DOMINGOS
ROQUE PAVAN, ERIVALDO DE
CARLI, FRANCESCO JURINIC,
JULIANA ANA CHIARELLO,
LEANDRO VIEIRA DOS
SANTOS, LUANA INES DAMKE,
LUCIANO DE WALLAU, PAULO
ROBERTO HENDGES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Não manutenção das condições de habilitação pela empresa vencedora do certame.	Negligência, descuido, omissão, imprudência ou irresponsabilidade da empresa contratada.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
Impactos						

1 Se a empresa contratada não conseguir manter as condições de habilitação, pode haver a paralisação ou interrupção dos serviços ou fornecimento de bens previstos no contrato, prejudicando a continuidade das operações. A falta de capacidade da empresa contratada pode levar a atrasos na entrega dos produtos ou na prestação dos serviços, afetando o cronograma e potencialmente causando prejuízos financeiros adicionais para a administração pública. A incapacidade da empresa contratada em manter as condições de habilitação pode comprometer a qualidade dos produtos ou serviços entregues, colocando em risco a satisfação do cliente e a eficácia das operações governamentais. Em casos graves, nos quais a empresa não consegue corrigir as deficiências em sua habilitação, a administração pública pode rescindir o contrato, o que pode resultar em litígios e custos associados à busca de uma nova empresa para assumir o contrato. A administração pública pode perder recursos financeiros investidos na contratação e execução do contrato com a empresa que não mantém as condições de habilitação, bem como em possíveis processos de rescisão contratual e seleção de um novo fornecedor. A incapacidade de garantir a adequação e a competência dos contratados pode prejudicar a reputação da administração pública, minando a confiança dos cidadãos na capacidade do governo de gerir eficientemente os recursos públicos e cumprir seus compromissos contratuais. A administração pública pode ser responsabilizada legalmente por falhas decorrentes da contratação de uma empresa que não mantém as condições de habilitação, especialmente se isso resultar em prejuízos para terceiros ou violações de leis e regulamentos.

Ações Preventivas

P-01	Implementar um sistema de monitoramento contínuo durante a execução do contrato, a fim de garantir que a empresa contratada mantenha as condições de habilitação ao longo de todo o período contratual. Exigir que a empresa contratada mantenha sua documentação de habilitação atualizada e que informe imediatamente à administração pública sobre quaisquer alterações que possam afetar sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. Realizar auditorias e inspeções regulares nas instalações e operações da empresa contratada para verificar o cumprimento das condições de habilitação e a qualidade dos serviços ou produtos fornecidos. Promover uma cultura organizacional que valorize a transparência, a integridade e a conformidade com as normas legais e éticas, tanto por parte da administração pública quanto das empresas contratadas.	Responsáveis: ADENISE CLERICI, ALESSANDRA BARRETO DOS SANTOS MOSCATO, ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER, CESAR AUGUSTO DI DOMENICO, DAIANE TRUYLIO, DOMINGOS ROQUE PAVAN, ERIVALDO DE CARLI, FRANCESCO JURINIC, JULIANA ANA CHIARELLO, LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS, LUANA INES DAMKE, LUCIANO DE WALLAU, PAULO ROBERTO HENDGES
------	--	--

Ações de Contingência

C-01	A administração pública pode notificar a empresa contratada sobre as deficiências identificadas em sua habilitação e conceder um prazo para que ela se adeque às exigências contratuais. Além disso, pode emitir advertências formais indicando as consequências do não cumprimento das condições de habilitação. Exigir que a empresa contratada apresente um plano de correção detalhado, descrevendo as medidas específicas que serão tomadas para resolver as deficiências em sua habilitação dentro do prazo estabelecido. Intensificar a supervisão e fiscalização das atividades da empresa contratada para garantir que ela esteja cumprindo as condições de habilitação e implementando as medidas corretivas conforme acordado. Se a empresa contratada não conseguir corrigir as deficiências em sua habilitação dentro do prazo estabelecido ou se as deficiências forem consideradas irreparáveis, a administração pública pode rescindir o contrato e buscar uma empresa substituta por meio de um novo processo licitatório ou negociação direta. Durante o processo de substituição da empresa contratada, a administração pública pode adotar medidas para garantir a continuidade dos serviços ou fornecimento de bens, como temporariamente assumir as atividades ou contratar fornecedores alternativos. Se o contrato incluir garantias contratuais, como caução ou seguro de desempenho, a administração pública pode acionar essas garantias para compensar os prejuízos decorrentes do não cumprimento das condições de habilitação pela empresa contratada. Avaliar a responsabilidade da administração pública no caso de não ter realizado uma avaliação adequada da habilitação da empresa contratada durante o processo de seleção e tomar as medidas apropriadas para evitar recorrências no futuro. Manter uma comunicação transparente com todas as partes interessadas, incluindo a empresa contratada, sobre as medidas que estão sendo tomadas para lidar com a situação e as expectativas para a resolução das deficiências em sua habilitação.	Responsáveis: ADENISE CLERICI, ALESSANDRA BARRETO DOS SANTOS MOSCATO, ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER, CESAR AUGUSTO DI DOMENICO, DAIANE TRUYLIO, DOMINGOS ROQUE PAVAN, ERIVALDO DE CARLI, FRANCESCO JURINIC, JULIANA ANA CHIARELLO, LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS, LUANA INES DAMKE, LUCIANO DE WALLAU, PAULO ROBERTO HENDGES
------	---	--

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Prestação de serviços insatisfatória	de Ineficiência na comunicação, má qualidade do serviço executado, não observância das normas e obrigações da contratação.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	

Impactos

1	A baixa qualidade dos serviços prestados pode resultar na insatisfação dos usuários e beneficiários dos serviços, afetando diretamente suas percepções em relação à Administração Pública. A incapacidade de fornecer serviços de qualidade pode minar a credibilidade e a confiança da administração pública perante o público e outras partes interessadas, como órgãos de fiscalização, parceiros comerciais e financiadores. A má qualidade dos serviços poderá acarretar em prejuízos à continuidade das atividades administrativas e acadêmicas, dado que os serviços de vigilância e segurança são de natureza contínua, essenciais para o cumprimento das responsabilidades da instituição. A má qualidade dos serviços pode resultar em desperdício de recursos públicos, uma vez que os investimentos realizados na contratação e execução dos contratos não geram os resultados esperados em termos de benefícios para a população e alcance dos objetivos governamentais. A prestação inadequada de serviços por parte de contratadas pode comprometer a proteção do patrimônio e a comunidade acadêmica que circula diariamente pelas dependências da UFFS
---	---

Ações Preventivas

P-01	Implementar um sistema eficaz de monitoramento e fiscalização da execução do contrato, com a designação de responsáveis pela supervisão das atividades da	Responsáveis: ADENISE CLERICI, ALESSANDRA BARRETO DOS
------	---	--

contratada e pela verificação do cumprimento dos termos contratuais. Manter uma comunicação transparente e aberta com a contratada, estabelecendo canais de diálogo que facilitem a resolução de eventuais problemas ou desafios que possam surgir durante a execução do contrato. Capacitar os agentes públicos responsáveis pela gestão dos contratos para que possam entender os requisitos contratuais, identificar problemas potenciais e tomar medidas proativas para garantir a qualidade dos serviços prestados. Realizar revisões periódicas do desempenho da contratada, avaliando o cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos e identificando áreas de melhoria que possam ser abordadas por meio de medidas corretivas ou preventivas. Promover uma cultura de melhoria contínua, incentivando a contratada a buscar constantemente formas de aprimorar seus processos, serviços e resultados, visando sempre à excelência e à satisfação do cliente.

SANTOS MOSCATO, ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER, CESAR AUGUSTO DI DOMENICO, DAIANE TRUYLIO, DOMINGOS ROQUE PAVAN, ERIVALDO DE CARLI, FRANCESCO JURINIC, JULIANA ANA CHIARELLO, LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS, LUANA INES DAMKE, LUCIANO DE WALLAU, PAULO ROBERTO HENDGES

Ações de Contingência

C-01 Notificar formalmente a contratada sobre as deficiências identificadas nos serviços prestados e fornecer um prazo para que ela corrija os problemas e melhore o desempenho. Revisar o contrato existente com a contratada para identificar cláusulas ou disposições que possam ser acionadas em caso de prestação de serviços insatisfatórios, como penalidades por descumprimento ou rescisão do contrato. Avaliar a responsabilidade da contratada em relação à prestação de serviços insatisfatórios, investigando as causas subjacentes e determinando se houve negligência, má fé ou violação contratual por parte da empresa. Implementar medidas corretivas imediatas para resolver os problemas identificados nos serviços prestados, como realocação de recursos, reorganização de equipes ou revisão dos processos operacionais. Manter uma comunicação transparente com as partes interessadas, incluindo usuários dos serviços, órgãos de controle e outras partes envolvidas, sobre as medidas que estão sendo tomadas para resolver os problemas e melhorar a qualidade dos serviços. Avaliar os processos de contratação e gestão de fornecedores da administração pública para identificar possíveis falhas ou lacunas que possam ter contribuído para a prestação insatisfatória de serviços e implementar medidas para evitar recorrências no futuro.

Responsáveis: ADENISE CLERICI, ALESSANDRA BARRETO DOS SANTOS MOSCATO, ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER, CESAR AUGUSTO DI DOMENICO, DAIANE TRUYLIO, DOMINGOS ROQUE PAVAN, ERIVALDO DE CARLI, FRANCESCO JURINIC, JULIANA ANA CHIARELLO, LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS, LUANA INES DAMKE, LUCIANO DE WALLAU, PAULO ROBERTO HENDGES

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Seleção de licitante indevida	Seleção de licitante que não cumpra com os requisitos da contratação.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	

Impactos

1 Se for comprovado que o licitante selecionado não atendia aos requisitos do edital, o contrato resultante pode ser considerado nulo. Isso pode levar à anulação do processo licitatório e à necessidade de iniciar uma nova licitação, gerando atrasos no serviço em questão. A administração pública pode ser responsabilizada por má condução do processo licitatório. Isso pode incluir desde sanções administrativas até a responsabilização de servidores envolvidos por improbidade administrativa, dependendo da gravidade da situação. Caso o licitante selecionado não tenha a capacidade técnica, financeira ou jurídica para cumprir o contrato, isso pode resultar em atrasos, custos adicionais e até na necessidade de contratar um novo fornecedor, gerando gastos imprevistos e prejudicando a execução do objeto do contrato. Um licitante que não cumpra as exigências editalícias pode entregar um serviço ou obra de qualidade inferior, o que pode comprometer o objetivo final do contrato e afetar diretamente a população, especialmente em contratos que envolvem serviços essenciais.

Ações Preventivas

P-01 Durante a fase de habilitação, a comissão de licitação deve realizar uma análise rigorosa de toda a documentação apresentada pelos licitantes. Isso inclui verificar a autenticidade dos documentos e a conformidade com os requisitos editalícios. Utilizar bancos de dados públicos para verificar a regularidade fiscal e jurídica das empresas, como a Certidão Negativa de Débitos (CND), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), entre outros.

Responsáveis: ADENISE CLERICI, ALESSANDRA BARRETO DOS SANTOS MOSCATO, ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER, CESAR AUGUSTO DI DOMENICO, DAIANE TRUYLIO, DOMINGOS ROQUE PAVAN, ERIVALDO DE CARLI, FRANCESCO JURINIC, JULIANA ANA CHIARELLO, LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS, LUANA INES DAMKE, LUCIANO DE WALLAU, PAULO ROBERTO HENDGES

Ações de Contingência

C-01 Caso o primeiro colocado não atenda às exigências, a administração pode convocar o licitante classificado em segundo lugar, respeitando os mesmos critérios e condições da licitação original. Se o contrato já tiver sido formalizado e o licitante não cumprir com as exigências, pode ser rescindido de forma unilateral pela administração, com base no descumprimento contratual.

Responsáveis: ADENISE CLERICI, ALESSANDRA BARRETO DOS SANTOS MOSCATO, ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER, CESAR AUGUSTO DI DOMENICO, DAIANE TRUYLIO, DOMINGOS ROQUE PAVAN, ERIVALDO DE CARLI, FRANCESCO JURINIC, JULIANA ANA CHIARELLO, LEANDRO VIEIRA DOS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Inexecução do objeto contratado	Fatos imprevisíveis relacionados à contratada	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Prejuízos à continuidade das atividades administrativas e acadêmicas, dado que os serviços de vigilância e segurança são de natureza contínua, essenciais para o cumprimento das responsabilidades da instituição.					
Ações Preventivas						
P-01	Especificar adequadamente os requisitos e modelo de execução do serviço no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.			Responsáveis: ADENISE CLERICI, ALESSANDRA BARRETO DOS SANTOS MOSCATO, ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, CARLINE ANDREA WELTER, CESAR AUGUSTO DI DOMENICO, DAIANE TRUYLIO, DOMINGOS ROQUE PAVAN, ERIVALDO DE CARLI, FRANCESCO JURINIC, JULIANA ANA CHIARELLO, LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS, LUANA INES DAMKE, LUCIANO DE WALLAU, PAULO ROBERTO HENDGES		
Ações de Contingência						
C-01	Abrir processo administrativo sancionador e planejar nova contratação para atender a necessidade de vigilância.			Responsáveis: ADENISE CLERICI, LUCIANO DE WALLAU, BERTIL LEVI HAMMARSTROM, DAIANE TRUYLIO, DOMINGOS ROQUE PAVAN		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ALESSANDRA BARRETO DOS SANTOS MOSCATO
Equipe de apoio

ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO
Equipe de apoio

CARLINE ANDREA WELTER
Equipe de apoio

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO

Autoridade competente

ERIVALDO DE CARLI

Equipe de apoio

FRANCESCO JURINIC

Equipe de apoio

JULIANA ANA CHIARELLO

Equipe de apoio

LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS

Equipe de apoio

PAULO ROBERTO HENDGES

Equipe de apoio

Equipe de Gestor/Fiscal do Contrato

ADENISE CLERICI

Equipe de apoio

BERTIL LEVI HAMMARSTROM

Equipe de apoio

DAIANE TRUYLIO

Equipe de apoio

DOMINGOS ROQUE PAVAN

Equipe de apoio

LUANA INES DAMKE

Equipe de apoio

LUCIANO DE WALLAU

Equipe de apoio

Anexo V - IMR - Instrumento de Medição de Resultado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
www.uffs.edu.br

Anexo V – Instrumento de medição de resultado – IMR

1. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, previsto neste *Encarte*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

1.1.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

1.1.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.2 Da aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

1.2.1 Os serviços serão aferidos pelo fiscal do contrato, quantitativamente e qualitativamente, nos últimos cinco dias do período de avaliação;

1.2.2 Verificado o descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado, o fiscal do contrato determinará a adequação do pagamento de acordo com os descontos estabelecidos;

1.2.3 Para os descontos previstos no Instrumento de Medição de Resultado, através de adequação do pagamento, não será necessária a abertura de Processo Administrativo Sancionador.

1.3 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da IN nº 5/2017-MPDG/SEGES, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

1.3.1 Não produziu os resultados acordados;

1.3.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

1.3.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.4. Após envio e ciência do Instrumento de Medição de Resultado, a Contratada poderá, em até 03 (três) dias úteis, se assim desejar, apresentar recurso sobre o resultado avaliado. O recurso poderá ser deferido pelo Gestor do contrato, conforme justificativa apresentada pela Contratada.

1.5. As avaliações do Instrumento de Medição de Resultado não serão consideradas nos 03 (três) primeiros faturamentos do primeiro ano de vigência do Contrato.

1.6. Dos indicadores para a aferição dos serviços e adequação do pagamento:

INDICADOR: Aferição da Prestação dos Serviços de Vigilância Orgânica	
ITEM	DESCRIÇÃO
Descrição do Indicador	Proporcionalidade ao atendimento das obrigações estabelecidas/constantes no Edital, Termo de Referência, Contratos e anexos.
Finalidade	Garantir a segurança patrimonial da UFFS, bem como da comunidade acadêmica.
Metas a cumprir	<p>Não deixar descobertos ou sem vigilância os postos contratados quando da troca de turno, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).</p> <p>Realizar todas as rondas previamente determinadas pelo fiscal do contrato, observada a periodicidade exigida.</p> <p>Manter os pagamentos em dia com todos os funcionários, bem como provê-los de toda uniformização e EPI's.</p> <p>Assegurar a integridade física da comunidade acadêmica, bem como dos bens públicos.</p> <p>Garantir o pleno funcionamento dos equipamentos necessários para o monitoramento das imagens de todas as câmeras instaladas nos Campi, em regime ininterrupto 24/7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).</p> <p>Manter o pleno funcionamento das cancelas (entrada e saída).</p> <p>Manter o pleno funcionamento dos controladores de acesso.</p>
Instrumento de medição	Planilha de cálculo para controle dos serviços executados.
Forma de acompanhamento	<p>Itens que a fiscalização verificará com regularidade mensal:</p> <p>Ficha de frequência;</p> <p>Livro de ocorrências;</p> <p>Relatório das rondas;</p> <p>Registro do fiscal (relatório ou documento equivalente);</p> <p>Imagens de monitoramento do sistema de vigilância eletrônica;</p> <p>Verificação in loco quando das visitas esporádicas para fiscalização; aferições aleatórias e por amostragem;</p> <p>Documentação trabalhista gerada mensalmente.</p>
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	O número de critérios aferidos, conforme planilha anexa, mensalmente, refletirá o percentual de alcance da meta (%), ou a glosa pelo não atingimento.
Início da vigência	Data do início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>0 a 3 pontos = Faturamento de 100% (sem descontos)</p> <p>04 pontos = Desconto de 1% sobre o valor total da fatura mensal</p> <p>05 pontos = Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal</p> <p>06 pontos = Desconto de 3% sobre o valor total da fatura mensal</p> <p>07 pontos = Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal</p> <p>08 pontos = Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal</p> <p>09 pontos = Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal</p>

	<p>10 pontos = Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal</p> <p>11 pontos = Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal</p> <p>12 pontos = Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal</p> <p>13 pontos ou mais = Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal</p>
Sanções	A reincidência por dois meses consecutivos de pontuação acima de 20 pontos, poderá ensejar abertura de processo administrativo sancionador, com aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, caracterizando a inexecução parcial ou total do contrato.
Observações	<p>O Instrumento de Medição de Resultado não restringe nem prejudica a aplicação de demais penalidades previstas no Termo de Referência e seus anexos.</p> <p>Não serão consideradas para fins de aplicação deste Instrumento situações caracterizadas como: desastres naturais ou eventos alheios à responsabilidade da contratada.</p>

IMR – Planilha de cálculo

	INFRAÇÕES PASSÍVEIS DE AVALIAÇÃO	VALOR DA INFRAÇÃO (PONTOS)	DETALHES DA INFRAÇÃO	Nº DE VEZES QUE OCORREU A INFRAÇÃO	TOTAL DE PONTOS PERDIDOS POR CRITÉRIO
VIGILÂNCIA - POSTOS DE TRABALHO	Não fornecer equipamento e/ou uniforme, ou fornecer diferente das especificações, ou não substituir quando necessário (conforme Contrato e Termo de Referência). POR DIA DE ATRASO OU POR FUNCIONÁRIO.	1			0
	Não providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências de postos de serviço por absenteísmo, em menos de duas horas. POR FUNCIONÁRIO.	2			0
	Não realizar todas as rondas completas previamente estabelecidas pela Fiscalização, sem apresentação de justificativa aceita pela fiscalização. POR PONTO NÃO REALIZADO/BATIDO.	0,1			0
	Atraso na entrega do relatório de rondas, à fiscalização. POR DIA DE ATRASO.	1			0
	Substituir funcionário do quadro permanente sem a anuência prévia da Contratante. POR FUNCIONÁRIO.	1			0
	Não substituir funcionário do quadro permanente no prazo estipulado na solicitação enviada pela fiscalização. POR DIA.	0,5			0
	Não registrar fatos ou situações no livro de ocorrências. POR OCORRÊNCIA.	1			0
	Não substituir a moto de ronda por problemas mecânicos, elétricos. POR DIA.	2			0
	Falta de combustível por mais de 24 horas. POR DIA.	2			0
	Não realizar a manutenção nas armas conforme previsto em contrato. POR OCORRÊNCIA.	3			0
	Atraso na entrega de documentos solicitados pela fiscalização POR DIA DE ATRASO.	1			0
	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado ou determinação formal. POR OCORRÊNCIA.	2			0
VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	Permitir ou causar danos ao patrimônio da UFFS, de terceiros, à integridade física de quem quer que seja, lesão corporal ou consequências letais dentro das dependências do Campus. POR OCORRÊNCIA.	3			0
	Interrupção grave no funcionamento do serviço de monitoramento como um todo, sem justificativa, por período superior a 60 minutos, caracterizado por um ou mais, dos seguintes eventos: → Falha total no monitoramento, incluindo não ser possível consultar nenhuma das câmeras ou restaurar imagens; → Falha total em equipamentos considerados críticos; → Falha em mais de 10% no número total de equipamentos, incluindo falhas no armazenamento das imagens. POR OCORRÊNCIA.	3			0
	Interrupção parcial no funcionamento do serviço de monitoramento como um todo, sem justificativa, por período superior a 60 minutos, caracterizado por um ou mais dos seguintes eventos: → Falha parcial no monitoramento; → Falha em mais de 5% no número total de equipamentos, incluindo falhas no armazenamento das imagens. POR OCORRÊNCIA.	2			0
	Atraso na entrega de imagens quando solicitadas pela gestão e fiscalização. POR DIA DE ATRASO.	1			0

VIGILÂNCIA	Falha no funcionamento de controlador de acesso, sem a devida correção no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. POR DIA.	2		0
	Falha no funcionamento (acionamento remoto) das cancelas, sem a devida correção no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. POR DIA.	1		0
	Situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória. POR DIA DE ATRASO.	1		0
	Não realização de visitas semanais para conferir funcionamento do sistema. POR OCORRÊNCIA.	1		0
	Câmera sem funcionar. POR CÂMERA E POR DIA	0,1		0
	Falta de imagem gravada dentro do período de 60 dias. POR OCORRÊNCIA.	1		0
	Não realizar as manutenções corretivas do sistema de videomonitoramento conforme prazos previstos no Termo de Referência (POR DIA)	2		0
	Atraso na conclusão da instalação do sistema de vigilância eletrônica. POR DIA.	0,1		0
TOTAL DO MÊS				0

FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO APÓS AFERIÇÃO MENSAL DA FISCALIZAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
	Desconto de 1% sobre o valor total da fatura mensal	04 pontos
	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal	05 pontos
	Desconto de 3% sobre o valor total da fatura mensal	06 pontos
	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal	07 pontos
	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal	08 pontos
	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal	09 pontos
	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal	10 pontos
	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal	11 pontos
	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal	12 pontos
	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal	13 pontos ou mais

AJUSTES NO PAGAMENTO	
Valor mensal do Contrato (sem descontos)	R\$ 0,00
Total de pontos	00
Faixa de ajuste no pagamento	0,00%
Valor final a pagar para a Empresa	R\$ 0,00

Anexo VI - Modelo de ordem de serviço



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
www.uffs.edu.br

Anexo VI - Modelo de ordem de serviço

Contrato nº XX/2025
Pregão Eletrônico nº 90018/2025
Processo Administrativo nº 23205.016512/2025-53

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Solicita-se o início da prestação de serviços referente ao Contrato nº XX/2025 a partir da data de 01/11/2025 conforme especificações a seguir:

Item	Cód. Sipac	DESCRIÇÃO	Quantidade de postos / serviços	Valor Mensal postos / serviços
2	3703001000023	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	
3	3703001000021	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	
4	3703001000022	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	
5	3703001000020	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	
Total Campus Cerro Largo/RS				
7	3703001000028	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	
8	3703001000026	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	
9	3703001000027	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	
10	3703001000025	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	1	
Total Campus Erechim/RS				

12	3703001000036	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	
13	3703001000032	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	1	
14	3703001000033	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	
15	3703001000031	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	
Total Campus Passo Fundo/RS				

Escala de trabalho									
Item	DESCRIÇÃO	Quant. Inicial	Jornada	Dias da semana	Início 1º turno	Final 1º turno	Início 2º turno	Final 2º turno	Total jornada diária
2	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00
3	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00
4	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00
5	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00
7	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00
8	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00
9	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00
10	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	1	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00
12	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00
13	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	1	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00
14	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA	1	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00

	DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA								
15	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	12 X 36	Domingo a Segunda	05:00	17:00	17:00	05:00	12:00

Critérios de avaliação dos serviços: Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Anexo V) do Termo de Referência.

Local de realização: Campus Cerro Largo, Campus Erechim e Campus Passo Fundo.

Prazo de execução: XX/XX/2025 até XX/XX/2025

Recursos financeiros: Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática e empenho associado ao Contrato nº XX/2025.

Anexo VII
- Modelo de
Declaração de
Vistoria



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
www.uffs.edu.br

Anexo VII - Modelo de Declaração de Vistoria

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada _____(endereço), por intermédio de seu representante legal, e para os fins do Pregão Eletrônico nº 90018/2025, **DECLARA** expressamente que, vistoriou os imóveis da Universidade Federal da Fronteira Sul, **Campus Cerro Largo - Campus Definitivo:** Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Centro, Cerro Largo/RS, CEP 97900-000; **Campus Cerro Largo - Unidade Seminário:** Rua Major Antônio Cardoso, 590, Centro, Cerro Largo/RS, CEP 97900-000; **Campus Erechim:** ERS 135, km 72, 200, Erechim/RS, CEP 99700-970; e **Campus Passo Fundo:** Rua Capitão Araújo, 20, Centro, Passo Fundo/RS, CEP 99010-200, estando ciente do estado de conservação dos imóveis, suas entradas, quantidades de janelas, áreas de risco e o que mais se fizer necessário para instalação dos postos e o perfeito funcionamento da vigilância armada e desarmada, motorizada e não motorizada, bem como para a instalação da vigilância eletrônica com monitoramento, não podendo em hipótese alguma alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos de orçamento e elaboração de planilhas.

Local, ____ de _____ de 2025.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

OU

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada _____(endereço), por intermédio de seu representante legal, e para os fins do Pregão Eletrônico nº 90018/2025, **DECLARA** expressamente que, conhece os locais onde serão prestados os serviços no **Campus Cerro Largo - Campus Definitivo:** Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Centro, Cerro Largo/RS, CEP 97900-000; **Campus Cerro Largo - Unidade Seminário:** Rua Major Antônio Cardoso, 590, Centro, Cerro Largo/RS, CEP 97900-000; **Campus Erechim:** ERS 135, km 72, 200, Erechim/RS, CEP 99700-970; e **Campus Passo Fundo:** Rua Capitão Araújo, 20, Centro, Passo Fundo/RS, CEP 99010-200, e tem conhecimento de todas as informações necessárias para subsidiar a formulação da proposta apresentada.

Local, ____ de _____ de 2025.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

Anexo VIII
- Planilha de
formação de preços

ATENÇÃO

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. Informações gerais

- 1.1. É obrigatório que a empresa licitante adote esta planilha de custo e formação de preços Anexo do Termo de Referência.
- 1.2. Os valores dos insumos, materiais, equipamentos e uniformes **deverão ser preenchidos apenas na aba preços**.
- 1.3. Os preços dos insumos, materiais, equipamentos, uniformes e EPIs poderão ser maiores ou menores do que o previsto na planilha de formação de preços desde que o valor da proposta seja igual ou inferior ao valor estimado em cada item da licitação.
- 1.4. Em caso de alteração do percentual de tributos, deverá ser justificado.
- 1.5. Ajustar o valor do FAP da empresa na aba preços. Será necessário enviar o comprovante do valor da empresa.

2. Aba Proposta

- 2.1. Preencher apenas os dados da empresa.
- 2.2. Os valores não devem ser alterados, são fórmulas que atualizarão automaticamente ao preencher as abas dos itens.

3. Abas dos postos de vigilantes

- 3.1. Há observações na coluna "I" com explicações de onde surgem os valores da respectiva linha.
- 3.2. Os valores da Memória de cálculo dos uniformes e EPI e da Memória de cálculo dos equipamentos não devem ser alterados. Os preços ofertados para cada item devem ser preenchidos na aba **Preços** e serão automaticamente transportados para a formação de preços de cada item.

4. Caso a empresa seja optante da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)

- 4.1. Não é necessário informar nenhum percentual, apenas alterar na aba **Preços** a informação de ser optante. A planilha automaticamente vai alterar os percentuais para os aplicados para o ano 2025, tanto para o módulo 2 (INSS) quanto para o módulo 6 (CPRB).

5. Demais informações sobre a execução da prestação dos serviços, quantitativos e detalhamentos constam no Termo de Referência e seus Encartes, que obrigatoriamente devem ser observados antes do envio da proposta.

As células editáveis estão destacadas com fundo na cor LARANJA

Utilize a tecla **TAB** para movimentação entre as células editáveis

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53	Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025	Data do orçamento estimado:	15/08/2025
Data da proposta:	15/08/2025	Cidade:		UF:	
Razão Social:			CNPJ:		
Fone:		E-mail:			
Banco:		Agência:		Conta Corrente:	
Representante legal:					

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS

Grupo	Item	Cód. Sipac	DESCRIÇÃO	Quantidade de postos / serviços	Valor unitário primeiros 12 meses	Valor unitário do 13º ao 30º mês	Valor mensal da contratação primeiros 12 meses	Valor mensal da contratação do 13º ao 30º mês	Valor da contratação para 30 meses
1	1	3977002100003	CAMPUS CERRO LARGO – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO	1	38.515,40	33.487,62	38.515,40	33.487,62	1.064.962,06
	2	3703001000023	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	16.898,94	16.898,94	16.898,94	16.898,94	506.968,20
	3	3703001000021	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	16.405,62	16.405,62	32.811,24	32.811,24	984.337,20
	4	3703001000022	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	14.228,06	14.228,06	14.228,06	14.228,06	426.841,80
	5	3703001000020	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	13.734,72	13.734,72	27.469,44	27.469,44	824.083,20
	Total Campus Cerro Largo/RS			-	-	-	129.923,08	124.895,30	3.807.192,46
	6	3977002100004	CAMPUS ERECHIM – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO	1	32.508,08	28.428,20	32.508,08	28.428,20	901.804,52
	7	3703001000028	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	17.101,72	17.101,72	17.101,72	17.101,72	513.051,60
	8	3703001000026	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	16.613,14	16.613,14	33.226,28	33.226,28	996.788,40
	9	3703001000027	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	14.606,94	14.606,94	14.606,94	14.606,94	438.208,20
	10	3703001000025	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	1	14.118,38	14.118,38	14.118,38	14.118,38	423.551,40
	Total Campus Erechim/RS			-	-	-	111.561,40	107.481,52	3.273.404,12
	11	3977002100005	CAMPUS PASSO FUNDO – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO	1	20.900,99	18.672,11	20.900,99	18.672,11	586.909,72
	12	3703001000036	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	16.649,42	16.649,42	16.649,42	16.649,42	499.482,60
	13	3703001000032	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	1	16.484,06	16.484,06	16.484,06	16.484,06	494.521,80
	14	3703001000033	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	14.029,90	14.029,90	14.029,90	14.029,90	420.897,00
	15	3703001000031	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	13.864,50	13.864,50	27.729,00	27.729,00	831.870,00
	Total Campus Passo Fundo/RS			-	-	-	95.793,37	93.564,49	2.833.681,12
TOTAL							337.277,85	325.941,31	9.914.277,70

Assinatura (pode ser utilizada assinatura digital gratuita pelo Gov.br)

Especificações e valores dos insumos			
Item	Grupo	Descrição	Preço
1	Eletrônica	Bandeja fixa para rack 1U	59,94
2	Eletrônica	Bateria 07 amperes	130,57
3	Eletrônica	Bateria 45 amperes	523,80
4	Eletrônica	Bateria 60 amperes	545,47
5	Eletrônica	Cabo cat6	2,59
6	Eletrônica	Cabo cat6 blindado	5,72
7	Eletrônica	Caixa blindada 50 x 30 x 20	260,26
8	Eletrônica	Caixa organizadora 180º	21,89
9	Eletrônica	Câmera Tipo 1	596,48
10	Eletrônica	Câmera Tipo 2	3.857,92
11	Eletrônica	Câmera Tipo 3	6.520,80
12	Eletrônica	Câmera Tipo 4	3.763,85
13	Eletrônica	Cancela automatizada - 5,4 metros	6.409,22
14	Eletrônica	Computador para estação de monitoramento	4.295,83
15	Eletrônica	Conduíte metálico emborrachado	12,73
16	Eletrônica	Conector RJ45	2,52
17	Eletrônica	Conector RJ45 blindado	3,72
18	Eletrônica	Conversor de mídia	250,03
19	Eletrônica	DIO (Distribuidor Interno Óptico)	462,66
20	Eletrônica	Disjuntor 10a	17,56
21	Eletrônica	Eletrocalha 100x100x300mm	69,18
22	Eletrônica	Eletrocalha 50x50x300mm	49,50
23	Eletrônica	Eletroduto 3/4 PVC	47,65
24	Eletrônica	Fibra óptica	0,79
25	Eletrônica	HD 10TB	2.070,40
26	Eletrônica	Instalação de câmera	210,00
27	Eletrônica	Instalação de controle de acesso	800,00
28	Eletrônica	Instalação de poste	500,00
29	Eletrônica	Instalação de rack e equipamentos	850,00
30	Eletrônica	Instalação do rack do servidor/gravador	1.388,86
31	Eletrônica	Instalação estação de monitoramento	490,00
32	Eletrônica	Kit controle de acesso entrada	1.784,10
33	Eletrônica	Kit controle de acesso entrada e saída	2.275,86
34	Eletrônica	Kit de aterramento	71,28
35	Eletrônica	Kit ventilação para rack	302,18
36	Eletrônica	Mesa controladora keyboard	1.648,17
37	Eletrônica	Monitor 27"	772,47
38	Eletrônica	Mouse	32,60
39	Eletrônica	Nobreak 1,5Kva	2.297,36
40	Eletrônica	Nobreak 5Kva	9.438,80
41	Eletrônica	NVR 128 canais	35.446,28
42	Eletrônica	NVR 64 canais	31.499,89
43	Eletrônica	Pach cord	20,67
44	Eletrônica	Parafuso porca gaiola	0,85

45	Eletrônica	Poste para fixação de câmeras	1.551,83
46	Eletrônica	Protetor de surto - DPS	50,54
47	Eletrônica	Rack 12U	883,50
48	Eletrônica	Rack 44U	3.752,88
49	Eletrônica	Servidor para rack 19"	18.977,71
50	Eletrônica	Software de gerenciamento total	7.145,18
51	Eletrônica	Switch 05 canais Poe	361,08
52	Eletrônica	Switch 08 canais Poe + SFP	780,02
53	Eletrônica	Switch 16 canais Poe + SFP	1.831,99
54	Eletrônica	Switch 24 canais Poe + SFP	2.127,83
55	Eletrônica	Switch 24 portas SFP	4.259,92
56	Eletrônica	Switch 48 canais Poe + SFP	3.399,15
57	Eletrônica	Teclado	86,64
58	Eletrônica	Televisor 42"	1.685,91
59	Eletrônica	Transceiver SFP	146,50
60	Eletrônica	Percentual para manutenção dos equipamentos	2,00%
61	Equipamento	Capa de chuva	41,46
62	Equipamento	Capacete para motociclista	160,22
63	Equipamento	Cofre para arma	218,44
64	Equipamento	Coldre para revólver calibre 38	45,09
65	Equipamento	Colete balístico	1.280,07
66	Equipamento	Guarda-chuva	50,38
67	Equipamento	Lanterna	61,43
68	Equipamento	Livro de ocorrências	14,46
69	Equipamento	Motocicleta	20.760,00
70	Equipamento	Munição para revólver calibre 38	90,44
71	Equipamento	Placa sinalização ambiente monitorado	11,68
72	Equipamento	Porta tonfa	29,46
73	Equipamento	Rádios UHF/VHF	109,80
74	Equipamento	Relógio ponto	1.469,33
75	Equipamento	Revólver calibre 38	7.041,38
76	Equipamento	Smartphone	836,77
77	Equipamento	Tonfa	45,33
78	Material	Gasolina	6,16
79	Uniforme	Apito com cordão	10,09
80	Uniforme	Bota de chuva	34,64
81	Uniforme	Calça	106,86
82	Uniforme	Camisa de mangas curtas	63,87
83	Uniforme	Camisa de mangas longas	100,25
84	Uniforme	Capa para Colete Balístico	161,33
85	Uniforme	Cinto	17,40
86	Uniforme	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	67,19
87	Uniforme	Crachá de identificação	6,65
88	Uniforme	Jaqueta de frio/Japona	108,29
89	Uniforme	Quepe/Boné com emblema	26,51
90	Uniforme	Sapatos/coturno	88,29

Outros valores aplicáveis igualmente a todas as planilhas		
Item	Preço	Descrição
FAP	1,0000	Ajustar o FAP para valor da empresa e apresentar o comprovante.
Tributos Federais	3,65%	Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação
Tributos Municipais Cerro Largo	4,00%	Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (Código 11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.)
Tributos Municipais Erechim	3,00%	Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (Código 11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.)
Tributos Municipais Passo Fundo	2,00%	Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (Código 11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.)

A empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)?		
Não		
Alíquota INSS Aplicável	20,00%	<p>Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.</p> <p>Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Conforme a Lei 14.973/2024, a reoneração da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.</p>
CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	0,00%	<p>Para empresas não optantes pela CPRB: A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta não se aplica e, portanto, deve ser preenchida com o valor de 0% (zero por cento).</p> <p>Para empresas optantes pela CPRB: A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva das alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025
Data do orçamento estimado	15/08/2025
Data da proposta	15/08/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
A	Tipo de serviço	CAMPUS CERRO LARGO – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO
B	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025
C	Município/UF	Cerro Largo/RS

MÓDULO 1: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS						
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor R\$	Meses a pagar	R\$ Mensal
1	Bandeja fixa para rack 1U	2	59,94	119,88	30	4,00
2	Bateria 07 amperes	0	130,57	0,00	30	0,00
3	Bateria 45 amperes	5	523,80	2.619,00	30	87,30
4	Bateria 60 amperes	11	545,47	6.000,17	30	200,01
5	Cabo cat6	4.890	2,59	12.665,10	30	422,17
6	Cabo cat6 blindado	0	5,72	0,00	30	0,00
7	Caixa blindada 50 x 30 x 20	5	260,26	1.301,30	30	43,38
8	Caixa organizadora 180º	157	21,89	3.436,73	30	114,56
9	Câmera Tipo 1	170	596,48	101.401,60	30	3.380,05
10	Câmera Tipo 2	7	3.857,92	27.005,44	30	900,18
11	Câmera Tipo 3	0	6.520,80	0,00	30	0,00
12	Câmera Tipo 4	0	3.763,85	0,00	30	0,00
13	Cancela automatizada - 5,4 metros	0	6.409,22	0,00	30	0,00
14	Computador para estação de monitoramento	2	4.295,83	8.591,66	30	286,39
15	Conduíte metálico emborrachado	0	12,73	0,00	30	0,00
16	Conector RJ45	300	2,52	756,00	30	25,20
17	Conector RJ45 blindado	0	3,72	0,00	30	0,00
18	Conversor de mídia	12	250,03	3.000,36	30	100,01
19	DIO (Distribuidor Interno Óptico)	2	462,66	925,32	30	30,84
20	Disjuntor 10a	5	17,56	87,80	30	2,93
21	Eletrocalha 100x100x300mm	1	69,18	69,18	30	2,31
22	Eletrocalha 50x50x300mm	93	49,50	4.603,50	30	153,45
23	Eletroduto 3/4 PVC	79	47,65	3.764,35	30	125,48
24	Fibra óptica	15.270	0,79	12.063,30	30	402,11
25	HD 10TB	12	2.070,40	24.844,80	30	828,16
32	Kit controle de acesso entrada	0	1.784,10	0,00	30	0,00
33	Kit controle de acesso entrada e saída	0	2.275,86	0,00	30	0,00
34	Kit de aterramento	5	71,28	356,40	30	11,88
35	Kit ventilação para rack	2	302,18	604,36	30	20,15
36	Mesa controladora keyboard	2	1.648,17	3.296,34	30	109,88
37	Monitor 27"	4	772,47	3.089,88	30	103,00
38	Mouse	4	32,60	130,40	30	4,35
39	Nobreak 1,5Kva	22	2.297,36	50.541,92	30	1.684,73
40	Nobreak 5Kva	2	9.438,80	18.877,60	30	629,25
41	NVR 128 canais	3	35.446,28	106.338,84	30	3.544,63
42	NVR 64 canais	0	31.499,89	0,00	30	0,00
43	Pach cord	5	20,67	103,35	30	3,45
44	Parafuso porca gaiola	40	0,85	34,00	30	1,13
45	Poste para fixação de câmeras	0	1.551,83	0,00	30	0,00
46	Protetor de surto - DPS	5	50,54	252,70	30	8,42
47	Rack 12U	11	883,50	9.718,50	30	323,95
48	Rack 44U	0	3.752,88	0,00	30	0,00
49	Servidor para rack 19"	2	18.977,71	37.955,42	30	1.265,18
51	Switch 05 canais Poe	12	361,08	4.332,96	30	144,43
52	Switch 08 canais Poe + SFP	1	780,02	780,02	30	26,00
53	Switch 16 canais Poe + SFP	2	1.831,99	3.663,98	30	122,13
54	Switch 24 canais Poe + SFP	6	2.127,83	12.766,98	30	425,57
55	Switch 24 portas SFP	2	4.259,92	8.519,84	30	283,99
56	Switch 48 canais Poe + SFP	2	3.399,15	6.798,30	30	226,61
57	Teclado	4	86,64	346,56	30	11,55
58	Televisor 42"	2	1.685,91	3.371,82	30	112,39
59	Transceiver SFP	58	146,50	8.497,00	30	283,23
-	Outros (previsão para necessidades não especificadas a serem comprovadas no momento da instalação) 20% sobre os equipamentos	1	98.726,53	98.726,53	30	3.290,88
TOTAL - MÓDULO 1				592.359,19		19.745,31

MÓDULO 2: MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO						
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor R\$	Meses a pagar	R\$ Mensal
26	Instalação de câmera	177	210,00	37.170,00	12	3.097,50
27	Instalação de controle de acesso	0	800,00	0,00	12	0,00
28	Instalação de poste	0	500,00	0,00	12	0,00
29	Instalação de rack e equipamentos	11	850,00	9.350,00	12	779,17
30	Instalação do rack do servidor/gravador	2	1.388,86	2.777,72	12	231,48
31	Instalação estação de monitoramento	2	490,00	980,00	12	81,67
-	Outros (previsão para necessidades não especificadas a serem comprovadas no momento da instalação) 20% sobre a instalação	1	10.055,54	10.055,54	12	837,96
TOTAL - MÓDULO 2				60.333,26		5.027,78

MÓDULO 3: SERVIÇOS AUXILIARES					
Item	Descrição	Percentual	Quantidade	CUSTO	R\$ Mensal
60	Manutenção dos equipamentos	2,00%	1	394,91	394,91
50	Software de gerenciamento total	N/A	1	7.145,18	7.145,18
3	Troca de baterias 45a a cada 30 meses	N/A	5	523,80	87,30
4	Troca de baterias 60a a cada 30 meses	N/A	11	545,47	200,01
2	Troca de baterias 12v 7a a cada 30 meses (controle de acesso/nobreak)	N/A	52	130,57	226,32
TOTAL - MÓDULO 3					8.053,71

MÓDULO 4: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Item	Descrição	Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	32.826,80	6,00%	1.969,61
B	Lucro	34.796,41	6,79%	2.362,68
C	Tributos (PIS - 0,65%, COFINS - 3,00%)	37.159,09	3,65%	1.356,31
TOTAL - MÓDULO 4				5.688,60

CUSTO TOTAL DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA primeiros 12 meses		Valor (R\$)
A	Módulo 1: Equipamentos (primeiros 30 meses, depois zero o valor)	19.745,31
B	Módulo 2: Mão de obra de instalação (primeiros 12 meses, depois zero o valor)	5.027,78
C	Módulo 3: Serviços auxiliares	8.053,71
F	Módulo 4: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	5.688,60
VALOR TOTAL MENSAL		38.515,40

CUSTO TOTAL DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA 13º ao 30º mês do contrato		Valor (R\$)
A	Módulo 1: Equipamentos (primeiros 30 meses, depois zero o valor)	19.745,31
B	Módulo 2: Mão de obra de instalação (primeiros 12 meses, depois zero o valor)	0,00
C	Módulo 3: Serviços auxiliares	8.053,71
F	Módulo 4: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	5.688,60
VALOR TOTAL MENSAL		33.487,62

CUSTO VIGILÂNCIA ELETRÔNICA a partir do 31º mês (em caso de prorrogação da vigência)		Valor (R\$)
A	Módulo 1: Equipamentos (primeiros 30 meses, depois zero o valor)	0,00
B	Módulo 2: Mão de obra de instalação (primeiros 12 meses, depois zero o valor)	0,00
C	Módulo 3: Serviços auxiliares	8.053,71
F	Módulo 4: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	5.688,60
VALOR TOTAL MENSAL		13.742,31

VALOR TOTAL PRIMEIROS 12 MESES		462.184,84
VALOR 13º AO 30º MÊS		602.777,22
VALOR GLOBAL		1.064.962,06

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
A	Tipo de serviço	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025
D	Município/UF	Cerro Largo/RS
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025
F	CNPJ Sindicato	91.343.293/0001-65
G	Número do Registro no MTE	RS000837/2025
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE
I	Data base da categoria	01 de fevereiro
J	Nº de meses de execução contratual	30
K	Unidade de Medida	Posto
L	Quantidade de postos	1
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
A	Salário Base	Valor (R\$)			
		2.105,40			
CCT – Cláusula 3ª – Item 15					
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)	
		2.105,40	30,00%	631,62	
CCT – Cláusula 6ª					
C	Adicional Noturno (Considera hora noturna de 22h às 5h do dia seguinte, portanto 7 horas noturnas de uma jornada de 12h.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	58,33%	20,00%	319,32
CCT – Cláusula 29ª					
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida (A título de pagamento adicional computa-se o pagamento de 7min e 30 s a cada hora noturna, por 7 horas, totalizando 52min e 30 s, que significa 1 hora da jornada de 12h.) (Por tratar-se de hora considerada a mais, calcula-se pagamento de 100% da hora, acrescida do respectivo adicional noturno.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	8,33%	120,00%	273,70
CLT – Art. 73 – § 1º					
E	Adicional Troca de Uniforme	Dias trabalhados	Valor por dia	Valor (R\$)	
		15,00	2,07	31,10	
CCT – Cláusula 8ª					
TOTAL MÓDULO 1					3.361,14

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	13º Salário					3.361,14	8,33%	280,10	
B	Férias e Adicional de Férias					3.361,14	12,10%	406,70	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								686,80	
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	4.047,94		
						Percentual	Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	809,59		Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Conforme a Lei 14.973/2024, a reoperação da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.
B	Salário Educação					2,50%	101,20		
C	SAT- GIL/RAT	RAT:		3,00%	FAP:	1,0000	3,00%	121,44	
D	SESC ou SESI					1,50%	60,72		
E	SENAI – SENAC					1,00%	40,48		
F	SEBRAE					0,60%	24,29		
G	INCRA					0,20%	8,10		
H	FGTS					8,00%	323,84		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.489,66		
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)	
A	Transporte							0,00	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							360,00	
C	Seguro de vida							7,18	
D	Outros (especificar)							0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								367,18	
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							686,80	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.489,66	
2.3	Benefícios Mensais e Diários							367,18	
TOTAL MÓDULO 2								2.543,64	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	4.047,94	0,417%	16,87
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	16,87	8,000%	1,35
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	4.047,94	0,160%	6,48
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						24,70
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	4.047,94	1,944%	78,71
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	78,71	36,800%	28,97
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	3.361,14	3,200%	107,56
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						215,24
TOTAL - MÓDULO 3						239,94
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	4.047,94	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	11,24
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,84
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,26
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	25,10
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	55,77
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						94,22
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	34,67
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						128,89
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					128,89
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						423,46

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.						
De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.						

A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						

Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.						
---	--	--	--	--	--	--

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º						
---	--	--	--	--	--	--

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	94,17
B	Materiais – Combustível	199,58
C	Equipamentos	62,60
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		356,35

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	6.924,54	6,00%	415,47
B	Lucro	7.340,01	6,79%	498,39
C	Tributos			
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	7.838,40	3,65%	286,10
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 5%)	8.124,50	4,00%	324,98
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	8.703,54	0,00%	0,00
TOTAL - MÓDULO 6				1.524,94

IN 05/2017 MPDG

IN 05/2017 MPDG

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: $PV = \frac{\text{Soma dos Módulos 1 a 5}}{(1 - \text{Soma dos Percentuais do Módulo 6})}$, onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado ($\text{Valor da CPRB} = PV \times \text{Alíquota da CPRB}$). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente. A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	3.361,14
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.543,64
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	239,94
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	423,46
E	Módulo 5: Insumos Diversos	356,35
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.524,94
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		8.449,47

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	8.449,47
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	16.898,94
Quantidade de postos	1
Valor mensal do serviço	16.898,94
Valor anual do serviço	202.787,28
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	506.968,20

Memória de cálculo vale transporte				
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
0,00	2	15	0,00	Não há transporte público no município
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			0,00	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
30,00	15	450,00	CCT – Cláusula 30ª
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
450,00	20,00%	90,00	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição		360,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	3	63,87	12	15,97
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	1	161,33	30	5,38
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	1	67,19	30	2,24
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					82,14
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					12,03
Custo mensal por pessoa					94,17

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

Memória de cálculo combustível				
Quantidade de rondas por dia		12		
Quantidade de rondas no mês		360		
Quilometragem por ronda		4,5		
Quilometragem mensal		1.620		
Consumo médio motocicleta 150 cc (km/l)		25		
Quantidade de litros de combustível por mês		65		
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor mensal
78	Gasolina	65	6,16	399,17
Quantidade de postos motorizados				1
Quantidade de pessoas por posto				2
Custo mensal de gasolina por pessoa				199,58

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Tipo de serviço	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025	
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025	
D	Município/UF	Cerro Largo/RS	
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025	
F	CNPJ Sindicato	91.343.293/0001-65	
G	Número do Registro no MTE	RS000837/2025	
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE	
I	Data base da categoria	01 de fevereiro	
J	Nº de meses de execução contratual	30	
K	Unidade de Medida	Posto	
L	Quantidade de postos	2	
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
A	Salário Base	Valor (R\$)			
		2.105,40			
CCT – Cláusula 3ª – Item 15					
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)	
		2.105,40	30,00%	631,62	
CCT – Cláusula 6ª					
C	Adicional Noturno (Considera hora noturna de 22h às 5h do dia seguinte, portanto 7 horas noturnas de uma jornada de 12h.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	58,33%	20,00%	319,32
CCT – Cláusula 29ª					
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida (A título de pagamento adicional computa-se o pagamento de 7min e 30 s a cada hora noturna, por 7 horas, totalizando 52min e 30 s, que significa 1 hora da jornada de 12h.) (Por tratar-se de hora considerada a mais, calcula-se pagamento de 100% da hora, acrescida do respectivo adicional noturno.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	8,33%	120,00%	273,70
CLT – Art. 73 – § 1º					
E	Adicional Troca de Uniforme	Dias trabalhados	Valor por dia	Valor (R\$)	
		15,00	2,07	31,10	
CCT – Cláusula 8ª					
TOTAL MÓDULO 1					3.361,14

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS										
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)		
A	13º Salário					3.361,14	8,33%	280,10		
B	Férias e Adicional de Férias					3.361,14	12,10%	406,70		
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								686,80		
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	4.047,94			
						Percentual	Valor (R\$)			
A	INSS					20,00%	809,59		Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Conforme a Lei 14.973/2024, a reoperação da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.	
B	Salário Educação					2,50%	101,20			
C	SAT- GIL/RAT	RAT:		3,00%	FAP:	1,0000	3,00%	121,44		O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave. Ajustar o FAP para valor da empresa na aba preços.
D	SESC ou SESI					1,50%	60,72			Decreto-Lei nº 9.853/1946 (Art. 3º) e Lei nº 8.036/1990 (Art. 30) = 1,50% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.
E	SENAI – SENAC					1,00%	40,48			Decreto-Lei nº 2.318/1986 = 1,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.
F	SEBRAE					0,60%	24,29			Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (Art. 8º) = 0,60% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.
G	INCRA					0,20%	8,10			Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, Inciso I) = 0,20% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.
H	FGTS					8,00%	323,84			Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15) - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.489,66			
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)		
A	Transporte							0,00		Não há transporte público no município
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							360,00		CCT – Cláusula 30ª
C	Seguro de vida							7,18		CCT – Cláusula 35ª
D	Outros (especificar)							0,00		
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								367,18		
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS										
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							686,80		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.489,66		
2.3	Benefícios Mensais e Diários							367,18		
TOTAL MÓDULO 2								2.543,64		

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	4.047,94	0,417%	16,87
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	16,87	8,000%	1,35
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	4.047,94	0,160%	6,48
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						24,70
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	4.047,94	1,944%	78,71
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	78,71	36,800%	28,97
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	3.361,14	3,200%	107,56
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						215,24
TOTAL - MÓDULO 3						239,94
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	4.047,94	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	11,24
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,84
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,26
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	25,10
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	55,77
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						94,22
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	34,67
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						128,89
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					128,89
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						423,46

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.						
De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.						

A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						

Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.						
---	--	--	--	--	--	--

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º						
---	--	--	--	--	--	--

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	91,61
B	Materiais – Combustível	0,00
C	Equipamentos	62,60
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		154,21

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	6.722,39	6,00%	403,34
B	Lucro	7.125,73	6,79%	483,84
C	Tributos			
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	7.609,57	3,65%	277,75
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 5%)	7.887,32	4,00%	315,49
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	8.449,46	0,00%	0,00
TOTAL - MÓDULO 6				1.480,42

IN 05/2017 MPDG

IN 05/2017 MPDG

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: $PV = \frac{\text{Soma dos Módulos 1 a 5}}{(1 - \text{Soma dos Percentuais do Módulo 6})}$, onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado ($\text{Valor da CPRB} = PV \times \text{Alíquota da CPRB}$). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente. A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	3.361,14
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.543,64
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	239,94
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	423,46
E	Módulo 5: Insumos Diversos	154,21
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.480,42
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		8.202,81

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	8.202,81
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	16.405,62
Quantidade de postos	2
Valor mensal do serviço	32.811,24
Valor anual do serviço	393.734,88
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	984.337,20

Memória de cálculo vale transporte				
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
0,00	2	15	0,00	Não há transporte público no município
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			0,00	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
30,00	15	450,00	CCT – Cláusula 30ª
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
450,00	20,00%	90,00	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição		360,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	3	63,87	12	15,97
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	1	161,33	30	5,38
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	0	67,19	30	0,00
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					79,90
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					11,71
Custo mensal por pessoa					91,61

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Tipo de serviço	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025	
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025	
D	Município/UF	Cerro Largo/RS	
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025	
F	CNPJ Sindicato	91.343.293/0001-65	
G	Número do Registro no MTE	RS000837/2025	
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE	
I	Data base da categoria	01 de fevereiro	
J	Nº de meses de execução contratual	30	
K	Unidade de Medida	Posto	
L	Quantidade de postos	1	
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base	Valor (R\$)		
		2.105,40		
CCT – Cláusula 3ª – Item 15				
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)
		2.105,40	30,00%	631,62
CCT – Cláusula 6ª				
E	Adicional Troca de Uniforme	Dias trabalhados	Valor por dia	Valor (R\$)
		15,00	2,07	31,10
CCT – Cláusula 8ª				
TOTAL MÓDULO 1				2.768,12

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	13º Salário					2.768,12	8,33%	230,68	
B	Férias e Adicional de Férias					2.768,12	12,10%	334,94	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								565,62	
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	3.333,74		
						Percentual	Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	620,61		
B	Salário Educação					2,50%	83,34		
C	SAT- GIL/RAT	RAT:		3,00%	FAP:	1,0000	3,00%	100,01	
D	SESC ou SESI					1,50%	50,01		
E	SENAI – SENAC					1,00%	33,34		
F	SEBRAE					0,60%	20,00		
G	INCRA					0,20%	6,67		
H	FGTS					8,00%	266,70		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.180,68		
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)	
A	Transporte							0,00	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							360,00	
C	Seguro de vida							7,18	
D	Outros (especificar)							0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								367,18	
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							565,62	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.180,68	
2.3	Benefícios Mensais e Diários							367,18	
TOTAL MÓDULO 2								2.113,48	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	3.333,74	0,417%	13,89
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	13,89	8,000%	1,11
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	3.333,74	0,160%	5,33
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						20,33
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	3.333,74	1,944%	64,82
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	64,82	36,800%	23,85
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	2.768,12	3,200%	88,58
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						177,25
TOTAL - MÓDULO 3						197,58
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	3.333,74	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	9,26
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,69
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,04
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	20,67
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	45,93
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						77,60
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	28,56
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						106,16
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					106,16
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						400,73

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.						
De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.						

A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						

Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.						
---	--	--	--	--	--	--

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º						
---	--	--	--	--	--	--

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	88,01
B	Materiais – Combustível	199,58
C	Equipamentos	62,60
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		350,19

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)	
A	Custos indiretos	5.830,10	6,00%	349,81	IN 05/2017 MPDG
B	Lucro	6.179,91	6,79%	419,62	IN 05/2017 MPDG
C	Tributos				
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	6.599,53	3,65%	240,88	Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 5%)	6.840,41	4,00%	273,62	Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	7.327,92	0,00%	0,00	O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: PV = (Soma dos Módulos 1 a 5) / (1 - Soma dos Percentuais do Módulo 6), onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado (Valor da CPRB = PV x Alíquota da CPRB). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente. A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.
TOTAL - MÓDULO 6				1.283,93	

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	2.768,12
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.113,48
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	197,58
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	400,73
E	Módulo 5: Insumos Diversos	350,19
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.283,93
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		7.114,03

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	7.114,03
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	14.228,06
Quantidade de postos	1
Valor mensal do serviço	14.228,06
Valor anual do serviço	170.736,72
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	426.841,80

Memória de cálculo vale transporte				
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
0,00	2	15	0,00	Não há transporte público no município
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			0,00	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
30,00	15	450,00	CCT – Cláusula 30ª
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
450,00	20,00%	90,00	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição		360,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	3	63,87	12	15,97
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	0	161,33	30	0,00
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	1	67,19	30	2,24
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					76,76
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					11,25
Custo mensal por pessoa					88,01

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

Memória de cálculo combustível				
Quantidade de rondas por dia		12		
Quantidade de rondas no mês		360		
Quilometragem por ronda		4,5		
Quilometragem mensal		1.620		
Consumo médio motocicleta 150 cc (km/l)		25		
Quantidade de litros de combustível por mês		65		
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor mensal
78	Gasolina	65	6,16	399,17
Quantidade de postos motorizados				1
Quantidade de pessoas por posto				2
Custo mensal de gasolina por pessoa				199,58

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Tipo de serviço	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025	
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025	
D	Município/UF	Cerro Largo/RS	
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025	
F	CNPJ Sindicato	91.343.293/0001-65	
G	Número do Registro no MTE	RS000837/2025	
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE	
I	Data base da categoria	01 de fevereiro	
J	Nº de meses de execução contratual	30	
K	Unidade de Medida	Posto	
L	Quantidade de postos	2	
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base	Valor (R\$)		
		2.105,40		
CCT – Cláusula 3ª – Item 15				
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)
		2.105,40	30,00%	631,62
CCT – Cláusula 6ª				
E	Adicional Troca de Uniforme	Dias trabalhados	Valor por dia	Valor (R\$)
		15,00	2,07	31,10
CCT – Cláusula 8ª				
TOTAL MÓDULO 1				2.768,12

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS				Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)		
A	13º Salário				2.768,12	8,33%	230,68		
B	Férias e Adicional de Férias				2.768,12	12,10%	334,94		
TOTAL SUBMÓDULO 2.1							565,62		
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS				Base de Cálculo	3.333,74			
					Percentual	Valor (R\$)			
A	INSS				20,00%	620,61	Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Conforme a Lei 14.973/2024, a reoneração da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.		
B	Salário Educação				2,50%	83,34	Decreto-Lei nº 87.043 de 22 de março de 1982 (Art. 3º, Inciso I) = 2,50% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente		
C	SAT- GIL/RAT	RAT:		3,00%	FAP:	1,0000	3,00%	100,01	O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave. Ajustar o FAP para valor da empresa na aba preços.
D	SESC ou SESI				1,50%	50,01	Decreto-Lei nº 9.853/1946 (Art. 3º) e Lei nº 8.036/1990 (Art. 30) = 1,50% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.		
E	SENAI – SENAC				1,00%	33,34	Decreto-Lei nº 2.318/1986 = 1,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.		
F	SEBRAE				0,60%	20,00	Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (Art. 8º) = 0,60% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.		
G	INCRA				0,20%	6,67	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, Inciso I) = 0,20% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.		
H	FGTS				8,00%	266,70	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15) - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2					36,80%	1.180,68			
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS					Valor (R\$)			
A	Transporte					0,00		Não há transporte público no município	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação					360,00		CCT – Cláusula 30ª	
C	Seguro de vida					7,18		CCT – Cláusula 35ª	
D	Outros (especificar)					0,00			
TOTAL SUBMÓDULO 2.3						367,18			
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias					565,62			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					1.180,68			
2.3	Benefícios Mensais e Diários					367,18			
TOTAL MÓDULO 2						2.113,48			

IN 05/2017 MPDG (Pagamento de substituto incluso)

Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB):
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB):
Conforme a Lei 14.973/2024, a reoneração da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.

Decreto-Lei nº 87.043 de 22 de março de 1982 (Art. 3º, Inciso I) = 2,50% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente

O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave. **Ajustar o FAP para valor da empresa na aba preços.**

Decreto-Lei nº 9.853/1946 (Art. 3º) e Lei nº 8.036/1990 (Art. 30) = 1,50% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Decreto-Lei nº 2.318/1986 = 1,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (Art. 8º) = 0,60% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, Inciso I) = 0,20% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15) - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Não há transporte público no município

CCT – Cláusula 30ª

CCT – Cláusula 35ª

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	3.333,74	0,417%	13,89
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	13,89	8,000%	1,11
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	3.333,74	0,160%	5,33
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						20,33
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	3.333,74	1,944%	64,82
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	64,82	36,800%	23,85
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	2.768,12	3,200%	88,58
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						177,25
TOTAL - MÓDULO 3						197,58
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	3.333,74	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	9,26
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,69
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,04
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	20,67
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	45,93
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						77,60
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	28,56
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						106,16
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					106,16
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						400,73

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.						
De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.						

A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						

Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.						
---	--	--	--	--	--	--

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º						
---	--	--	--	--	--	--

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	85,44
B	Materiais – Combustível	0,00
C	Equipamentos	62,60
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		148,04

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	5.627,95	6,00%	337,68
B	Lucro	5.965,63	6,79%	405,07
C	Tributos			
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	6.370,70	3,65%	232,53
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 5%)	6.603,23	4,00%	264,13
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	7.073,84	0,00%	0,00
TOTAL - MÓDULO 6				1.239,41

IN 05/2017 MPDG

IN 05/2017 MPDG

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: $PV = \frac{\text{Soma dos Módulos 1 a 5}}{(1 - \text{Soma dos Percentuais do Módulo 6})}$, onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado ($\text{Valor da CPRB} = PV \times \text{Alíquota da CPRB}$). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente. A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	2.768,12
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.113,48
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	197,58
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	400,73
E	Módulo 5: Insumos Diversos	148,04
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.239,41
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		6.867,36

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	6.867,36
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	13.734,72
Quantidade de postos	2
Valor mensal do serviço	27.469,44
Valor anual do serviço	329.633,28
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	824.083,20

Memória de cálculo vale transporte				
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
0,00	2	15	0,00	Não há transporte público no município
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			0,00	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
30,00	15	450,00	CCT – Cláusula 30ª
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
450,00	20,00%	90,00	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição		360,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	3	63,87	12	15,97
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	0	161,33	30	0,00
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	0	67,19	30	0,00
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					74,52
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					10,92
Custo mensal por pessoa					85,44

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

Memória de cálculo de todos os equipamentos a serem entregues no Campus Cerro Largo					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor mensal
61	Capa de chuva	3	41,46	12	10,37
62	Capacete para motociclista	2	160,22	30	10,68
63	Cofre para arma	1	218,44	120	1,82
64	Coldre para revólver calibre 38	3	45,09	60	2,25
65	Colete balístico	3	1.280,07	60	64,00
66	Guarda-chuva	3	50,38	12	12,60
67	Lanterna	3	61,43	12	15,36
68	Livro de ocorrências	24	14,46	12	28,92
69	Motocicleta	1	20.760,00	120	173,00
70	Munição para revólver calibre 38	6	90,44	24	22,61
71	Placa sinalização ambiente monitorado	100	11,68	60	19,47
72	Porta tonfa	3	29,46	60	1,47
73	Rádios UHF/VHF	4	109,80	60	7,32
74	Relógio ponto	2	1.469,33	120	24,49
75	Revólver calibre 38	3	7.041,38	120	176,03
76	Smartphone	3	836,77	30	83,68
77	Tonfa	3	45,33	120	1,13
Subtotal					655,20
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicdadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					95,99
Total mensal					751,19

Item	DESCRIÇÃO	Quantidade de postos	Quantidade de pessoas por posto	Total de pessoas por posto
2	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	2	4
3	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	2	2
4	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	2	4
5	CAMPUS CERRO LARGO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	2	2
Total de pessoas no contrato				12

Custo mensal por pessoa	62,60
-------------------------	--------------

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025
Data do orçamento estimado	15/08/2025
Data da proposta	15/08/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
A	Tipo de serviço	CAMPUS ERECHIM – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO
B	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025
C	Município/UF	Erechim/RS

MÓDULO 1: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS						
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor R\$	Meses a pagar	R\$ Mensal
1	Bandeja fixa para rack 1U	1	59,94	59,94	30	2,00
2	Bateria 07 amperes	0	130,57	0,00	30	0,00
3	Bateria 45 amperes	8	523,80	4.190,40	30	139,68
4	Bateria 60 amperes	3	545,47	1.636,41	30	54,55
5	Cabo cat6	993	2,59	2.571,87	30	85,73
6	Cabo cat6 blindado	40	5,72	228,80	30	7,63
7	Caixa blindada 50 x 30 x 20	11	260,26	2.862,86	30	95,43
8	Caixa organizadora 180º	132	21,89	2.889,48	30	96,32
9	Câmera Tipo 1	124	596,48	73.963,52	30	2.465,45
10	Câmera Tipo 2	4	3.857,92	15.431,68	30	514,39
11	Câmera Tipo 3	3	6.520,80	19.562,40	30	652,08
12	Câmera Tipo 4	1	3.763,85	3.763,85	30	125,46
13	Cancela automatizada - 5,4 metros	3	6.409,22	19.227,66	30	640,92
14	Computador para estação de monitoramento	1	4.295,83	4.295,83	30	143,19
15	Conduíte metálico emborrachado	11	12,73	140,03	30	4,67
16	Conector RJ45	210	2,52	529,20	30	17,64
17	Conector RJ45 blindado	40	3,72	148,80	30	4,96
18	Conversor de mídia	9	250,03	2.250,27	30	75,01
19	DIO (Distribuidor Interno Óptico)	1	462,66	462,66	30	15,42
20	Disjuntor 10a	11	17,56	193,16	30	6,44
21	Eletrocalha 100x100x300mm	0	69,18	0,00	30	0,00
22	Eletrocalha 50x50x300mm	0	49,50	0,00	30	0,00
23	Eletroduto 3/4 PVC	135	47,65	6.432,75	30	214,43
24	Fibra óptica	1.560	0,79	1.232,40	30	41,08
25	HD 10TB	10	2.070,40	20.704,00	30	690,13
32	Kit controle de acesso entrada	0	1.784,10	0,00	30	0,00
33	Kit controle de acesso entrada e saída	0	2.275,86	0,00	30	0,00
34	Kit de aterramento	11	71,28	784,08	30	26,14
35	Kit ventilação para rack	1	302,18	302,18	30	10,07
36	Mesa controladora keyboard	1	1.648,17	1.648,17	30	54,94
37	Monitor 27"	2	772,47	1.544,94	30	51,50
38	Mouse	2	32,60	65,20	30	2,17
39	Nobreak 1,5Kva	23	2.297,36	52.839,28	30	1.761,31
40	Nobreak 5Kva	1	9.438,80	9.438,80	30	314,63
41	NVR 128 canais	2	35.446,28	70.892,56	30	2.363,09
42	NVR 64 canais	0	31.499,89	0,00	30	0,00
43	Pach cord	9	20,67	186,03	30	6,20
44	Parafuso porca gaiola	20	0,85	17,00	30	0,57
45	Poste para fixação de câmeras	2	1.551,83	3.103,66	30	103,46
46	Protetor de surto - DPS	11	50,54	555,94	30	18,53
47	Rack 12U	12	883,50	10.602,00	30	353,40
48	Rack 44U	0	3.752,88	0,00	30	0,00
49	Servidor para rack 19"	1	18.977,71	18.977,71	30	632,59
51	Switch 05 canais Poe	9	361,08	3.249,72	30	108,32
52	Switch 08 canais Poe + SFP	4	780,02	3.120,08	30	104,00
53	Switch 16 canais Poe + SFP	3	1.831,99	5.495,97	30	183,20
54	Switch 24 canais Poe + SFP	7	2.127,83	14.894,81	30	496,49
55	Switch 24 portas SFP	1	4.259,92	4.259,92	30	142,00
56	Switch 48 canais Poe + SFP	0	3.399,15	0,00	30	0,00
57	Teclado	2	86,64	173,28	30	5,78
58	Televisor 42"	2	1.685,91	3.371,82	30	112,39
59	Transceiver SFP	38	146,50	5.567,00	30	185,57
-	Outros (previsão para necessidades não especificadas a serem comprovadas no momento da instalação) 20% sobre os equipamentos	1	78.773,62	78.773,62	30	2.625,79
TOTAL - MÓDULO 1				472.641,74		15.754,75

MÓDULO 2: MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO						
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor R\$	Meses a pagar	R\$ Mensal
26	Instalação de câmera	132	210,00	27.720,00	12	2.310,00
27	Instalação de controle de acesso	0	800,00	0,00	12	0,00
28	Instalação de poste	2	500,00	1.000,00	12	83,33
29	Instalação de rack e equipamentos	12	850,00	10.200,00	12	850,00
30	Instalação do rack do servidor/gravador	1	1.388,86	1.388,86	12	115,74
31	Instalação estação de monitoramento	1	490,00	490,00	12	40,83
-	Outros (previsão para necessidades não especificadas a serem comprovadas no momento da instalação) 20% sobre a instalação	1	8.159,77	8.159,77	12	679,98
TOTAL - MÓDULO 2				48.958,63		4.079,88

MÓDULO 3: SERVIÇOS AUXILIARES					
Item	Descrição	Percentual	Quantidade	CUSTO	R\$ Mensal
60	Manutenção dos equipamentos	2,00%	1	315,10	315,10
50	Software de gerenciamento total	N/A	1	7.145,18	7.145,18
3	Troca de baterias 45a a cada 24 meses	N/A	8	523,80	139,68
4	Troca de baterias 60a a cada 24 meses	N/A	3	545,47	54,55
2	Troca de baterias 12v 7a a cada 24 meses (controle de acesso)	N/A	50	130,57	217,62
TOTAL - MÓDULO 3					7.872,12

MÓDULO 4: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Item	Descrição	Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	27.706,75	6,00%	1.662,40
B	Lucro	29.369,15	6,79%	1.994,17
C	Tributos (PIS - 0,65%, COFINS - 3,00%)	31.363,32	3,65%	1.144,76
TOTAL - MÓDULO 4				4.801,33

CUSTO TOTAL DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA primeiros 12 meses		Valor (R\$)
A	Módulo 1: Equipamentos (primeiros 30 meses, depois zero o valor)	15.754,75
B	Módulo 2: Mão de obra de instalação (primeiros 12 meses, depois zero o valor)	4.079,88
C	Módulo 3: Serviços auxiliares	7.872,12
F	Módulo 4: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	4.801,33
VALOR TOTAL MENSAL		32.508,08

CUSTO TOTAL DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA 13º ao 30º mês do contrato		Valor (R\$)
A	Módulo 1: Equipamentos (primeiros 30 meses, depois zero o valor)	15.754,75
B	Módulo 2: Mão de obra de instalação (primeiros 12 meses, depois zero o valor)	0,00
C	Módulo 3: Serviços auxiliares	7.872,12
F	Módulo 4: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	4.801,33
VALOR TOTAL MENSAL		28.428,20

CUSTO VIGILÂNCIA ELETRÔNICA a partir do 31º mês (em caso de prorrogação da vigência)		Valor (R\$)
A	Módulo 1: Equipamentos (primeiros 30 meses, depois zero o valor)	0,00
B	Módulo 2: Mão de obra de instalação (primeiros 12 meses, depois zero o valor)	0,00
C	Módulo 3: Serviços auxiliares	7.872,12
F	Módulo 4: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	4.801,33
VALOR TOTAL MENSAL		12.673,45

VALOR TOTAL PRIMEIROS 12 MESES			390.096,94
VALOR 13º AO 30º MÊS			511.707,58
VALOR GLOBAL			901.804,52

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Tipo de serviço	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025	
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025	
D	Município/UF	Erechim/RS	
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025	
F	CNPJ Sindicato	04.866.033/0001-70	
G	Número do Registro no MTE	RS001063/2025	
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE	
I	Data base da categoria	01 de abril	
J	Nº de meses de execução contratual	30	
K	Unidade de Medida	Posto	
L	Quantidade de postos	1	
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
A	Salário Base	Valor (R\$)			
		2.105,40			
CCT – Cláusula 4ª – Item 3					
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)	
		2.105,40	30,00%	631,62	
CCT – Cláusula 27ª					
C	Adicional Noturno (Considera hora noturna de 22h às 5h do dia seguinte, portanto 7 horas noturnas de uma jornada de 12h.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	58,33%	20,00%	319,32
CCT – Cláusula 7ª e 26ª					
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida (A título de pagamento adicional compute-se o pagamento de 7min e 30 s a cada hora noturna, por 7 horas, totalizando 52min e 30 s, que significa 1 hora da jornada de 12h.) (Por tratar-se de hora considerada a mais, calcula-se pagamento de 100% da hora, acrescida do respectivo adicional noturno.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	8,33%	120,00%	273,70
CLT – Art. 73 – § 1º					
TOTAL MÓDULO 1					3.330,04

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	13º Salário					3.330,04	8,33%	277,50	
B	Férias e Adicional de Férias					3.330,04	12,10%	402,93	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								680,43	
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	4.010,47		
						Percentual	Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	746,59		Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Conforme a Lei 14.973/2024, a reoperação da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.
B	Salário Educação					2,50%	100,26		
C	SAT- GIL/RAT	RAT:		3,00%	FAP:	1,0000	3,00%	120,31	
D	SESC ou SESI					1,50%	60,16		
E	SENAI – SENAC					1,00%	40,10		
F	SEBRAE					0,60%	24,06		
G	INCRA					0,20%	8,02		
H	FGTS					8,00%	320,84		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.420,34		
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)	
A	Transporte							203,68	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							414,00	
C	Seguro de vida							7,18	
D	Outros (especificar)							0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								624,86	
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							680,43	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.420,34	
2.3	Benefícios Mensais e Diários							624,86	
TOTAL MÓDULO 2								2.725,63	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	4.010,47	0,417%	16,71
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	16,71	8,000%	1,34
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	4.010,47	0,160%	6,42
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						24,47
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	4.010,47	1,944%	77,98
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	77,98	36,800%	28,70
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	3.330,04	3,200%	106,56
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						213,24
TOTAL - MÓDULO 3						237,71
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	4.010,47	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	11,14
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,84
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,25
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	24,86
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	55,26
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						93,35
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	34,35
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						127,70
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					127,70
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						422,27

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.

A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	88,07
B	Materiais – Combustível	199,58
C	Equipamentos	72,36
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		360,01

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	7.075,66	6,00%	424,54
B	Lucro	7.500,20	6,79%	509,26
C	Tributos			
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	8.009,46	3,65%	292,35
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 3%)	8.301,81	3,00%	249,05
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	8.783,10	0,00%	0,00
TOTAL - MÓDULO 6				1.475,20

IN 05/2017 MPDG

IN 05/2017 MPDG

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: $PV = \frac{\text{Soma dos Módulos 1 a 5}}{(1 - \text{Soma dos Percentuais do Módulo 6})}$, onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado ($\text{Valor da CPRB} = PV \times \text{Alíquota da CPRB}$). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente. A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	3.330,04
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.725,63
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	237,71
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	422,27
E	Módulo 5: Insumos Diversos	360,01
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.475,20
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		8.550,86

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	8.550,86
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	17.101,72
Quantidade de postos	1
Valor mensal do serviço	17.101,72
Valor anual do serviço	205.220,64
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	513.051,60

Memória de cálculo vale transporte				
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
5,50	4	15	330,00	DECRETO Nº 5.781, DE 05 DE ABRIL DE 2024.
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			203,68	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
34,50	15	517,50	CCT – Cláusula 29ª
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
517,50	20,00%	103,50	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição		414,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	2	63,87	12	10,65
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	1	161,33	30	5,38
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	1	67,19	30	2,24
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					76,82
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					11,25
Custo mensal por pessoa					88,07

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

Memória de cálculo combustível				
Quantidade de rondas por dia		12		
Quantidade de rondas no mês		360		
Quilometragem por ronda		4,5		
Quilometragem mensal		1.620		
Consumo médio motocicleta 150 cc (km/l)		25		
Quantidade de litros de combustível por mês		65		
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor mensal
78	Gasolina	65	6,16	399,17
Quantidade de postos motorizados				1
Quantidade de pessoas por posto				2
Custo mensal de gasolina por pessoa				199,58

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Tipo de serviço	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025	
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025	
D	Município/UF	Erechim/RS	
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025	
F	CNPJ Sindicato	04.866.033/0001-70	
G	Número do Registro no MTE	RS001063/2025	
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE	
I	Data base da categoria	01 de abril	
J	Nº de meses de execução contratual	30	
K	Unidade de Medida	Posto	
L	Quantidade de postos	2	
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
A	Salário Base	Valor (R\$)			
		2.105,40			
CCT – Cláusula 4ª – Item 3					
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)	
		2.105,40	30,00%	631,62	
CCT – Cláusula 27ª					
C	Adicional Noturno (Considera hora noturna de 22h às 5h do dia seguinte, portanto 7 horas noturnas de uma jornada de 12h.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	58,33%	20,00%	319,32
CCT – Cláusula 7ª e 26ª					
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida (A título de pagamento adicional compute-se o pagamento de 7min e 30 s a cada hora noturna, por 7 horas, totalizando 52min e 30 s, que significa 1 hora da jornada de 12h.) (Por tratar-se de hora considerada a mais, calcula-se pagamento de 100% da hora, acrescida do respectivo adicional noturno.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	8,33%	120,00%	273,70
CLT – Art. 73 – § 1º					
TOTAL MÓDULO 1					3.330,04

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	13º Salário					3.330,04	8,33%	277,50	
B	Férias e Adicional de Férias					3.330,04	12,10%	402,93	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								680,43	
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	4.010,47		
						Percentual	Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	746,59		Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Conforme a Lei 14.973/2024, a reoperação da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.
B	Salário Educação					2,50%	100,26		
C	SAT- GIL/RAT	RAT:		3,00%	FAP:	1,0000	3,00%	120,31	
D	SESC ou SESI					1,50%	60,16		
E	SENAI – SENAC					1,00%	40,10		
F	SEBRAE					0,60%	24,06		
G	INCRA					0,20%	8,02		
H	FGTS					8,00%	320,84		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.420,34		
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)	
A	Transporte							203,68	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							414,00	
C	Seguro de vida							7,18	
D	Outros (especificar)							0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								624,86	
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							680,43	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.420,34	
2.3	Benefícios Mensais e Diários							624,86	
TOTAL MÓDULO 2								2.725,63	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	4.010,47	0,417%	16,71
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	16,71	8,000%	1,34
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	4.010,47	0,160%	6,42
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						24,47
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	4.010,47	1,944%	77,98
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	77,98	36,800%	28,70
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	3.330,04	3,200%	106,56
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						213,24
TOTAL - MÓDULO 3						237,71
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	4.010,47	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	11,14
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,84
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,25
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	24,86
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	55,26
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						93,35
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	34,35
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						127,70
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					127,70
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						422,27

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.

A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	85,51
B	Materiais – Combustível	0,00
C	Equipamentos	72,36
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		157,87

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	6.873,52	6,00%	412,41
B	Lucro	7.285,93	6,79%	494,71
C	Tributos			
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	7.780,64	3,65%	283,99
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 3%)	8.064,63	3,00%	241,94
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	8.532,17	0,00%	0,00
TOTAL - MÓDULO 6				1.433,05

IN 05/2017 MPDG

IN 05/2017 MPDG

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: $PV = \frac{\text{Soma dos Módulos 1 a 5}}{(1 - \text{Soma dos Percentuais do Módulo 6})}$, onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado ($\text{Valor da CPRB} = PV \times \text{Alíquota da CPRB}$). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente. A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	3.330,04
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.725,63
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	237,71
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	422,27
E	Módulo 5: Insumos Diversos	157,87
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.433,05
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		8.306,57

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	8.306,57
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	16.613,14
Quantidade de postos	2
Valor mensal do serviço	33.226,28
Valor anual do serviço	398.715,36
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	996.788,40

Memória de cálculo vale transporte				
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
5,50	4	15	330,00	DECRETO Nº 5.781, DE 05 DE ABRIL DE 2024.
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			203,68	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
34,50	15	517,50	CCT – Cláusula 29ª
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
517,50	20,00%	103,50	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição		414,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	2	63,87	12	10,65
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	1	161,33	30	5,38
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	0	67,19	30	0,00
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					74,58
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					10,93
Custo mensal por pessoa					85,51

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
A	Tipo de serviço	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025
D	Município/UF	Erechim/RS
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025
F	CNPJ Sindicato	04.866.033/0001-70
G	Número do Registro no MTE	RS001063/2025
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE
I	Data base da categoria	01 de abril
J	Nº de meses de execução contratual	30
K	Unidade de Medida	Posto
L	Quantidade de postos	1
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base	Valor (R\$)		
		2.105,40		
CCT – Cláusula 4ª – Item 3				
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)
		2.105,40	30,00%	631,62
CCT – Cláusula 27ª				
TOTAL MÓDULO 1				2.737,02

CCT – Cláusula 4ª – Item 3

CCT – Cláusula 27ª

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	13º Salário					2.737,02	8,33%	228,09	
B	Férias e Adicional de Férias					2.737,02	12,10%	331,18	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								559,27	
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	3.296,29		
						Percentual	Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	613,64	Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Conforme a Lei 14.973/2024, a reoneração da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.	
B	Salário Educação								
C	SAT- GIL/RAT	RAT:		3,00%	FAP:	1,0000	3,00%	98,89	O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave. Ajustar o FAP para valor da empresa na aba preços.
D	SESC ou SESI					1,50%	49,44	Decreto-Lei nº 9.853/1946 (Art. 3º) e Lei nº 8.036/1990 (Art. 30) = 1,50% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
E	SENAI – SENAC					1,00%	32,96	Decreto-Lei nº 2.318/1986 = 1,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
F	SEBRAE					0,60%	19,78	Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (Art. 8º) = 0,60% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
G	INCRA					0,20%	6,59	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, Inciso I) = 0,20% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
H	FGTS					8,00%	263,70	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15) - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.167,41		
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)	
A	Transporte							203,68	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							414,00	
C	Seguro de vida							7,18	
D	Outros (especificar)							0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								624,86	
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							559,27	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.167,41	
2.3	Benefícios Mensais e Diários							624,86	
TOTAL MÓDULO 2								2.351,54	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	3.296,29	0,417%	13,73
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	13,73	8,000%	1,10
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	3.296,29	0,160%	5,27
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						20,10
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	3.296,29	1,944%	64,09
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	64,09	36,800%	23,59
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	2.737,02	3,200%	87,58
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						175,26
TOTAL - MÓDULO 3						195,36
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	3.296,29	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	9,16
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,69
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,03
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	20,44
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	45,42
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						76,73
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	28,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						104,97
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					104,97
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						399,54

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.

A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	88,07
B	Materiais – Combustível	199,58
C	Equipamentos	72,36
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		360,01

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	6.043,47	6,00%	362,61
B	Lucro	6.406,08	6,79%	434,97
C	Tributos			
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	6.841,05	3,65%	249,70
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 3%)	7.090,75	3,00%	212,72
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	7.501,82	0,00%	0,00
TOTAL - MÓDULO 6				1.260,00

IN 05/2017 MPDG

IN 05/2017 MPDG

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: $PV = \frac{\text{Soma dos Módulos 1 a 5}}{(1 - \text{Soma dos Percentuais do Módulo 6})}$, onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado ($\text{Valor da CPRB} = PV \times \text{Alíquota da CPRB}$). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente. A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	2.737,02
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.351,54
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	195,36
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	399,54
E	Módulo 5: Insumos Diversos	360,01
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.260,00
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		7.303,47

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	7.303,47
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	14.606,94
Quantidade de postos	1
Valor mensal do serviço	14.606,94
Valor anual do serviço	175.283,28
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	438.208,20

Memória de cálculo vale transporte				DECRETO Nº 5.781, DE 05 DE ABRIL DE 2024.
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
5,50	4	15	330,00	
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			203,68	
Memória de cálculo vale alimentação/refeição				
Vale alimentação/refeição				
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados		Custo total	CCT – Cláusula 29ª
34,50	15		517,50	
Desconto do vale alimentação/refeição				
Base de Cálculo	Percentual de desconto		Desconto	
517,50	20,00%		103,50	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição			414,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	2	63,87	12	10,65
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	1	161,33	30	5,38
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	1	67,19	30	2,24
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					76,82
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					11,25
Custo mensal por pessoa					88,07

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

Memória de cálculo combustível				
Quantidade de rondas por dia		12		
Quantidade de rondas no mês		360		
Quilometragem por ronda		4,5		
Quilometragem mensal		1.620		
Consumo médio motocicleta 150 cc (km/l)		25		
Quantidade de litros de combustível por mês		65		
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor mensal
78	Gasolina	65	6,16	399,17
Quantidade de postos motorizados				1
Quantidade de pessoas por posto				2
Custo mensal de gasolina por pessoa				199,58

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Tipo de serviço	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025	
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025	
D	Município/UF	Erechim/RS	
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025	
F	CNPJ Sindicato	04.866.033/0001-70	
G	Número do Registro no MTE	RS001063/2025	
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE	
I	Data base da categoria	01 de abril	
J	Nº de meses de execução contratual	30	
K	Unidade de Medida	Posto	
L	Quantidade de postos	1	
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base	Valor (R\$)		
		2.105,40		
CCT – Cláusula 4ª – Item 3				
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)
		2.105,40	30,00%	631,62
CCT – Cláusula 27ª				
TOTAL MÓDULO 1				2.737,02

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	13º Salário					2.737,02	8,33%	228,09	
B	Férias e Adicional de Férias					2.737,02	12,10%	331,18	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								559,27	
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	3.296,29		
						Percentual	Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	613,64	Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Conforme a Lei 14.973/2024, a reoneração da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.	
B	Salário Educação								
C	SAT- GIL/RAT	RAT:		3,00%	FAP:	1,0000	3,00%	98,89	O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave. Ajustar o FAP para valor da empresa na aba preços.
D	SESC ou Sesi					1,50%	49,44	Decreto-Lei nº 9.853/1946 (Art. 3º) e Lei nº 8.036/1990 (Art. 30) = 1,50% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
E	SENAI – SENAC					1,00%	32,96	Decreto-Lei nº 2.318/1986 = 1,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
F	SEBRAE					0,60%	19,78	Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (Art. 8º) = 0,60% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
G	INCRA					0,20%	6,59	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, Inciso I) = 0,20% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
H	FGTS					8,00%	263,70	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15) - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.167,41		
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)	
A	Transporte							203,68	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							414,00	
C	Seguro de vida							7,18	
D	Outros (especificar)							0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								624,86	
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							559,27	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.167,41	
2.3	Benefícios Mensais e Diários							624,86	
TOTAL MÓDULO 2								2.351,54	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	3.296,29	0,417%	13,73
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	13,73	8,000%	1,10
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	3.296,29	0,160%	5,27
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						20,10
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	3.296,29	1,944%	64,09
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	64,09	36,800%	23,59
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	2.737,02	3,200%	87,58
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						175,26
TOTAL - MÓDULO 3						195,36
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	3.296,29	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	9,16
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,69
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,03
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	20,44
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	45,42
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						76,73
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	28,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						104,97
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					104,97
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						399,54

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.

A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.

Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	85,51
B	Materiais – Combustível	0,00
C	Equipamentos	72,36
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		157,87

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	5.841,32	6,00%	350,48
B	Lucro	6.191,80	6,79%	420,42
C	Tributos			
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	6.612,22	3,65%	241,35
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 3%)	6.853,57	3,00%	205,61
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	7.250,90	0,00%	0,00
TOTAL - MÓDULO 6				1.217,86

IN 05/2017 MPDG

IN 05/2017 MPDG

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: $PV = \frac{\text{Soma dos Módulos 1 a 5}}{1 - \text{Soma dos Percentuais do Módulo 6}}$, onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado ($\text{Valor da CPRB} = PV \times \text{Alíquota da CPRB}$). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente. A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	2.737,02
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.351,54
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	195,36
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	399,54
E	Módulo 5: Insumos Diversos	157,87
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.217,86
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		7.059,19

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	7.059,19
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	14.118,38
Quantidade de postos	1
Valor mensal do serviço	14.118,38
Valor anual do serviço	169.420,56
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	423.551,40

Memória de cálculo vale transporte				
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
5,50	4	15	330,00	DECRETO Nº 5.781, DE 05 DE ABRIL DE 2024.
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			203,68	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
34,50	15	517,50	CCT – Cláusula 29ª
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
517,50	20,00%	103,50	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição		414,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	2	63,87	12	10,65
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	1	161,33	30	5,38
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	0	67,19	30	0,00
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					74,58
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					10,93
Custo mensal por pessoa					85,51

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

Memória de cálculo de todos os equipamentos a serem entregues no Campus Erechim					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor mensal
61	Capa de chuva	3	41,46	12	10,37
62	Capacete para motociclista	2	160,22	30	10,68
63	Cofre para arma	1	218,44	120	1,82
64	Coldre para revólver calibre 38	3	45,09	60	2,25
65	Colete balístico	3	1.280,07	60	64,00
66	Guarda-chuva	3	50,38	12	12,60
67	Lanterna	3	61,43	12	15,36
68	Livro de ocorrências	4	14,46	12	4,82
69	Motocicleta	1	20.760,00	120	173,00
70	Munição para revólver calibre 38	6	90,44	24	22,61
71	Placa sinalização ambiente monitorado	100	11,68	60	19,47
72	Porta tonfa	3	29,46	60	1,47
73	Rádios UHF/VHF	4	109,80	60	7,32
74	Relógio ponto	2	1.469,33	120	24,49
75	Revólver calibre 38	3	7.041,38	120	176,03
76	Smartphone	3	836,77	30	83,68
77	Tonfa	3	45,33	120	1,13
Subtotal					631,10
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					92,46
Total mensal					723,56

Item	DESCRIÇÃO	Quantidade de postos	Quantidade de pessoas por posto	Total de pessoas por posto
7	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	2	2	4
8	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	2	2
9	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	1	2	2
10	CAMPUS ERECHIM – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	2	2
Total de pessoas no contrato				10

Custo mensal por pessoa	72,36
-------------------------	--------------

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025
Data do orçamento estimado	15/08/2025
Data da proposta	15/08/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
A	Tipo de serviço	CAMPUS PASSO FUNDO – SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E MONITORAMENTO POR VÍDEO
B	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025
C	Município/UF	Passo Fundo/RS

MÓDULO 1: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS						
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor R\$	Meses a pagar	R\$ Mensal
1	Bandeja fixa para rack 1U	1	59,94	59,94	30	2,00
2	Bateria 07 amperes	0	130,57	0,00	30	0,00
3	Bateria 45 amperes	2	523,80	1.047,60	30	34,92
4	Bateria 60 amperes	3	545,47	1.636,41	30	54,55
5	Cabo cat6	386	2,59	999,74	30	33,32
6	Cabo cat6 blindado	80	5,72	457,60	30	15,25
7	Caixa blindada 50 x 30 x 20	0	260,26	0,00	30	0,00
8	Caixa organizadora 180º	53	21,89	1.160,17	30	38,67
9	Câmera Tipo 1	74	596,48	44.139,52	30	1.471,32
10	Câmera Tipo 2	5	3.857,92	19.289,60	30	642,99
11	Câmera Tipo 3	2	6.520,80	13.041,60	30	434,72
12	Câmera Tipo 4	0	3.763,85	0,00	30	0,00
13	Cancela automatizada - 5,4 metros	0	6.409,22	0,00	30	0,00
14	Computador para estação de monitoramento	1	4.295,83	4.295,83	30	143,19
15	Conduíte metálico emborrachado	0	12,73	0,00	30	0,00
16	Conector RJ45	80	2,52	201,60	30	6,72
17	Conector RJ45 blindado	2	3,72	7,44	30	0,25
18	Conversor de mídia	0	250,03	0,00	30	0,00
19	DIO (Distribuidor Interno Óptico)	1	462,66	462,66	30	15,42
20	Disjuntor 10a	0	17,56	0,00	30	0,00
21	Eletrocalha 100x100x300mm	30	69,18	2.075,40	30	69,18
22	Eletrocalha 50x50x300mm	12	49,50	594,00	30	19,80
23	Eletroduto 3/4 PVC	35	47,65	1.667,75	30	55,59
24	Fibra óptica	320	0,79	252,80	30	8,43
25	HD 10TB	6	2.070,40	12.422,40	30	414,08
32	Kit controle de acesso entrada	0	1.784,10	0,00	30	0,00
33	Kit controle de acesso entrada e saída	0	2.275,86	0,00	30	0,00
34	Kit de aterramento	0	71,28	0,00	30	0,00
35	Kit ventilação para rack	1	302,18	302,18	30	10,07
36	Mesa controladora keyboard	1	1.648,17	1.648,17	30	54,94
37	Monitor 27"	2	772,47	1.544,94	30	51,50
38	Mouse	2	32,60	65,20	30	2,17
39	Nobreak 1,5Kva	4	2.297,36	9.189,44	30	306,31
40	Nobreak 5Kva	1	9.438,80	9.438,80	30	314,63
41	NVR 128 canais	1	35.446,28	35.446,28	30	1.181,54
42	NVR 64 canais	0	31.499,89	0,00	30	0,00
43	Pach cord	0	20,67	0,00	30	0,00
44	Parafuso porca gaiola	20	0,85	17,00	30	0,57
45	Poste para fixação de câmeras	0	1.551,83	0,00	30	0,00
46	Protetor de surto - DPS	0	50,54	0,00	30	0,00
47	Rack 12U	4	883,50	3.534,00	30	117,80
48	Rack 44U		3.752,88	0,00	30	0,00
49	Servidor para rack 19"	1	18.977,71	18.977,71	30	632,59
51	Switch 05 canais Poe	0	361,08	0,00	30	0,00
52	Switch 08 canais Poe + SFP	0	780,02	0,00	30	0,00
53	Switch 16 canais Poe + SFP	2	1.831,99	3.663,98	30	122,13
54	Switch 24 canais Poe + SFP	1	2.127,83	2.127,83	30	70,93
55	Switch 24 portas SFP	1	4.259,92	4.259,92	30	142,00
56	Switch 48 canais Poe + SFP	1	3.399,15	3.399,15	30	113,31
57	Teclado	2	86,64	173,28	30	5,78
58	Televisor 42"	1	1.685,91	1.685,91	30	56,20
59	Transceiver SFP	28	146,50	4.102,00	30	136,73
-	Outros (previsão para necessidades não especificadas a serem comprovadas no momento da instalação) 20% sobre os equipamentos	1	40.677,57	40.677,57	30	1.355,92
TOTAL - MÓDULO 1				244.065,42		8.135,52

MÓDULO 2: MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO						
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor R\$	Meses a pagar	R\$ Mensal
26	Instalação de câmera	81	210,00	17.010,00	12	1.417,50
27	Instalação de controle de acesso	0	800,00	0,00	12	0,00
28	Instalação de poste	0	500,00	0,00	12	0,00
29	Instalação de rack e equipamentos	4	850,00	3.400,00	12	283,33
30	Instalação do rack do servidor/gravador	1	1.388,86	1.388,86	12	115,74
31	Instalação estação de monitoramento	1	490,00	490,00	12	40,83
-	Outros (previsão para necessidades não especificadas a serem comprovadas no momento da instalação) 20% sobre a instalação	1	4.457,77	4.457,77	12	371,48
TOTAL - MÓDULO 2				26.746,63		2.228,88

MÓDULO 3: SERVIÇOS AUXILIARES					
Item	Descrição	Percentual	Quantidade	CUSTO	R\$ Mensal
60	Manutenção dos equipamentos	2,00%	1	162,71	162,71
50	Software de gerenciamento total	N/A	1	7.145,18	7.145,18
3	Troca de baterias 45a a cada 24 meses	N/A	2	523,80	34,92
4	Troca de baterias 60a a cada 24 meses	N/A	3	545,47	54,55
2	Troca de baterias 12v 7a a cada 24 meses (controle de acesso)	N/A	12	130,57	52,23
TOTAL - MÓDULO 3					7.449,59

MÓDULO 4: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Item	Descrição	Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	17.813,99	6,00%	1.068,84
B	Lucro	18.882,83	6,79%	1.282,14
C	Tributos (PIS - 0,65%, COFINS - 3,00%)	20.164,97	3,65%	736,02
TOTAL - MÓDULO 4				3.087,00

CUSTO TOTAL DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA primeiros 12 meses		Valor (R\$)
A	Módulo 1: Equipamentos (primeiros 30 meses, depois zero o valor)	8.135,52
B	Módulo 2: Mão de obra de instalação (primeiros 12 meses, depois zero o valor)	2.228,88
C	Módulo 3: Serviços auxiliares	7.449,59
F	Módulo 4: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	3.087,00
VALOR TOTAL MENSAL		20.900,99

CUSTO TOTAL DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA 13º ao 30º mês do contrato		Valor (R\$)
A	Módulo 1: Equipamentos (primeiros 30 meses, depois zero o valor)	8.135,52
B	Módulo 2: Mão de obra de instalação (primeiros 12 meses, depois zero o valor)	0,00
C	Módulo 3: Serviços auxiliares	7.449,59
F	Módulo 4: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	3.087,00
VALOR TOTAL MENSAL		18.672,11

CUSTO VIGILÂNCIA ELETRÔNICA a partir do 31º mês (em caso de prorrogação da vigência)		Valor (R\$)
A	Módulo 1: Equipamentos (primeiros 30 meses, depois zero o valor)	0,00
B	Módulo 2: Mão de obra de instalação (primeiros 12 meses, depois zero o valor)	0,00
C	Módulo 3: Serviços auxiliares	7.449,59
F	Módulo 4: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	3.087,00
VALOR TOTAL MENSAL		10.536,59

VALOR TOTAL PRIMEIROS 12 MESES			250.811,82
VALOR 13º AO 30º MÊS			336.097,90
VALOR GLOBAL			586.909,72

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
A	Tipo de serviço	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025
D	Município/UF	Passo Fundo/RS
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025
F	CNPJ Sindicato	92.407.295/0001-33
G	Número do Registro no MTE	RS001064/2025
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE
I	Data base da categoria	01 de abril
J	Nº de meses de execução contratual	30
K	Unidade de Medida	Posto
L	Quantidade de postos	1
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
A	Salário Base	Valor (R\$)			
		2.105,40			
CCT – Cláusula 4ª – Item 3					
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)	
		2.105,40	30,00%	631,62	
CCT – Cláusula 28ª					
C	Adicional Noturno (Considera hora noturna de 22h às 5h do dia seguinte, portanto 7 horas noturnas de uma jornada de 12h.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	58,33%	20,00%	319,32
CCT – Cláusula 27ª					
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida (A título de pagamento adicional computa-se o pagamento de 7min e 30 s a cada hora noturna, por 7 horas, totalizando 52min e 30 s, que significa 1 hora da jornada de 12h.) (Por tratar-se de hora considerada a mais, calcula-se pagamento de 100% da hora, acrescida do respectivo adicional noturno.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	8,33%	120,00%	273,70
CLT – Art. 73 – § 1º					
E	Adicional Troca de Uniforme	Dias trabalhados	Valor por dia	Valor (R\$)	
		15,00	2,07	31,10	
CCT – Cláusula 8ª					
TOTAL MÓDULO 1					3.361,14

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	13º Salário					3.361,14	8,33%	280,10	
B	Férias e Adicional de Férias					3.361,14	12,10%	406,70	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								686,80	
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	4.047,94		
						Percentual	Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	809,59		
B	Salário Educação					2,50%	101,20		
C	SAT- GIL/RAT	RAT:		3,00%	FAP:	1,0000	3,00%	121,44	
D	SESC ou Sesi					1,50%	60,72		
E	SENAI – SENAC					1,00%	40,48		
F	SEBRAE					0,60%	24,29		
G	INCRA					0,20%	8,10		
H	FGTS					8,00%	323,84		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.489,66		
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)	
A	Transporte							170,68	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							360,00	
C	Seguro de vida							7,18	
D	Outros (especificar)							0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								537,86	
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							686,80	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.489,66	
2.3	Benefícios Mensais e Diários							537,86	
TOTAL MÓDULO 2								2.714,32	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	4.047,94	0,417%	16,87
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	16,87	8,000%	1,35
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	4.047,94	0,160%	6,48
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						24,70
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	4.047,94	1,944%	78,71
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	78,71	36,800%	28,97
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	3.361,14	3,200%	107,56
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						215,24
TOTAL - MÓDULO 3						239,94
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	4.047,94	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	11,24
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,84
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,26
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	25,10
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	55,77
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						94,22
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	34,67
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						128,89
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					128,89
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						423,46

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.						
De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.						

A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						

Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.						
---	--	--	--	--	--	--

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º						
---	--	--	--	--	--	--

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	88,07
B	Materiais – Combustível	66,53
C	Equipamentos	62,60
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		217,20

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	6.956,07	6,00%	417,36
B	Lucro	7.373,43	6,79%	500,66
C	Tributos			
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	7.874,09	3,65%	287,40
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 5%)	8.161,49	2,00%	163,23
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	8.528,77	0,00%	0,00
TOTAL - MÓDULO 6				1.368,65

IN 05/2017 MPDG

IN 05/2017 MPDG

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)

O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: $PV = (Soma\ dos\ Módulos\ 1\ a\ 5) / (1 - Soma\ dos\ Percentuais\ do\ Módulo\ 6)$, onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado ($Valor\ da\ CPRB = PV \times Alíquota\ da\ CPRB$). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente.

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	3.361,14
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.714,32
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	239,94
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	423,46
E	Módulo 5: Insumos Diversos	217,20
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.368,65
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		8.324,71

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	8.324,71
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	16.649,42
Quantidade de postos	1
Valor mensal do serviço	16.649,42
Valor anual do serviço	199.793,04
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	499.482,60

Memória de cálculo vale transporte				DECRETO N.º 54/2023 – Efeitos a partir de 3 de julho de 2023
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
4,95	4	15	297,00	
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			170,68	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			CCT – Cláusula 32ª
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
30,00	15	450,00	
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
450,00	20,00%	90,00	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição			
		360,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	2	63,87	12	10,65
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	1	161,33	30	5,38
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	1	67,19	30	2,24
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					76,82
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					11,25
Custo mensal por pessoa					88,07

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

Memória de cálculo combustível				
Quantidade de rondas por dia		12		
Quantidade de rondas no mês		360		
Quilometragem por ronda		1,5		
Quilometragem mensal		540		
Consumo médio motocicleta 150 cc (km/l)		25		
Quantidade de litros de combustível por mês		22		
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor mensal
78	Gasolina	22	6,16	133,06
Quantidade de postos motorizados				1
Quantidade de pessoas por posto				2
Custo mensal de gasolina por pessoa				66,53

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Tipo de serviço	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025	
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025	
D	Município/UF	Passo Fundo/RS	
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025	
F	CNPJ Sindicato	92.407.295/0001-33	
G	Número do Registro no MTE	RS001064/2025	
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE	
I	Data base da categoria	01 de abril	
J	Nº de meses de execução contratual	30	
K	Unidade de Medida	Posto	
L	Quantidade de postos	1	
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
A	Salário Base	Valor (R\$)			
		2.105,40			
CCT – Cláusula 4ª – Item 3					
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)	
		2.105,40	30,00%	631,62	
CCT – Cláusula 28ª					
C	Adicional Noturno (Considera hora noturna de 22h às 5h do dia seguinte, portanto 7 horas noturnas de uma jornada de 12h.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	58,33%	20,00%	319,32
CCT – Cláusula 27ª					
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida (A título de pagamento adicional computa-se o pagamento de 7min e 30 s a cada hora noturna, por 7 horas, totalizando 52min e 30 s, que significa 1 hora da jornada de 12h.) (Por tratar-se de hora considerada a mais, calcula-se pagamento de 100% da hora, acrescida do respectivo adicional noturno.)	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor (R\$)
		2.737,02	8,33%	120,00%	273,70
CLT – Art. 73 – § 1º					
E	Adicional Troca de Uniforme	Dias trabalhados	Valor por dia	Valor (R\$)	
		15,00	2,07	31,10	
CCT – Cláusula 8ª					
TOTAL MÓDULO 1					3.361,14

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	13º Salário					3.361,14	8,33%	280,10	
B	Férias e Adicional de Férias					3.361,14	12,10%	406,70	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								686,80	
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	4.047,94		
						Percentual	Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	809,59		
B	Salário Educação					2,50%	101,20		
C	SAT- GIL/RAT	RAT:		3,00%	FAP:	1,0000	3,00%	121,44	
D	SESC ou SESI					1,50%	60,72		
E	SENAI – SENAC					1,00%	40,48		
F	SEBRAE					0,60%	24,29		
G	INCRA					0,20%	8,10		
H	FGTS					8,00%	323,84		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.489,66		
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)	
A	Transporte							170,68	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							360,00	
C	Seguro de vida							7,18	
D	Outros (especificar)							0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								537,86	
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							686,80	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.489,66	
2.3	Benefícios Mensais e Diários							537,86	
TOTAL MÓDULO 2								2.714,32	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	4.047,94	0,417%	16,87
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	16,87	8,000%	1,35
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	4.047,94	0,160%	6,48
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						24,70
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	4.047,94	1,944%	78,71
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	78,71	36,800%	28,97
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	3.361,14	3,200%	107,56
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						215,24
TOTAL - MÓDULO 3						239,94
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	4.047,94	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	11,24
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,84
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,26
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	25,10
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	55,77
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						94,22
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	34,67
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						128,89
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					128,89
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						423,46

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.						
De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.						
A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.						
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º						

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	85,51
B	Materiais – Combustível	0,00
C	Equipamentos	62,60
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		148,11

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	6.886,97	6,00%	413,22
B	Lucro	7.300,19	6,79%	495,68
C	Tributos			
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	7.795,87	3,65%	284,55
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 5%)	8.080,42	2,00%	161,61
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	8.444,05	0,00%	0,00
TOTAL - MÓDULO 6				1.355,06

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	3.361,14
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.714,32
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	239,94
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	423,46
E	Módulo 5: Insumos Diversos	148,11
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.355,06
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		8.242,03

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	8.242,03
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	16.484,06
Quantidade de postos	1
Valor mensal do serviço	16.484,06
Valor anual do serviço	197.808,72
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	494.521,80

Memória de cálculo vale transporte				
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
4,95	4	15	297,00	DECRETO N.º 54/2023 – Efeitos a partir de 3 de julho de 2023
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			170,68	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
30,00	15	450,00	CCT – Cláusula 32ª
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
450,00	20,00%	90,00	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição		360,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	2	63,87	12	10,65
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	1	161,33	30	5,38
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	0	67,19	30	0,00
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					74,58
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					10,93
Custo mensal por pessoa					85,51

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Tipo de serviço	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025	
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025	
D	Município/UF	Passo Fundo/RS	
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025	
F	CNPJ Sindicato	92.407.295/0001-33	
G	Número do Registro no MTE	RS001064/2025	
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE	
I	Data base da categoria	01 de abril	
J	Nº de meses de execução contratual	30	
K	Unidade de Medida	Posto	
L	Quantidade de postos	1	
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base	Valor (R\$)		
		2.105,40		
CCT – Cláusula 4ª – Item 3				
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)
		2.105,40	30,00%	631,62
CCT – Cláusula 28ª				
E	Adicional Troca de Uniforme	Dias trabalhados	Valor por dia	Valor (R\$)
		15,00	2,07	31,10
CCT – Cláusula 8ª				
TOTAL MÓDULO 1				2.768,12

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	13º Salário					2.768,12	8,33%	230,68	
B	Férias e Adicional de Férias					2.768,12	12,10%	334,94	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								565,62	
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	3.333,74		
						Percentual	Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	620,61	Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Conforme a Lei 14.973/2024, a reoneração da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.	
B	Salário Educação								
C	SAT- GIL/RAT	RAT:	3,00%	FAP:	1,0000				
D	SESC ou Sesi								
E	SENAI – SENAC								
F	SEBRAE					0,60%	20,00	Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (Art. 8º) = 0,60% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
G	INCRA					0,20%	6,67	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, Inciso I) = 0,20% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
H	FGTS					8,00%	266,70	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15) - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.180,68		
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)	
A	Transporte							170,68	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							360,00	
C	Seguro de vida							7,18	
D	Outros (especificar)							0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								537,86	
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							565,62	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.180,68	
2.3	Benefícios Mensais e Diários							537,86	
TOTAL MÓDULO 2								2.284,16	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	3.333,74	0,417%	13,89	
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	13,89	8,000%	1,11	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	3.333,74	0,160%	5,33	
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						20,33	
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	3.333,74	1,944%	64,82	
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	64,82	36,800%	23,85	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	2.768,12	3,200%	88,58	
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						177,25	
TOTAL - MÓDULO 3						197,58	
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	3.333,74		
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)	
A	Férias		-	-	0,00%	0,00	
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	9,26	
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,69	
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,04	
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	20,67	
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	45,93	
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						77,60	
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	28,56	
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						106,16	
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º	
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual		Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%		215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33	
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24	
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57	
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE							
4.1	Substituto nas ausências legais						
4.2	Intrajornada						
TOTAL - MÓDULO 4						400,73	

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	81,91
B	Materiais – Combustível	66,53
C	Equipamentos	62,60
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		211,04

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)	
A	Custos indiretos	5.861,63	6,00%	351,70	IN 05/2017 MPDG
B	Lucro	6.213,33	6,79%	421,88	IN 05/2017 MPDG
C	Tributos				
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	6.635,21	3,65%	242,19	Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 5%)	6.877,40	2,00%	137,55	Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	7.186,89	0,00%	0,00	O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: $PV = (Soma\ dos\ Módulos\ 1\ a\ 5) / (1 - Soma\ dos\ Percentuais\ do\ Módulo\ 6)$, onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado ($Valor\ da\ CPRB = PV \times Alíquota\ da\ CPRB$). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente. A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.
TOTAL - MÓDULO 6				1.153,32	

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	2.768,12
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.284,16
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	197,58
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	400,73
E	Módulo 5: Insumos Diversos	211,04
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.153,32
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		7.014,95

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	7.014,95
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	14.029,90
Quantidade de postos	1
Valor mensal do serviço	14.029,90
Valor anual do serviço	168.358,80
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	420.897,00

Memória de cálculo vale transporte				
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
4,95	4	15	297,00	DECRETO N.º 54/2023 – Efeitos a partir de 3 de julho de 2023
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			170,68	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
30,00	15	450,00	CCT – Cláusula 32ª
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
450,00	20,00%	90,00	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição		360,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	2	63,87	12	10,65
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	0	161,33	30	0,00
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	1	67,19	30	2,24
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					71,44
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					10,47
Custo mensal por pessoa					81,91

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

Memória de cálculo combustível				
Quantidade de rondas por dia		12		
Quantidade de rondas no mês		360		
Quilometragem por ronda		1,5		
Quilometragem mensal		540		
Consumo médio motocicleta 150 cc (km/l)		25		
Quantidade de litros de combustível por mês		22		
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor mensal
78	Gasolina	22	6,16	133,06
Quantidade de postos motorizados				1
Quantidade de pessoas por posto				2
Custo mensal de gasolina por pessoa				66,53

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Tipo de serviço	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	
B	Data do orçamento estimado	15/08/2025	
C	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	15/08/2025	
D	Município/UF	Passo Fundo/RS	
E	Ano da Convenção Coletiva de Trabalho	2025	
F	CNPJ Sindicato	92.407.295/0001-33	
G	Número do Registro no MTE	RS001064/2025	
H	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30 – VIGILANTE	
I	Data base da categoria	01 de abril	
J	Nº de meses de execução contratual	30	
K	Unidade de Medida	Posto	
L	Quantidade de postos	2	
M	Quantidade de profissional por posto de serviço	2	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1.1	SUBMÓDULO 1.1 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base	Valor (R\$)		
		2.105,40		
CCT – Cláusula 4ª – Item 3				
B	Adicional de Periculosidade	Base de cálculo	Percentual (%)	Valor (R\$)
		2.105,40	30,00%	631,62
CCT – Cláusula 28ª				
E	Adicional Troca de Uniforme	Dias trabalhados	Valor por dia	Valor (R\$)
		15,00	2,07	31,10
CCT – Cláusula 8ª				
TOTAL MÓDULO 1				2.768,12

MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	SUBMÓDULO 2.1 - 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS					Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)	
A	13º Salário					2.768,12	8,33%	230,68	
B	Férias e Adicional de Férias					2.768,12	12,10%	334,94	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1								565,62	
2.2	SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS					Base de Cálculo	3.333,74		
						Percentual	Valor (R\$)		
A	INSS					20,00%	620,61	Empresa NÃO É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Art. 22, Inciso I) = 20,00% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente. Empresa É OPTANTE pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): Conforme a Lei 14.973/2024, a reoneração da folha para empresas optantes pela CPRB será gradual. A contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é de 0% em 2024, será aplicada progressivamente nos seguintes percentuais: 5% em 2025, 10% em 2026, 15% em 2027 e, finalmente, 20% a partir de 2028, quando a desoneração se encerra.	
B	Salário Educação								
C	SAT- GIL/RAT	RAT:	3,00%	FAP:	1,0000				
D	SESC ou Sesi								
E	SENAI – SENAC								
F	SEBRAE					0,60%	20,00	Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (Art. 8º) = 0,60% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
G	INCRA					0,20%	6,67	Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970 (Art. 1º, Inciso I) = 0,20% - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
H	FGTS					8,00%	266,70	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Art. 15) - Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
TOTAL SUBMÓDULO 2.2						36,80%	1.180,68		
2,3	SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS							Valor (R\$)	
A	Transporte							170,68	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação							360,00	
C	Seguro de vida							7,18	
D	Outros (especificar)							0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3								537,86	
QUADRO RESUMO MÓDULO 2 – ENCARGOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS									
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias							565,62	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições							1.180,68	
2.3	Benefícios Mensais e Diários							537,86	
TOTAL MÓDULO 2								2.284,16	

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3.1	SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO		% API	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (API)		5%	3.333,74	0,417%	13,89
B	Incidência do FGTS sobre o API		-	13,89	8,000%	1,11
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o API		-	3.333,74	0,160%	5,33
TOTAL SUBMÓDULO 3.1						20,33
3.2	SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO		% APT	Base de Cálculo	Percentual	Valor (R\$)
A	Aviso prévio trabalhado (APT)		100%	3.333,74	1,944%	64,82
B	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT		-	64,82	36,800%	23,85
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o APT		-	2.768,12	3,200%	88,58
TOTAL SUBMÓDULO 3.2						177,25
TOTAL - MÓDULO 3						197,58
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				Base de Cálculo	3.333,74	
4.1	SUBMÓDULO 4.1 – SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		Dias de ausências por ano	Percentual de ocorrências por ano	Percentual	Valor (R\$)
A	Férias		-	-	0,00%	0,00
B	Ausências Legais		1	100,00%	0,28%	9,26
C	Licença Paternidade		5	1,50%	0,02%	0,69
D	Ausência por acidente de trabalho		15	0,75%	0,03%	1,04
E	Afastamento Maternidade		120	1,86%	0,62%	20,67
F	Ausência por doença		4,96	100,00%	1,38%	45,93
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.1						77,60
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1				36,80%	28,56
TOTAL SUBMÓDULO 4.1						106,16
4.2	SUBMÓDULO 4.2 – INTRAJORNADA					
A	Intervalo Intrajornada (Adicional de intervalo conforme reforma trabalhista apenas natureza indenizatória) (HE * 15 dias)	Base de Cálculo	Valor da hora	Necessidade de Reposição (horas)	Percentual	Valor (R\$)
		2.105,40	9,57	15	150,00%	215,33
SUBTOTAL SUBMÓDULO 4.2						215,33
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2				36,80%	79,24
TOTAL SUBMÓDULO 4.2						294,57
QUADRO RESUMO MÓDULO 4– CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Substituto nas ausências legais					106,16
4.2	Intrajornada					294,57
TOTAL - MÓDULO 4						400,73

De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio indenizado será no percentual máximo de 0,417% no primeiro ano, para os anos subsequentes o percentual dessa parcela será de 0,0417%, a ser ajustado através formalização de termo de apostilamento ao contrato, conforme ocorrências registradas durante o ano. Após o primeiro ano do contrato também observar a Lei nº 12.506/2011.						
De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº1.186/2017 - Plenário, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato,o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato,conforme a Lei nº 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). Considerando que esta contratação tem por base a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) e pelo período do contrato ser de 30 meses sem necessidade de prorrogação anual, este entendimento será aplicado mediante repactuação.						
A previsão para substituto está inclusa no submódulo 2.1 B						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Custo não renovável após primeiro ano do contrato dependendo da análise do número de ocorrências deste evento no período a ser comprovado pelo contratado.						
Apesar do intervalo intrajornada ser de natureza indenizatória, é necessário o recolhimento do INSS e outros, conforme: Solução de Consulta Cosit nº 108, de 07 de junho de 2023 da Receita Federal e; PARECER SEI Nº 139/2024/MF do Ministério da Fazenda.						
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CLT) Art. 71, § 4º						

MÓDULO 5 – INSUMOS, EQUIPAMENTOS E DEPRECIAÇÃO		
Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes e EPI	79,34
B	Materiais – Combustível	0,00
C	Equipamentos	62,60
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL - MÓDULO 5		141,94

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Base de cálculo	%	Valor (R\$)	
A	Custos indiretos	5.792,53	6,00%	347,55	IN 05/2017 MPDG
B	Lucro	6.140,08	6,79%	416,91	IN 05/2017 MPDG
C	Tributos				
	C.1 – Tributos Federais (PIS - 0,65%, COFINS – 3,00%)	6.556,99	3,65%	239,33	Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)
	C.2 – Tributos Municipais (ISS: 5%)	6.796,32	2,00%	135,93	Em caso de alteração do percentual será necessário comprovação (alterar o valor na aba preços)
	C.3 – CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	7.102,17	0,00%	0,00	O valor do CPRB é um percentual (ex: 4,5%) que incide sobre o Preço de Venda final, e não sobre o custo. Portanto, seu cálculo está embutido na formação do preço total. Para encontrar o valor correto, primeiro calcula-se o Preço de Venda (PV) com a fórmula: $PV = (Soma\ dos\ Módulos\ 1\ a\ 5) / (1 - Soma\ dos\ Percentuais\ do\ Módulo\ 6)$, onde a alíquota da CPRB está incluída na 'Soma dos Percentuais'. Em seguida, o valor nominal da CPRB é obtido aplicando-se sua alíquota sobre o Preço de Venda já calculado ($Valor\ da\ CPRB = PV \times Alíquota\ da\ CPRB$). Este método garante que o preço final cubra o custo deste tributo corretamente. A Lei nº 14.973/2024 estabelece que a reoneração da folha ocorrerá de forma gradual, com a aplicação progressiva alíquotas, sendo para esta licitação: 3,6% em 2025, 2,7% em 2026, 1,8% em 2027 e 0% a partir de 2028.
TOTAL - MÓDULO 6				1.139,72	

CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA – VALOR TOTAL POR POSTO		Valor Unit.(R\$)
A	Módulo 1: Composição da Remuneração	2.768,12
B	Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.284,16
C	Módulo 3: Provisão para Rescisão	197,58
D	Módulo 4: Custo Reposição Profissional Ausente	400,73
E	Módulo 5: Insumos Diversos	141,94
F	Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.139,72
VALOR TOTAL POR FUNCIONÁRIO		6.932,25

QUADRO RESUMO VALOR DOS SERVIÇOS	
Valor mensal por funcionário	6.932,25
Quantidade de funcionários por posto	2
Valor mensal por posto de serviço	13.864,50
Quantidade de postos	2
Valor mensal do serviço	27.729,00
Valor anual do serviço	332.748,00
Número de meses do contrato	30
Valor global do serviço	831.870,00

Memória de cálculo vale transporte				
Custo da Passagem				
Valor Unitário	Vales por dia	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
4,95	4	15	297,00	DECRETO N.º 54/2023 – Efeitos a partir de 3 de julho de 2023
Desconto do vale transporte				
Base de Cálculo	Proporcionalidade	Percentual de desconto	Desconto	
2.105,40	100,00%	6,00%	126,32	
Custo efetivo do vale transporte			170,68	

Memória de cálculo vale alimentação/refeição			
Vale alimentação/refeição			
Valor Unitário	Dias efetivamente trabalhados	Custo total	
30,00	15	450,00	CCT – Cláusula 32ª
Desconto do vale alimentação/refeição			
Base de Cálculo	Percentual de desconto	Desconto	
450,00	20,00%	90,00	
Custo efetivo do vale alimentação/refeição		360,00	

Memória de cálculo uniformes e EPI (entregar essa quantidade para cada funcionário)					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor total
79	Apito com cordão	1	10,09	30	0,34
80	Bota de chuva	1	34,64	30	1,15
81	Calça	2	106,86	12	17,81
82	Camisa de mangas curtas	2	63,87	12	10,65
83	Camisa de mangas longas	2	100,25	12	16,71
84	Capa para Colete Balístico	0	161,33	30	0,00
85	Cinto	1	17,40	12	1,45
86	Conjunto capa de chuva para motoqueiro	0	67,19	30	0,00
87	Crachá de identificação	1	6,65	12	0,55
88	Jaqueta de frio/Japona	1	108,29	30	3,61
89	Quepe/Boné com emblema	1	26,51	12	2,21
90	Sapatos/coturno	2	88,29	12	14,72
Custo mensal uniformes					69,20
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					10,14
Custo mensal por pessoa					79,34

Memória de cálculo seguro de vida		
Nº contrato	Descrição	Valor
37/2024	Vigilância Campus Laranjeiras do Sul e Campus Realeza	7,18
41/2024	Vigilância Campus Chapecó	7,18
Valor médio		7,18

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo	23205.016512/2025-53
Licitação nº	Pregão Eletrônico nº 90018/2025

Memória de cálculo de todos os equipamentos a serem entregues no Campus Passo Fundo					
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Vida útil (meses)	Valor mensal
61	Capa de chuva	3	41,46	12	10,37
62	Capacete para motociclista	2	160,22	30	10,68
63	Cofre para arma	1	218,44	120	1,82
64	Coldre para revólver calibre 38	2	45,09	60	1,50
65	Colete balístico	2	1.280,07	60	42,67
66	Guarda-chuva	3	50,38	12	12,60
67	Lanterna	3	61,43	12	15,36
68	Livro de ocorrências	8	14,46	12	9,64
69	Motocicleta	1	20.760,00	120	173,00
70	Munição para revólver calibre 38	4	90,44	24	15,07
71	Placa sinalização ambiente monitorado	50	11,68	60	9,73
72	Porta tonfa	3	29,46	60	1,47
73	Rádios UHF/VHF	4	109,80	60	7,32
74	Relógio ponto	1	1.469,33	120	12,24
75	Revólver calibre 38	2	7.041,38	120	117,36
76	Smartphone	3	836,77	30	83,68
77	Tonfa	3	45,33	120	1,13
Subtotal					525,64
https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicedadosdiarios				Taxa (% a.a.) em 05/06/2025	14,6500%
Custo financeiro mensal (manutenção)					77,01
Total mensal					602,65

Item	DESCRIÇÃO	Quantidade de postos	Quantidade de pessoas por posto	Total de pessoas por posto
12	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA – NOTURNA	1	2	2
13	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA – NOTURNA	1	2	2
14	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA – DIURNA	2	2	4
15	CAMPUS PASSO FUNDO – VIGILÂNCIA DESARMADA MOTORIZADA – DIURNA	1	2	2
Total de pessoas no contrato				10

Custo mensal por pessoa	60,26
-------------------------	--------------

Anexo IX

- Especificações técnicas mínimas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
www.uffs.edu.br

ENCARTE G - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS
Vigilância Eletrônica, Equipamentos/Materiais e Uniformes

VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	
Descrição	Especificação
Bandeja fixa para rack 1U	Modelos de referência: Intelbras BF1U 400 Bandeja Fixa 1U de 400mm para uso em racks de 19 polegadas. Dimensões Externas (L x A x P) 482,6 x 45,7 x 400 mm
Bateria 7 amperes	Baterias 12v 7a para controladores de acesso
Bateria 45 amperes	Modelos de referência: Moura 12MN700 12MN45 Bateria estacionária para nobreak 45 amperes. Tensão 12v
Bateria 60 amperes	Modelos de referência: Moura 12MN700 12MN63 Bateria estacionária para nobreak 60 amperes. Tensão 12v
Cabo cat6	Cabo de Rede UTP Cat6
Cabo cat6 blindado	Cabo de Rede UTP Cat6 Blindado
Caixa blindada 50 x 30 x 20	Caixa de aço carbono hermética para instalação de câmera em poste. Comprimento x Largura x Profundidade: 50 cm x 30 cm x 20 cm
Caixa organizadora 180°	Modelos de referência: Intelbras VBOX 1100 E Caixa de passagem para CFTV. Montagem em parede ou teto. Local de instalação Interno e externo.
Câmera Tipo 1	Modelos de referência: Intelbras VIP 3430 B G2 e/ou Intelbras VIP 3430 D G2 Especificações mínimas: => Deve possuir resolução Full HD com , no mínimo, 4MP; => Deve possuir as compensações de Luminosidade BLC (Black light Compensation/ Compensação de luz de Fundo), HLC (High Light Compensation/Compensação de luz alta) e WDR (Wide Dynamic Range) ou tecnologias similares que ofereçam características de controle de luz semelhantes. => Deve possuir modo dia e noite de forma automática, colorido preto e branco => Deverá possuir tecnologia infravermelho embarcado e adaptável à cena, mantendo o nível ideal de iluminação do ambiente, atingindo pelo menos IR de 30 metros; => Com codec de compressão, de no mínimo, H.265. => Deve possuir resolução mínima de 1920 x 1080; => Deve possuir inteligência embarcada, com, no mínimo, linha virtual, cerca virtual, mudança de cena e Área de interesse;

	<p>=> Deve possuir funções de Anti-flicker, espelhamento, proteção por senha, Máscara de privacidade, Marca d'água;</p> <p>=> Deve possibilitar a captura de foto;</p> <p>=> Deve suportar 30 fps mesmo quando utilizando resolução total;</p> <p>=> Deve possuir 1 (uma) interface ethernet, conector RJ45 (10/100 Base-T), operando nas velocidades de 10/100 Mbps. O equipamento deve implementar a pilha TCP/IP nativamente. Não sendo aceitos conversores externos;</p> <p>=> Deve suportar, no mínimo, os protocolos e se serviços: TCP, UDP, IPv4, IPv6, DHCP, ARP, ICMP, DNS, DDNS, RTSP, RTCP, HTTPS, HTTP, Filtro IP, SIP, SMTP, SSL, TLS, UPnP®, Bonjour, IGMP, Multicast, QoS, FTP, NTP, RTP, Onvif, SNMP;</p> <p>=> Com possibilidade de múltiplos usuários (no mínimo 10) de acesso e com proteção por senha;</p> <p>=> A interface ethernet deve ser compatível com o padrão PoE (IEEE 802.3af ou IEEE 802.3at), permitindo a alimentação do equipamento através do cabo UTP. Sendo este recurso nativo do equipamento, estar habilitado e suportar 100% da sua configuração e operação quando alimentado por PoE;</p> <p>=> Deverá possuir proteção contra surtos e ondas eletromagnéticas;</p> <p>=> Deverá possuir grau de proteção suficiente para o uso em ambientes externos, mínimo IP66;</p> <p>=> Deve ser fornecida com suporte de fixação adequado ao local de instalação(poste, parede, teto ou quina) e todos os adaptadores e acessórios necessários;</p>
Câmera Tipo 2	<p>Modelo de referência: Intelbras VIP 5225 SD IR</p> <p>Especificações mínimas:</p> <p>=> Deve possuir modo dia e noite de forma automática, colorido preto e branco</p> <p>=> Deve possuir as compensações de Luminosidade BLC (Black light Compensation/ Compensação de luz de Fundo), HLC (High Light Compensation/Compensação de luz alta) e WDR (Wide Dynamic Range) ou tecnologias similares que ofereçam características de controle de luz semelhantes.</p> <p>=> Com zoom óptico de, no mínimo, 25x</p> <p>=> Com zoom digital de, no mínimo, 16x</p> <p>=> Deve possuir rotação no eixo horizontal de 360° e , no mínimo, 90° no eixo vertical,</p> <p>=> Deve permitir a criação de pelo menos 300 presets com o local exato da imagem, e depois criar uma rotina para varredura dos presets;</p> <p>=> Deve possibilitar a criação de movimentos que a câmera executará em um determinado dia e horário da semana (Patrulha, tour, scan, auto pan).</p> <p>=> Com codec de compressão, se no mínimo, H.265.</p> <p>=> Deve possuir inteligência embarcada, com, no mínimo, mapa de calor ,linha virtual, cerca virtual, abandono/Retirada de objetos, detecção de face,mudança de cena , detecção de áudio, autotracking (rastreamento automático)</p> <p>=> Deve possuir funções de Anti-flicker, Marca d'água, Máscara de privacidade, espelhamento, proteção por senha, ,</p> <p>=> Deve possuir resolução mínima de 1920 x 1080;</p> <p>=> Deverá possuir tecnologia infravermelho embarcado e adaptável à cena, mantendo o nível ideal de iluminação do ambiente, atingindo pelo menos IR de 100 metros;</p> <p>=> Deve possuir 1 (uma) interface ethernet, conector RJ45 (10/100 Base-T), operando nas velocidades de 10/100 Mbps. O equipamento deve implementar a pilha TCP/IP nativamente. Não sendo aceitos conversores externos;</p> <p>=> Deve possuir um throughput mínimo de 48 Mbps</p>

	<p>=> Deve suportar, no mínimo, os protocolos e se serviços: IPv4/IPv6; HTTP; HTTPS; SSL; TCP/IP; UDP; UPnP; ICMP; IGMP; SNMP; RTSP; RTP; SMTP; NTP; DHCP; DNS; PPPoE; DDNS; FTP; Filtro de IP; Onvif; QoS; Bonjour; SIP</p> <p>=> Com possibilidade de múltiplos usuários (no mínimo 10) de acesso e com proteção por senha</p> <p>=> Deve possuir no mínimo 1 entrada, 1 saída de áudio, 2 entrada de alarme e 1 saída de alarme;</p> <p>=> A interface ethernet deve ser compatível com o padrão PoE (IEEE 802.3af ou IEEE 802.3at), permitindo a alimentação do equipamento através do cabo UTP. Sendo este recurso nativo do equipamento, estar habilitado e suportar 100% da sua configuração e operação quando alimentado por PoE;</p> <p>=> Deverá possuir proteção contra surtos e ondas eletromagnéticas</p> <p>=> Deverá possuir grau de proteção suficiente para o uso em ambientes externos, mínimo IP66;</p> <p>=> Deve ser fornecida com suporte de fixação adequado ao local de instalação(poste, parede, teto ou quina) e todos os adaptadores necessários.</p>
Câmera Tipo 3	<p>Modelo de referência: Intelbras VIP 7250 LPR IA FT G2</p> <p>Especificações mínimas:</p> <p>=> Deve possuir resolução Full HD com , no mínimo, 2MP;</p> <p>=> Com codec de compressão, se no mínimo, H.265.</p> <p>=> Deve possuir resolução mínima de 1920 x 1080;</p> <p>=> Deve possuir modo dia e noite de forma automática, colorido preto e branco</p> <p>=> Deverá possuir tecnologia infravermelho embarcado e adaptável à cena, mantendo o nível ideal de iluminação do ambiente, atingindo pelo menos IR de 8 metros;</p> <p>=> Com lente varifocal motorizada</p> <p>=> Com controle de foco automático</p> <p>=> Com zoom óptico de, no mínimo, 4x</p> <p>=> Deve possuir função de Leitura de Placa Veicular embarcada na própria câmera ou licenciamento de software de forma a capturar os Caracteres das Placas dos Veículos nas Entradas/Saídas de Veículos dos Campus, possibilitando posterior integração com Sistemas da Universidade.</p> <p>=> Deve possuir a função LPR (Licence Plate Recognition/Reconhecimento de placa de veículos) embarcado na câmera. Com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Com Laço indutivo ou detecção no vídeo ou por ambos -Com a visão geral ou recorte da placa do veículo -Com armazenamento de no mínimo 10.000 placas e com lista de placas negadas e liberadas -Com controle para cancela <p>=> Deve possuir no mínimo 1 entrada de áudio, 1 saída de áudio, 2 entrada de alarme e 1 saída de alarme;</p> <p>=> Com certificações CE e FCC</p> <p>=> Deve possuir 1 (uma) interface ethernet, conector RJ45 (100/1000 Base-T), operando nas velocidades de 100/1000 Mbps. O equipamento deve implementar a pilha TCP/IP nativamente. Não sendo aceitos conversores externos;</p> <p>=> Deve possuir um throughput mínimo de 32 Mbps</p> <p>=> Deve suportar, no mínimo, os protocolos e se serviços: IPv4/IPv6, HTTP, TCP/IP, UDP, NTP, DHCP, DNS,</p> <p>=> Com possibilidade de múltiplos usuários (no mínimo 10) de acesso e com proteção por senha</p> <p>=> A interface ethernet deve ser compatível com o padrão PoE (IEEE 802.3af ou IEEE 802.3at), permitindo a alimentação do equipamento através do cabo UTP. Sendo este recurso nativo do equipamento.</p> <p>=> Deverá possuir grau de proteção suficiente para o uso em ambientes externos, mínimo IP67;</p>

	<p>=> Deverá possuir grau de proteção antivandalismo para o uso em ambientes externos, mínimo IK10;</p>
Câmera Tipo 4	<p>Modelo de referência: Hikvision DS-2TD2617-6/QA</p> <p>Especificações mínimas</p> <p>Módulo Térmico:</p> <p>=> Sensor de imagem: Matrizes de plano focal não resfriado de óxido de vanádio;</p> <p>=> Resolução 160 × 120;</p> <p>=> Distância entre pixels 17 µm</p> <p>=> NETD <40 mK (@ 25 °C, F# = 1,1)</p> <p>=> Comprimento focal: 6,2 mm</p> <p>=> IFOV: 2,74 mrad</p> <p>=> Campo de visão: 25,0° × 18,7° (H × V)</p> <p>=> Min. Distância de foco: 0,6m</p> <p>=> Abertura: F1.1</p> <p>=> Zoom digital: × 2, × 4</p> <p>Módulo Óptico:</p> <p>=> Sensor de imagem: CMOS de varredura progressiva de 1/2,7"</p> <p>=> Resolução: 2688 × 1520</p> <p>=> Min. Iluminação: 0.0089Lux @(F1.6,AGC ON) ,0 Lux com IR</p> <p>=> Velocidade do obturador: 1s a 1/100.000s</p> <p>=> Comprimento focal: 8mm</p> <p>=> Campo de visão: 39,42° × 22,14° (H × V)</p> <p>=> Abertura (alcance): F1.6</p> <p>=> WDR: 120 dB</p> <p>Efeito de imagem:</p> <p>=> Coloração alvo: Suportado no modo branco quente e preto quente.</p> <p>Iluminador:</p> <p>=> Distância infravermelha: Até 40 metros</p> <p>=> Intensidade e ângulo IR: Ajustado automaticamente</p> <p>Alarme sonoro e visual:</p> <p>=> Faixa de luz branca: Até 40 metros</p> <p>=> Alarme visual: Alarme de luz branca com frequências de intermitência ajustáveis</p> <p>=> Alarme de áudio: Para dois tipos de alarme sonoro (VCA e Exceção de Temperatura); 2 alertas de voz pré definidos (um para cada); 6 alertas de voz definidos pelo usuário importáveis (6 opções compartilhadas nos dois tipos).</p> <p>Função Inteligente:</p> <p>=> VCA: 4 tipos de regras VCA (cruzamento de linha, intrusão, entrada de região e saída de região), até 8 regras VCA no total;</p> <p>=> Medição de temperatura: 3 tipos de regras de medição de temperatura, 21 regras no total (10 pontos, 10 áreas e 1 linha)</p> <p>=> Faixa de temperatura: - 20 °C a 150 °C</p> <p>=> Precisão de temperatura: ± 8 °C</p> <p>=> Função Geral: Detecção de incêndio, detecção de fumo, filtro de reflexão solar.</p> <p>Vídeo e Áudio:</p> <p>=> Térmico: 25 fps (1280 × 720, 704 × 576, 640 × 480, 352 × 288, 320 × 240);</p> <p>Óptico: => 50 Hz: 25 fps (2688 × 1520, 1920 × 1080, 1280 × 720) / 60 Hz: 30 fps (2688 × 1520, 1920 × 1080, 1280 × 720);</p> <p>Transmissão secundária:</p> <p>=> Térmico: 25 fps (704 × 576, 352 × 288, 320 × 240); Óptico: => 50 Hz: 25 fps (704 × 576, 352 × 288) / 60 Hz: 30 fps (704 × 480, 352 × 240);</p> <p>Compressão de vídeo:</p> <p>=> Fluxo principal: H.265/H.264; Subtransmissão: H.265/H.264/MJPEG;</p> <p>Compressão de áudio:</p>

	<p>=> G.722.1/G.711ulaw/G.711alaw/MP2L2/G.726/PCM</p> <p>Rede:</p> <p>=> Armazenamento de rede: Cartão MicroSD/SDHC/SDXC (até 256 G), armazenamento local, NAS (NFS, SMB/CIFS), Reabastecimento Automático de Rede (ANR);</p> <p>API</p> <p>=> ISAPI, HIKVISION SDK, ISUP e plataforma de gerenciamento de terceiros, Open Interface de vídeo em rede, ONVIF (perfil S, perfil G, perfil T)</p> <p>=> Visualização ao vivo simultânea: Até 20 canais</p> <p>=> Nível de usuário/host: Até 32 usuários, 3 níveis: Administrador, Operador, Usuário</p> <p>=> Segurança: Autenticação de usuário (ID e PW), vinculação de endereço MAC, criptografia HTTPS, IEEE 802.1x (EAP MD5, EAP-TLS), controle de acesso, filtragem de endereço IP</p> <p>=> Navegador da Web: Visualização ao vivo (plug-in permitido): Internet Explorer 11; Visualização ao vivo (sem plug-in): Chrome 57.0 +, Firefox 52.0 +; Serviço local: Chrome 57.0+, Firefox 52.0+</p> <p>Interface:</p> <p>=> Entrada de alarme: 2, entrada de alarme (0-5 VCC)</p> <p>=> Saída de alarme: 2, saída de alarme (ações de resposta de alarme configuráveis)</p> <p>=> Ação de alarme: gravação/saída de relé/captura inteligente/upload de FTP/ligação de e-mail</p> <p>=> Entrada de áudio: Interface de entrada de microfone/linha de 1,3,5 mm ; Entrada de linha: 2-2,4 V [pp], impedância de saída: 1 KΩ \pm 10%</p> <p>=> Saída de áudio: Nível linear, impedância: 600 Ω</p> <p>=> Interface de comunicação: 1, interface Ethernet autoadaptável RJ45 10 M/100 M / 1, interface RS-485 (meio duplex)</p> <p>=> Saída Analógica: 1,0V [pp]/75Ω, PAL/NTSC/BNC</p> <p>Geral:</p> <p>=> Fonte de energia: 12 VDC \pm 25%, plugue de alimentação ϕ 5.5 mm; PoE (802.3af, classe 3)</p> <p>=> Consumo de energia: 12 VCC \pm 25%: 0,5 A, Máx. 6 W / PoE (802.3af, classe 3): 42,5 V a 57 V, 0,14 A a 0,22 A, máx. 6,5 W</p> <p>=> Temperatura/Umididade trabalhando: Temperatura: -40°C a 65°C / Umidade: 95% ou menos</p> <p>=> Nível de proteção: Padrão IP67 / Proteção contra raios TVS 6000V, proteção contra sobretensão, proteção contra transientes de tensão / Carcaça com classificação IK10;</p> <p>=> Dimensões: 358,3 mm \times 113,5 mm \times 115,2 mm (14,10" \times 4,47" \times 4,35")</p> <p>=> Peso: Aproximadamente. 1,76kg</p>
Cancela automatizada - 5,4 metros	<p>Cancela automatizada modelo de referência: Nice/Max monofásico</p> <p>Especificações mínimas:</p> <p>Abertura/fechamento remoto através de sistema de liberação por controle de acesso CT500, ou similar/compatível, via software da Sala de Segurança.</p> <p>Motor com, no mínimo de, 1/2 CV e 245 W</p> <p>Tempo de abertura: máximo de 7 segundos</p> <p>Comprimento do braço: <u>aproximadamente 5,4 metros</u></p> <p>Sistema de vídeo porteiro modelo de referência: Intelbras XPE 3101 IP</p> <p>Especificações mínimas:</p> <p>Sistema de vídeo porteiro para comunicação com a Sala de Segurança, para abertura da Cancela, com conexão via rede Ip de dados.</p>

Cancela automatizada - 9 metros	<p>Cancela automatizada modelo de referência: Nice/Max monofásico</p> <p>Especificações mínimas: Abertura/fechamento remoto através de sistema de liberação por controle de acesso CT500, ou similar/compatível, via software da Sala de Segurança. Motor com, no mínimo de, 1/2 CV e 245 W Tempo de abertura: máximo de 7 segundos Comprimento do braço: aproximadamente 9 metros</p> <p>Sistema de vídeo porteiro modelo de referência: Intelbras XPE 3101 IP</p> <p>Especificações mínimas: Sistema de vídeo porteiro para comunicação com a Sala de Segurança, para abertura da Cancela, com conexão via rede Ip de dados.</p>
Computador para estação de monitoramento	Microcomputador memória ram superior a 8 GB, núcleos por processador 4 a 8, armazenamento HDD sem disco HDD GB, armazenamento SSD 110 a 300 GB com cabo de energia.
Conduíte metálico emborrachado	Conduíte metálico emborrachado com acabamentos tamanho 1 metro.
Conector RJ45	Conector Rj45 Cat6 10/100/1000mbps
Conector RJ45 blindado	Conector Rj45 Cat6 10/100/1000mbps blindado
DIO (Distribuidor Interno Óptico)	DIO (Distribuidor Interno Óptico). Capacidade de 24 fibras para instalação em racks 19" com parafusos porca gaiola e Splitter Óptico 1x24 com conectores
Conversor de mídia	<p>Modelo de referência: TP Link MC220L</p> <p>Conversor de mídia gigabit contendo 1 porta Gigabit SFP e 1 porta RJ45 10/100/1000M</p>
Disjuntor 10a	Disjuntor Monopolar de 10A
Eletrocalha 100x100x300mm	Eletrocalha chapa zincada perfurada tipo U 100x100x3000mm cor branca
Eletrocalha 50x50x300mm	Eletrocalha chapa zincada perfurada tipo U 50x50x3000mm cor branca
Eletroduto 3/4 PVC	Eletroduto Rígido Condulete Top 3/4" 3m cor cinza
Fibra óptica	Cabo Fibra Óptica 2fo monomodo por metro, incluindo conectores e instalação.
HD 10TB	<p>HD para gravação de imagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade: 10 TB - Tamanho físico: 3,5 polegadas - Tamanho do cache: 256 MB - Interface: SATA - Conector: SATA - Disk Speed (RPM): 7200rpm - Taxa de transferência: até 265MB/s
Kit controle de acesso entrada	Kit acesso facial, cartão RFID, senha, Qrcode, botoeira saída sem fio fonte nobreak com bateria e fechadura tipo solenóide. (01 Controladora de acesso; 01 fechadura; 01 Botoeira; 01 Bateria selada 12V; 01 carregador 12V).
Kit controle de acesso entrada e saída	Kit acesso facial, cartão RFID, senha, Qrcode e fechadura tipo solenóide. (02 Controladoras de acesso; 01 fechadura; 01 Bateria selada 12V; 01 carregador 12V).

Kit de aterramento	Haste de aterramento em cobre 1,5m com conector e caixa de inspeção
Kit ventilação para rack	Sistema Kit Ventilação Rack 19" Fabricada em caixa 1U em chapa de aço SAE 1020 chapa 1,2mm. 02 ventiladores bivolts (110/220v). Interruptor liga/desliga. Fusível de 10a.
Mesa controladora keyboard	Modelo de referência: Hikvision Ds-1005ki Mesa controladora para câmeras joystick USB
Monitor 27"	Monitor de vídeo, desenvolvidos para uso profissional, com operação 24/7, para a operação de monitoramento de imagens de CFTV, deverá possuir no mínimo 27", Tecnologia LED, resolução Full HD (1920 x 1080), suporte com ajuste de altura, entrada HDMI com cabo HDMI com no mínimo 1,5 metros.
Mouse	Modelo de referência: Logitech M90 Mouse com fio USB com design ambidestro, 3 botões e facilidade plug and play.
Nobreak 1,5Kva	Nobreak 1,5Kva com possibilidade de expansão de autonomia via conector de engate rápido e cabo para conexão de externa
Nobreak 5Kva	Nobreak 5Kva com possibilidade de expansão de autonomia via conector de engate rápido e cabo para conexão de externa
NVR 128 canais	Modelo de referência: Intelbras NVD 70128 Especificações mínimas: => Deve possuir, no mínimo, 2 HDMI e 1 VGA de saídas de vídeo => Deve suportar a resolução da saída de vídeo de até 3840 × 2160 => Deve possibilitar ações configuráveis por evento (Gravação, PTZ, Tour, Saída de alarme, Notificação de vídeo, E-mail, FTP, Buzzer e Mensagens na tela), tracking (Zoom, Tracking, Gravação, Foto, Alarme) detecção de movimento, perda de vídeo e mascaramento de câmera; => Deve aceitar eventos de inteligência recebidos da câmera como linha virtual, cerca virtual, abandono/retirada de objetos, mudança de cena, detecção de áudio e mapa de calor; => Deve possuir inteligência de vídeo embarcada com, no mínimo, linha virtual, cerca virtual, abandono/ retirada de objeto e detecção de face; => Deve possibilitar buscas por data e hora, alarme, inteligência de vídeo, detecção de movimento e data exata; => Deve possibilitar backup Rede/ Dispositivo USB/Gravador SATA interno/Dispositivo eSATA; => O Gravador de Vídeo de Rede de Alta Definição deverá ser escalável, ou seja, deverá permitir expansão de armazenamento. Com possibilidade de expansão, mínima, de 8 HD SATA de até 10 TB cada com suporte a hot swap; => Deve permitir a abertura do gabinete, remoção de placas e unidades de disco sem a necessidade de ferramentas; => Deve possibilitar RAID 0/1/5/6/10; => Deve possuir, no mínimo, 1 porta eSATA; => Deve possuir, no mínimo, 2 USB 2.0, 2 USB 3.0, 1 RS232, 1 RS485; => O Gravador de Vídeo de Rede de Alta Definição deverá suportar, no mínimo, 128 canais de câmeras; => Deve possuir entrada e saída de áudio; => Com codec de compressão, se no mínimo, H.265; => O Gravador de Vídeo de Rede de Alta Definição deverá suportar a taxa mínima de gravação de 384 Mbps de dados de imagem; => Deve possibilitar os modos de gravação em manual, agendado, detecção de movimento, mascaramento da câmera, perda de vídeo, alarme e parada;

	<p>=> Deve possuir 2 (duas) interface ethernet, conector RJ45 (100/1000 Base-T), operando nas velocidades de 100/1000 Mbps. O equipamento deve implementar a pilha TCP/IP nativamente. Não sendo aceitos conversores externos;</p> <p>=> Deve suportar, no mínimo, os protocolos e se serviços: HTTP, TCP/IP, IPv4/IPv6, UPnP, RTSP, UDP, SMTP, NTP, DHCP, DNS, IP Filter, PPPoE, Funções de rede DDNS, FTP, Servidor de alarme, Busca de dispositivos;</p> <p>=> Deve operar conforme o padrão Internacional ONVIF;</p> <p>=> Com possibilidade de múltiplos usuários (no mínimo 128) de acesso e com proteção por senha;</p> <p>=> Com certificações CE e FCC, ANSI e UL e outras;</p> <p>=> O Gravador de Vídeo de Rede de Alta Definição deverá possuir pelo menos 1 (uma) redundância de fonte. Com entrada de Energia 100 a 240 VAC, 50/60 Hz, com auto interruptor;</p> <p>=> Gabinete tipo rack padrão 19 (dezenove) polegadas com altura máxima de 1U, com trilhos e outros componentes necessários para instalação e funcionamento em rack.</p>
NVR 64 canais	<p>Modelo de referência: Intelbras iNVD 9164 FT</p> <p>Especificações mínimas:</p> <p>=> Deve possibilitar RAID 0/1/5/6/10;</p> <p>=> Deve possuir, no mínimo, 1 porta eSATA;</p> <p>=> Deve possuir, no mínimo, 2 USB 2.0, 2 USB 3.0, 1 RS232, 1 RS485;</p> <p>=> O Gravador de Vídeo de Rede de Alta Definição deverá suportar, no mínimo, 64 canais de câmeras;</p> <p>=> Deve possuir entrada e saída de áudio;</p> <p>=> Com codec de compressão, se no mínimo, H.265;</p> <p>=> O Gravador de Vídeo de Rede de Alta Definição deverá suportar a taxa mínima de gravação de 384 Mbps de dados de imagem;</p> <p>=> Deve possibilitar os modos de gravação em manual, agendado, detecção de movimento, mascaramento da câmera, perda de vídeo, alarme e parada;</p> <p>=> Deve possuir 2 (duas) interface ethernet, conector RJ45 (100/1000 Base-T), operando nas velocidades de 100/1000 Mbps. O equipamento deve implementar a pilha TCP/IP nativamente. Não sendo aceitos conversores externos;</p> <p>=> Deve suportar, no mínimo, os protocolos e se serviços: HTTP, TCP/IP, IPv4/IPv6, UPnP, RTSP, UDP, SMTP, NTP, DHCP, DNS, IP Filter, PPPoE, Funções de rede DDNS, FTP, Servidor de alarme, Busca de dispositivos;</p> <p>=> Deve operar conforme o padrão Internacional ONVIF;</p> <p>=> Com possibilidade de múltiplos usuários (no mínimo 128) de acesso e com proteção por senha;</p> <p>=> Com certificações CE e FCC, ANSI e UL e outras;</p> <p>=> O Gravador de Vídeo de Rede de Alta Definição deverá possuir pelo menos 1 (uma) redundância de fonte. Com entrada de Energia 100 a 240 VAC, 50/60 Hz, com auto interruptor;</p> <p>=> Gabinete tipo rack padrão 19 (dezenove) polegadas com altura máxima de 1U, com trilhos e outros componentes necessários para instalação e funcionamento em rack.</p>
Pach cord	Patch Cord Cat.6 – Cabo de Manobra Para Redes
Parafuso porca gaiola	Conjunto de Parafuso e Porca Gaiola Para Rack
Poste para fixação de câmeras	<p>Modelo de referência: ILUMEF/ PÓRTICO UNIV,UNIV 10.0</p> <p>Poste em aço SAE 1010/1020. Galvanizado a fogo conforme NBR 6323. Com altura entre 8 e 10 metros. Fixado ao solo através de flange (com chumbadores).</p>

	Com sistema de alimentação de energia através de placas solares (painel fotovoltaico), e bateria(as) ou nobreaks, capazes de suprir a demanda energética da(s) câmeras fixadas por tempo ilimitado. A empresa vencedora deve construir sapata com a fundação adequada para o poste, bem como deixar o gabarito dos parafusos prontos para a fixação dos postes.
Protetor de surto - DPS	Dispositivo de Proteção contra Surtos (DPS), monopolar, Classe II (NBR IEC 61.643-1)
Rack 12U	Modelo de referência: Intelbras MRD 1247 Mini Rack Desmontável para fixação em parede 19" 12U 470mm. Dimensões Externas (L x A x P) 550 x 599,5 x 472 mm
Rack 44U	Modelo de referência: Intelbras RPD 4467 Rack de Piso Desmontável 44U – 19" x 670 mm. Dimensões Externas (L x A x P) 600 x 2037 x 670 mm
Servidor para rack 19"	Servidor para rack 19" com mínimo 32GB memória tipo DDR4 ou superior e armazenamento mínimo de 1TB SSD tipo NV2. Com compatibilidade total (Sistema Operacional e demais softwares necessários devidamente licenciados) com o software de Integração e Gerenciamento do Sistema de Segurança.
Software de gerenciamento total	Software de gerenciamento total dos equipamentos de vigilância eletrônica, cancelas, estação de monitoramento, controles de acesso e controle de rondas
Switch 05 canais Poe	Modelo de referência: Intelbras SF 500 PoE Switch 5 portas 10/100 Mbps, sendo 4 com suporte à PoE/PoE+
Switch 08 canais Poe + SFP	Modelo de referência: Intelbras SG 1002 PoE L2+ Switch gerenciável 8 portas Gigabit e 2 portas SFP
Switch 16 canais Poe + SFP	Modelo de referência: Intelbras SG 1602 PoE Max Switch Gerenciável 16 portas 10/100/1000 Mbps com autonegociação de velocidade e Power Over Ethernet (PoE+) + 2 Portas SFP (1GB)
Switch 24 canais Poe + SFP	Modelo de referência: Intelbras SG 2404 PoE Max Switch Gerenciável 24 portas 10/100/1000 Mbps com autonegociação de velocidade e Power Over Ethernet (PoE+) + 4 portas SFP Combo (1GB)
Switch 24 portas SFP	Modelo de referência: TP-Link TL-SG3428XF Switch Gerenciável L2+ de 20 portas SFP gigabit e 4 portas Gigabit Combo SFP/RJ45 de 10 Gbps
Switch 48 canais Poe + SFP	Modelo de referência: Intelbras S2050G-A Switch Gerenciável 48 portas Gigabit Ethernet + 2 portas SFP (1GB)
Teclado	Modelo de referência: Teclado Multimídia Dell KB216 - em Português Teclado USB. Estilo de teclas: Chiclete. Localização e Disposição: Português. Cor: Preto. Layout: Português - ABNT 2.
Televisor 42"	Televisor 42" desenvolvidos para uso profissional, com operação 24/7, para a operação de monitoramento de imagens de CFTV, deverá possuir no mínimo 42",

	Tecnologia LED, resolução Full HD (1920 x 1080), suporte com ajuste de altura, entrada HDMI com cabo HDMI com no mínimo 5 metros.
Transceiver SFP	Modelo de referência: D-Link DEM-432XT Transceiver SFP+ 10GBase-LR Monomodo 10Km. Conector Duplex LC
EQUIPAMENTOS/MATERIAIS	
Descrição	Especificação
Capa de chuva	Capa de Chuva Longa/Vértice e Capuz integrado. Nylon/PVC. Fechamento Duplo CA 28728
Capacete para motociclista	Capacete para motociclista regulamentado pela Portaria INMETRO nº 231, de 18 de maio de 2021
Cofre para arma	Cofre para armas. Fabricado em chapas de aço. Duplo sistema de fechadura, por senha eletrônica programável e por chave mecânica. Travamento com dois pinos (ferrolhos) horizontais. Volume interno mínimo 4 litros.
Coldre para revólver calibre 38	Coldre para revólver calibre 38
Colete balístico	Colete balístico. Nível mínimo de proteção II-A. Capa primária em Neoprene ou RipStop removível. Validade mínima 5 anos.
Guarda-chuva	Guarda-chuva grande, automático, não-retrátil.
Lanterna	Lanterna tática, tecnologia Led XML-T9 V2, potencia 5.400.000 lumens, carcaça metálica resistente a água, regulagem de zoom/foco, bateria de íon de lítio 9800mAh recarregável e carregador bi-volt (110v – 220v).
Livro de ocorrências	Livro de registro/ocorrências, 50 folhas numeradas e pautadas; capa dura; formato mínimo: 210mm x 310mm; gramatura: 56 g/m².
Motocicleta	Motocicleta com no mínimo 150cc, 0Km, compatível com estrada de chão.
Munição para revólver calibre 38	Munição para revólver calibre 38 (Kit com 10 unidades).
Placa sinalização ambiente monitorado	Dimensões mínimas: 15 x 20 cm. Espessura: placa de 1mm. Formato: retangular. Material tipo: PVC ou PS (poliestireno). Forma de fixação: fita dupla face ou furação.
Porta Tonfa	Acessório para transportar e utilizar a tonfa com facilidade e segurança, com suporte/argola para colocação da tonfa e fixação para acoplar em cinto.
Rádios UHF/VHF	Rádios UHF/VHF e carregadores para todos os vigilantes e fiscais: rádio profissional em UHF/VHF, com frequência mínima de 450MHZ, com bateria recarregável, antena, chip de cinto e carregador bi-volt (110v – 220v)
Relógio Ponto	Relógio Ponto Eletrônico (REP-C) em estrita conformidade com a Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência. O equipamento deve possuir um relógio interno de tempo real (RTC) com precisão e autonomia mínima de 4 (quatro) horas na ausência de energia elétrica (bateria interna), mostrador não-analógico e mecanismo impressor integrado para emissão de comprovantes. Para a identificação de usuários, o sistema deve suportar métodos como senha

	numérica e registro biométrico (digital, facial ou ambos), garantindo a imutabilidade e segurança dos dados de ponto conforme as exigências legais.
Revólver calibre 38	Revólver calibre 38
Smartphone	Smartphone 128GB, 4GB RAM, Tela 6,7" Preto. Modelo referência: Samsung Galaxy A05
Tonfa	Ferramenta de autodefesa, de material flexível e leve para transporte prático.
UNIFORMES	
Descrição	Especificação
Apito com cordão	Apito profissional com cordão
Bota de chuva	Bota de chuva de material resistente e impermeável
Calça	Calça estilo tática de material resistente
Camisa de mangas curtas	Camisa mangas curtas, preferencialmente de tecido 50% algodão e 50% poliéster
Camisa de mangas longas	Camisa mangas longas, preferencialmente de tecido 50% algodão e 50% poliéster
Capa para Colete Balístico	Capa para colete balístico
Cinto	Cinto preferencialmente em couro
Conjunto capa de chuva para motoqueiro	Conjunto de capa de chuva para motoqueiro, PVC, forrado com capuz
Crachá de identificação	Crachá de identificação com logomarca
Jaqueta de frio/Japona	Jaqueta térmica de material resistente
Quepe/Boné com emblema	Quepe/Boné com logomarca
Sapatos/coturno	Calçado estilo tático
Instalação eletrônica	
Descrição	Especificação
Instalação de câmera	Instalação interna e externa das câmeras de monitoramento por unidade
Instalação de controle de acesso	Instalação do kit de controle de acesso: fechadura, controle de acesso, bateria e botoeira.
Instalação de poste	Instalação de poste para fixação de câmeras externas
Instalação de rack e equipamentos	Instalação de rack 12U com equipamentos para transmissão de dados das câmeras e controles de acesso.
Instalação do rack do servidor/gravador	Instalação de rack 44U para recepção, gravação e gerenciamento de dados de todo o sistema eletrônico, cancelas, controle de acesso e controle de rondas

Instalação estação de monitoramento	Instalação de computador, televisor e mesa controladora montando estação de monitoramento com acesso a imagens ao vivo de câmeras, gerenciamento de cancelas, gerenciamento de controle de rondas e gerenciamento de controles de acessos.
-------------------------------------	--

Anexo X - Tipos de equipamentos por ponto Campus Cerro Largo

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
1	Câmera tipo 1	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	1	Externa	Acesso principal - Fixada em poste na entrada do seminário, em direção a rua de acesso	Não
2	Câmera tipo 1	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	1	Externa	Acesso principal - Fixada em poste (compartilhado com ponto 1), voltada para a rua de acesso, em direção ao seminário	Não
3	Câmera tipo 1	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	1	Externa	Estacionamento gramado - Fixado em poste próximo ao transformador de energia, voltada para estacionamento e acesso	Não
4	Câmera tipo 1	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	1	Externa	Estacionamento gramado - Fixado em poste (compartilhado com ponto 3), voltada para o estacionamento e mato da divisa	Não
5	Câmera tipo 2	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	3	Externa	Panorâmica - Fixada na parede externa, no ponto mais alto do prédio, acima da entrada das garagens	Não
6	Câmera tipo 1	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	1	Externa	Estacionamento ginásio - fixada em poste em frente ao ginásio e fundos do prédio principal, voltada para o acesso secundário e fundos do auditório/capela	Não
7	Câmera tipo 1	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	1	Externa	Estacionamento ginásio - fixada em poste (compartilhado com ponto 6), voltada para o estacionamento e entrada do ginásio	Não
8	Câmera tipo 1	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	1	Externa	Estacionamento - fixada em poste próximo ao galpão de convivência, voltada para o galpão e mato da divisa	Não
9	Câmera tipo 1	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	1	Externa	Estacionamento - fixada em poste (compartilhado com ponto 8), voltado para o estacionamento e acesso secundário	Não
10	Câmera tipo 1	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	1	Externa	Acesso secundário - fixada em poste na entrada do acesso secundário, voltada para a rua de entrada	Não
11	Câmera tipo 1	Sim	0 - Arruamento Seminário	Seminário	1	Externa	Acesso secundário - fixada em poste (compartilhado com ponto 10), voltada ao ginásio e fundos do auditório/capela	Não
12	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Externa	Entrada principal - fixada no pilar do hall de entrada principal, voltada para o auditório/capela e gruta	Não
13	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Externa	Hall de entrada principal - fixada na parede externa, voltada para o estacionamento e entrada do prédio	Não
14	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Externa	Hall de entrada principal - fixada na parede externa, voltada para a rua de contorno norte do prédio e entrada da garagem	Não
15	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Externa	Entrada garagem - fixada no canto da parede externa, voltada para a rua lateral de contorno norte e entrada da garagem fechada	Não
16	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Externa	Entrada garagem - fixada no canto da parede externa, voltada para a entrada do estacionamento coberto e Colaboratório Fiocruz/UFS	Não
17	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Interna	Corredor - Fixada na parede da escadaria, voltada ao hall de entrada principal e corredor das salas administrativas	Não
18	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Interna	Corredor - Fixada na parede próximo a entrada da copa, voltada para a sala 1-2-11 (equipamentos TI) e corredor de salas administrativas	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
19	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Interna	Corredor - Fixada na parede, voltada as salas 1-2-14 (convivencia), 1-2-29 (terceirizados) e 1-2-15 (assgp)	Não
20	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Interna	Corredor externo - fixada na entrada do hall de acesso as escadarias de acesso aos andares superiores, voltada para o corredor e entrada secundária (lateral do auditório/capela)	Não
21	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Interna	Hall de acesso aos andares superiores, voltada para a escadaria	Não
22	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Externa	Jardim - Fixada no pilar do canto do corredor externo, voltada ao pátio/jardim e lateral do Auditório/capela	Não
23	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Interna	Corredor externo - Fixada na viga em frente a sala de aula 03 (1-2-25), voltada para a entrada do prédio	Não
24	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Interna	Corredor externo - Fixada na viga em frente a sala de aula 03 (1-2-25), voltada às escadarias, banheiros masculinos e ao corredor de acesso ao ginásio	Não
25	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Externa	Entrada secundária - Fixada na entrada de acesso ao corredor externo, voltada ao hall de entrada do auditório/capela e estacionamento	Não
26	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Seminário	1	Interna	Auditório - Fixada no canto esquerdo do Auditório, voltado para toda a área central do Auditório	Não
27	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Externa	Entrada Ginásio - Fixada acima da porta de entrada do ginásio, voltada para a passarela de ligação com o prédio principal	Não
28	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Interna	Entrada Ginásio - Fixada acima da porta de acesso ao ginásio, voltada para a área interna do ginásio	Não
29	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Interna	Mezanino - Fixada no canto direito do mezanino, voltada ao centro do mezanino	Não
30	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Interna	Arquibancada - Fixada no canto esquerdo da arquibancada com a parede do banheiros, voltada ao centro da quadra	Não
31	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Interna	Arquibancada - Fixada no canto direito da arquibancada, voltada ao centro da quadra	Não
32	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Interna	Fixada no canto da parede oposta a arquibancada, voltada ao centro da quadra	Não
33	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Externa	Fixada no canto esquerdo da parede externa norte (próximo a passarela), voltada ao pátio lateral	Não
34	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Externa	Fixada no canto direito da parede externa norte, voltada ao pátio lateral	Não
35	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Externa	Fixada no canto direito da parede externa leste, voltada ao mato da divisa	Não
36	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Externa	Fixada no canto esquerdo da parede externa leste, voltada ao mato da divisa	Não
37	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Externa	Fixada no canto esquerdo da parede externa sul, voltada ao mato da divisa	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
38	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Externa	Fixada no canto direito da parede externa sul, voltada ao mato da divisa	Não
39	Câmera tipo 1	Sim	1 - Seminário Térreo	Ginásio	1	Externa	Fixada no canto esquerdo da parede externa oeste, voltada ao estacionamento	Não
40	Câmera tipo 1	Sim	2 - Seminário 2° e 3° pavimento	Seminário	2	Interna	Escadaria principal 2° pavimento - Fixada na parede ao lado do banheiro e em frente a escadaria, voltada para as escadas	Não
41	Câmera tipo 1	Sim	2 - Seminário 2° e 3° pavimento	Seminário	2	Interna	Corredor interno 2° pavimento - Fixada na parede ao lado da sala XXX, voltada ao corredor e banheiros	Não
42	Câmera tipo 1	Sim	2 - Seminário 2° e 3° pavimento	Seminário	2	Interna	Elevador 2° pavimento - Fixada na parede ao lado do elevador, voltada para a escadaria	Não
43	Câmera tipo 1	Sim	2 - Seminário 2° e 3° pavimento	Seminário	2	Interna	Corredor externo 2º pavimento - Fixada na parede acima da saída da escadaria, voltada para o corredor de sentido L/O	Não
44	Câmera tipo 1	Sim	2 - Seminário 2° e 3° pavimento	Seminário	2	Interna	Corredor externo 2º pavimento - Fixada na parede acima da saída da escadaria, voltada para o corredor de sentido N/S	Não
45	Câmera tipo 1	Sim	2 - Seminário 2° e 3° pavimento	Seminário	2	Interna	Corredor externo 2° pavimento - Fixada na parede em cima dos banheiros no final do corredor N/S, voltada para o acesso as escadarias e elevador	Não
46	Câmera tipo 1	Sim	2 - Seminário 2° e 3° pavimento	Seminário	3	Interna	Escadaria principal 3° pavimento - Fixada na parede ao lado do banheiro e em frente a escadaria, voltada para as escadas	Não
47	Câmera tipo 1	Sim	2 - Seminário 2° e 3° pavimento	Seminário	3	Interna	Corredor interno 3° pavimento - Fixada na parede ao lado da sala XXX, voltada ao corredor e banheiros	Não
48	Câmera tipo 1	Sim	2 - Seminário 2° e 3° pavimento	Seminário	3	Interna	Corredor externo 3º pavimento - Fixada na parede acima da saída da escadaria, voltada para o corredor	Não
49	Câmera tipo 1	Sim	2 - Seminário 2° e 3° pavimento	Seminário	3	Interna	Escadaria/elevador 3° pavimento - Fixada na parede em frente a escadaria, voltada para o elevador e escadaria	Não
50	Câmera tipo 1	Sim	3 - Seminário Subsolo	Seminário	subsolo	Externa	Estacionamento coberto - fixada no canto esquerdo, voltada para o estacionamento e entradas do prédio	Não
51	Câmera tipo 1	Sim	3 - Seminário Subsolo	Seminário	subsolo	Externa	Fixada no canto do estacionamento coberto, voltada para o pátio e escadas que permeiam o lado sul do prédio	Não
52	Câmera tipo 1	Sim	3 - Seminário Subsolo	Seminário	subsolo	Externa	Fixada no canto do estacionamento coberto, voltada para o pátio e lateral leste do prédio	Não
53	Câmera tipo 1	Sim	3 - Seminário Subsolo	Seminário	subsolo	Externa	Garagem aberta - fixada no canto superior direito, voltada para a entrada da garagem e mato da divisa	Não
54	Câmera tipo 1	Sim	3 - Seminário Subsolo	Seminário	subsolo	Externa	Garagem aberta - fixada no canto superior direito, voltada para a rua de contorno norte do prédio e estacionamento gramado	Não
55	Câmera tipo 2	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Panorâmica - fixada em poste na esquina da quadra do acesso principal ao campus definitivo	Sim
56	Câmera tipo 2	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Panorâmica - fixada em poste na entrada do acesso secundário ao campus definitivo	Sim

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
57	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Substação de energia - fixada na parede externa, voltada para a entrada e acesso secundário	Não
58	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Substação de energia - fixada na parede externa, voltada para o gramada e divisa/avenida	Não
59	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Estação de tratamento - fixada em poste, voltada para a substação	Não
60	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Fixada na parada de ônibus, entre o acesso secundário e a rótula do RU	Não
61	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Pátio RU - fixada em poste, próximo a saída do RU, voltada para a rua de acesso ao campus, sentido avenida	Não
62	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Pátio RU - fixada em poste, próximo a saída do RU, voltada para a rua de acesso ao campus, sentido bloco A	Não
63	Câmera tipo 2	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Panorâmica - fixada em poste, em frente a entrada do RU	Sim
64	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Rua de acesso principal - fixada em poste entre RU e bloco A, voltada para a rua no sentido RU	Não
65	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Rua de acesso principal - fixada em poste entre RU e bloco A, voltada para a rua no sentido Bloco A	Não
66	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Rua de acesso principal - fixada em poste entre rótula da parade de ônibus e bloco A, voltada para a parada	Não
67	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Rua de acesso principal - fixada em poste entre rótula da parade de ônibus e bloco A, voltada para o bloco A	Não
68	Câmera tipo 2	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Panorâmica - fixada em poste, entre o bloco A e o estacionamento principal	Sim
69	Câmera tipo 2	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Panorâmica - fixada em poste, entre a divisa sul e o estacionamento dos laboratórios	Sim
70	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Fixada em poste na entrada do estacionamento principal, voltada para a rua	Não
71	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Fixada em poste na entrada do estacionamento principal, voltada para o estacionamento principal e bloco dos professores	Não
72	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Fixada em poste na canto do estacionamento do bloco dos professores, voltada para o estacionamento	Não
73	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Fixada em poste na canto do estacionamento do bloco dos professores, voltada para a rua e laboratórios	Não
74	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Fixada em poste na divisa norte e entroncamento das ruas principal e secundária, voltada para a rua de acesso secundário, no sentido saída	Não
75	Câmera tipo 1	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Fixada em poste na divisa e entroncamento das ruas principal e secundária, voltada para a rua de acesso secundário, no sentido acesso ao galpão agrícola e áreas experimentais	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
76	Câmera tipo 2	Sim	4 - Arruamento Campus Definitivo	Campus	-	Externo	Panorâmica - fixada em poste na área experimental, próximo à divisa norte e área de preservação permanente	Sim
77	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Interna	Fixada na parede ao lado da entrada da cozinha, voltada para a entrada do RU	Não
78	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Interna	Fixada na parede ao lado da entrada da cozinha, voltada para o buffet	Não
79	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Interna	Fixada na parede , voltada para o refeitório direito e para o jardim de inverno	Não
80	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Interna	Fixada na parede , voltada para o refeitório esquerdo e para o jardim de inverno	Não
81	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Interna	Fixada na parede próximo a saída, voltada para a saída	Não
82	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Externa	Fixada no canto da parede de entrada, voltada para o gramado e área das cisternas	Não
83	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Externa	Fixada no canto do RU, parede externa da sala administrativa da cessionária, voltada para a entrada, gramado e cisternas	Não
84	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Externa	Fixada ao lado da porta de entrada de serviço, voltada para a área de carga e descarga, lado direito	Não
85	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Externa	Fixada próximo a porta de entrada de serviço, voltada para a área de carga e descarga, em direção a saída do RU	Não
86	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Externa	Fixada ao lado da porta de saída do RU, voltada para a central de gás	Não
87	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Externa	Fixada ao lado da porta de saída do RU, voltada para a saída e área coberta	Não
88	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Externa	Fixada no canto da parede externa, voltada para a área coberta da saída do RU	Não
89	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Externa	Fixada no canto da parede externa sul, voltada para a lateral leste do RU	Não
90	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Externa	Fixada no canto da parede externa norte, voltada para a lateral leste do RU	Não
91	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Externa	Fixada no canto da parede externa norte, voltada para a área coberta da entrada do RU	Não
176	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Interna	Fixada dentro da cozinha, no canto entre estoque seco e área de resfriamento, voltada para a área de prepapo	Não
177	Câmera tipo 1	Sim	5 - RU	RU	1	Interna	Fixada dentro da cozinha, próximo a porta de acesso ao refeitório, voltada para a área de prepapo	Não
92	Câmera tipo 1	Sim	6 - Cantina e Convivência	Cantina	1	Externa	Fixada no canto da parede externa sul, voltada para a entrada principal da Cantina e para o bloco A	Não
93	Câmera tipo 1	Sim	6 - Cantina e Convivência	Cantina	1	Externa	Fixada no canto da parede externa sul, voltada para a lateral oeste da Cantina	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
94	Câmera tipo 1	Sim	6 - Cantina e Convivência	Cantina	1	Interna	Fixada no canto da parede, voltada para a área de convivência/praca de alimentação e para o balcão de atendimento	Não
95	Câmera tipo 1	Sim	6 - Cantina e Convivência	Cantina	1	Externa	Fixada no canto da parede externa norte, voltada para a entrada/saída de serviço e fundos do prédio	Não
96	Câmera tipo 1	Sim	6 - Cantina e Convivência	Cantina	1	Externa	Fixada no canto da parede externa norte, voltada para o lado leste e entrada secundária da área de convivência	Não
97	Câmera tipo 1	Sim	7 - Almojarifado	Almojarifado	1	Externa	Fixada no canto da parede da frente, voltada para a entrada e estacionamento	Não
98	Câmera tipo 1	Sim	7 - Almojarifado	Almojarifado	1	Externa	Fixada no canto da parede, voltada para a entrada de carga e descarga e lado norte do prédio	Não
99	Câmera tipo 1	Sim	7 - Almojarifado	Almojarifado	1	Interna	Fixada na parede entre o banheiro e entrada do depósito, voltada para o corredor das salas administrativas e entrada do prédio	Não
100	Câmera tipo 1	Sim	7 - Almojarifado	Almojarifado	1	Interna	Fixada na parede entre a sala dos terceirizados e entrada do depósito, voltada para o portão de carga e descarga e entradas dos almojarifados	Não
101	Câmera tipo 1	Sim	7 - Almojarifado	Almojarifado	1	Externa	Fixada no canto da parede dos fundos, voltada para a lateral sul do prédio	Não
102	Câmera tipo 1	Sim	7 - Almojarifado	Almojarifado	1	Externa	Fixada no canto da parede dos fundos, voltada para os fundos do prédio e rua de acesso a área experimental	Não
103	Câmera tipo 1	Sim	8 - Galpão de máquinas	Galpão Agrícola	1	Externa	Fixada no canto da parede externa, voltada para a lateral sul e estrada que leva para a área experimental	Não
104	Câmera tipo 1	Sim	8 - Galpão de máquinas	Galpão Agrícola	1	Externa	Fixada no canto da parede leste, voltada para a entrada principal do galpão	Não
105	Câmera tipo 1	Sim	8 - Galpão de máquinas	Galpão Agrícola	1	Externa	Fixada no canto da parede norte, voltada para a lateral norte do galpão e área experimental	Não
106	Câmera tipo 1	Sim	8 - Galpão de máquinas	Galpão Agrícola	1	Interna	Fixada na parede interna, voltada para o centro do galpão das máquinas e entradas das salas de técnicos e terceirizados	Não
107	Câmera tipo 1	Sim	8 - Galpão de máquinas	Galpão Agrícola	1	Interna	Fixada na parede interna, próximo a entada lateral, voltada para o centro do galpão das máquinas	Não
108	Câmera tipo 1	Sim	8 - Galpão de máquinas	Galpão Agrícola	1	Externa	Fixada na parede externa da sala dos terceirizados, voltada para a entrada lateral e rua de acesso a área experimental	Não
109	Câmera tipo 1	Sim	8 - Galpão de máquinas	Galpão Agrícola	1	Externa	Fixada na parede externa da sala dos terceirizados, voltada para ao portão de entrada das máquinas e para parte da área experimental	Não
110	Câmera tipo 1	Sim	9 - Reagentes	Central de Reagentes	1	Externa	Fixada no canto da parede leste, voltada para entrada principal da central e para o prédio 3 de laboratórios	Não
111	Câmera tipo 1	Sim	9 - Reagentes	Central de Reagentes	1	Externa	Fixada no canto da parede sul, voltada para as entradas das salas laterais	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
112	Câmera tipo 1	Sim	9 - Reagentes	Central de Reagentes	1	Interna	Fixada na parede interna do hall de entrada, voltada para a entrada da sala de reagentes de uso controlado	Não
113	Câmera tipo 1	Sim	9 - Reagentes	Central de Reagentes	1	Externa	Fixada no canto da parede norte, voltada para a lateral do prédio e porta de saída do prédio 3 de laboratórios	Não
114	Câmera tipo 1	Sim	9 - Reagentes	Central de Reagentes	1	Externa	Fixada no canto da parede oeste, voltada para os fundos do prédio	Não
115	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Externa	Fixada no canto da parede externa, voltada para a lateral norte do prédio	Não
116	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Externa	Fixada ao lado da entrada principal do prédio, voltada para a Cantina	Não
117	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Externa	Fixada ao lado da entrada principal do prédio, voltada para o Bloco A	Não
118	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Externa	Fixada no canto da parede sul, voltada para a lateral sul do prédio, jardim e estacionamento principal	Não
119	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Interna	Fixada no pilar da escadaria, voltada para o hall e entrada principal do prédio	Não
120	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Interna	Fixada no pilar da escadaria, voltada para corredor norte do prédio, com visão das portas das salas daquele lado	Não
121	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Interna	Fixada no pilar da escadaria, voltada para corredor sul do prédio, com visão das portas das salas daquele lado	Não
122	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Interna	Fixada no canto da sala de impressoras com auditório, voltada para a entrada lateral do prédio, escadarias e hall	Não
123	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Externa	Fixada no canto da parede sul, voltada para a entrada lateral do prédio, jardim e estacionamento principal	Não
124	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Externa	Fixada no canto da parede oeste, voltada para a saída lateral do auditório e estacionamento do bloco dos professores	Não
125	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Externa	Fixada no canto da parede oeste, voltada para a saída lateral do auditório e estacionamento do bloco dos professores	Não
126	Câmera tipo 1	Sim	10 - Bloco professores térreo	Bloco dos professores	1	Externa	Fixada no canto da parede externa, voltada para a lateral norte do prédio	Não
127	Câmera tipo 1	Sim	11 - Bloco professores 2º pavimento	Bloco dos professores	2	Interna	Fixada próximo a sala da coordenação acadêmica, voltada para as escadarias, elevador e corredor sul	Não
128	Câmera tipo 1	Sim	11 - Bloco professores 2º pavimento	Bloco dos professores	2	Interna	Fixada próximo a sala de convivência e copa, voltada para o corredor norte	Não
129	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Externa	Fixada na parede externa dos elevadores, voltada para a entrada principal	Não
130	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Externa	Fixada na parede externa dos elevadores, voltada para o lado norte, gramado e calçada	Não
131	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Externa	Fixada no canto externo direito da parede norte, voltada para a Cantina e área de convivência	Não

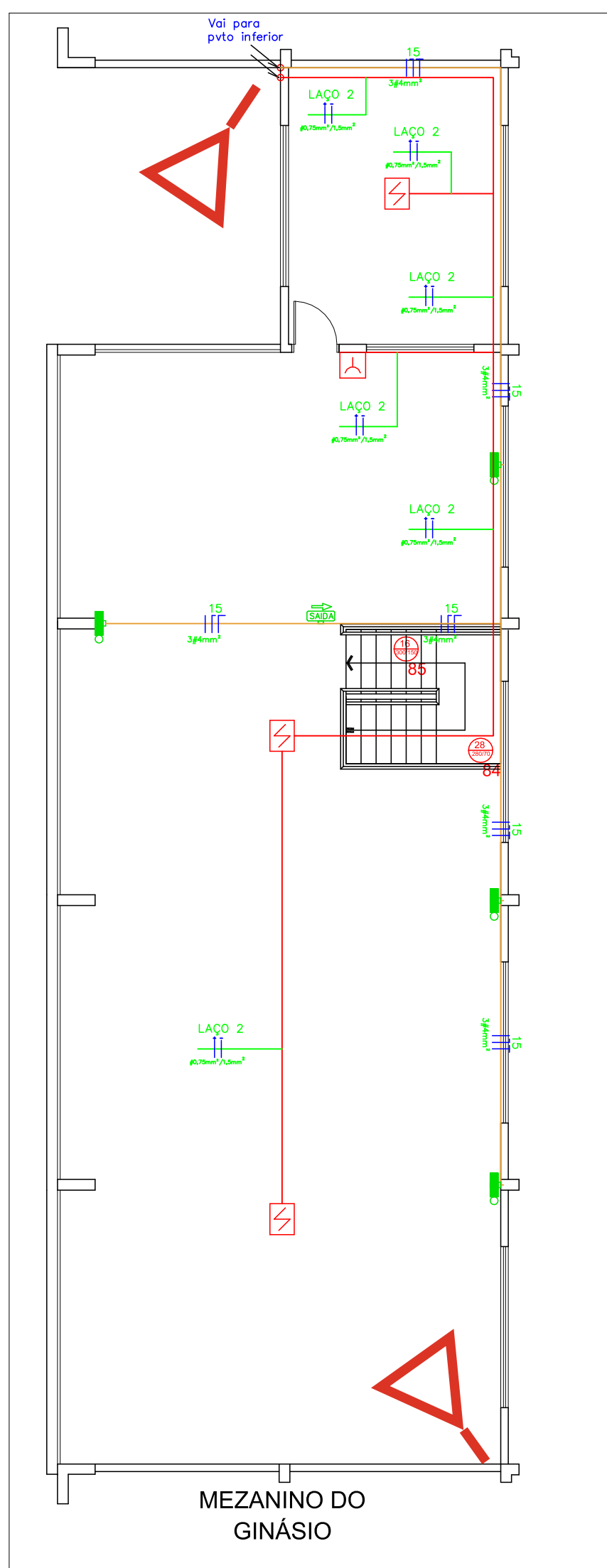
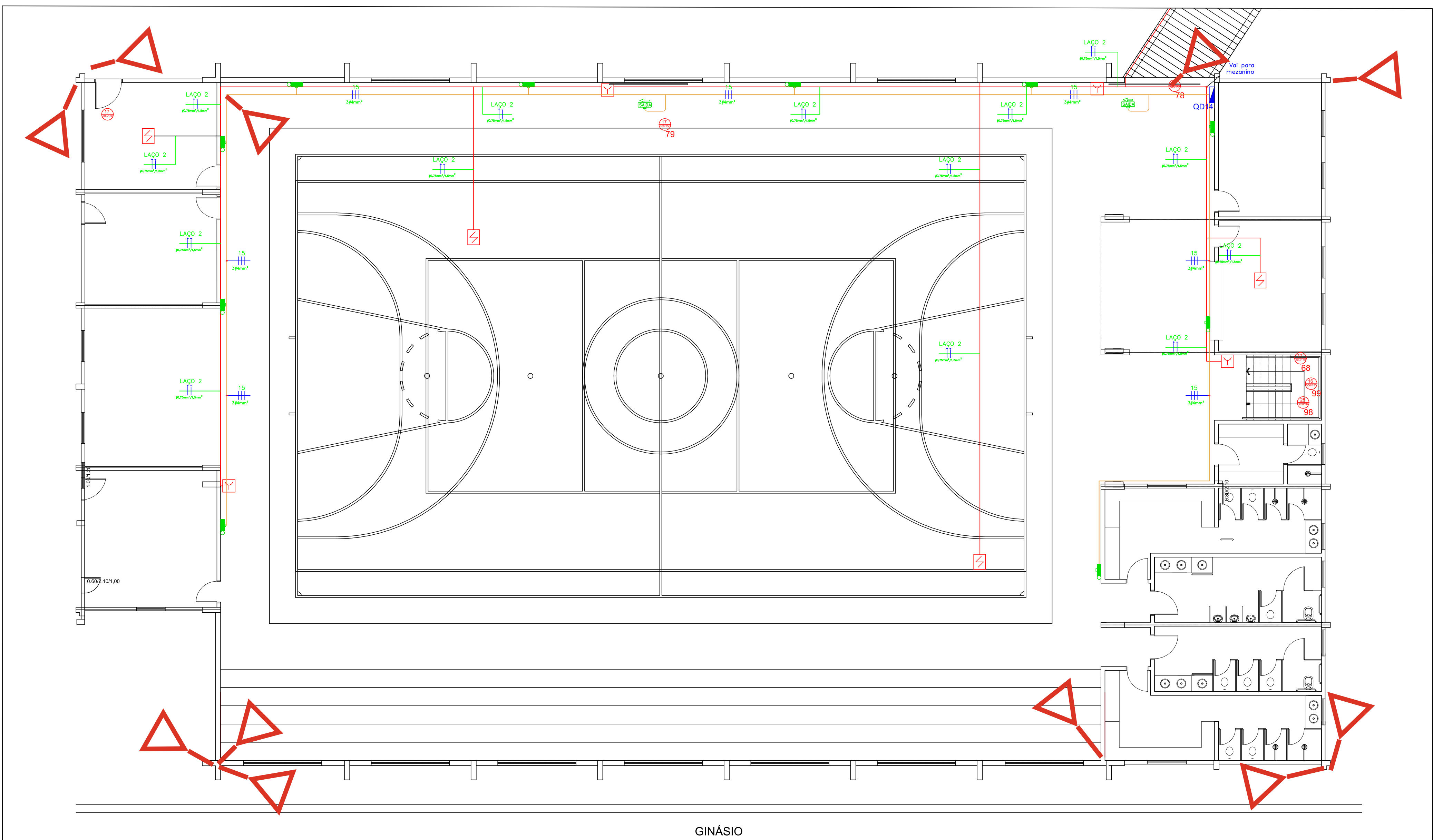
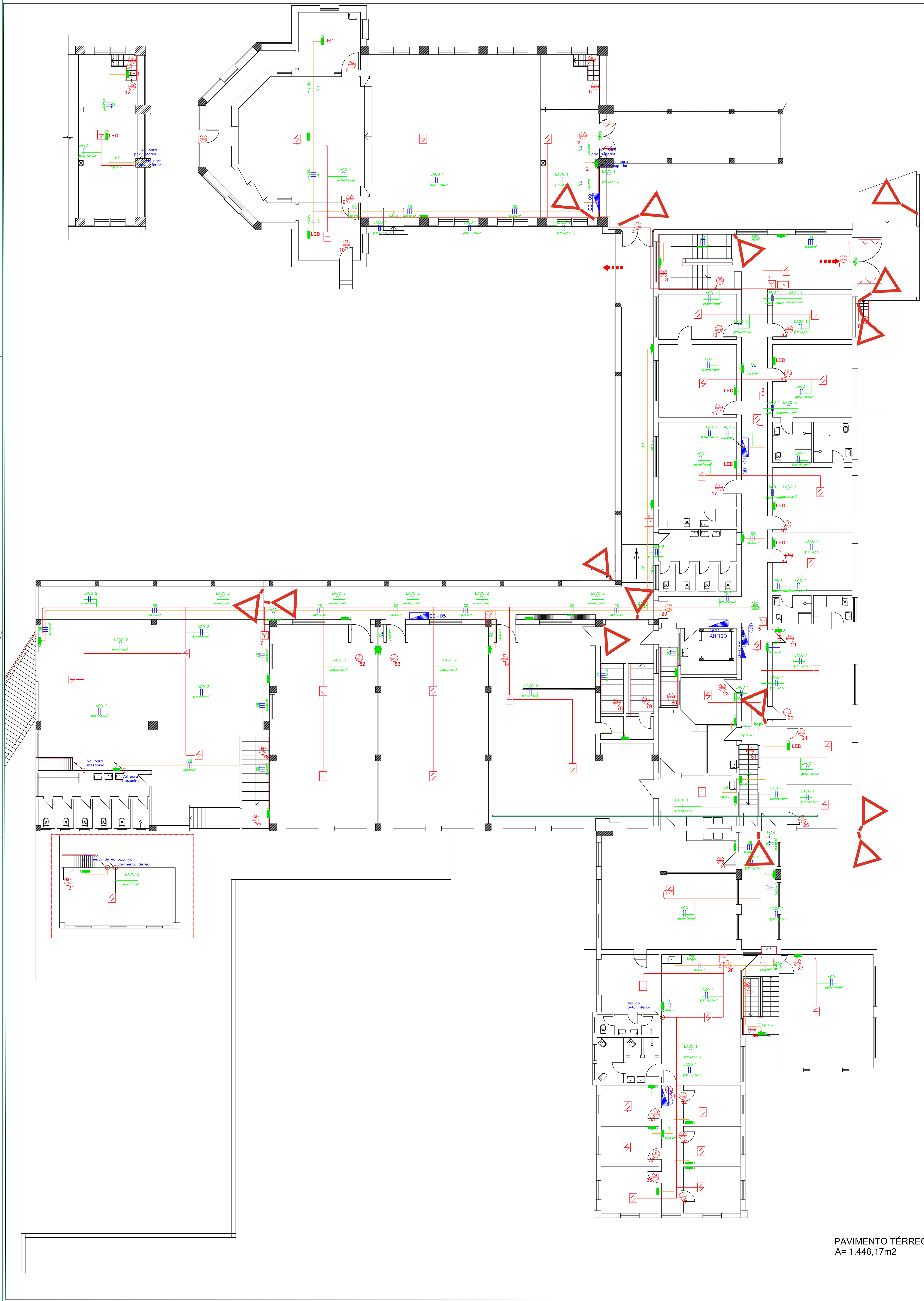
Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
132	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Externa	Fixada no canto externo esquerdo da parede norte, voltada para a Cantina e área de convivência	Não
133	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Externa	Fixada ao lado da entrada secundária do prédio, voltada ao bloco dos professores e estacionamento principal	Não
134	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Externa	Fixada no canto da parede externa da lavanderia, voltada para o jardim e estacionamento principal	Não
135	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Externa	Fixada no canto da parede externa da lavanderia, voltada para o lado sul do prédio e para a rua principal	Não
136	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Externa	Fixada no canto da parede externa do auditório, voltada para o lado sul do prédio e para a rua principal	Não
137	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Externa	Fixada no canto da parede externa do auditório, voltada para a parada de ônibus e acessos principais do prédio	Não
138	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Interna	Fixada no pilar em frente ao auditório, voltada para os elevadores e hall de entrada do prédio	Não
139	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Interna	Fixada no pilar em frente ao auditório, voltada para o hall/pátio interno do prédio	Não
140	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Interna	Fixada no pilar em frente a biblioteca, voltada para o hall/pátio interno do prédio	Não
141	Câmera tipo 1	Sim	12 - Bloco A térreo	Bloco A	1	Interna	Fixada no pilar em frente a biblioteca, voltada para o acesso a escadaria e banheiros	Não
142	Câmera tipo 1	Sim	13 - Bloco A 2º pavimento	Bloco A	2	Interna	Fixada no canto próximo a saída das escadarias, voltada para o hall dos elevadores	Não
143	Câmera tipo 1	Sim	13 - Bloco A 2º pavimento	Bloco A	2	Interna	Fixada na parede lateral dos elevadores, em frente a sala do setor de acessibilidade, voltada para o corredor norte	Não
144	Câmera tipo 1	Sim	13 - Bloco A 2º pavimento	Bloco A	2	Interna	Fixada na parede da sala de aula 206, voltada para o acesso as escadarias e banheiros	Não
145	Câmera tipo 1	Sim	13 - Bloco A 2º pavimento	Bloco A	2	Interna	Fixada na parede em frente a sala de aula 205, voltada para o corredor sul	Não
146	Câmera tipo 1	Sim	14 - Bloco A 3º pavimento	Bloco A	3	Interna	Fixada na parede da sala de aula 301, voltada para o acesso aos elevadores e escadaria	Não
147	Câmera tipo 1	Sim	14 - Bloco A 3º pavimento	Bloco A	3	Interna	Fixada na parede lateral dos elevadores, em frente a sala de aula 308, voltada para o corredor norte	Não
148	Câmera tipo 1	Sim	14 - Bloco A 3º pavimento	Bloco A	3	Interna	Fixada na parede da sala do setor de assuntos estudantis (305), voltada para o acesso as escadarias e banheiros	Não
149	Câmera tipo 1	Sim	14 - Bloco A 3º pavimento	Bloco A	3	Interna	Fixada na parede em frente a sala de aula 304, voltada para o corredor sul	Não
150	Câmera tipo 1	Sim	15 - Bloco A 4º pavimento	Bloco A	4	Interna	Fixada na parede da sala de aula 401, voltada para o acesso aos elevadores e escadaria	Não
151	Câmera tipo 1	Sim	15 - Bloco A 4º pavimento	Bloco A	4	Interna	Fixada na parede lateral dos elevadores, em frente ao lab de informática (408), voltada para o corredor norte	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
152	Câmera tipo 1	Sim	15 - Bloco A 4º pavimento	Bloco A	4	Interna	Fixada na parede da sala do setor de TI (406), voltada para o acesso as escadarias e banheiros	Não
153	Câmera tipo 1	Sim	15 - Bloco A 4º pavimento	Bloco A	4	Interna	Fixada na parede em frente a sala de aula 405, voltada para o corredor sul	Não
154	Câmera tipo 1	Sim	16 - Laboratório 1	Laboratórios 1	1	Externa	Fixada no canto da parede norte, voltada para o espaço lateral entre os prédios 1 e 2 dos laboratórios	Não
155	Câmera tipo 1	Sim	16 - Laboratório 1	Laboratórios 1	1	Externa	Fixada no canto da parede oeste (fundos), voltada para a entrada secundária do prédio e área experimental	Não
156	Câmera tipo 1	Sim	16 - Laboratório 1	Laboratórios 1	1	Interna	Fixada na parede próxima ao lab. de ensino de ciências, voltada para a porta de entrada secundária	Não
157	Câmera tipo 1	Sim	16 - Laboratório 1	Laboratórios 1	1	Interna	Fixada na parede próxima ao lab. de ensino de ciências, voltada para o corredor	Não
158	Câmera tipo 1	Sim	16 - Laboratório 1	Laboratórios 1	1	Interna	Fixada na parede próxima ao lab. expressão gráfica, voltada para o corredor	Não
159	Câmera tipo 1	Sim	16 - Laboratório 1	Laboratórios 1	1	Interna	Fixada na parede próxima ao lab. expressão gráfica, voltada para a porta de entrada principal	Não
160	Câmera tipo 1	Sim	16 - Laboratório 1	Laboratórios 1	1	Externa	Fixada no canto da parede leste, voltada para a entrada principal do prédio	Não
161	Câmera tipo 1	Sim	16 - Laboratório 1	Laboratórios 1	1	Externa	Fixada no canto da parede sul, voltada para o estacionamento dos laboratórios	Não
162	Câmera tipo 1	Sim	17 - Laboratório 2	Laboratórios 2	1	Externa	Fixada no canto da parede sul, voltada para o espaço lateral entre os prédios 1 e 2 de laboratórios	Não
163	Câmera tipo 1	Sim	17 - Laboratório 2	Laboratórios 2	1	Externa	Fixada no canto da parede leste, voltada para a entrada principal do prédio	Não
164	Câmera tipo 1	Sim	17 - Laboratório 2	Laboratórios 2	1	Interna	Fixada na parede próxima ao lab. de anatomia, voltada para a porta de entrada principal	Não
165	Câmera tipo 1	Sim	17 - Laboratório 2	Laboratórios 2	1	Interna	Fixada na parede próxima ao lab. de anatomia, voltada para o corredor	Não
166	Câmera tipo 1	Sim	17 - Laboratório 2	Laboratórios 2	1	Interna	Fixada na parede próxima ao lab. de agroecologia, voltada para o corredor	Não
167	Câmera tipo 1	Sim	17 - Laboratório 2	Laboratórios 2	1	Interna	Fixada na parede próxima ao lab. de agroecologia, voltada para a porta de entrada secundária	Não
168	Câmera tipo 1	Sim	17 - Laboratório 2	Laboratórios 2	1	Externa	Fixada no canto da parede externa oeste, voltada para a entrada secundária do prédio e para a central de reagentes	Não
169	Câmera tipo 1	Sim	18 - Laboratório 3	Laboratórios 3	1	Externa	Fixada no canto da parede sul, voltada para o espaço lateral entre os prédios 2 e 3 de laboratórios	Não
170	Câmera tipo 1	Sim	18 - Laboratório 3	Laboratórios 3	1	Externa	Fixada no canto da parede leste, voltada para a entrada principal do prédio	Não
171	Câmera tipo 1	Sim	18 - Laboratório 3	Laboratórios 3	1	Interna	Fixada na parede próxima ao lab. de física dos solos, voltada para a porta de entrada principal	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
172	Câmera tipo 1	Sim	18 - Laboratório 3	Laboratórios 3	1	Interna	Fixada na parede próxima ao lab. de física dos solos, voltada para o corredor	Não
173	Câmera tipo 1	Sim	18 - Laboratório 3	Laboratórios 3	1	Interna	Fixada ao lado da porta da sala dos técnicos, voltada para o corredor	Não
174	Câmera tipo 1	Sim	18 - Laboratório 3	Laboratórios 3	1	Interna	Fixada ao lado da porta da sala dos técnicos, voltada para a porta de entrada secundária	Não
175	Câmera tipo 1	Sim	18 - Laboratório 3	Laboratórios 3	1	Externa	Fixada no canto da parede externa oeste, voltada para a entrada secundária do prédio	Não

Anexo XI - Locais das câmeras por ponto Campus Cerro Largo

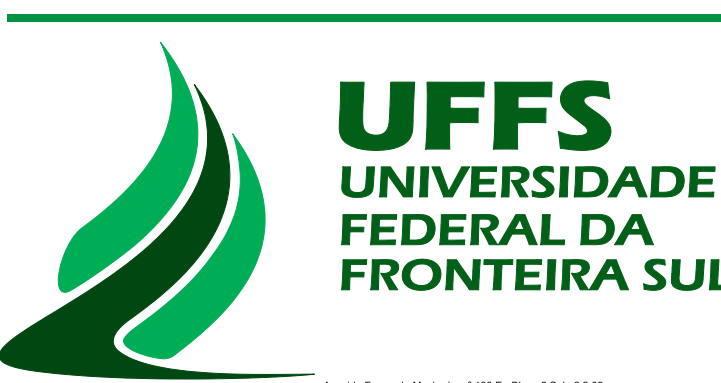




Legenda	
	Ponto de iluminação de emergência "Saída"
	Ponto de iluminação de emergência em LED
	Ponto de iluminação de emergência tipo balizamento
	Acionador manual endereçável, classe B, IP-20 (h=1,3m)
	Painel repetidor (Roteador)
	Central de alarme
	Detector de Fumaça Óptico Endereçável, Classe B, IP-20

SISTEMA PREVENTIVO DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO (ABNT NBR - 17240:2010)	MANUTENÇÃO
Visando manter os sistemas de detecção, alarme e controle prediais em plena condição de funcionamento, algumas precauções relativas à manutenção devem ser tomadas pelos responsáveis por tais sistemas.	
1 - Manutenção	
1.1 - A manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de detecção e alarme de incêndio devem ser executadas por técnicos habilitados e treinados.	
1.2 - Após cada manutenção, o executante deve apresentar relatório de manutenção assinado, citando as condições de funcionamento do sistema, registrando data, hora de serviço e período de garantia dos serviços executados.	
1.3 - A manutenção preventiva deve garantir que o sistema de detecção e alarme de incêndio esteja em plena condição de funcionamento, ou registrar no relatório as suas restrições ou falhas.	
Nessa última caso recomenda-se que as correções necessárias sejam executadas de imediato.	
1.4 - Após qualquer alteração do projeto ou correção de falhas, uma nova verificação deve ser efetuada no funcionamento do sistema e emitir relatório assinando o período de funcionamento.	
1.5 - O sistema de sistema de manutenção preventiva consiste nas seguintes atividades:	
a) medição da corrente dos circuitos em cada circuito de detecção, alarme e comando, e comparação com a leitura realizada na manutenção anterior;	
b) verificação da supervisão em cada circuito de detecção, alarme e comando;	
c) verificação visual de estado geral dos componentes da central e condições de operação;	
d) verificação do estado e carga das baterias;	
e) medição da tensão de fonte primária;	
f) ensaio funcional por amostragem dos detectores com gás apropriado, fonte de calor, ou procedimento documentado, recomendado pelo fabricante, no mínimo 25% do total de detectores a cada três meses, garantindo que 100% dos detectores sejam ensaiados no período de um ano;	
g) ensaio funcional de todos os acionadores manuais do sistema a cada três meses;	
h) ensaio funcional de todos os acionadores, a cada três meses;	
i) ensaio funcional de todos os comandos, incluindo os sistemas automáticos de combate a incêndio, a cada três meses;	
j) ensaio funcional dos painéis repetidores, a cada três meses;	
k) verificação se houve alteração nas dimensões da área protegida, ocupação, utilização, novos equipamentos, ventilação, ar-condicionado, piso elevado, fumaça criada de nova área em relação à última revisão do projeto;	
l) verificação de danos na rede de eletrodutos ou fiação.	
1.6 - A periodicidade das manutenções preventivas no sistema deve ser definida, no mínimo atendendo a 1.5, levando em conta a duração da instalação, área protegida, quantidade de detectores, tipo de ambiente, presença de poeira, vapores, insetos e nível de contaminação. É necessário observar que quanto mais crítica e agnosciva for a área protegida, maior deve ser o intervalo entre as manutenções. A periodicidade definida para as manutenções preventivas não pode ultrapassar três meses.	
1.7 - Quando a manutenção exigir a interrupção parcial ou total do funcionamento do sistema devem ser tomadas precauções especiais no sentido de suprir a vigilância necessária das áreas expostas através de dispositivos existentes ou improvisados.	
1.8 - Realizar a limpeza dos componentes do sistema, a cada atividade de manutenção, se necessário.	
1.9 - No instante posterior de um sistema de ventilação ou ar-condicionado, o sistema de detecção deve ser adequado em até 30 dias na mesma condição de funcionamento de ar, devendo ser revisado o projeto de acordo com a norma.	
1.10 - No caso de alteração das dimensões ou tipo de ocupação das áreas protegidas, o sistema de detecção e alarme deve ser adequado em até 30 dias, de acordo com a Norma.	
1.11 - O usuário final é responsável pela manutenção preventiva e corretiva do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio.	

NOTAS	
O seguinte projeto segue as especificações contidas na norma (ABNT NBR-17240:2010):	
Fazer parte integrante deste projeto: memorial técnico descritivo e lista de materiais;	
Dever-se ler o memorial, entendendo diagramas e especificações nos detalhes para o bom desenvolvimento do exercício da obra;	
Dever-se observar as orientações nos detalhes para a instalação dos equipamentos;	
Dever-se respeitar, pela empresa executora, as especificações e dimensionamentos dos componentes descritos no projeto;	
Seu projeto forma projetada e dimensionada conforme em planta de forma a garantir níveis seguros de detecção de incêndio de acordo com a Norma;	
As ações normativas dos circuitos devem ser de acordo com as especificações de acordo com a lista de materiais e memorial;	
Os comandos e condições devem ser de uso exclusivo para o sistema de detecção de alarme de incêndio;	
Não é permitida a instalação contida dos fios dentro de curvas de passagem ou em locais de difícil acesso;	
Dever-se ter tomadas terminais apropriadas para o comando de equipamentos e a central de alarme. Todos os condutores devem ser devidamente identificados na central de alarme e em todos os equipamentos através de anéis;	
As redes elétricas e de alarme de incêndio não deverão em momento algum estar juntas, para isso, cada sistema deverá possuir uma rede com eletrodutos exclusivos;	
Quando forem utilizados eletrodutos de PVC rígido, os mesmos devem ser auto-extinguíveis ou ser revestidos com suas ações e áreas indicadas em projeto e antes fixadas por suportes e acessórios apropriados;	
Os equipamentos devem ser fixados de forma a impedir qualquer acidente, cheque cuidadosamente as pessoas ou transportes, ventilação desautorizada sem auxílio de ferramentas e que não possa ser facilmente removida ou colocada fora de serviço;	
Os equipamentos devem ser instalados de forma a impedir qualquer acidente, cheque cuidadosamente as pessoas ou transportes, ventilação desautorizada sem auxílio de ferramentas e que não possa ser facilmente removida ou colocada fora de serviço;	
Após a conclusão da instalação e sistema de alarme de incêndio deve ser aprovado e assinado pelo responsável técnico do estabelecimento;	
O proprietário é responsável pela manutenção e período de funcionamento do sistema;	
A manutenção deve ser feita por profissional qualificado e reconhecido por órgão competente;	
Deve haver um sistema para controle de manutenção. Item como observações pertinentes;	
Cada equipamento deve estar acompanhado de um manual de instalação e procedimento que estabeleça o ponto técnico de assistência técnica;	
O projeto deve ser mantido atualizado em caso de qualquer alteração e em a disposição dos trabalhadores autorizados, das autoridades competentes e de outras pessoas autorizadas pela empresa prestadora de serviço, sendo esta medida de inteira responsabilidade do executor;	
Para instalação e manutenção das instalações elétricas, deve-se seguir as normas de segurança obrigatória e estabelecidas pela NR-10;	
Os aterramentos previstos na instalação devem ser executados com a instalação existente de diâmetro de 12" PVC rígido na cor verde;	
Os dispositivos para prevenção de incêndio são compatíveis com aterramento e comunicação por 2 fios, se entanto, as redes audio-visual são compatíveis apenas com aterramento e comunicação por 4 fios. No mesmo caso, as instalações simétricas devem ser feitas dos condutores de PVC 12" 750 V de bitola de 1,2 mm²;	



UFFS
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL

LOCAL: CERRO LARGO - RS
OBRA: EXECUTIVO
PROJETO: PPCI
DESENHADO POR: VICTOR LACERDA DA SILVA
ENDEREÇO: AV. JACOB REINALDO HAUPENTHAL, 1580

FASE: EXECUTIVO
REVISÃO Nº: R01
DATA: 14/06/2019
DESENHADO POR: VICTOR LACERDA DA SILVA
NOME DO ARQUIVO: PFC-UFFS-CERRO LARGO-RS

ESCALA: 1:100
TAMANHO FOLHA: A0
Nº PRANCHA: 01
04



SEGUNDO PAVIMENTO A= 1.110,48m2

SISTEMA PREVENTIVO DE DETEÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO (ABNT NBR - 17240:2010)

Visando manter os sistemas de detecção, alarme e controle prediais em plenas condições de funcionamento, algumas precauções relativas à manutenção devem ser tomadas pelos responsáveis por tais sistemas.

1 - Manutenção

1.1 - A Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de detecção e alarme de incêndio devem ser executada por técnicos habilitados e treinados.

1.2 - Após cada manutenção, o executor deve apresentar relatório de manutenção assinado, citando as condições de funcionamento do sistema, registrado data, hora do serviço e período de garantia dos serviços executados.

1.3 - A manutenção preventiva deve garantir que o sistema de detecção e alarme de incêndio esteja em pleno funcionamento, ou registrar no relatório as suas falhas ou defeitos.

1.4 - Após qualquer alteração do projeto ou correção de falhas, uma nova verificação deve ser efetuada no funcionamento do sistema e emitido relatório atestando o perfeito funcionamento.

1.5 - O conteúdo de mínimo de manutenção preventiva consiste nas seguintes atividades:

- medida da corrente dos sistemas em cada circuito de detecção, alarme e comando; e comparação com a leitura realizada na manutenção anterior;
- verificação da aparência em cada circuito de detecção, alarme e comando;
- verificação visual de estado geral dos componentes da central e condições de operação;
- verificação da tensão e carga das baterias;
- medida de tensão da fonte primária;
- teste funcional por amostragem dos detectores com gás apropriado, fonte de calor, ou procedimento documentado, recomendado pelo fabricante, no mínimo 25% do total de detectores a cada três meses, garantindo que 100% dos detectores sejam testados no período de um ano;
- teste funcional de todos os comandos manuais do sistema, a cada três meses;
- teste funcional de todos os acionadores, a cada três meses;
- teste funcional dos pontos repetidores, a cada três meses;
- verificação de fumaça alterada nos dispositivos de alarme, incluindo os sistemas automáticos de combate a incêndio, a cada três meses;
- teste funcional dos pontos repetidores, a cada três meses;
- verificação de fumaça alterada nos dispositivos de alarme, incluindo os sistemas automáticos de combate a incêndio, a cada três meses;
- verificação de fumaça alterada nos dispositivos de alarme, incluindo os sistemas automáticos de combate a incêndio, a cada três meses;
- verificação de fumaça alterada nos dispositivos de alarme, incluindo os sistemas automáticos de combate a incêndio, a cada três meses;

1.6 - A periodicidade das manutenções preventivas no sistema deve ser definida, no mínimo atendendo a 1.5, levando em conta a dimensão da instalação, área protegida, quantidade de detectores, tipo de arquitetura, presença de pontos, vigas, trechos e nível de complexidade dos mesmos. É necessário observar que quanto mais crítica e sensível for a área protegida, menor deve ser o intervalo entre as manutenções. A periodicidade definida para as manutenções preventivas não pode ultrapassar três meses.

1.7 - Quando a manutenção exigir a interrupção parcial ou total do funcionamento do sistema devem ser tomadas precauções especiais no sentido de zelar a vigilância necessária dos locais cujos circuitos/dispositivos encontram-se inoperantes.

1.8 - Realizar a limpeza dos componentes do sistema, a cada atividade de manutenção, se necessário;

1.9 - Na instalação posterior de um sistema de detecção e alarme de incêndio, o sistema de detecção deve ser adequado em até 30 dias às novas condições de funcionamento de ar, devendo ser revisado o projeto de acordo com a norma.

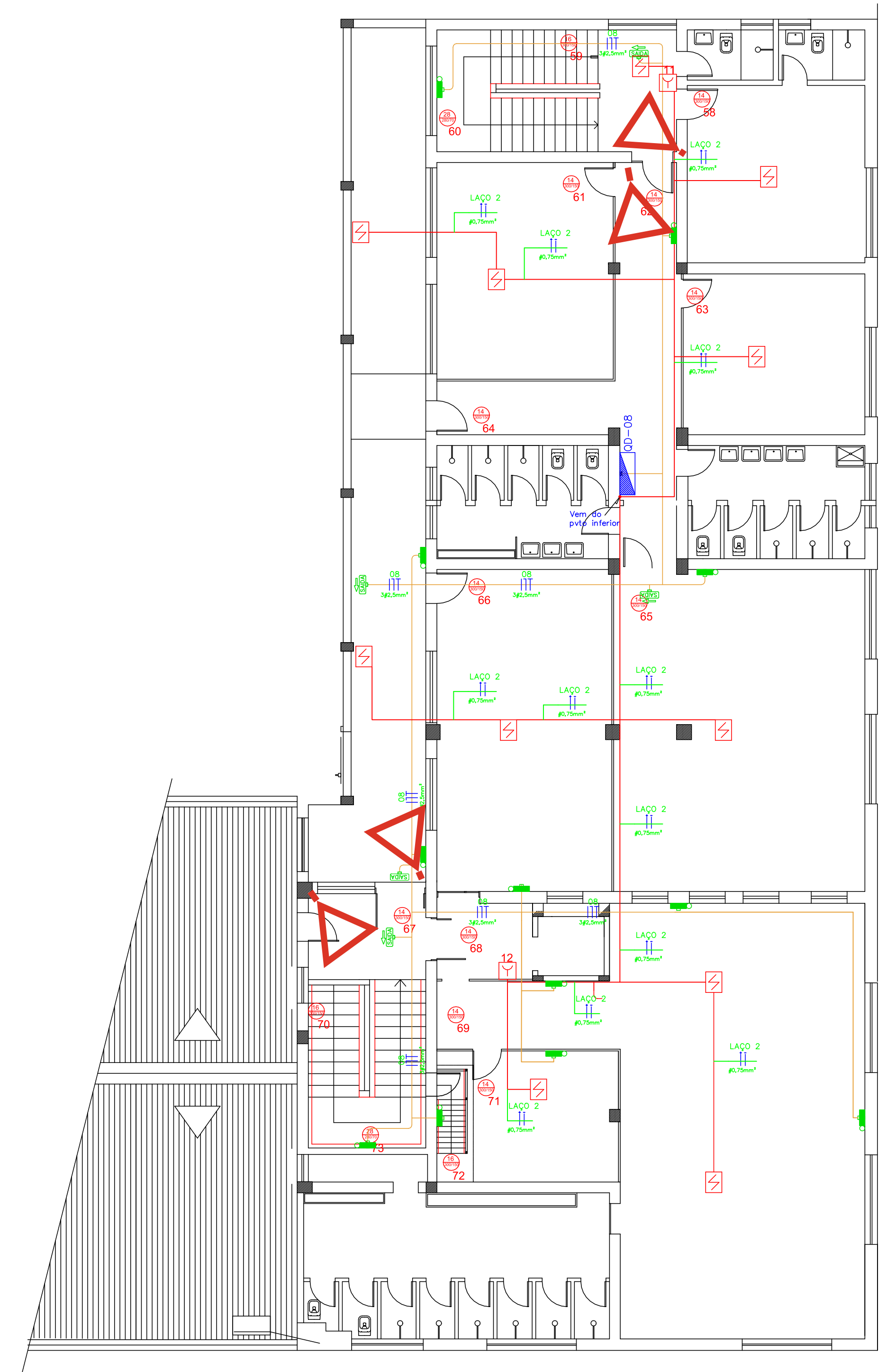
1.10 - No caso de alteração das dimensões ou tipo de ocupação das áreas protegidas, o sistema de detecção e alarme deve ser adequado em até 30 dias, de acordo com a Norma.

1.11 - O sistema final é responsável pela manutenção preventiva e corretiva do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio.

NOTAS

- O seguinte projeto segue as especificações contidas na norma (ABNT NBR-17240:2010).
- Todos os materiais devem ser de qualidade superior, material de construção de primeira mão.
- Deverá ser observado a orientação dos materiais para a instalação dos equipamentos.
- Deverá ser respeitada, pela empresa executora, as especificações e dimensionamentos dos componentes descritos no projeto.
- Seus pontos finais projetados e distribuídos conforme em planta de forma a garantir a segurança de detecção de princípios de incêndio.
- As ações normais de circulação de fumaça especificadas devem estar de acordo com a lista de materiais e materiais.
- Os condutores e condutores devem ser de boa qualidade para o sistema de detecção de alarme de incêndio.
- Não é permitida a instalação centralizada dos fios dentro de caixas de passagem ou em locais de difícil acesso.
- Deverá ser usado terminais apropriados para a conexão de equipamentos e o controle de alarme. Todos os condutores devem ser devidamente identificados no controle de alarme e em todos os equipamentos antes de serem instalados.
- A rede elétrica e o sistema de alarme não deverão em momento algum estar juntos, para isso, cada sistema deverá possuir uma rede com cabos elétricos isolados.
- Quando forem utilizados eletrodutos de PVC rígido, os mesmos devem ser auto extingüíveis na cor vermelha com suas saídas e aberturas indicadas em projeto e entre finalizadas por tampas e tampas apropriadas.
- Os equipamentos devem ser fixados de forma a impedir que qualquer acidente, choque ocasional de pessoas ou transportes, remoção desautorizada sem auxílio de ferramentas e que não possa ser facilmente acessada a qualquer hora do serviço.
- Após a conclusão da instalação o sistema de alarme de incêndio deve ser afetado e assinado pelo responsável técnico do estabelecimento.
- O responsável e responsável pela manutenção e perfeito funcionamento do sistema.
- A manutenção deve ser feita por profissional qualificado e reconhecido por órgão público.
- Deve haver um sistema para controle das manutenções, bem como observações pertinentes.
- Cada equipamento deve estar acompanhado de um manual de instruções e procedimentos que estabeleça os pontos básicos de instalação técnica.
- O projeto deverá ser mantido atualizado em caso de qualquer alteração e estar a disposição dos trabalhadores autorizados, das autoridades competentes e de outras pessoas autorizadas pela empresa proprietária do estabelecimento, sendo essa medida de inteira responsabilidade dos mesmos.
- Para instalação e manutenção das instalações elétricas, deverão ser tomadas as medidas de segurança obrigatórias e estabelecidas pela NR-10.
- Os condutores pertencentes às instalações novas devem ser compatíveis com as instalações existentes de diâmetro de 17" PVC rígido na cor vermelha.
- Os dispositivos para prevenção de incêndio dos computadores com alimentação e comunicação por 2 fios, no entanto, as redes individuais dos computadores devem ser alimentadas e comunicadas por 4 fios. Nos trechos onde serão instalados os computadores deve ser levado em consideração o diâmetro de 17" PVC rígido na cor vermelha de 1,5 mm.

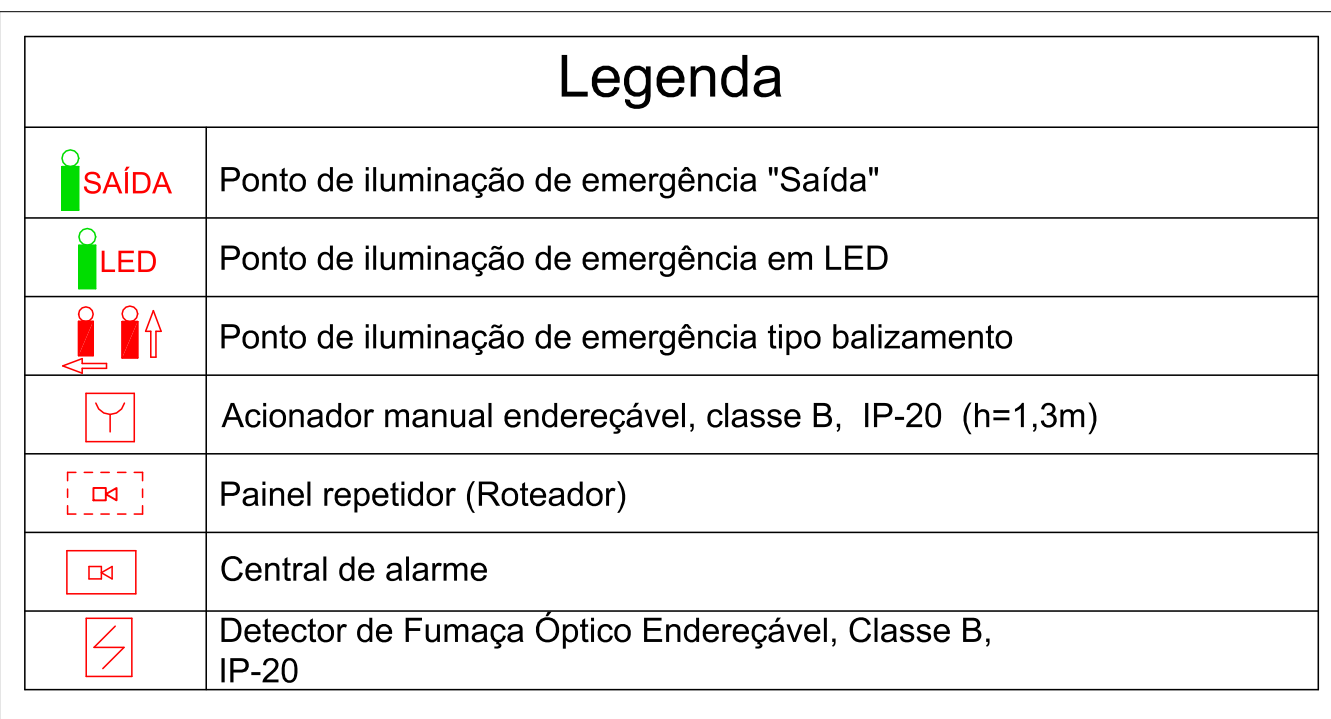
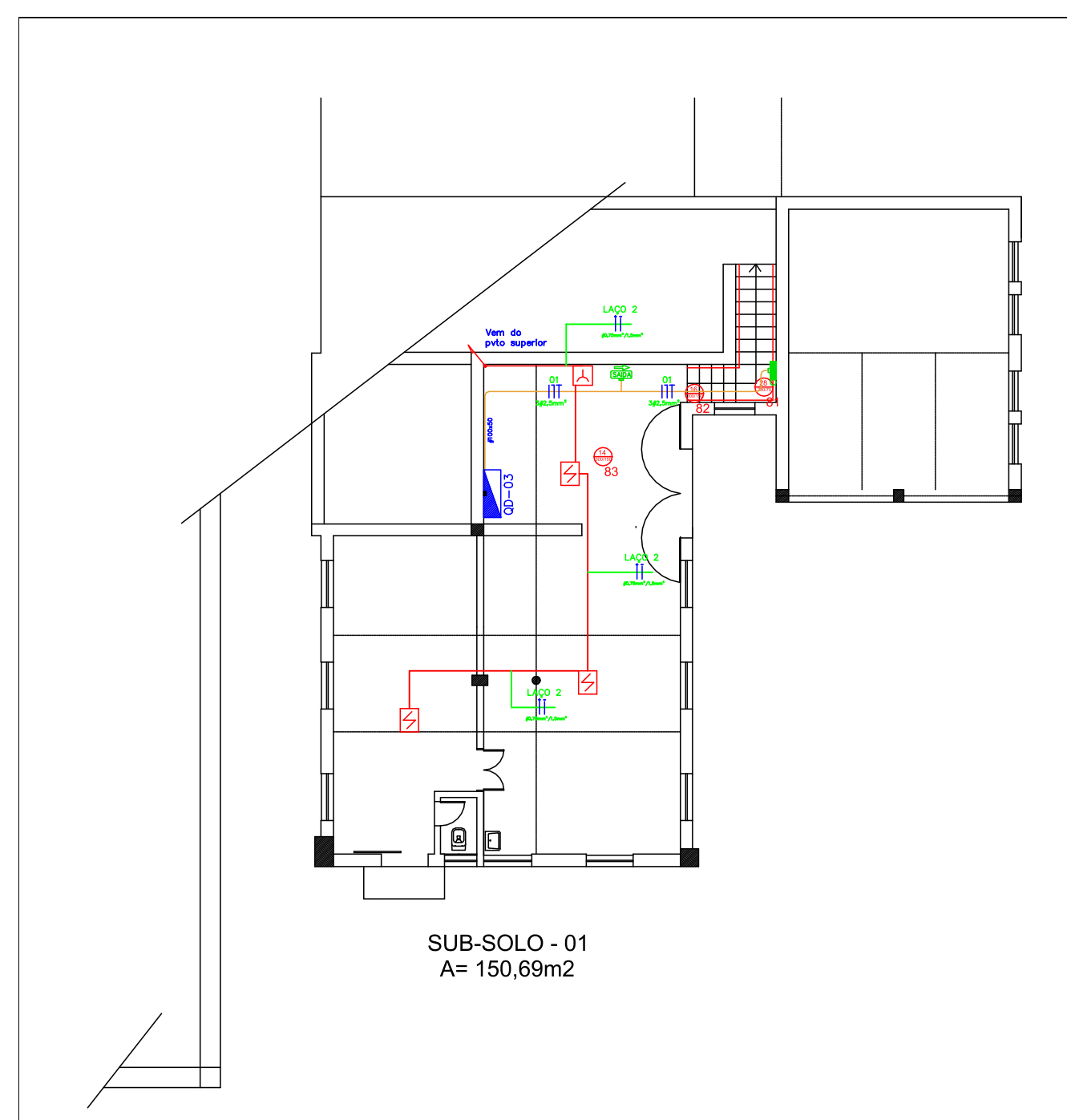
TERCEIRO PAVIMENTO PAVIMENTO A= 575,53m2



Legenda	
	Ponto de iluminação de emergência "Saída"
	Ponto de iluminação de emergência em LED
	Ponto de iluminação de emergência tipo balizamento
	Acionador manual endereçável, classe B, IP-20 (h=1,3m)
	Painel repetidor (Roteador)
	Central de alarme
	Detector de Fumaça Óptico Endereçável, Classe B, IP-20



LOCAL: CERRO LARGO - RS	FASE: EXECUTIVO	ESCALA: 1:100
OBRA: PPCI	REVISÃO Nº: R01	TAMANHO FOLHA: A0
PROJETO: PPCI	DATA: 08/03/2019	Nº PRANCHAS: 02
CONTEÚDO: ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA E DETEÇÃO DE FUMAÇA - PAV 2º, 3º E SUB-SOLOS	DESENHADO POR: VICTOR LACERDA DA SILVA	
ENDEREÇO: AV. JACOB REINALDO HALPENTHAL, 1580	NOME DO ARQUIVO: PPCI-UFFS-CERRO_LARGO_RECUPERAR.DWG	



MANUTENÇÃO

SISTEMA PREVENTIVO DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO (ABNT NBR - 17240:2010)

Visando manter os sistemas de detecção, alarme e controles prediais em plenas condições de funcionamento, algumas precauções relativas à manutenção devem ser tomadas pelos responsáveis por tais sistemas.

1 - Manutenção

1.1 - A Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de detecção e alarme de incêndios devem ser executadas por técnicos habilitados e treinados.

1.2 - Após cada manutenção, o executante deve apresentar relatório de manutenção assinado, citando as condições de funcionamento do sistema, registrando data, hora do serviço e período de garantia dos serviços executados.

1.3 - A manutenção preventiva deve garantir que o sistema de detecção e alarme de incêndio esteja em pleno funcionamento, ou registrar no relatório as suas instabilidades ou falhas.

Neste último caso recomenda-se que as correções necessárias sejam executadas de imediato.

1.4 - Após qualquer alteração do projeto ou correção de falhas, uma nova verificação deve ser efetuada no funcionamento do sistema e emitir relatório atestando o perfeito funcionamento.

1.5 - O roteiro de mínimo de manutenção preventiva consiste nas seguintes atividades:

- a) verificação da aparência em cada circuito de detecção, alarme e comandos, e comparação com a leitura realizada na manutenção anterior;
- b) verificação visual do estado geral dos componentes da central e dispositivos de operação;
- c) verificação do estado e carga das baterias;
- d) medição de tensão da fonte primária;
- e) ensaio funcional por amostragem dos detectores com gás apropriado, fonte de calor, ou procedimento documentado, recomendado pelo fabricante, no mínimo 25% do total de detectores a cada três meses, garantindo que 100% dos detectores sejam ensaiados no período de um ano;
- f) ensaio funcional de todos os acionadores manuais do sistema a cada três meses;
- g) ensaio funcional de todos os visadores, a cada três meses;
- h) ensaio funcional de todos os comandos, incluindo os sistemas automatizados de combate a incêndio, a cada três meses;
- i) ensaio funcional dos painéis repetidores, a cada três meses;
- j) verificação se houve alteração nas dimensões da área protegida, ocupação, utilização, novos equipamentos, ventilação, ar-condicionado, piso elevado, forro ou criação de novas áreas em relação à última revisão do projeto;
- k) verificação de danos na rede de eletrodutos ou frasco.

1.6 - A periodicidade das manutenções preventivas no sistema deve ser definida, no mínimo atendendo a 1,5, levando em conta a dimensão da instalação, área protegida, quantidade de detectores, tipos de ambientes, presença de gases, vapores, insetos e nível de contaminação desejado. É necessário observar que, após a instalação e a aprovação para a área protegida, menor deve ser o intervalo entre as manutenções. A periodicidade definida para as mudanças preventivas não pode ultrapassar três meses.

1.7 - Quando a manutenção exigir a interrupção parcial ou total do funcionamento do sistema devem ser tomadas precauções especiais no sentido de suprir a vigilância necessária dos locais cujos circuitos/dispositivos encontram-se inoperantes.

1.8 - Realizar a limpeza dos componentes do sistema, a cada atividade de manutenção, se necessário;

1.9 - Na instalação posterior de um sistema de ventilação ou ar-condicionado, o sistema de detecção deve ser adequado em até 30 dias às novas condições de movimentação do ar, devendo ser revisado o projeto de acordo com a norma.

1.10 - No caso de alteração das dimensões ou tipo de ocupação das áreas protegidas, o sistema de detecção e alarme deve ser adequado em até 30 dias, de acordo com a Norma.

1.11 - O usuário final é responsável pela manutenção preventiva e corretiva do sistema de detecção, alarme e combate a incêndios.

NOTAS

0 - Segundo projeto segue as especificações contidas na norma (ABNT NBR-17240:2010);

1 - Fazem parte integrante deste projeto: memorial técnico descritivo e lista de materiais;

2 - Deve-se ter em mente, entender diagramas e orientações nos detalhes para o bom desenvolvimento da execução da obra;

3 - Deve ser observado as orientações nos detalhes para a instalação dos equipamentos;

4 - Deverá ser respeitada, pela empresa executante, as especificações e dimensionamentos dos componentes descritos em projeto;

5 - Seus pontos foram projetados e distribuídos conforme em planta de alarme para garantir níveis seguros de detecção de princípios de incêndio;

6 - As seções dentro dos circuitos, classe de isolamento e equipamentos devem estar de acordo com a lista de material e material;

7 - Os condutores e condutos devem ser de uso exclusivo para o sistema de detecção de alarme de incêndio;

8 - Não é permitida a interrupção (emenda) dos fios dentro de caixas de passagem ou em local de difícil acesso;

9 - Devem ser usados terminais apropriados para as conexões de equipamentos e a central de alarme. Todos os condutores devem ser devidamente identificados na central de alarme e em todos os equipamentos através de anilhas;

10 - As redes elétricas e de alarme de incêndio não deverão em momento algum estar juntas, para, isso, cada sistema deverá possuir uma rede com eletrodutos exclusivos;

11 - Quando forem utilizados eletrodutos de PVC rígido, os mesmos devem ser auto extinguinte na cor vermelha com suas seções e áreas indicadas em projeto e estes fixados por suportes e acessórios apropriados;

12 - Os equipamentos devem ser fixados de forma a impedir queda acidental, choques ocasionais de pessoas ou transportes, remoção desautorizada sem auxílio de ferramenta e que não possa ser facilmente atingida ou colada fora do serviço;

13 - Após a conclusão da instalação o sistema de alarme de incêndio deve ser aferido e ensaiado pelo responsável técnico do estabelecimento;

14 - O proprietário é responsável pela manutenção e perfeito funcionamento do sistema;

15 - A manutenção deve ser feita por profissional qualificado e reconhecido por órgão público;

16 - Deve haver um cadastro para controle das manutenções. Bem como observações pertinentes;

17 - Cada equipamento deve estar acompanhado de um manual de instruções e procedimentos que estabeleça os pontos básicos de assistência técnica;

18 - O projeto deverá ser mantido atualizado (em caso de qualquer alteração) e estar a disposição dos trabalhadores autorizados, das autoridades competentes e de outras pessoas autorizadas pela empresa proprietária do estabelecimento, sendo estas medidas de inteira responsabilidade dos mesmos;

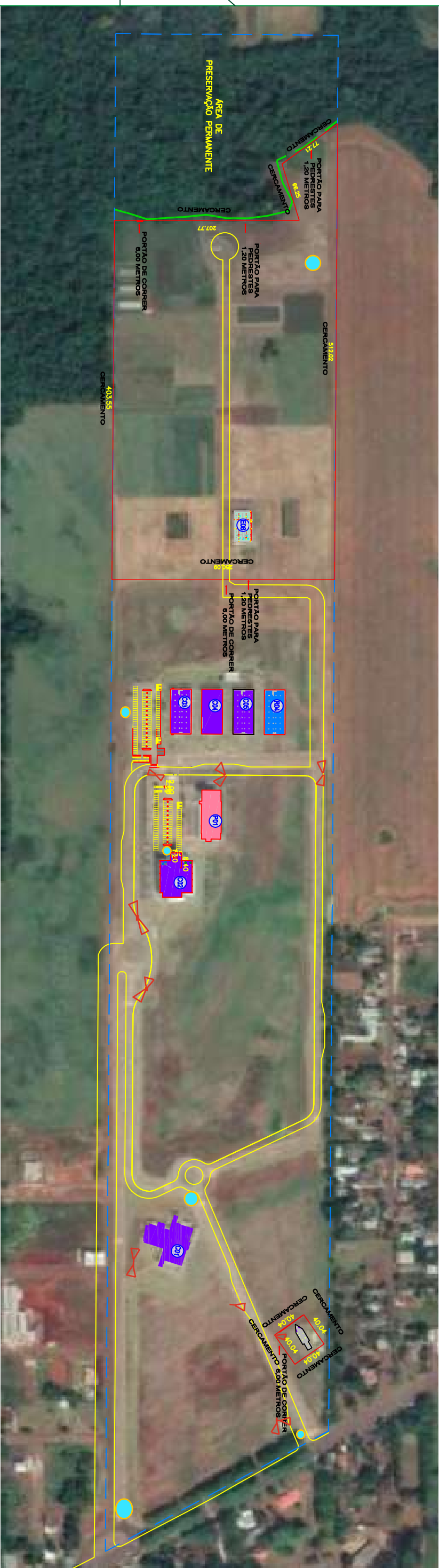
19 - Para instalação e manutenção das instalações elétricas, deverão ser tomadas as medidas de segurança obrigatórias e estabelecidas pela NR-10.


20 - Os eletrodutos pertencentes às instalações novas devem ser compatíveis com as instalações existentes de diâmetro de 1", PVC rígido na cor vermelha.

21 - Os dispositivos para prevenção de incêndio não são compatíveis com alimentação e comunicação por 2 fios, no entanto, as redes audiovisuais são compatíveis apenas com alimentação e comunicação por 4 fios. Nos trechos onde serão instalados sinalizadores deve ser levados dois condutores de PVC 70 x 750 V de bitola de 15 mm".

	UFFS UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL		EMPRESA TECNICA ESPECIALIZADA EM OBRAS: DIRETORIA DE OBRAS: ENG. CAY. RODRIGO EMMER ENG. GUY. WELLINGTON TEICHER	
	DIRETORIA DE OBRAS - SEI: CHEFE/DIRETOR: ENG. CAY. FÁBIO ALEX ZENARO CERRIO LARGOS: ENG. ELETRO. MATHEUS TODESCATTI ENG. CAY. PAULO ROBERTO TEICHER		CERRIO LARGOS: CREA-SC 105213-1 ENG. CAY. DANIEL ROQUE SCHMIDT CREA-SC 43789	
	ENFERMEIROS: ENG. CAY. JULIANA ALAN CARIBELLO FARMACIA: ENG. CAY. FÁBIO DA SILVA RECALEPIS: ENG. CAY. FÁBIO DA SILVA CREA-SC 43789		ENG. CAY. DANIEL ROQUE SCHMIDT CREA-SC 43789 ENG. CAY. FÁBIO DA SILVA CREA-SC 127466	
	DIRETORIA DE PROJETOS - SEI: CHEFE/DIRETOR: ENG. CAY. FÁBIO ALEX ZENARO ENG. ELETRO. SILVIO ANTONIO TESTON ENG. ELETRO. VICTOR LACERDA DA SILVA ENG. GUY. DANIEL TACINI ENG. MEC. DANIEL EPIRO ENG. MEC. SANTANA FAUSTO TEC. ELETROTECN. VÍCTOR ORRATO TEC. ADR. ROSELY MARIA CARDINAL TEC. ADR. LINDOMY PEREIRA		CARRA: ARI 21254 CARRA: 267105-1 CREA-SC 966918-8 CREA-SC 125786-6 CREA-SC 133902-2 CREA-SC 114127-1 CREA-SC 955073-7 CREA-SC 115804-4	

Avenida Francisco Beltrão, 11.016 - Bairro São José - 89060-000
 Fone/Fax: (41) 3521-1000 - e-mail: uffs@uffrs.edu.br - Site: www.uffrs.edu.br





UFERSA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL

Secretaria Especial de Obras-SO
Av. Brasil, 12.000 - Fátima - 72.500-000 - Roraima - Brasil
 Fone: (68) 3212.1000 - Fax: (68) 3212.1001 - E-mail: sec-esob@ufersa.br

ENG. CUY FABIO CORREA CASIMBERTO
 CREA-RR 0202040
 RESPONSÁVEL TÉCNICO

ENG. CUY PAULO ROBERTO HENDGES
 CREA-RR 019113
 RESPONSÁVEL TÉCNICO

SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS - SO
SECRETÁRIO DE OBRAS
 CREA-RR 077025

FISCAL DE OBRAS
 CREA-RR 031013

ENG. CUY FABIO ALEX ZENARO
 CREA-RR 031013

ENG. ELETROTECNICISTAS TROSCOTT
 CREA-RR 031013

ENG. CUY PAULO ROBERTO HENDGES
 CREA-RR 031013

ENG. CUY CARLOS ROQUE SCHMIDT
 CREA-RR 031013

ENG. CUY ALISSIAN AMY CHAMBLLO
 CREA-RR 031013

LANÇAMENTO DO ALARME
 CREA-RR 031013

REALIZADOR
 CREA-RR 031013

ENG. CUY FÁBIO BALESTRIN
 CREA-RR 031013

EQUIPE TÉCNICA NTO
 ANQ. LUI AGUIAR NETO MAGOTT
 CREA-RR 031013
 ENG. WILSON TOSTOY TROSCOTT
 CREA-RR 031013
 ENG. ELETROTECNICISTAS TROSCOTT
 CREA-RR 031013
 ENG. MEC. DANIEL ESTRO
 CREA-RR 031013
 TEC. MEC. GONÇALVES FARIAS
 CREA-RR 031013
 ENG. ELETROTECNICISTAS TROSCOTT
 CREA-RR 031013
 A T I L E I R I O F E I R E I R A

LOCAL:
CERRO LARGOS

OBRA:
CERTEJAMENTO DAS ÁREAS EXPERIMENTAIS

PROJETO:
ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO:
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

ENDERECO:
 RUA JACOB REINALDO HAUPENTHAL, Nº 1580
 DESSEINADO POR:
 PAULO ROBERTO HENDGES
 NOME DO ARQUITETO:
 PLANEJAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CERRO LARGO, CERTEJAMENTO DWG

PÁGE
PROJETO EXECUTIVO

REVISÃO Nº 001

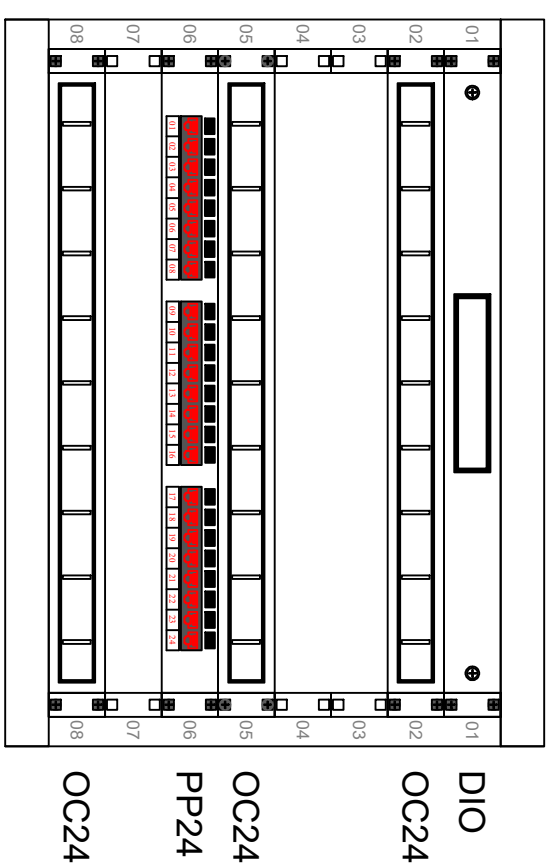
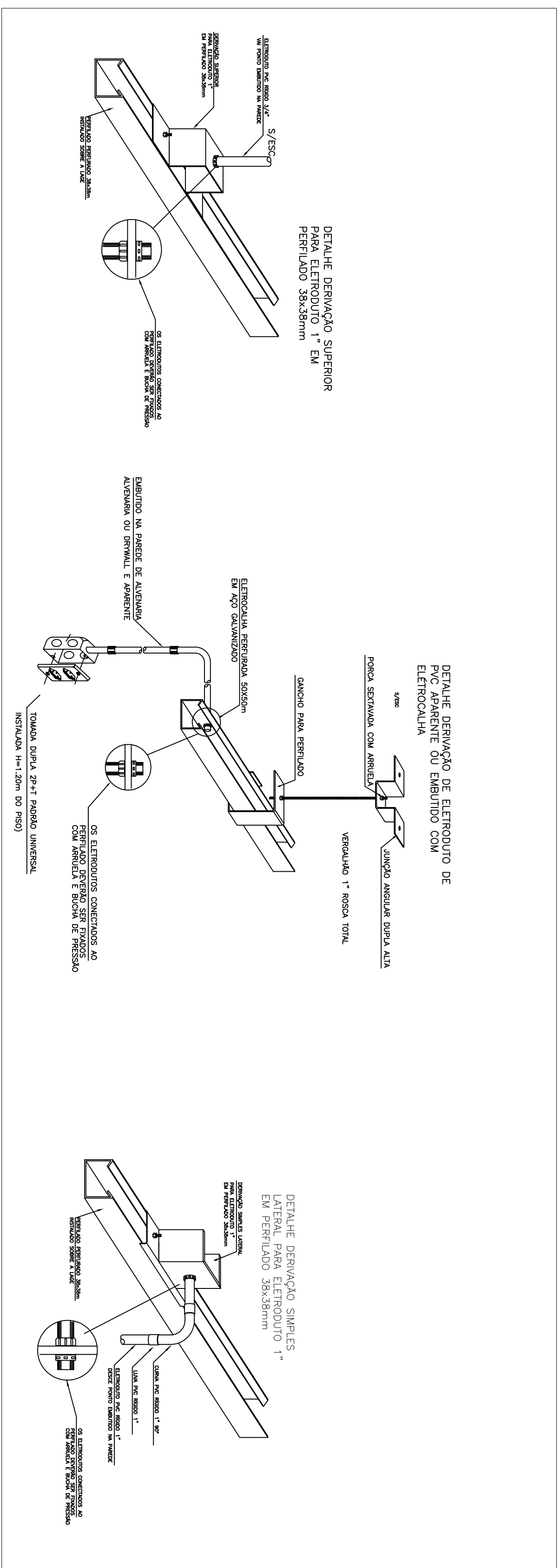
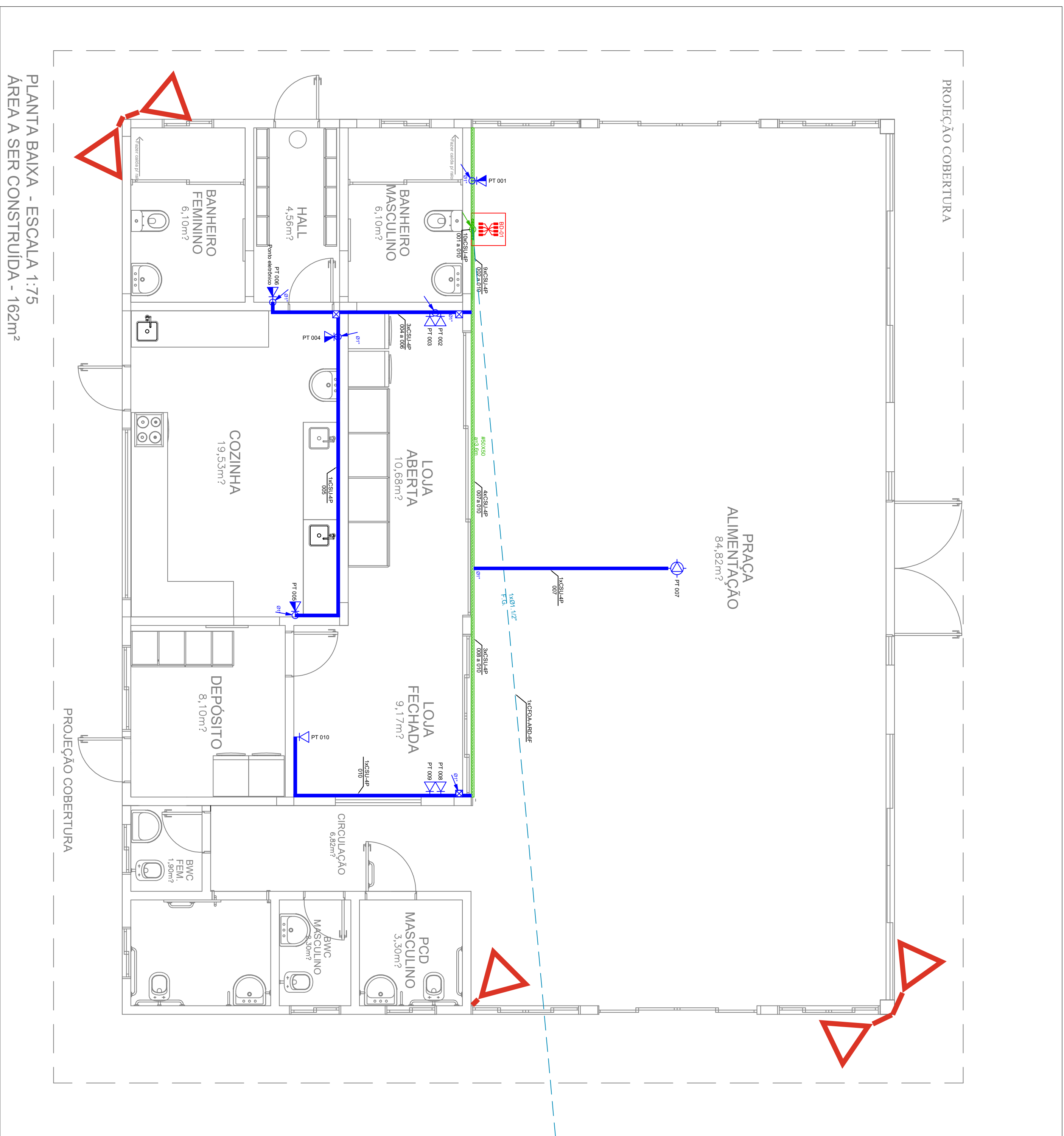
DATA: 02/05/2022

ESCALA: SISC.

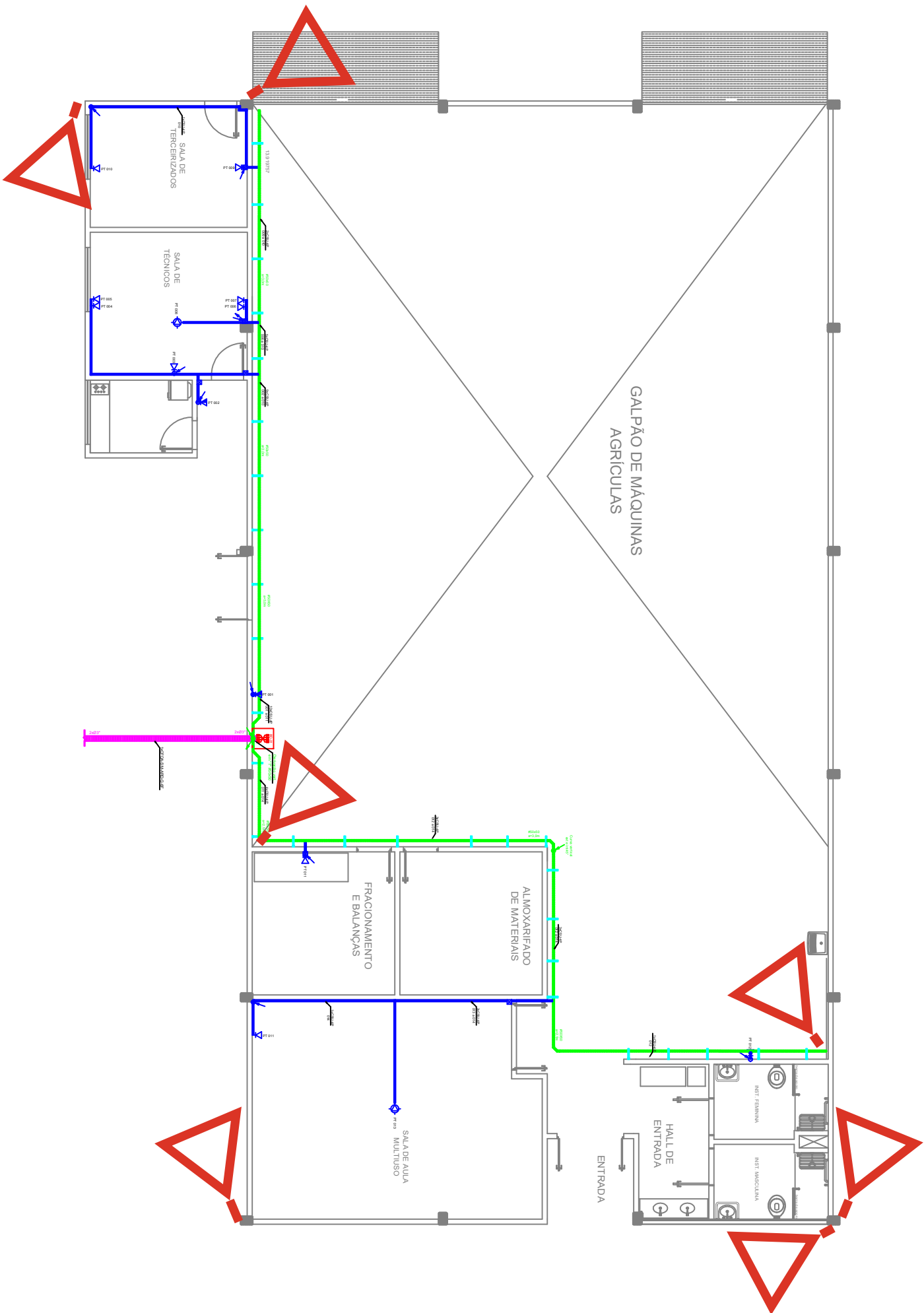
ITAMANO FOLHA: A3

Nº FRANCA:

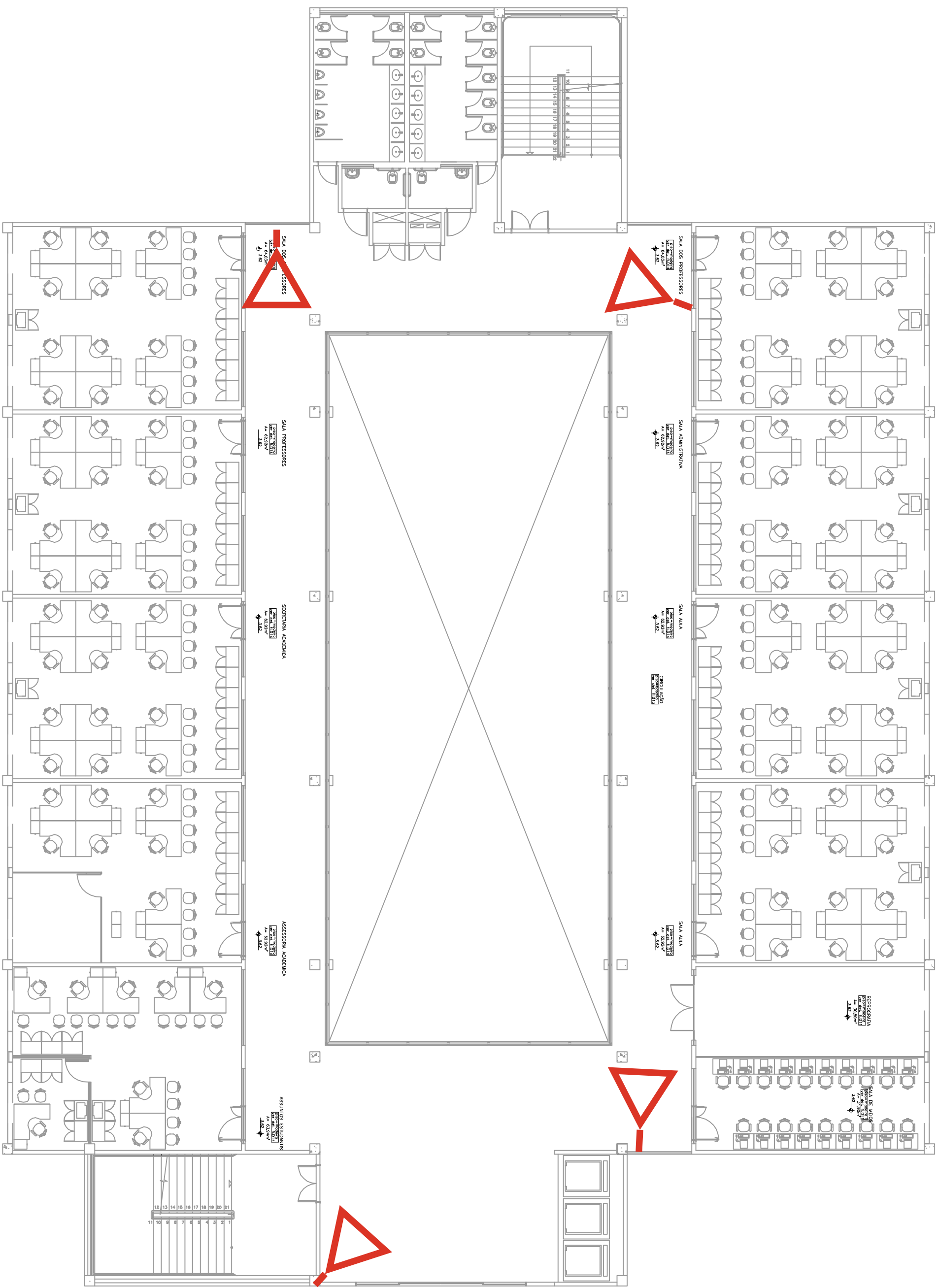
ARQ
01
04



OBSERVAÇÕES GERAIS	
<div>- O seguinte perfil segue as especificações contidas na norma NBR-14935 e NBR-EC 008396-1 - IZT - Deve-se ter atenção, entretanto orientações em detalhes para o bom desenvolvimento da execução da obra. - A infraestrutura para o condicionamento dos cabos será feita em calha exclusiva para instalações de telecomunicações e sistema dimensionados para taxa de ocupação máxima de 70% conforme Norma NBR-14935. - Os cabos de redes elétricas e de telecomunicações não deverão ser montado alguns entre si, pois isso, cada sistema deverá possuir uma sala de dados exclusivo respeitando as normas de interferência eletromagnética da norma NBR ACI 800- Comunicação Circuits. - Deverão ser providenciadas pelo empreiteira estrutura de cabeamento enterrando deve-se ter em mãos as plantas elétricas, elétrica, água, saneamento e hidráulica em conformidade com as especificações e dimensionamentos dos componentes descritos no projeto deverá ter medidas atualizadas (em caso de qualquer alteração) este deve estar a disposição dos estabelecimento, sendo estas medidas de inteira responsabilidade dos mesmos. - Todos os trabalhos autorizados das autoridades competentes e de outras pessoas autorizadas pela empresa proprietária do estabelecimento, sendo estas medidas de inteira responsabilidade dos mesmos. - As áreas de passagem deverão ter livre acesso, não sendo obstruída sua abertura por mesas, armários ou similares.</div>	
RACKS	
<div>FD Distribuição de Fios onde XX indica o número do produto CD Distribuidor de Cabos ED Distribuidor de Campos</div>	<div>BAY FACE</div>
<div>OC24 Guia de cabos PD Distribuidor de Pontos DPO Distribuidor de Pontos DBD Distribuidor de Bancos de Dados SZX2 Switch 24 portas NCC2 Rede de Computadores NEC2 Rede de Equipamentos TE Regra de Telecom</div>	<div>IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS</div>
<div>Indicativo da Ponta PT-XXX-XX Número Sequencial do ponto Indicativo do Ponto do Plano</div>	<div>BAY FACE</div>
<div>Cabeleiros de Campos U = Cabo UTP Categoria 5 e 6 U = Cabo STP Categoria 5 e 6 U = Indentador de identificação de pontos de conexão elétrica</div>	<div>INDICATIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO CABO</div>
<div>XX-XX-XX-XX XX-YY-ZZZ</div>	<div>Número do último Par de Cabo Número do primeiro par de Cabo Número do terceiro par de Cabo</div>
SIMBOLOGIA	
<div></div>	Eletrocalha Perfurada tipo U
<div></div>	Perfilado 38x38mm
<div></div>	Eletroduto corrugado flexível PEAD
<div></div>	Eletroduto em aço galvanizado
<div></div>	Eletroduto de PVC rígido de 1"
<div></div>	Tomada de telecom baixa (30cm)
<div></div>	Tomada de telecom média (110cm)
<div></div>	Tomada de telecom alta (230cm)
<div></div>	Tomada de telecom no teto ou sobre o fôrro
<div></div>	Caixa de passagem aparente
<div></div>	Mão francesa simples #38x38
<div></div>	Rack de telecom
<div></div>	Tubulação que sobrepdesce

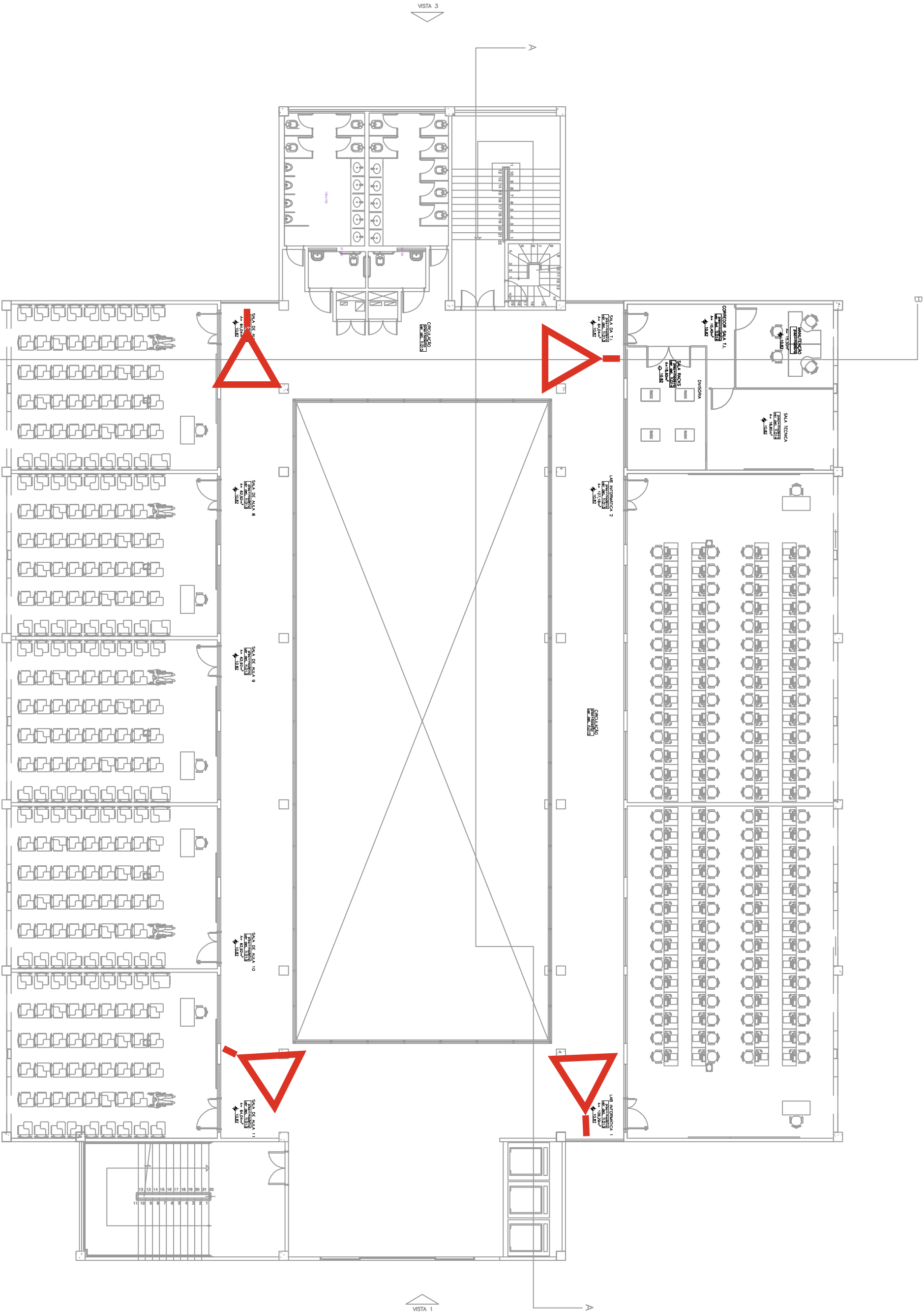






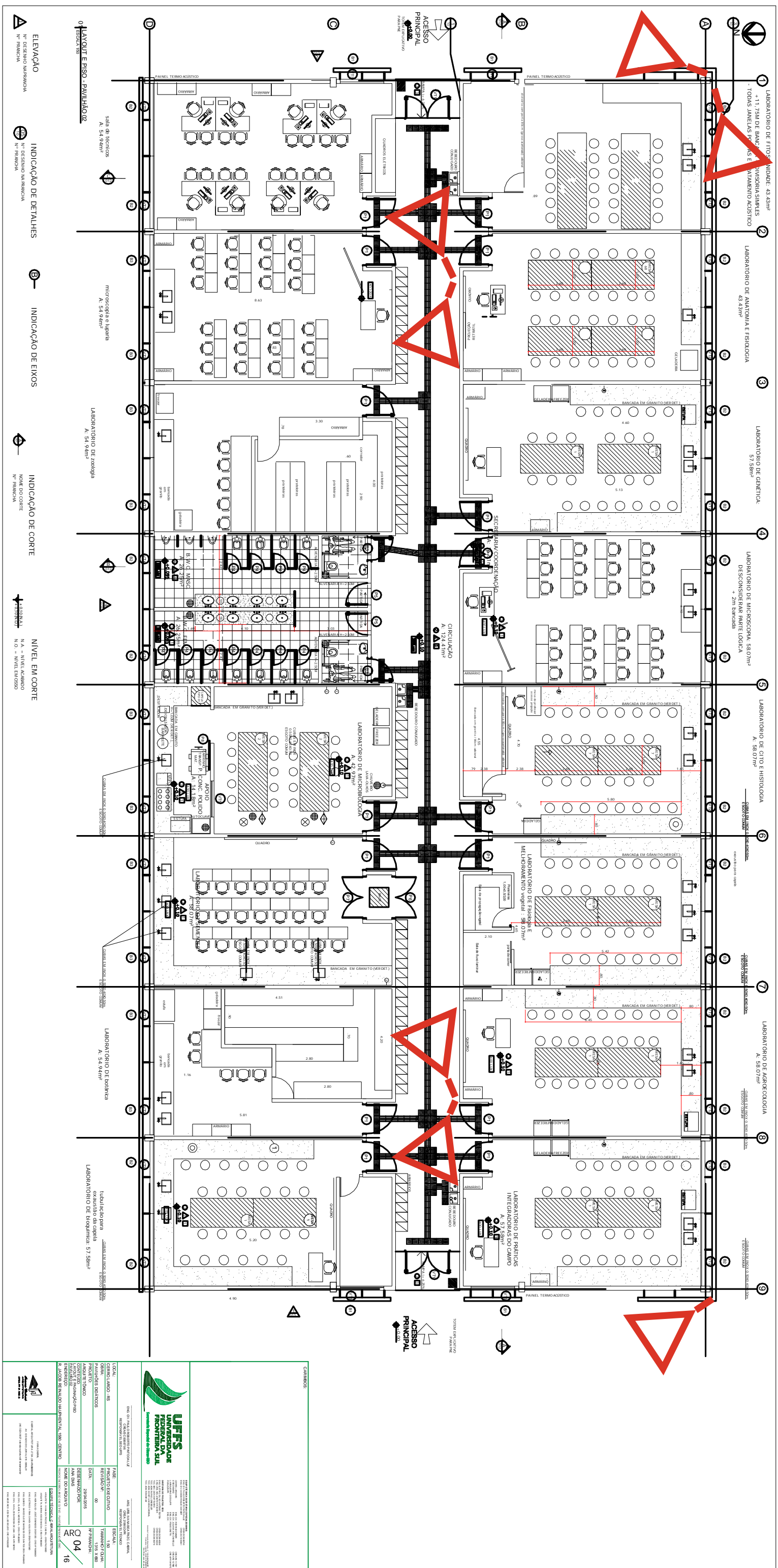
SITUAÇÃO ATUAL

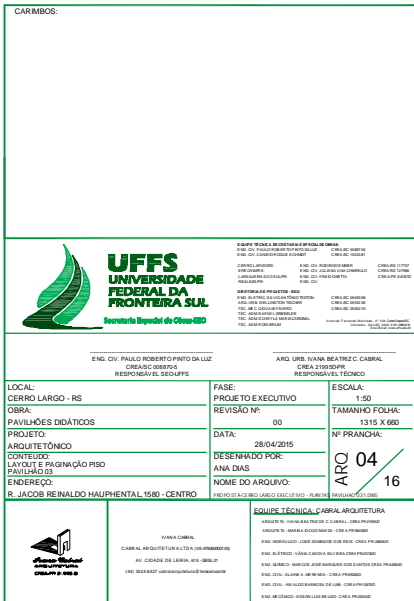
PLANTA BAIXA 2º PAV. - ESCALA = 1:75
ÁREA = 1.189,64m²



SITUAÇÃO ATUAL

PLANTA BAIXA 4º PAV. - ESCALA = 1:75
ÁREA = 1.189,64m²





Anexo XII - Tipos de equipamentos por ponto Campus Erechim

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
1	Câmera tipo 3	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Junto à cancela de entrada no Campus (quem vem de Erechim).	Não
2	Câmera tipo 3	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Junto à cancela de entrada no Campus (quem vem de Passo Fundo).	Não
3	Câmera tipo 3	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Junto à cancela de saída no Campus (quem vem de Passo Fundo).	Não
4	Câmera tipo 4	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Câmera Térmica instalada no poste metálico no acesso do estacionamento do bloco de professores voltado para o açude.	Não
5	Câmera tipo 2	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Speed dome fixada no poste central do lado sul do Estacionamento dos Laboratórios.	Não
6	Câmera tipo 2	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Speed dome fixada em poste metálico, próximo ao Poços Artesiano das Áreas Experimentais.	Não
7	Câmera tipo 2	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Speed dome fixada em poste metálico, no final da via das Áreas Experimentais.	Não
8	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico na rótula de entrada (quem vem de Erechim), focando para entrada.	Não
9	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico na rótula de entrada (quem vem de Erechim), focando para Rua 01	Não
10	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico na rótula de entrada (quem vem de Erechim), focando para Rua 02.	Não
11	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste de concreto n° 06 próximo a Ponto de Ônibus ao lado do Bloco B, focando para o Ponto de Ônibus.	Não
12	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste de concreto n° 06 próximo a Ponto de Ônibus ao lado do Bloco B, focando para Rua 01 (para direita).	Não
13	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste de concreto n° 06 próximo a Ponto de Ônibus ao lado do Bloco B, focando para Rua 01 (para esquerda).	Não
14	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste de concreto n° 06 próximo a Ponto de Ônibus ao lado do Bloco B, focando para Bloco A.	Não
15	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste de concreto n° 16 próximo a Ponto de Ônibus ao lado dos Laboratórios, focando para o Ponto de Ônibus.	Não
16	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste de concreto n° 16 próximo a Ponto de Ônibus ao lado dos Laboratórios, focando para Rua 01 (para direita).	Não
17	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste de concreto n° 16 próximo a Ponto de Ônibus ao lado dos Laboratórios, focando para os Rua 01 (para esquerda).	Não
18	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico na rótula do Restaurante Universitário, focando para leste da Rua 01.	Não
19	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico na rótula do Restaurante Universitário, focando para Rua 03	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
20	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico na rótula do Restaurante Universitário, focando para Rua 01 (acesso Restaurante Universitário).	Não
21	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico na rótula do Restaurante Universitário, focando para Rua 02.	Não
22	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico na rótula de acesso ao Campus (quem vem de Passo Fundo), focando para norte da Rua 02.	Não
23	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico na rótula de acesso ao Campus (quem vem de Passo Fundo), focando para sul da Rua 02.	Não
24	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico na rótula de acesso ao Campus (quem vem de Passo Fundo), focando para acesso ao Campus.	Não
25	Câmera tipo 1	Não	08_Galpão_Agrícola	Galpão de Maquinário	1	Externa	Fixada externamente na frente do Galpão de Maquinário Agrícola.	Não
26	Câmera tipo 1	Não	08_Galpão_Agrícola	Galpão de Maquinário	1	Externa	Fixada externamente em lateral com porta do Galpão de Maquinário Agrícola.	Não
27	Câmera tipo 1	Não	08_Galpão_Agrícola	Galpão de Maquinário	1	Externa	Fixada externamente nos fundos do Galpão de Maquinário Agrícola.	Não
28	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada externamente em Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), acima da porta.	Não
29	Câmera tipo 1	Não	07_RU	RU	1	Externa	Fixada externamente, em lateral leste, do Restaurante Universitário, focalizando a fachada.	Não
30	Câmera tipo 1	Não	07_RU	RU	1	Externa	Fixada externamente, focando para acesso aos banheiros externos do Restaurante Universitário.	Não
31	Câmera tipo 1	Não	07_RU	RU	1	Externa	Fixada externamente, focando para entrada do Restaurante Universitário.	Não
32	Câmera tipo 1	Não	07_RU	RU	1	Externa	Fixada externamente, focando para saída do Restaurante Universitário.	Não
33	Câmera tipo 1	Não	07_RU	RU	1	Externa	Fixada externamente nos fundos do Restaurante Universitário.	Não
34	Câmera tipo 1	Não	07_RU	RU	1	Externa	Fixada externamente na lateral sul do Restaurante Universitário.	Não
35	Câmera tipo 1	Não	07_RU	RU	1	Interna	Fixada internamente na entrada do Restaurante Universitário.	Não
36	Câmera tipo 1	Não	07_RU	RU	1	Interna	Fixada internamente na saída do Restaurante Universitário.	Não
37	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada externamente na frente do Almoxarifado de Reagentes.	Não
38	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada externamente em lateral com porta do Almoxarifado de Reagentes.	Não
39	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 3	1	Externa	Fixada externamente na lateral oeste do Pavilhão 03 dos Laboratórios, focando para rampa de acesso e Portões da Central de Gases.	Não
40	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 3	1	Externa	Fixada externamente na lateral oeste do Pavilhão 03 dos Laboratórios, focando para rampa de acesso e escadas do Almoxarifado de Reagentes.	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
41	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 3	1	Interna	Fixada internamente no acesso oeste do Pavilhão 03 dos Laboratórios, focando o corredor.	Não
42	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 3	1	Interna	Fixada internamente no acesso leste do Pavilhão 03 dos Laboratórios, focando o corredor.	Não
43	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 2	1	Externa	Fixada externamente na lateral do Pavilhão 02 dos Laboratórios, focando para rampa de acesso que vem do Ponto de Ônibus.	Não
44	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 2	1	Interna	Fixada internamente no acesso oeste do Pavilhão 02 dos Laboratórios, focando o corredor.	Não
45	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 2	1	Interna	Fixada internamente no acesso leste do Pavilhão 02 dos Laboratórios, focando o corredor.	Não
46	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 1	1	Externa	Fixada externamente no centro da lateral norte do Pavilhão 01 dos Laboratórios, focando para calçada em direção ao Pavilhão 02 dos Laboratórios.	Não
47	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 1	1	Externa	Fixada externamente na lateral leste do Pavilhão 01 dos Laboratórios, focando para rampa de acesso que vem do Bloco dos Professores.	Não
48	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 1	1	Externa	Fixada externamente na lateral oeste do Pavilhão 01 dos Laboratórios, focando para escada de acesso que vem do Estacionamento.	Não
49	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 1	1	Interna	Fixada internamente no acesso oeste do Pavilhão 01 dos Laboratórios, focando o corredor.	Não
50	Câmera tipo 1	Não	05_Laboratórios	Laboratório 1	1	Interna	Fixada internamente no acesso leste do Pavilhão 01 dos Laboratórios, focando o corredor.	Não
51	Câmera tipo 1	Não	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	1	Externa	Fixada externamente no lado leste do Bloco dos Professores, focando para porta de acesso principal.	Não
52	Câmera tipo 1	Não	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	1	Externa	Fixada externamente no lado oeste do Bloco dos Professores, focando para porta de acesso ao auditório.	Não
53	Câmera tipo 1	Não	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	1	Externa	Fixada externamente no lado norte do Bloco dos Professores, focando para porta de acesso secundária.	Não
54	Câmera tipo 1	Não	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	1	Externa	Fixada externamente no lado sul do Bloco dos Professores, focando para o estacionamento.	Não
55	Câmera tipo 1	Não	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	1	Interna	Fixada internamente no Térreo do Bloco de Professores, próximo ao Auditório do bloco.	Não
56	Câmera tipo 1	Não	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	1	Interna	Fixada internamente no Térreo do Bloco de Professores, próximo a entrada principal.	Não
57	Câmera tipo 1	Não	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	1	Interna	Fixada internamente no Térreo do Bloco de Professores, em shaft em frente a escadaria principal.	Não
58	Câmera tipo 1	Não	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	1	Interna	Fixada internamente no Térreo do Bloco de Professores, em shaft em frente a escadaria principal.	Não

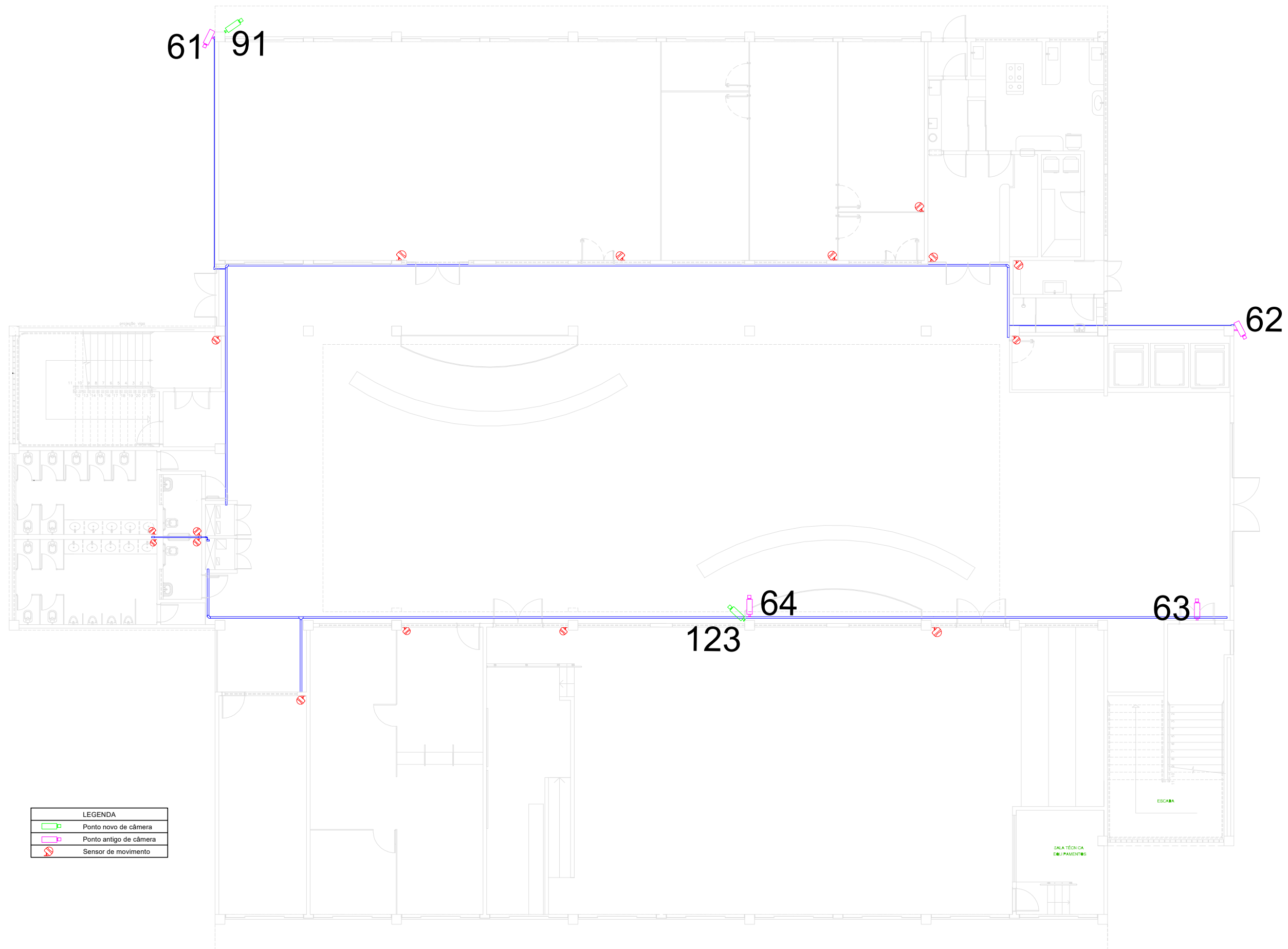
Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
59	Câmera tipo 1	Não	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	2	Interna	Fixada internamente no segundo pavimento do Bloco de Professores, em canto da sala 201, focando para elevador e escada.	Não
60	Câmera tipo 1	Não	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	2	Interna	Fixada internamente no segundo pavimento do Bloco de Professores, em canto da Sala de Convivência.	Não
61	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	1	Externa	Fixada externamente em lateral oeste do Bloco A, focando para acesso secundário.	Não
62	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	1	Externa	Fixada externamente em lateral leste do Bloco A, focando para acesso principal.	Não
63	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	1	Interna	Fixada internamente, no Térreo do Bloco A, acima da porta da escada leste, focando para os elevadores.	Não
64	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	1	Interna	Fixada internamente, no Térreo do Bloco A, no centro de parede externa do auditório.	Não
65	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	2	Interna	Fixada internamente, no segundo pavimento do Bloco A, em canto de janela do hall, focando para os elevadores.	Não
66	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	2	Interna	Fixada internamente, no segundo pavimento do Bloco A, em canto acima de janela ao lado de bebedouro.	Não
67	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	3	Interna	Fixada internamente, no terceiro pavimento do Bloco A, em canto de janela do hall, focando para os elevadores.	Não
68	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	3	Interna	Fixada internamente, no terceiro pavimento do Bloco A, em canto acima de janela ao lado de bebedouro.	Não
69	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	4	Interna	Fixada internamente, no quarto pavimento do Bloco A, em canto de janela do hall, focando para os elevadores.	Não
70	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	4	Interna	Fixada internamente, no quarto pavimento do Bloco A, em canto acima de janela ao lado de bebedouro.	Não
71	Câmera tipo 1	Não	01_Bloco_A	Bloco A	4	Interna	Fixada internamente, o quarto pavimento do Bloco A, na sala 407.	Não
72	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	1	Externa	Fixada externamente em lateral oeste do Bloco B, focando para acesso principal.	Não
73	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	1	Externa	Fixada externamente em lateral leste/norte do Bloco B, focando para acesso secundário.	Não
74	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	1	Externa	Fixada externamente em lateral leste/sul do Bloco B, focando para acesso secundário.	Não
75	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	1	Interna	Fixada internamente, no térreo do Bloco B, em parede de shaft, focando para acesso à escada.	Não
76	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	1	Interna	Fixada internamente, no térreo do Bloco B, em parede de shaft, focando para acesso à biblioteca.	Não
77	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	1	Interna	Fixada internamente, no térreo do Bloco B, em canto em frente à sala da vigilância.	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
78	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	2	Interna	Fixada internamente, no segundo pavimento do Bloco B, em canto de janela do hall, focando para os acesso das escadas.	Não
79	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	2	Interna	Fixada internamente, no segundo pavimento do Bloco B, em canto acima de janela ao lado de bebedouro, focando para elevadores.	Não
80	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	3	Interna	Fixada internamente, no terceiro pavimento do Bloco B, em canto de janela do hall, focando para os acesso das escadas.	Não
81	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	3	Interna	Fixada internamente, no terceiro pavimento do Bloco B, em canto acima de janela ao lado de bebedouro, focando para elevadores.	Não
82	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	4	Interna	Fixada internamente, no quarto pavimento do Bloco B, em canto de janela do hall, focando para os acesso das escadas.	Não
83	Câmera tipo 1	Não	02_Bloco_B	Bloco B	4	Interna	Fixada internamente, no quarto pavimento do Bloco B, em canto acima de janela ao lado de bebedouro, focando para elevadores.	Não
84	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Canteiro Experimental – Arquitetura	1	Externa	Fixada externamente em Pavilhão do Canteiro Experimental de Arquitetura, lateral norte, em canto oeste, focando para porta de acesso.	Não
85	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Canteiro Experimental – Arquitetura	1	Externa	Fixada externamente em Pavilhão do Canteiro Experimental de Arquitetura, lateral sul, em canto oeste, focando para porta de acesso.	Não
86	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Canteiro Experimental – Arquitetura	1	Externa	Fixada externamente em Pavilhão do Canteiro Experimental de Arquitetura, lateral leste, em canto norte, focando para porta de acesso.	Não
87	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Canteiro Experimental – Casa depósito	1	Externa	Fixada externamente em Casa (depósito), lateral norte, em canto oeste, focando para entrada.	Não
88	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Canteiro Experimental – Casa depósito	1	Externa	Fixada externamente em Casa (depósito), lateral leste, em canto sul, focando para entrada.	Não
89	Câmera tipo 1	Não	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada externamente em Subestação de Energia, lateral sul, em canto oeste, focando para o bosque.	Não
90	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada no poste nº7, focado na cantina.	Não
91	Câmera tipo 1	Sim	01_Bloco_A	Bloco A	1	Externa	Fixada no canto oeste da fachada norte, focando a cantina.	Não
92	Câmera tipo 1	Sim	02_Bloco_B	Bloco B	1	Externa	Fixado externamente no canto sul do volume de escadas à leste, do Bloco B, focado no acesso do estacionamento.	Não
93	Câmera tipo 1	Sim	02_Bloco_B	Bloco B	1	Externa	Fixada externamente no canto da fachada sul/leste do Bloco B , focando lateral da biblioteca.	Não
94	Câmera tipo 1	Sim	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	1	Externa	Fixada externamente no canto leste/norte do Bloco B, com foco no bloco A.	Não
95	Câmera tipo 1	Sim	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	1	Externa	Fixada externamente na fachada norte do Bloco B, com foco na área entre blocos.	Não

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
96	Câmera tipo 1	Sim	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	2	Externa	Fixada externamente no canto da fachada sul/oeste do segundo pavimento do Bloco dos Professores, com foco no estacionamento.	Não
97	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico, a ser instalado, na região central do estacionamento dos professores, voltado para norte.	Sim
98	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico, a ser instalado, na região central do estacionamento dos professores, voltado para leste.	Sim
99	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico, a ser instalado, na região central do estacionamento dos professores, voltado para sul.	Sim
100	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico, a ser instalado, na região central do estacionamento dos professores, voltado para oeste.	Sim
101	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico, no acesso do estacionamento dos professores, voltado para norte.	Não
102	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico, no acesso do estacionamento dos professores, voltado para leste.	Não
103	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixada em poste metálico, no acesso do estacionamento dos professores, voltado para sul.	Não
104	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixado em poste de concreto n° 24 com foco nas estufas.	Não
105	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixado em poste de concreto n° 24 com foco nas estufas complementando a área da anterior.	Não
106	Câmera tipo 1	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Fixado em poste de concreto em frente a usina fotovoltaica.	Não
107	Câmera tipo 1	Sim	01_Bloco_A	Bloco A	5	Interna	Fixada internamente, no quinta andar do Bloco A, no acesso a sala dos terceirizados.	Não
108	Câmera tipo 1	Sim	02_Bloco_B	Bloco B	1	Interna	Fixada internamente, no térreo no Bloco B, acima da porta na parte interna da sala de audiovisual do auditório.	Não
109	Câmera tipo 1	Sim	04_Bloco_Professores.	Bloco dos Professores	3	Interna	Fixada internamente na sala de depósito no piso técnico do Bloco dos Professores.	Não
110	Câmera tipo 1	Sim	02_Bloco_B	Bloco B	1	Interna	Fixada internamente, no térreo do Bloco B, na parede da biblioteca na saguão voltado para o acesso do auditório.	Não
111	Câmera tipo 1	Sim	08_Galpão_Agrícola	Galpão de Maquinário	1	Externa	Fixada externamente no canto da Fachada Leste do Galpão de Maquinários, com foco no estacionamento das máquinas.	Não
112	Câmera tipo 1	Sim	08_Galpão_Agrícola	Galpão de Maquinário	1	Interna	Fixada externamente entre os portões de acesso das máquina do Galpão de Maquinários, com foco na área geral.	Não
113	Câmera tipo 1	Sim	08_Galpão_Agrícola	Galpão de Maquinário	1	Interna	Fixada internamente no Galpão de Maquinários, acima do acesso da lateral oeste com foco nas salas.	Não
114	Câmera tipo 1	Sim	06_Canteiro_Experimental	Canteiro Experimental – Arquitetura (novo)	1	Interna	Fixada internamente no Canteiro Experimental de Arquitetura, em parede com foco no corredor de acesso as salas e banheiros.	Não
115	Câmera tipo 1	Sim	06_Canteiro_Experimental	Canteiro Experimental – Arquitetura (novo)	1	Interna	Fixada internamente no Canteiro Experimental de Arquitetura, em pilar de concreto com foco na escadaria de acesso.	Não

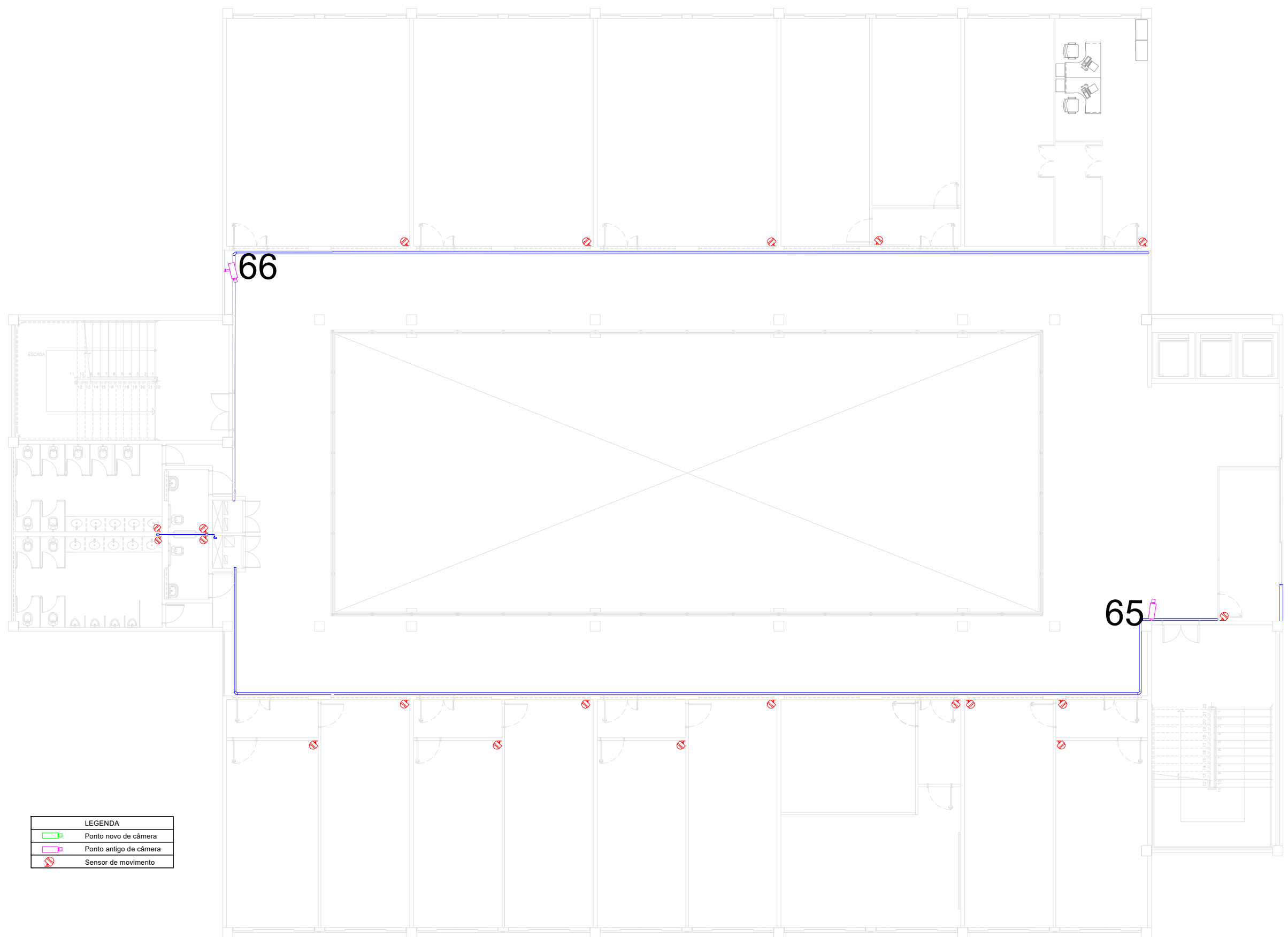
Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
116	Câmera tipo 1	Sim	06_Canteiro_Experimental	Canteiro Experimental – Arquitetura (novo)	1	Externa	Fixada externamente no prédio do Canteiro Experimental de Arquitetura, na fachada sul do bloco de apoio, com foco no estacionamento e nas baías de materiais.	Não
117	Câmera tipo 1	Sim	06_Canteiro_Experimental	Canteiro Experimental – Arquitetura (novo)	1	Interna	Fixada internamente no Canteiro Experimental de Arquitetura, em Pilar de Concreto com foco no acesso a maquetaria.	Não
118	Câmera tipo 1	Sim	06_Canteiro_Experimental	Canteiro Experimental – Arquitetura (novo)	2	Interna	Fixada internamente no Canteiro Experimental de Arquitetura, em Pilar de Concreto na altura do mezanino, com foco na rampa de acesso.	Não
119	Câmera tipo 1	Sim	06_Canteiro_Experimental	Canteiro Experimental – Arquitetura (novo)	2	Interna	Fixada internamente em Pilar de Concreto na altura do mezanino, com foco no mezanino e na escada de acesso.	Não
120	Câmera tipo 1	Sim	06_Canteiro_Experimental	Canteiro Experimental – Arquitetura (novo)	1	Externa	Fixada externamente no prédio do Canteiro Experimental de Arquitetura, canto da fachada leste da maquetaria, com foco na área de totens.	Não
121	Câmera tipo 1	Sim	03_Cantina	Cantina	1	Interna	Fixada internamente no prédio da cantina, parede norte, no saguão com foco no acesso oeste.	Não
122	Câmera tipo 1	Sim	03_Cantina	Cantina	1	Interna	Fixada internamente no prédio da cantina, na parede norte com foco no acesso leste e no acesso aos banheiros.	Não
123	Câmera tipo 1	Sim	01_Bloco_A	Bloco A	1	Interna	Fixada internamente, no Térreo do Bloco A, no centro de parede externa.	Não
124	Câmera tipo 2	Sim	9_Campus_Erechim	Campus Inteiro	1	Externa	Speed dome fixada em poste nos fundos do RU.	Sim
125	Câmera tipo 1	Sim	10_Centro de Acolhimento	Centro de Acolhimento	1	Externa	Fixada no poste de concreto nº 15 com foco no bloco 1 do Centro de Acolhimento.	Não
126	Câmera tipo 1	Sim	10_Centro de Acolhimento	Centro de Acolhimento	1	Externa	Fixada no poste de concreto nº 15 com foco no bloco 2 do Centro de Acolhimento..	Não
127	Câmera tipo 1	Sim	10_Centro de Acolhimento	Centro de Acolhimento	1	Interna	Fixada internamente no pilar do canto oeste da área de convivência do bloco 1 do Centro de Acolhimento.	Não
128	Câmera tipo 1	Sim	10_Centro de Acolhimento	Centro de Acolhimento	1	Interna	Fixada internamente no canto do hall do Centro de Acolhimento entre o o centro de convivência e os alojamentos – Bloco 1.	Não
129	Câmera tipo 1	Sim	10_Centro de Acolhimento	Centro de Acolhimento	1	Interna	Fixada internamente acima da porta de acesso do hall dos alojamentos do Centro de Acolhimento – Bloco 1.	Não
130	Câmera tipo 1	Sim	10_Centro de Acolhimento	Centro de Acolhimento	1	Interna	Fixada internamente no pilar do canto norte da área de convivência do Bloco 2 do Centro de Acolhimento.	Não
131	Câmera tipo 1	Sim	10_Centro de Acolhimento	Centro de Acolhimento	1	Interna	Fixada internamente no canto do hall do Centro de Acolhimento entre o o centro de convivência e os alojamentos – Bloco 2.	Não
132	Câmera tipo 1	Sim	10_Centro de Acolhimento	Centro de Acolhimento	1	Interna	Fixada internamente acima da porta de acesso do hall dos alojamentos do Centro de Acolhimento – Bloco 2.	Não

Anexo XIII
- Locais das
câmeras por ponto
Campus Erechim



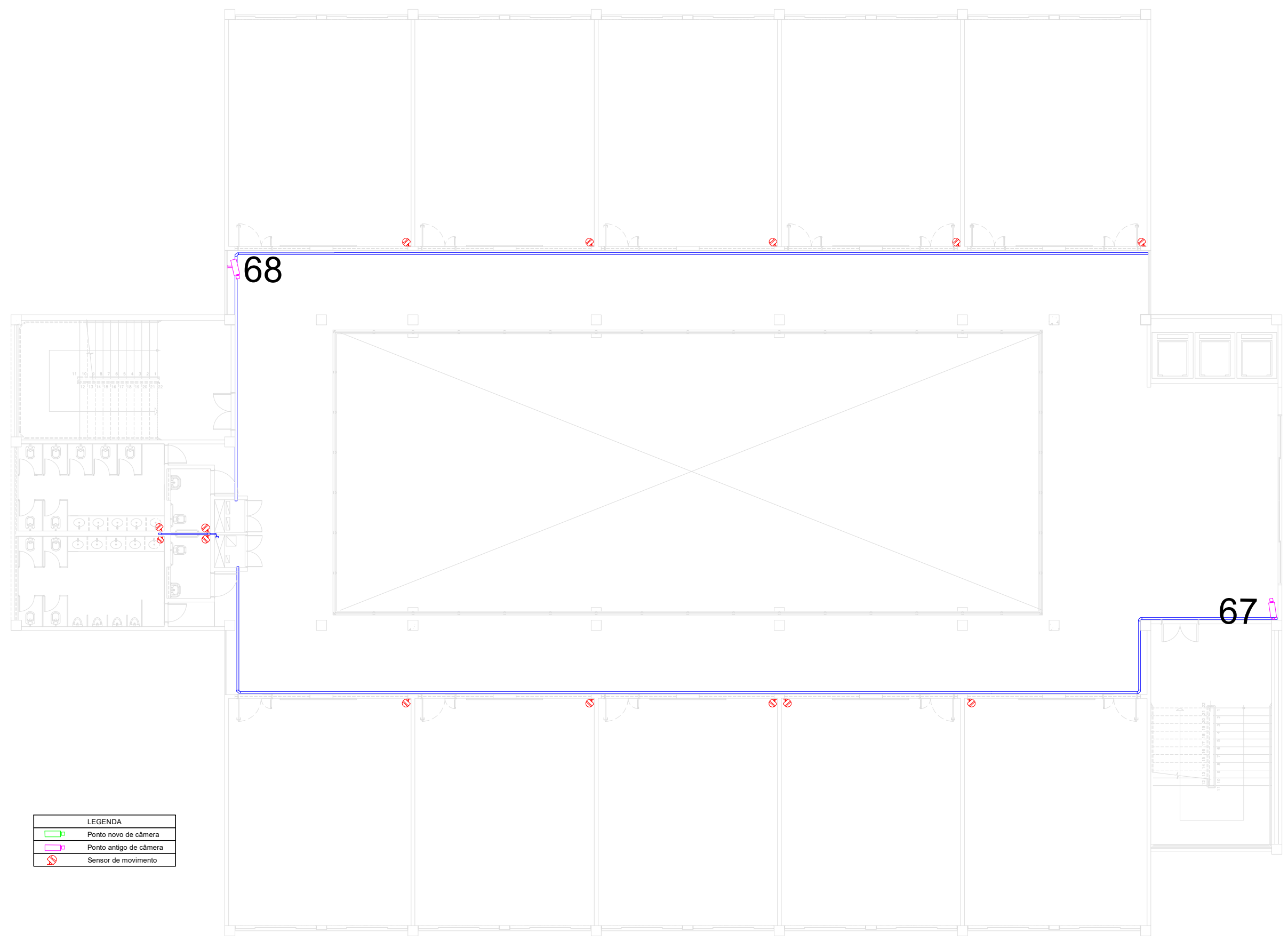
PLANTA BAIXA TÉRREO - BLOCO A

ESCALA 1/400

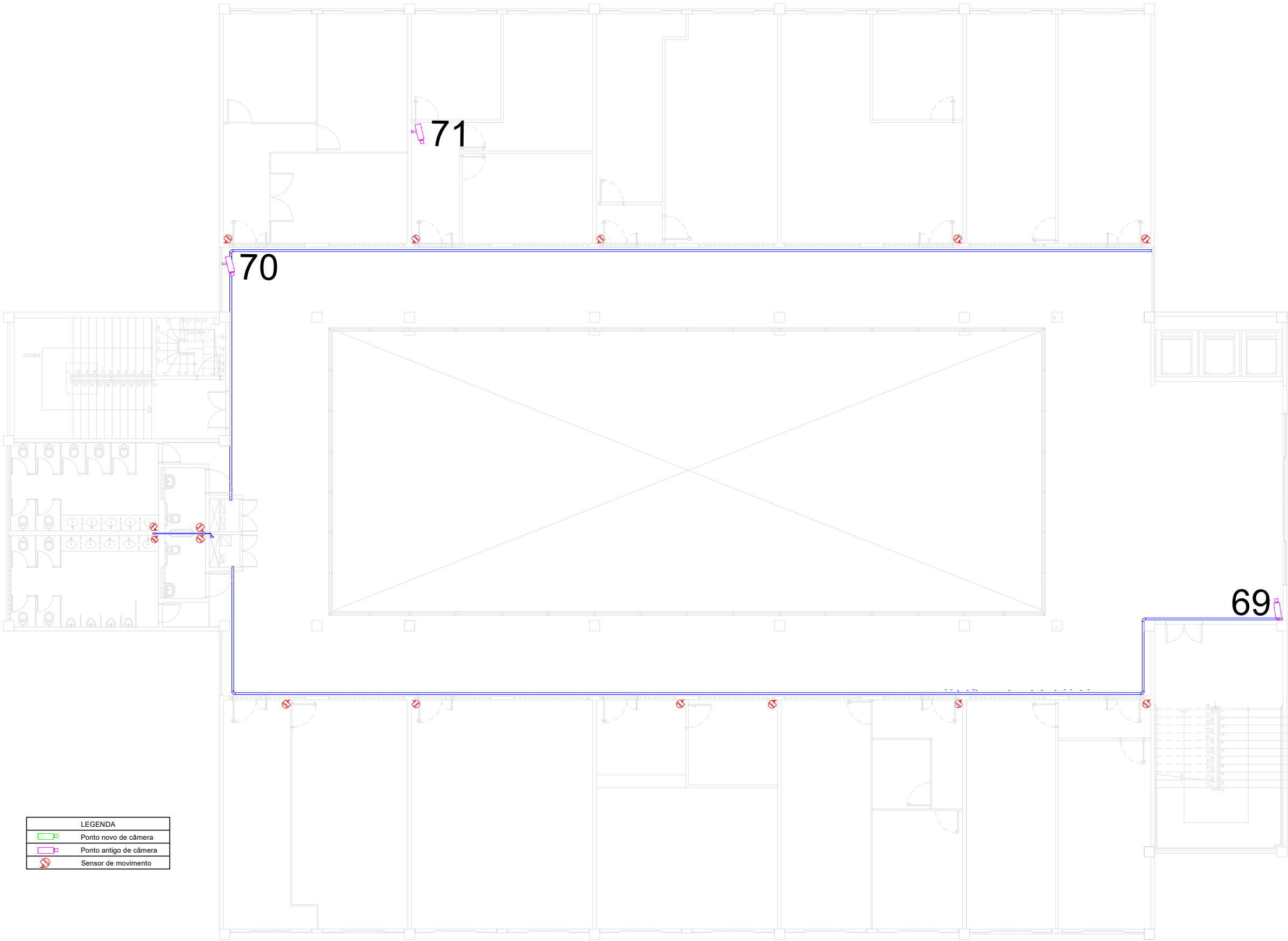


PLANTA BAIXA 2 PAV - BLOCO A

ESCALA 1/400

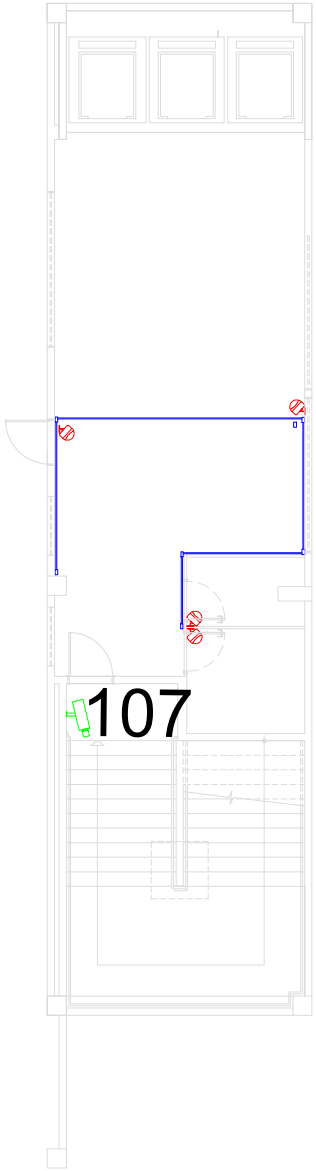


PLANTA BAIXA 3 PAV - BLOCO A
ESCALA 1/400



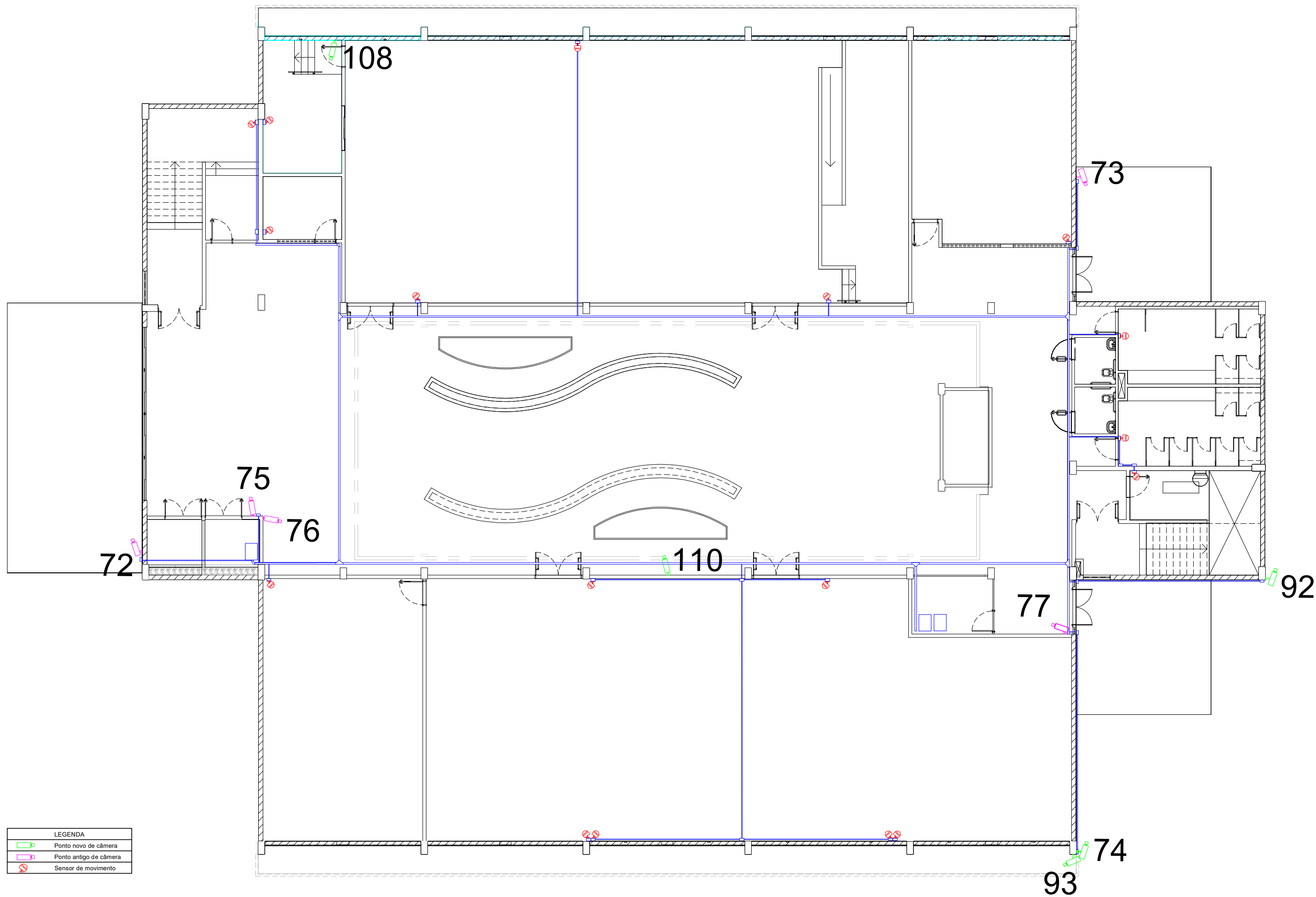
PLANTA BAIXA 4 PAV - BLOCO A

ESCALA 1/400

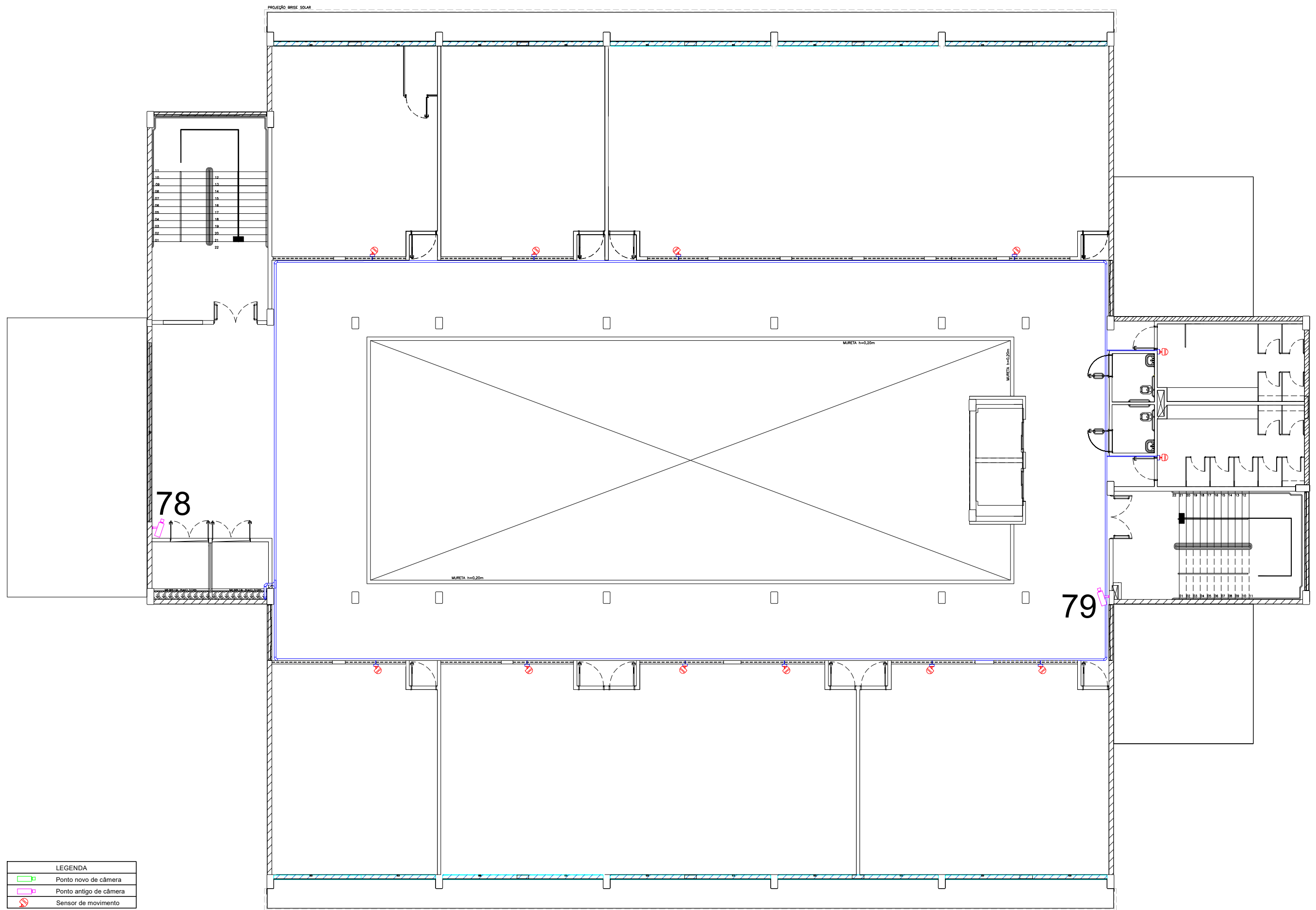


PLANTA BAIXA 5 PAV - BLOCO A

ESCALA 1/400

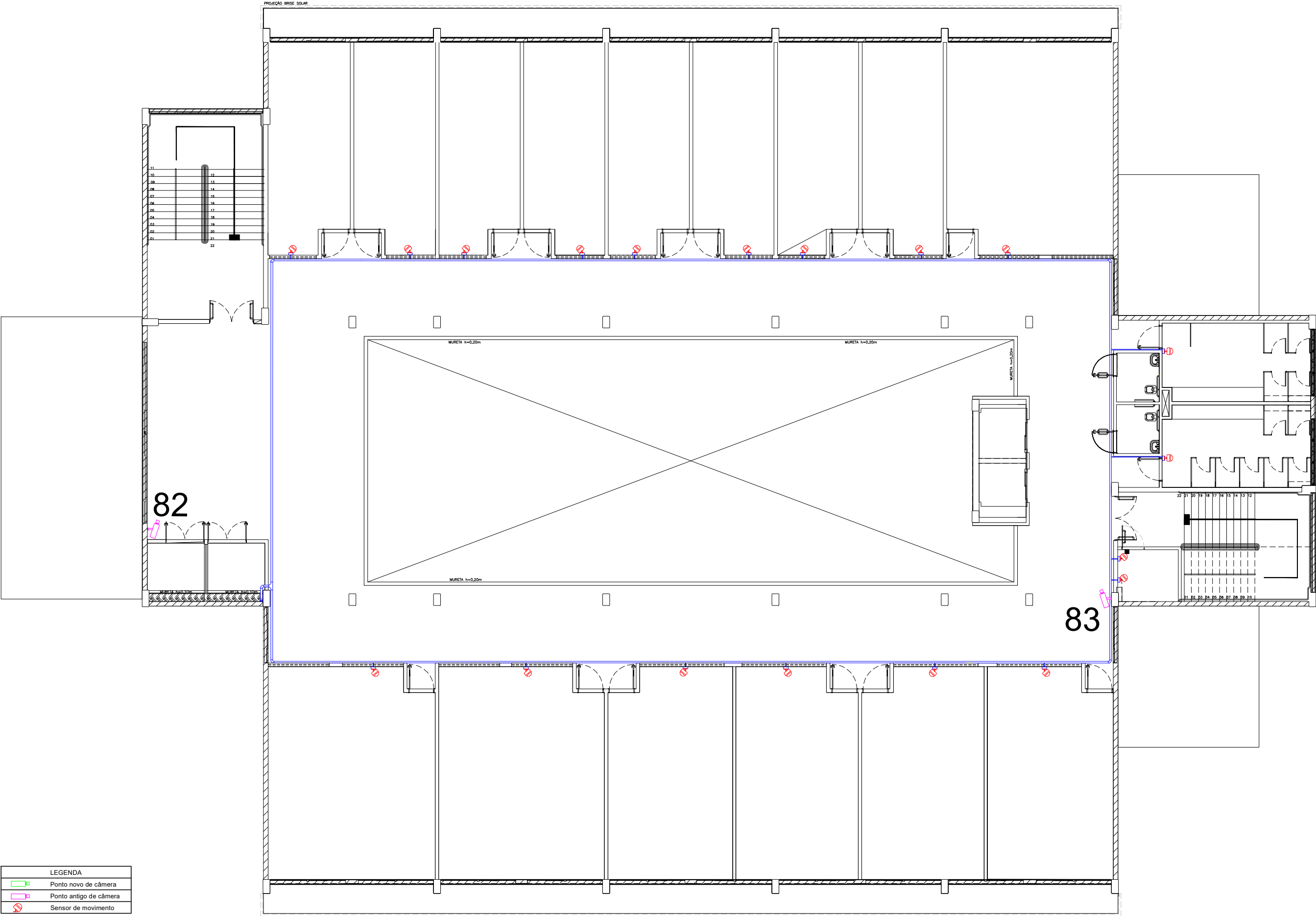


PLANTA BAIXA TÉRREO - BLOCO B
ESCALA 1/400



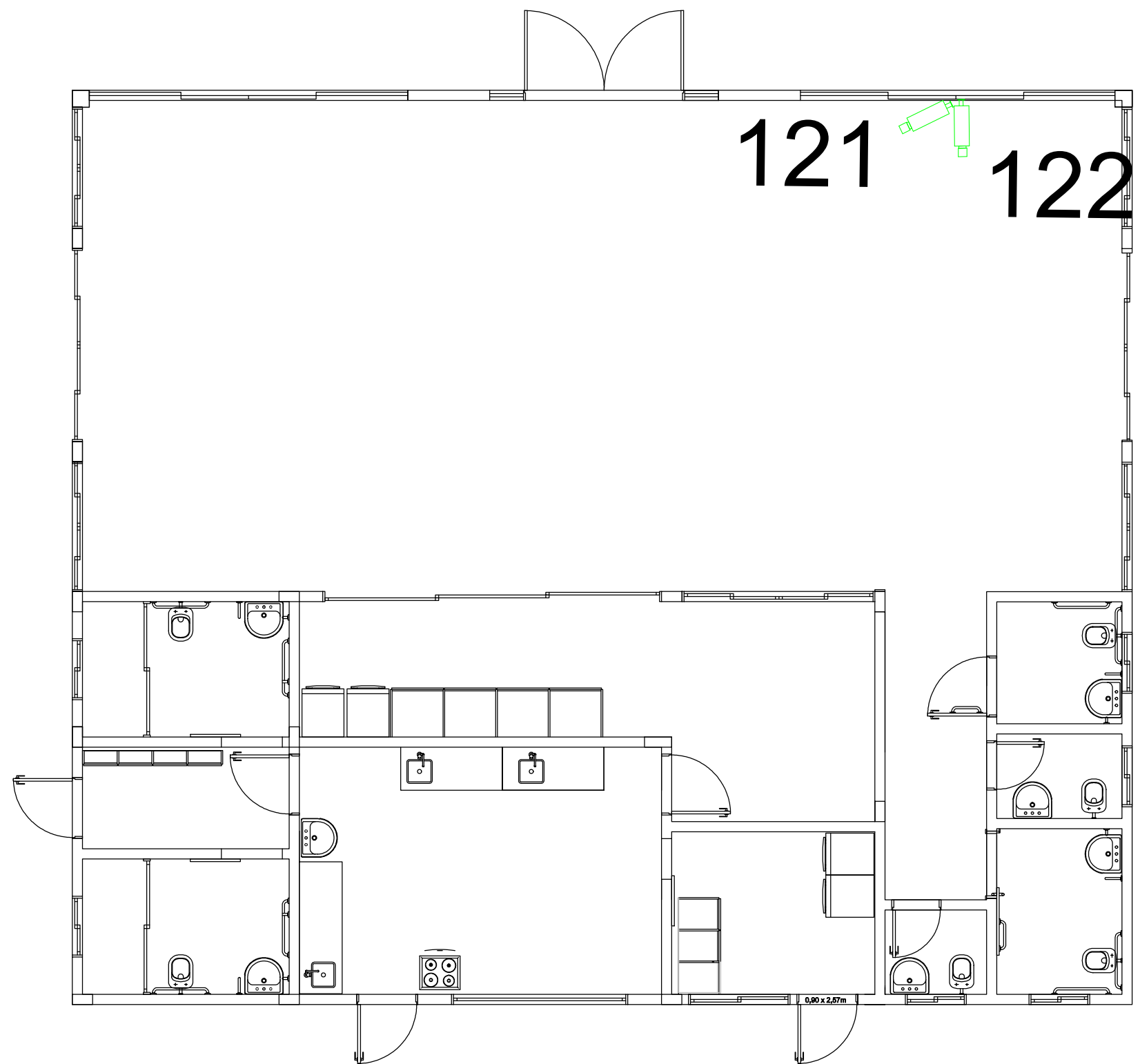
PLANTA 2 PAV - BLOCO B

ESCALA 1/400






PLANTA 4 PAV - BLOCO B

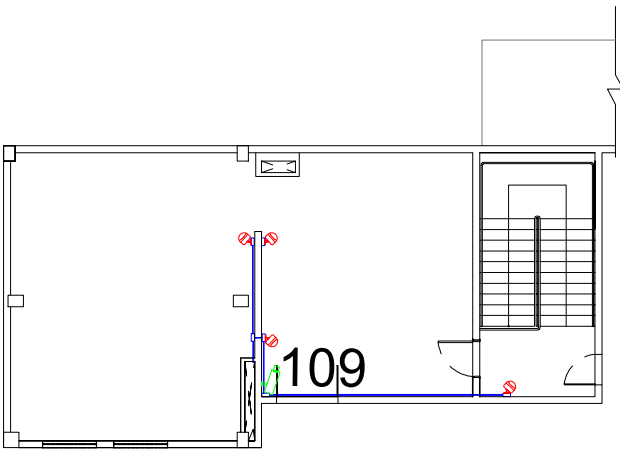
ESCALA 1/400



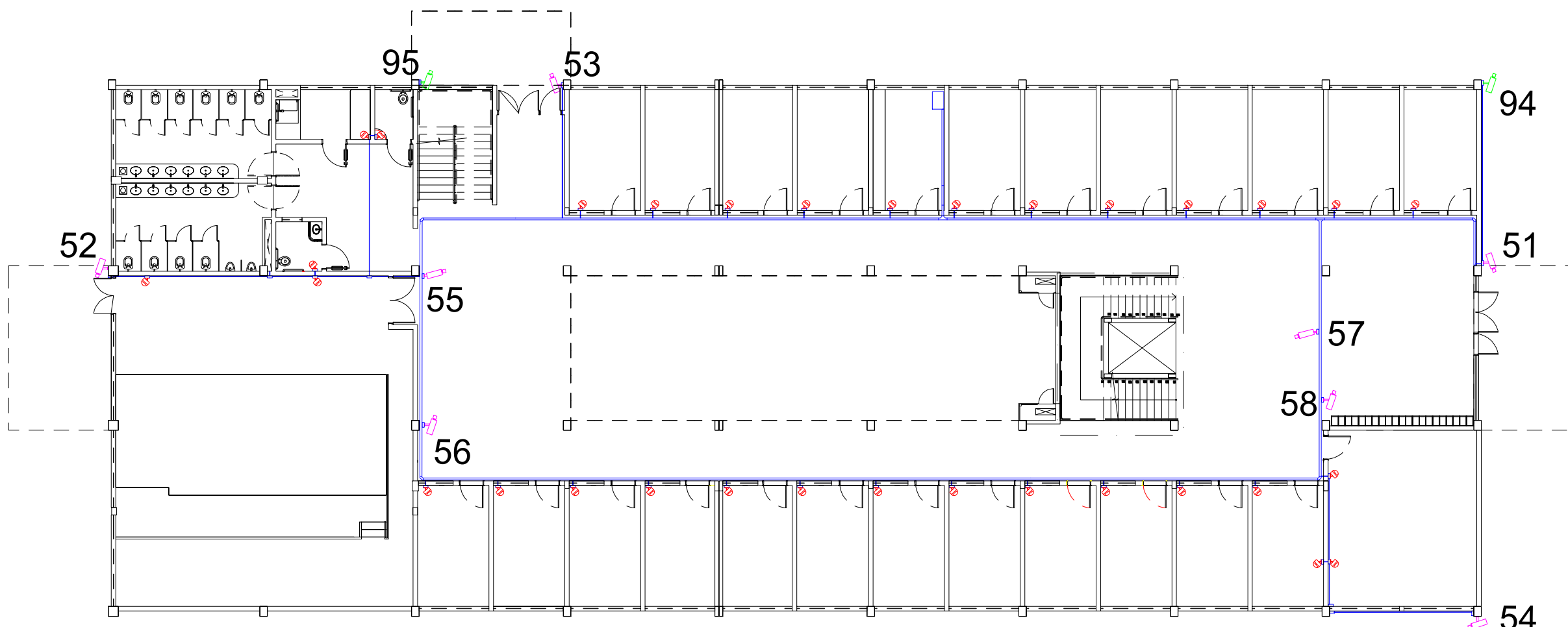
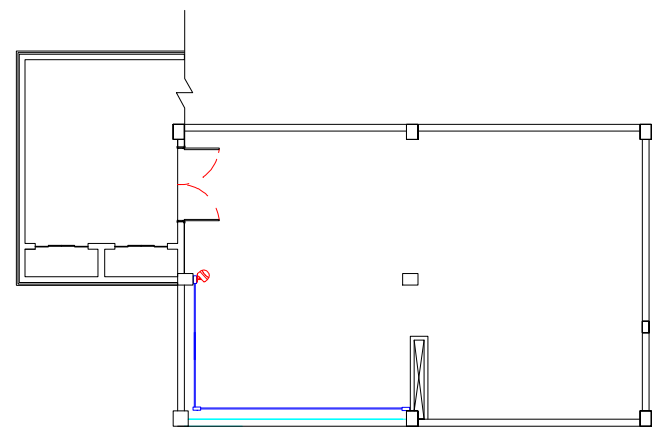
PLANTA BAIXA TÉRREO - CANTINA

Escala 1/200

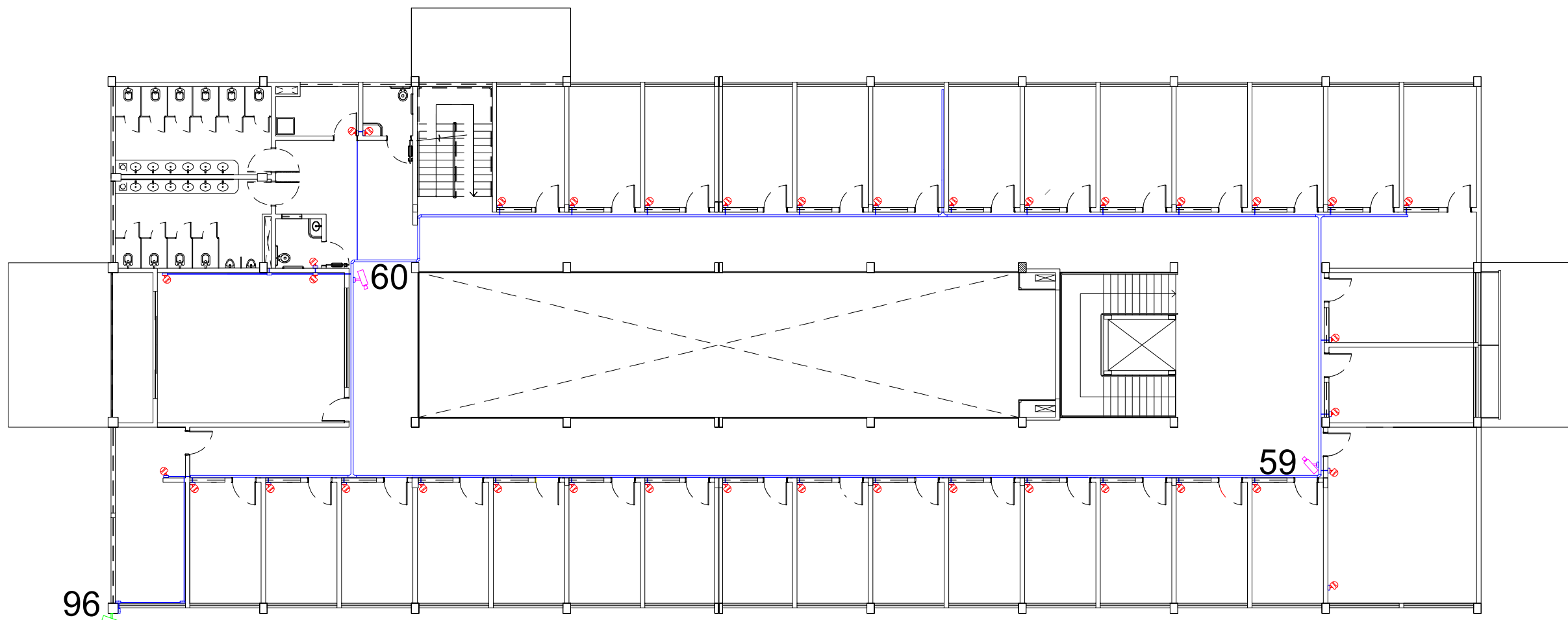
LEGENDA	
	Ponto novo de câmera
	Ponto antigo de câmera
	Sensor de movimento



PLANTA BAIXA PISO TÉCNICO - PROFESSORES

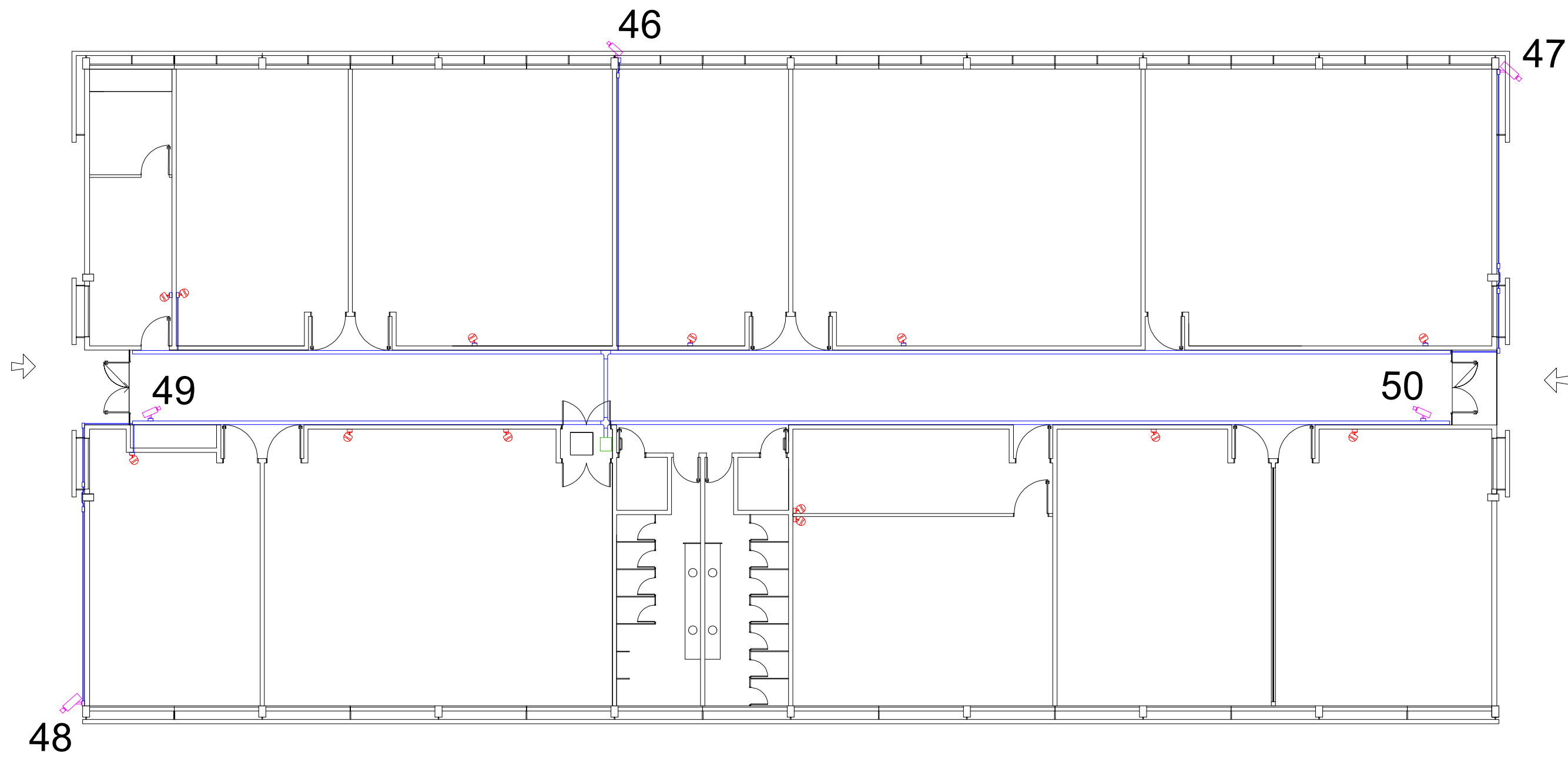


PLANTA BAIXA TÉRREO - PROFESSORES
ESCALA



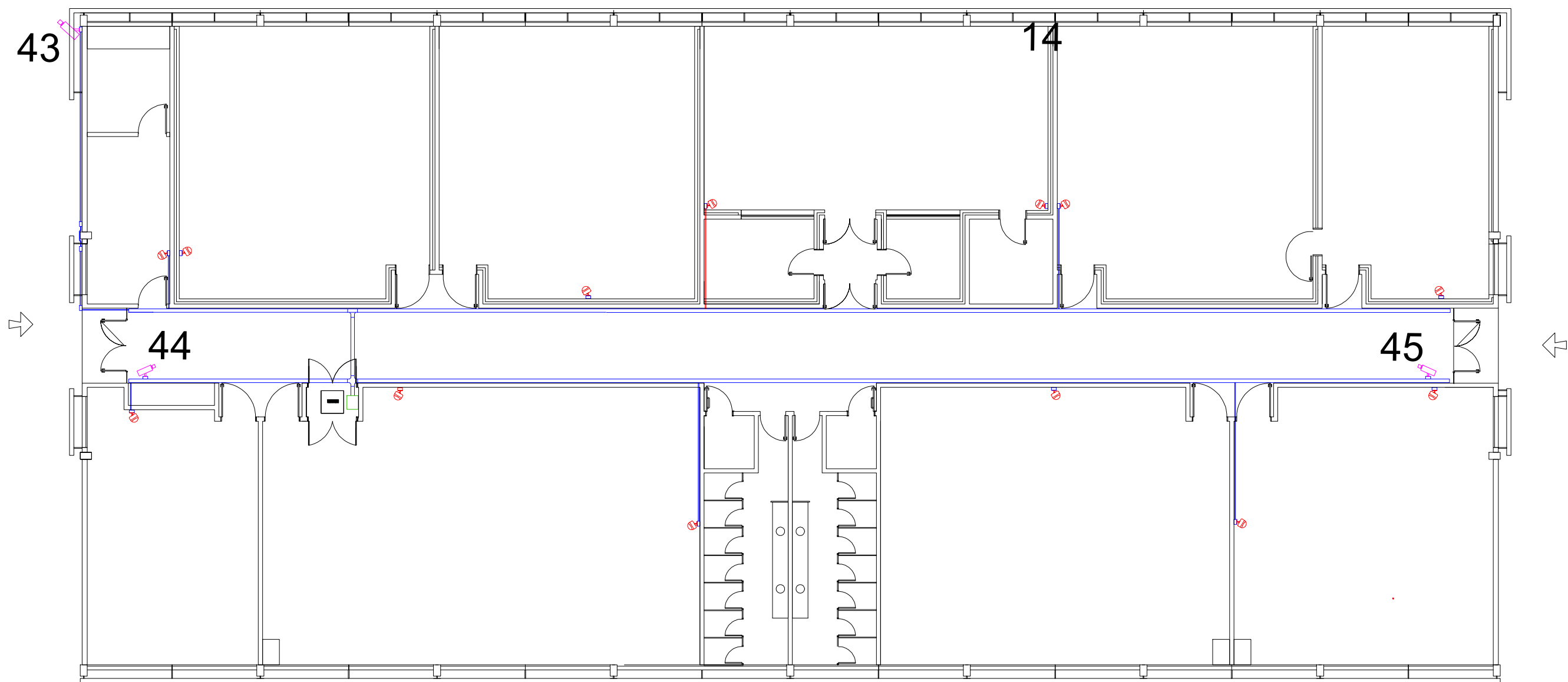
PLANTA BAIXA 2PAV - PROFESSORES
ESCALA 1/500

LEGENDA	
	Ponto novo de câmara
	Ponto antigo de câmara
	Sensor de movimento






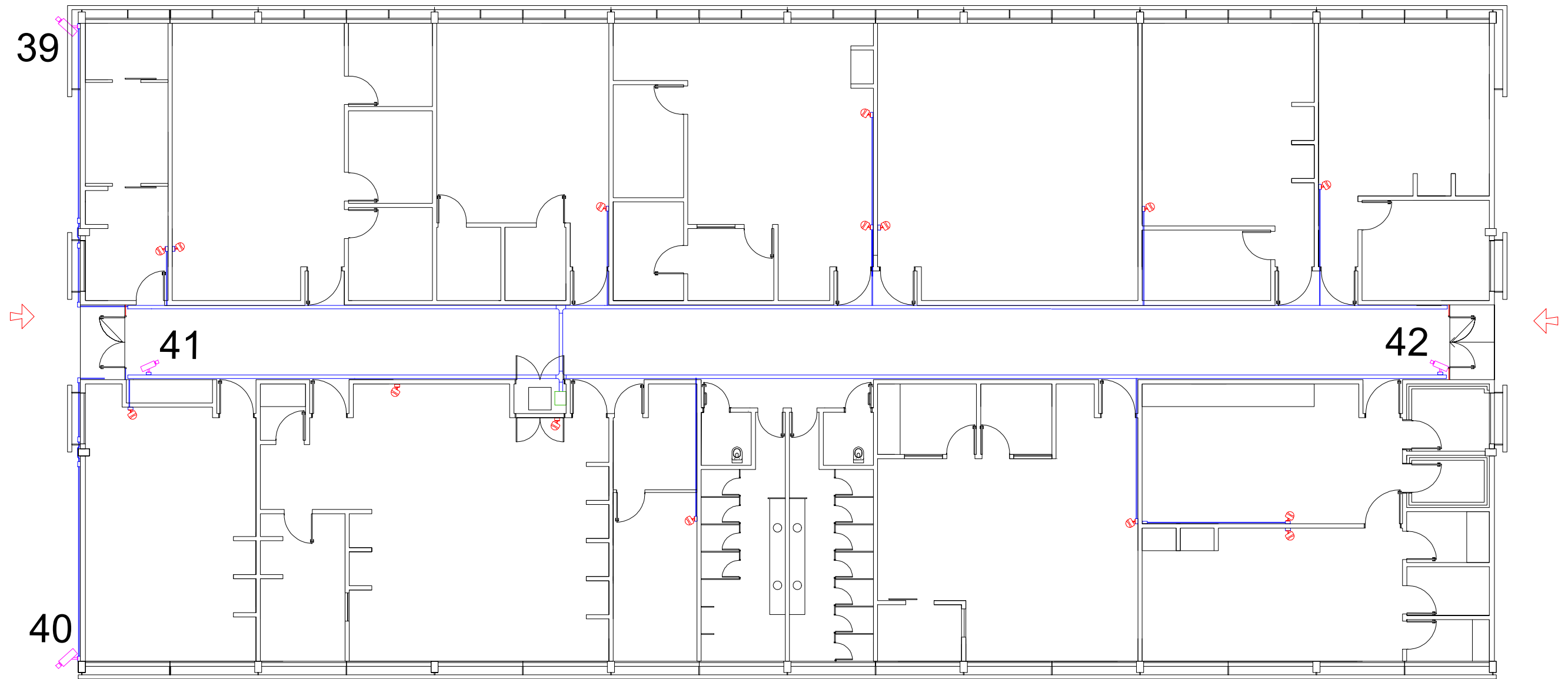
PLANTA BAIXA - LAB 1
ESCALA 1/400

LEGENDA	
	Ponto novo de câmara
	Ponto antigo de câmara
	Sensor de movimento






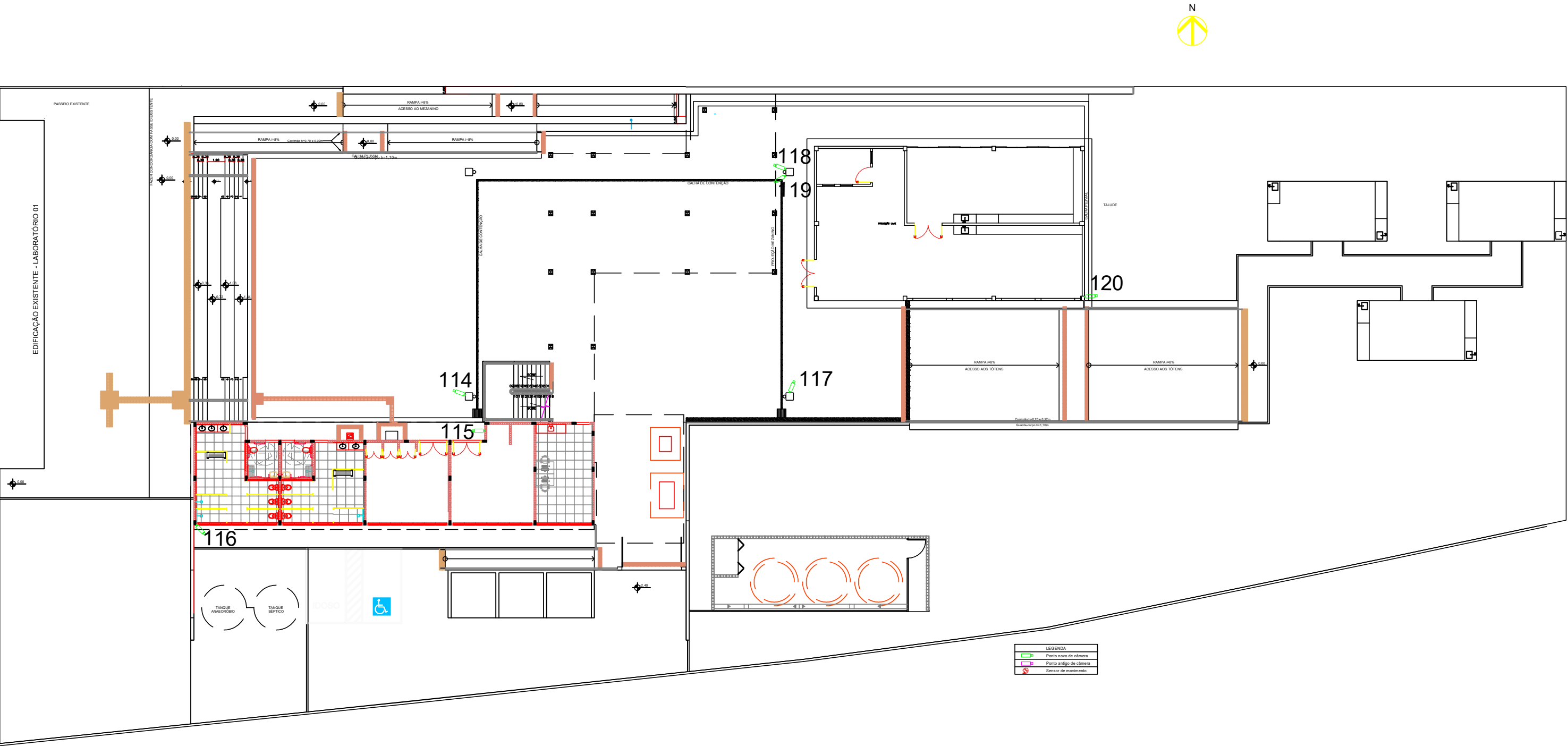
PLANTA BAIXA - LAB 2
ESCALA 1/400

LEGENDA	
	Ponto novo de câmara
	Ponto antigo de câmara
	Sensor de movimento

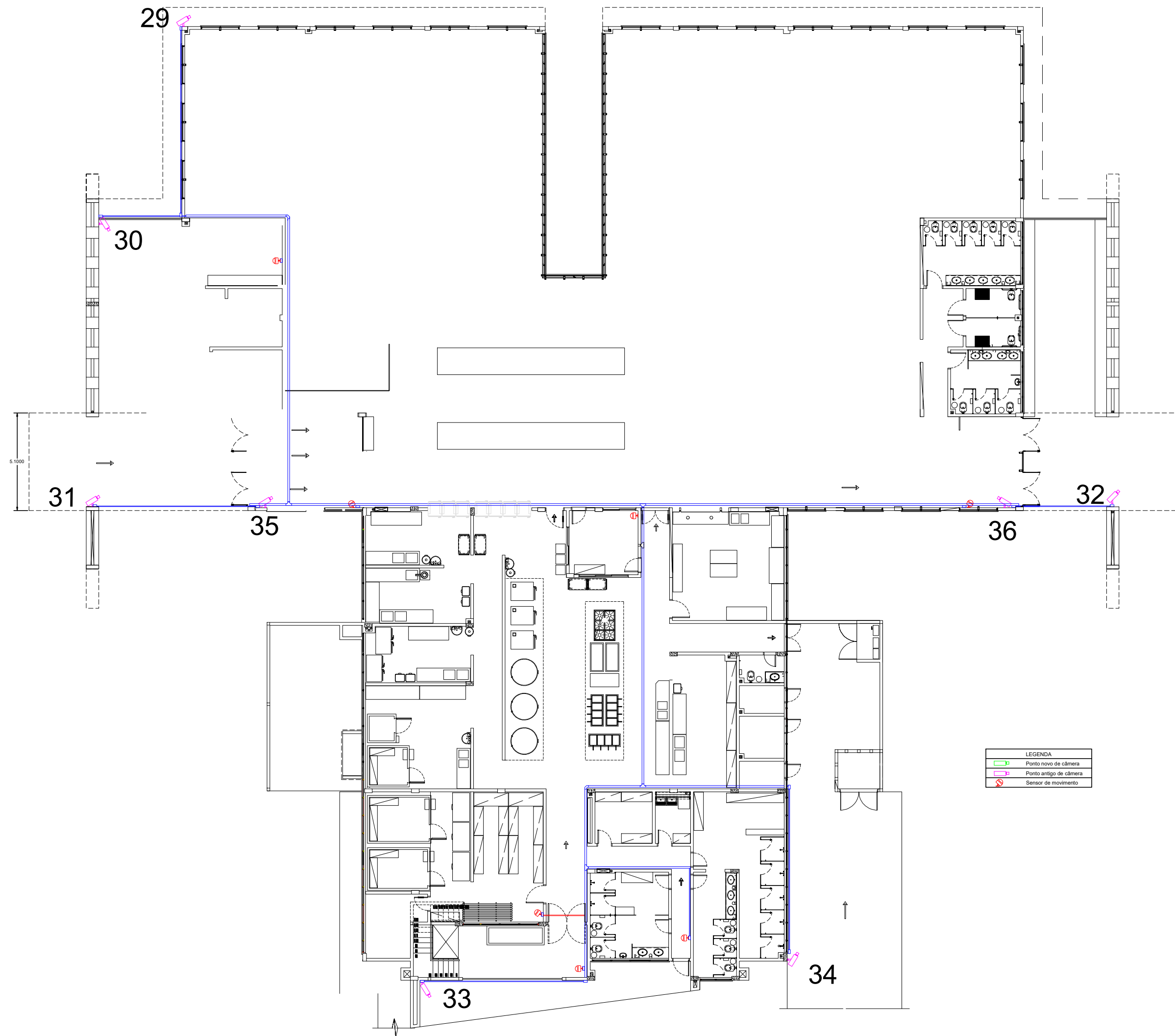


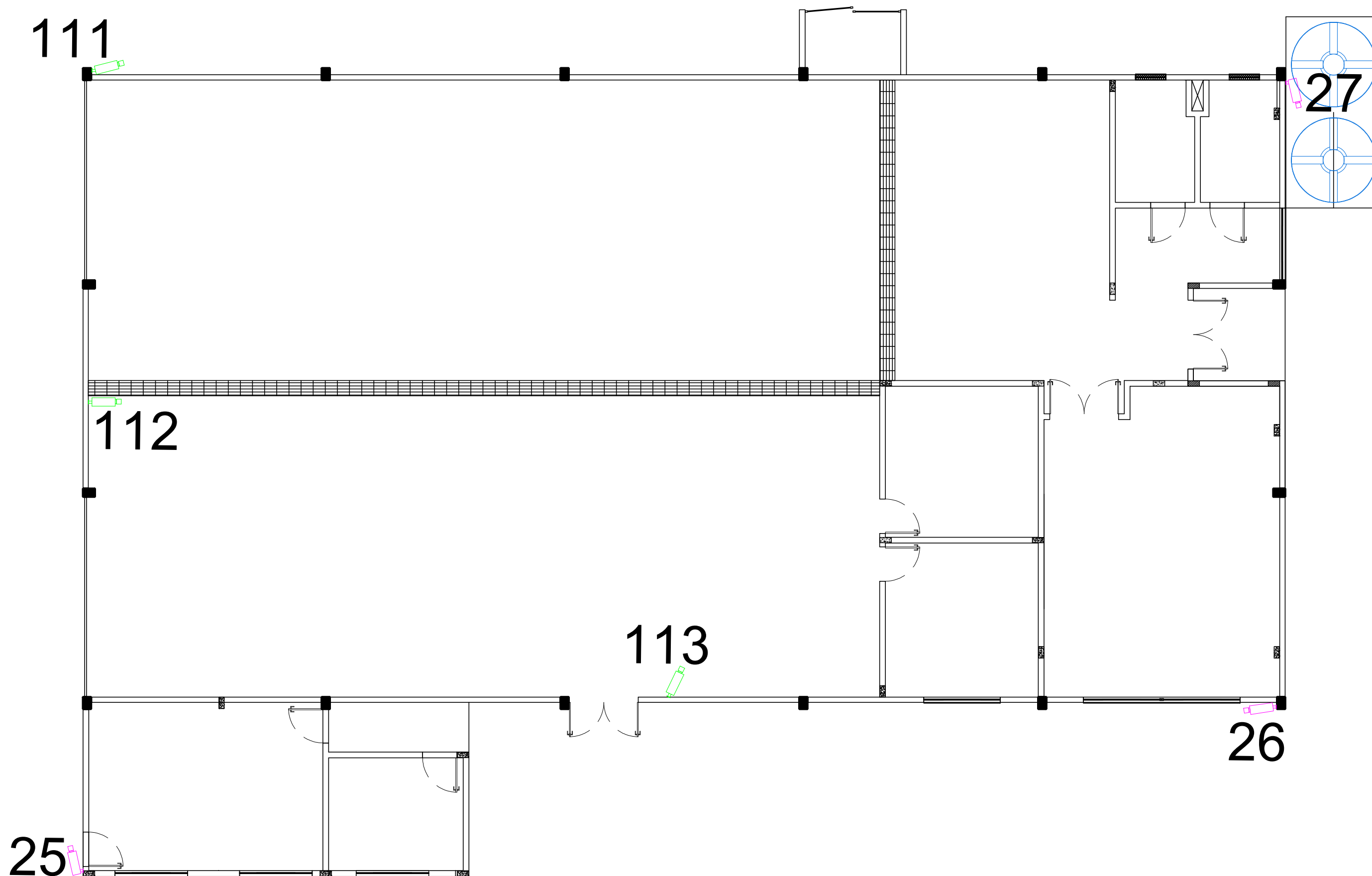
PLANTA BAIXA - LAB 3
ESCALA 1/400

LEGENDA	
	Ponto novo de câmara
	Ponto antigo de câmara
	Sensor de movimento






PLANTA BAIXA CANTEIRO EXPERIMENTAL

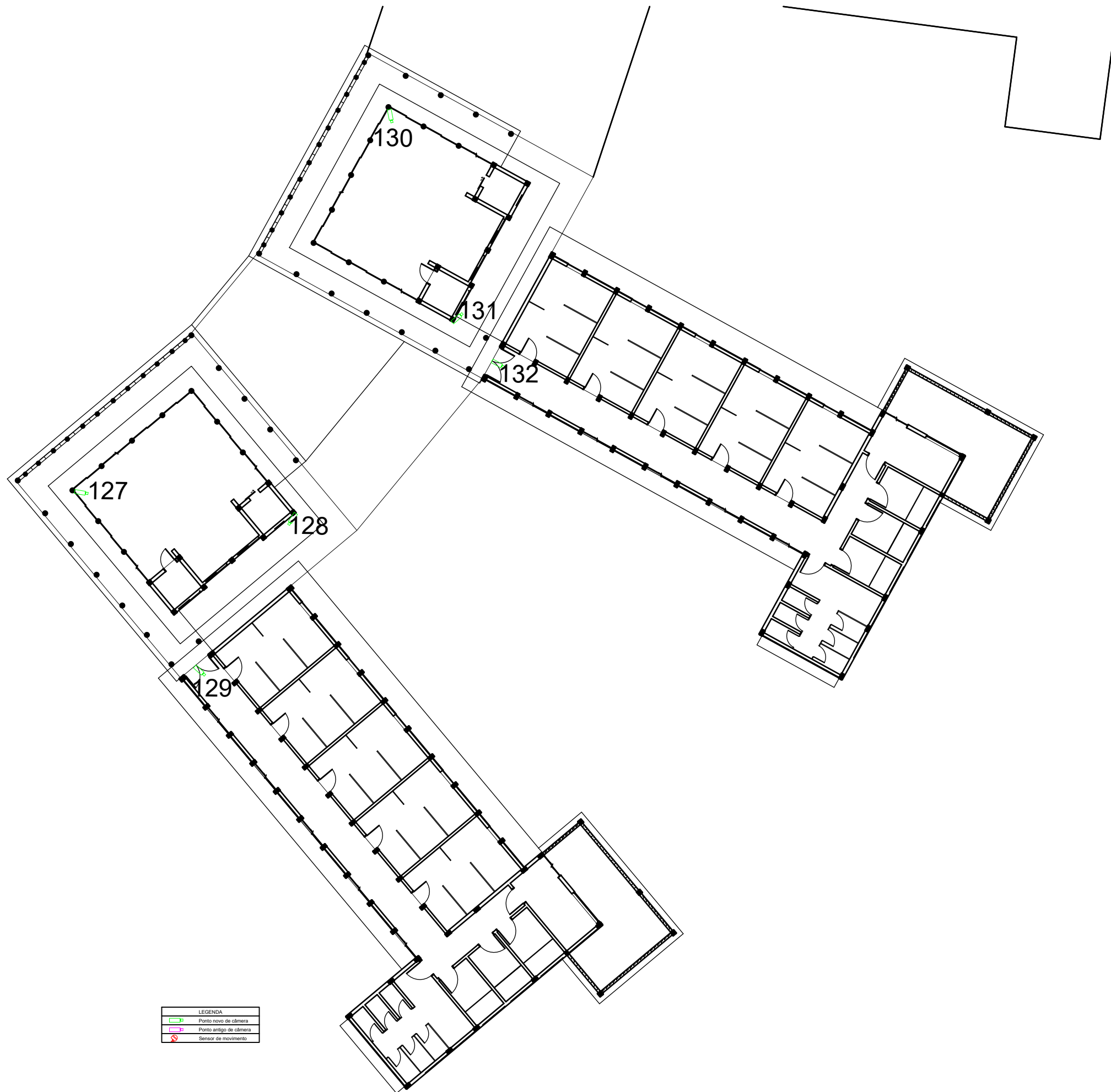




PLANTA BAIXA GALPÃO AGRÍCOLA
Escala 1/250

LEGENDA	
	Ponto novo de câmera
	Ponto antigo de câmera
	Sensor de movimento





LEGENDA	
	Ponto novo de câmara
	Ponto antigo de câmara
	Sensor de movimento

PLANTA BAIXA TÉRREO - CENTRO DE ACOLHIMENTO

ESCALA

Anexo XIV - Tipos de equipamentos por ponto Campus Passo Fundo

Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
1	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-1	Bloco A	1	Interna	Térreo do Bloco A, em frente aos elevadores	Não
2	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-1	Bloco A	1	Externa	Porta de saída do Bloco A, pelo Laboratório de Anatomia.	Não
3	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-1	Bloco A	1	Externa	Porta de saída do Bloco A, pela lateral onde tem as Coordenações	Não
4	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-1	Bloco A	1	Interna	Porta da sala 012 do Bloco A - sala das Coordenações.	Não
5	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-1	Bloco A	1	Interna	Corredor do Laboratório de Anatomia - Bloco A.	Não
6	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-1	Bloco A	1	Interna	Ao lado da porta da sala 017 do Bloco A.	Não
7	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-1	Bloco A	1	Externa	Em frente à porta de entrada principal do Bloco A.	Não
8	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-1	Bloco A	1	Interna	Bloco A - guarda-volumes dos vigilantes, com visibilidade para o c	Não
9	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-2	Bloco A	2	Interna	Primeiro pavimento do Bloco A, em frente à sala 113.	Não
10	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-2	Bloco A	2	Interna	Primeiro pavimento do Bloco A, em frente à sala 116.	Não
11	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-2	Bloco A	2	Interna	Primeiro pavimento do Bloco A, em frente à sala 111.	Não
12	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-2	Bloco A	2	Interna	Primeiro pavimento do Bloco A, em frente à sala 102.	Não
13	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-2	Bloco A	2	Interna	Primeiro pavimento do Bloco A, em frente ao Shaft - sala 117.	Não
14	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-3	Bloco A	3	Interna	Segundo pavimento do Bloco A, em frente à sala 209.	Não
15	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-3	Bloco A	3	Interna	Segundo pavimento do Bloco A, em frente à sala 214.	Não
16	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-3	Bloco A	3	Interna	Segundo pavimento do Bloco A, em frente à sala 207.	Não
17	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-3	Bloco A	3	Interna	Segundo pavimento do Bloco A, em frente à sala 202.	Não
18	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-3	Bloco A	3	Interna	Segundo pavimento do Bloco A, em frente ao Shaft - sala 216.	Não
19	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-4	Bloco A	4	Interna	Terceiro pavimento do Bloco A, em frente à sala 306.	Não
20	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-4	Bloco A	4	Interna	Terceiro pavimento do Bloco A, em frente à porta principal do Au	Não

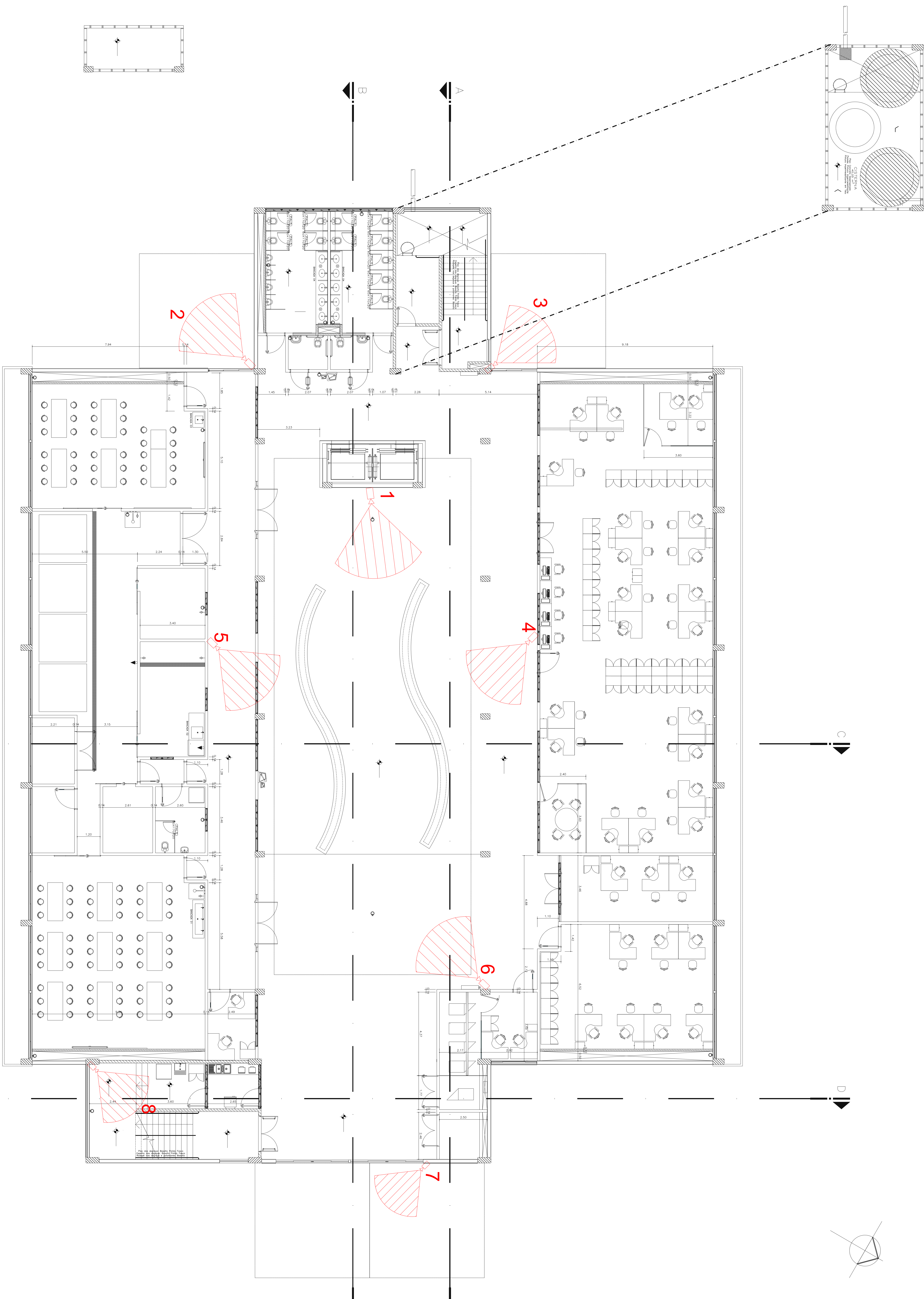
Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
21	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-4	Bloco A	4	Interna	Terceiro pavimento do Bloco A, em frente à sala 310.	Não
22	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-4	Bloco A	4	Interna	Terceiro pavimento do Bloco A, em frente à sala 301.	Não
23	Câmera tipo 1	Não	CAMERAS PASSO FUNDO - BLOCO A-4	Bloco A	4	Interna	Terceiro pavimento do Bloco A, em frente ao Shaft - sala 311.	Não
24	Câmera tipo 3	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Saída do estacionamento Rua Capitão Araújo	Não
25	Câmera tipo 3	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Entrada do estacionamento Rua Capitão Araújo	Não
26	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Portão de pedestres Rua Capitão Araújo	Não
27	Câmera tipo 2	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Estacionamento - entrada após duas fileiras de veículos	Não
28	Câmera tipo 2	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Meio do estacionamento	Não
29	Câmera tipo 2	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Início do estacionamento de motos, próximo ao muro da Polícia F	Não
30	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Ao lado da cobertura dos veículos oficiais	Não
31	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Lateral do Bloco A - ao lado do estacionamento de viatura dos bo	Não
32	Câmera tipo 2	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Meio do paver de passagem de pedestres entre o Bloco A e a Rua	Não
33	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Portão de pedestres Rua Teixeira Soares	Não
34	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Fundos do Prédio Histórico II	Não
35	Câmera tipo 2	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Entre o Bloco A e o Prédio Histórico II	Não
36	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Caixa d'água, com visibilidade para o RU/Cantina.	Não
37	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Caixa d'água, com visibiliade para os Prédios Históricos.	Não
38	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Campus inteiro	1	Externa	Porta do depósito de bens.	Não
39	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo I	1	Externa	Lateral do Anexo I, com visibilidade para a Torre/Castelinho	Não
40	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo I	1	Externa	Lateral do Anexo I, com visibilidade para o Bloco A	Não
41	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo I	1	Externa	Lateral do Anexo I onde tem os banheiros	Não
42	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo I	1	Externa	Lateral do Anexo I onde tem as portas das salas de aula	Não
43	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo II	1	Externa	Lateral do Anexo II com visibilidade para o Prédio Histórico II	Não
44	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo II	1	Externa	Lateral do Anexo II com visibilidade para o Bloco A	Não
45	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo II	1	Externa	Lateral do Anexo II, voltada para a área de vegetação.	Não
46	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo II	1	Externa	Lateral do Anexo II, onde tem a porta de entrada do Anexo.	Não
47	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo III	1	Externa	Frente do Anexo III, na entrada.	Não
48	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo III	1	Externa	Lateral do Anexo III, voltada para a área de vegetação.	Não
49	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo III	1	Externa	Lateral do Anexo III, com visibilidade para a vegetação.	Não
50	Câmera tipo 1	Não	Campus inteiro	Anexo III	1	Externa	Lateral do Anexo III, com visibilidade para o RU/Cantina.	Não
51	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	Anexo III	1	Interna	No teto, bem no meio da Biblioteca.	Não
52	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	Anexo III	1	Interna	No teto, bem no meio da Biblioteca.	Não
53	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	Anexo III	1	Interna	No teto, bem no meio da Biblioteca.	Não

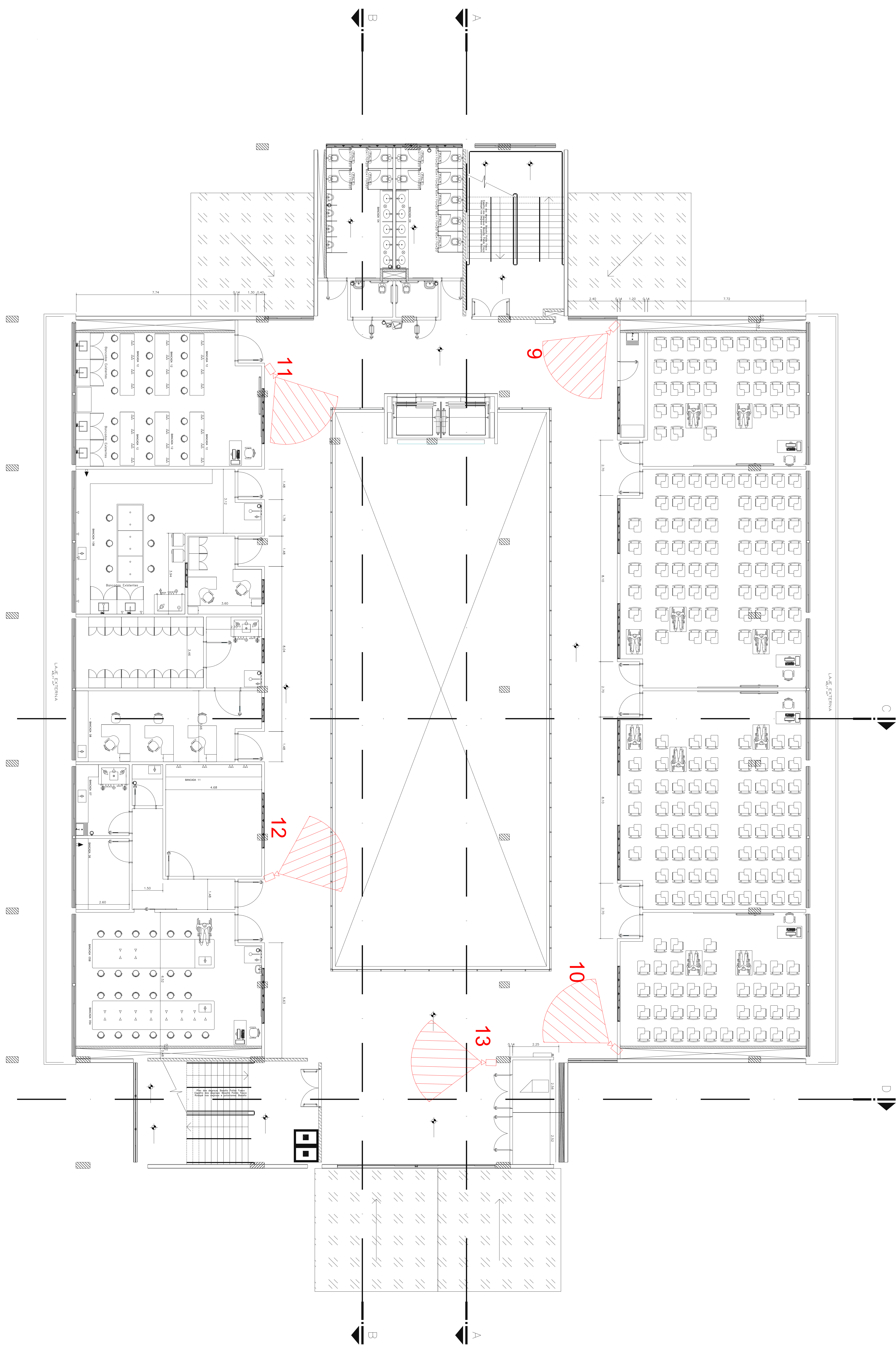
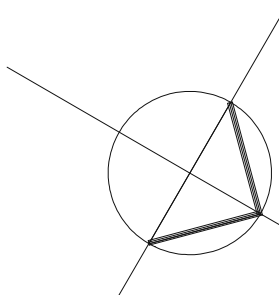
Ponto	Tipo de Equipamento	Ponto novo?	Nome do arquivo com a planta baixa	Bloco	Andar	Interna/Externa	Localização do Ponto	Necessário Poste
54	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	Prédio Histórico I	1	Externa	Em frente ao prédio, com visibilidade ao portão de acesso de am	Não
55	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	Prédio Histórico II	2	Externa	Porta de acesso ao segundo pavimento, pela escadaria de metal.	Não
56	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	Prédio Histórico II	2	Interna	Em frente ao elevador, com visibilidade para as portas das salas a	Não
57	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	Prédio Histórico II	2	Interna	Em frente à copa dos servidores da UFFS, com visibilidade da esca	Não
58	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	1	Externa	Na porta principal de acesso ao RU.	Não
59	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	1	Externa	Na porta dos fundos de acesso ao RU - entrada de serviços.	Não
60	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	1	Interna	No teto, no canto do RU.	Não
61	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	1	Interna	No teto, no canto do RU.	Não
62	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	1	Interna	No teto, no canto do RU.	Não
63	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	1	Interna	No teto, no canto da cantina.	Não
64	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	2	Interna	No teto, no canto da cantina.	Não
65	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	1	Externa	Lateral do RU, com visibilidade para os Prédios Históricos e Caixa	Não
66	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	1	Externa	Lateral do RU, com visibilidade para o alojamento de terceirizado	Não
67	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	1	Externa	Lateral do RU, com visibilidade para a Biblioteca.	Não
68	Câmera tipo 1	Sim	Campus inteiro	RU/Cantina	1	Externa	Lateral do RU, com visibilidade para o Bloco A.	Não

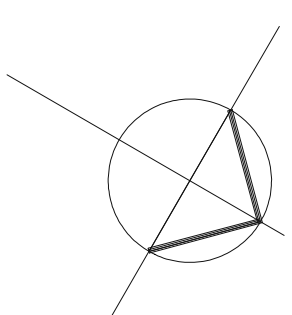
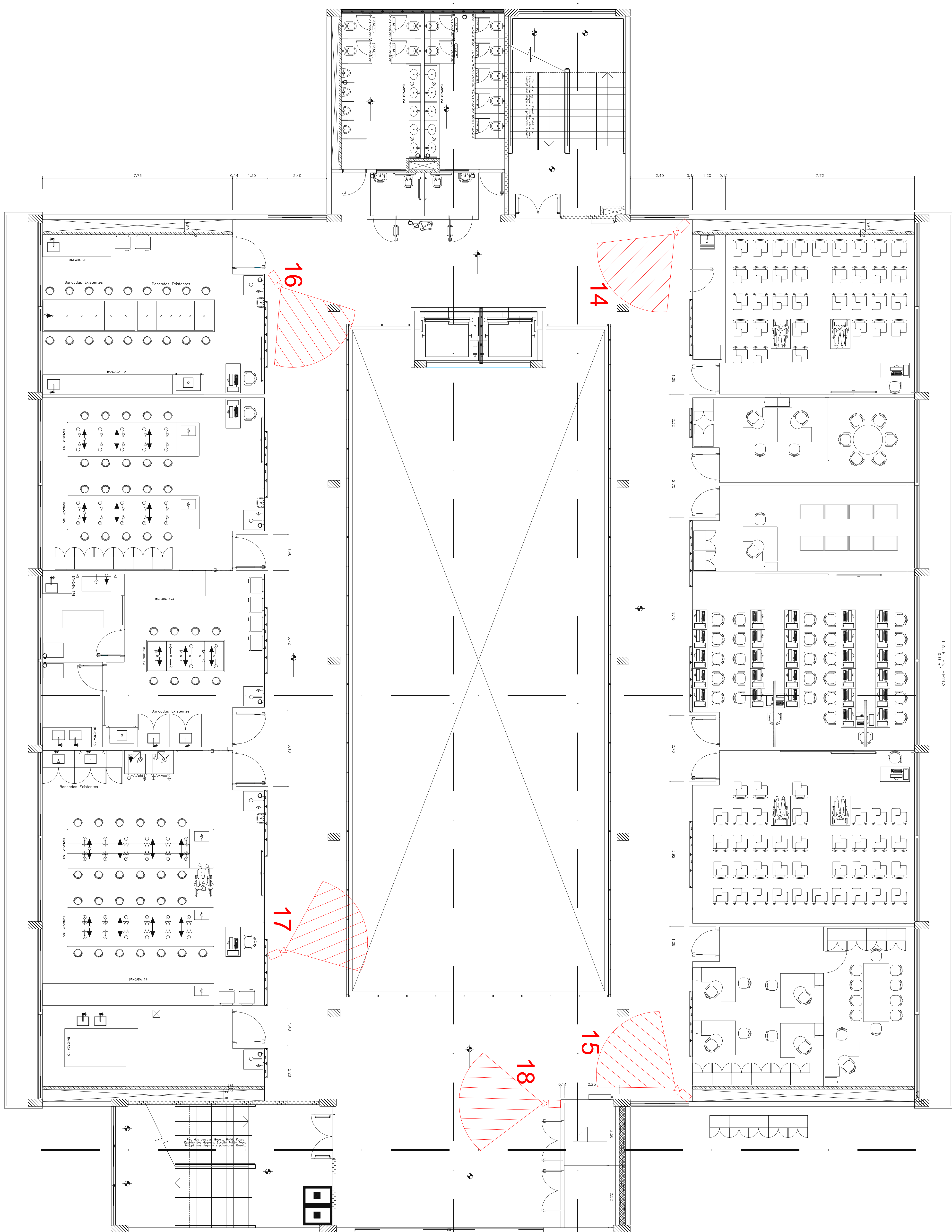
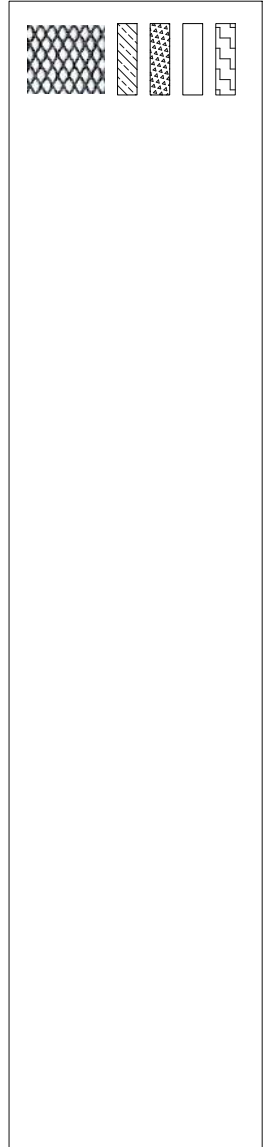
Anexo XV - Locais das câmeras por ponto Campus Passo Fundo

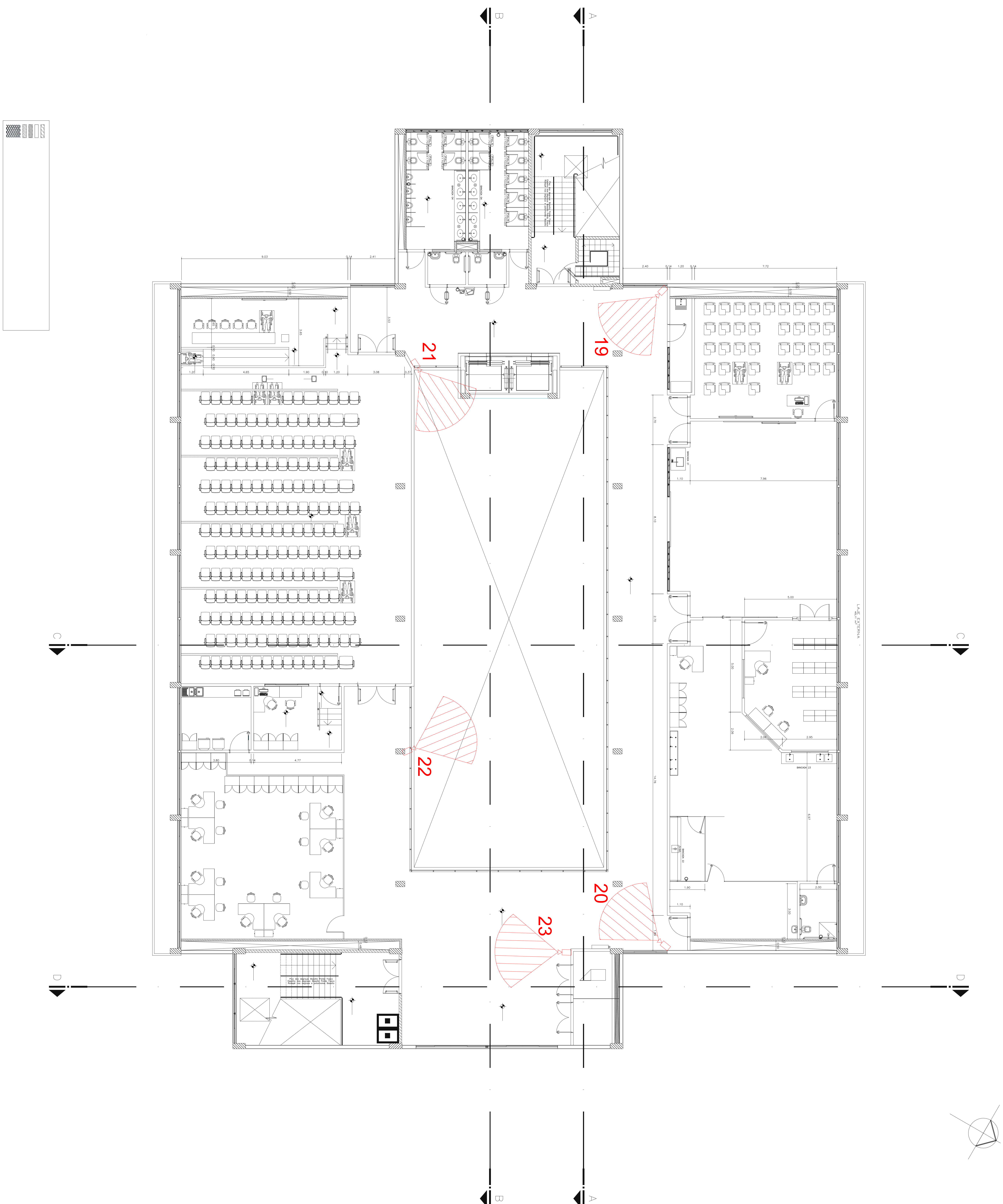
Legend

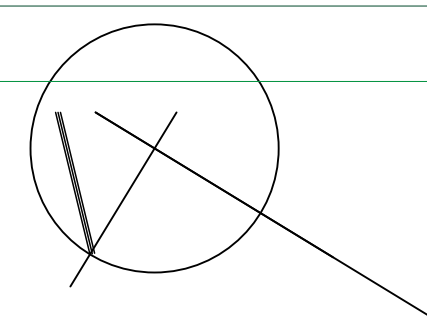
- STAIRS
- TOILETS
- RECEPTION
- OFFICES
- CONFERENCE ROOMS
- RESTROOMS
- LOBBY
- ENTRANCE
- EXIT



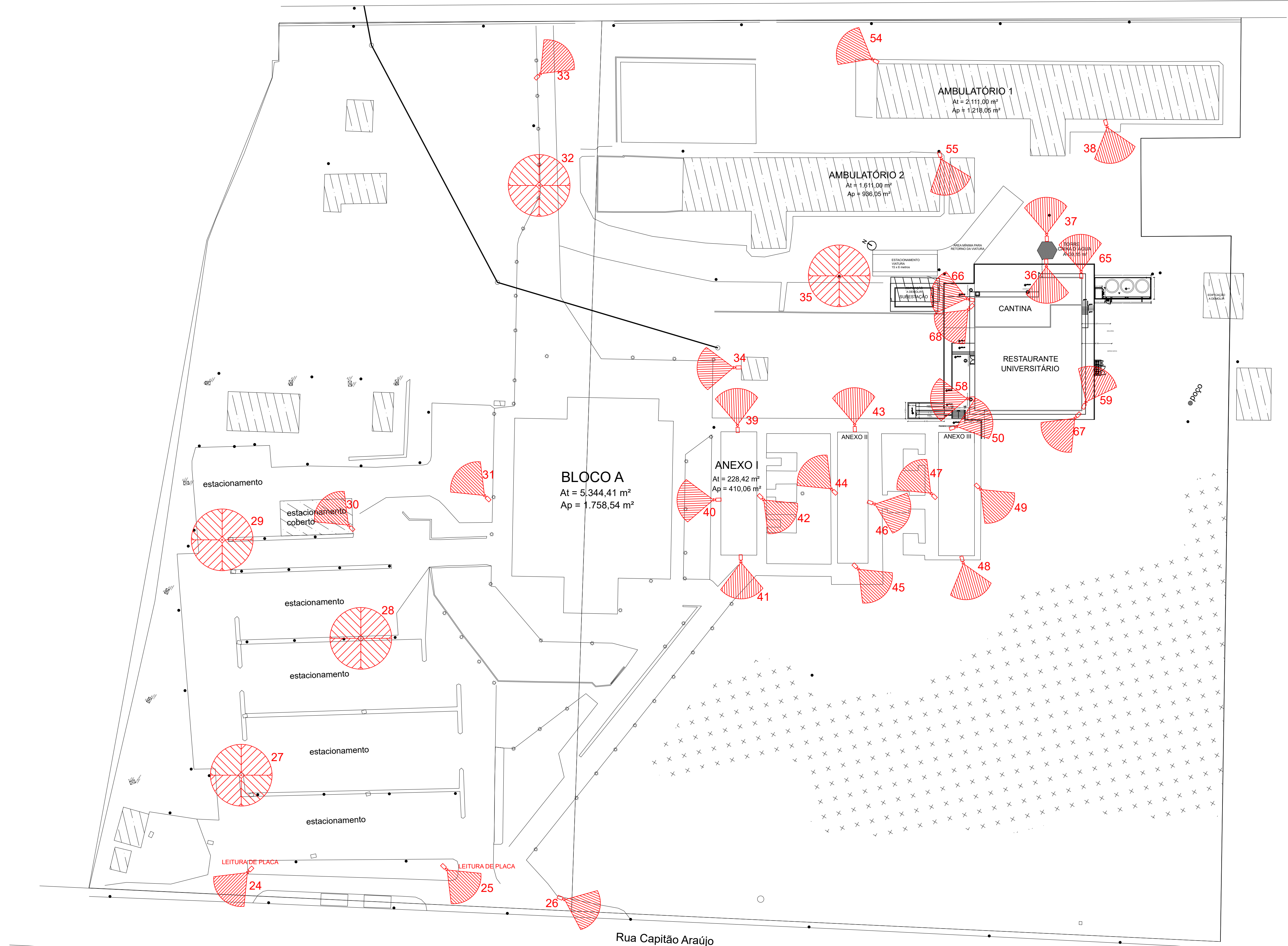








Rua Teixeira Soares

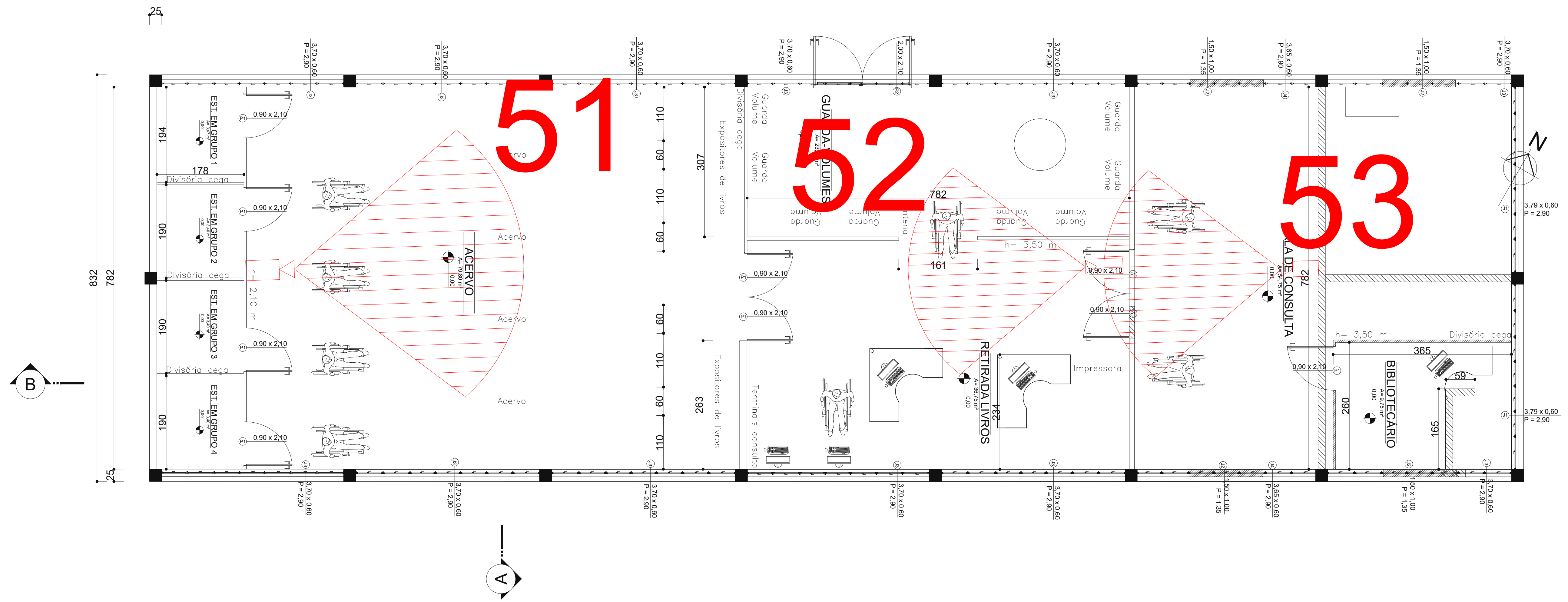


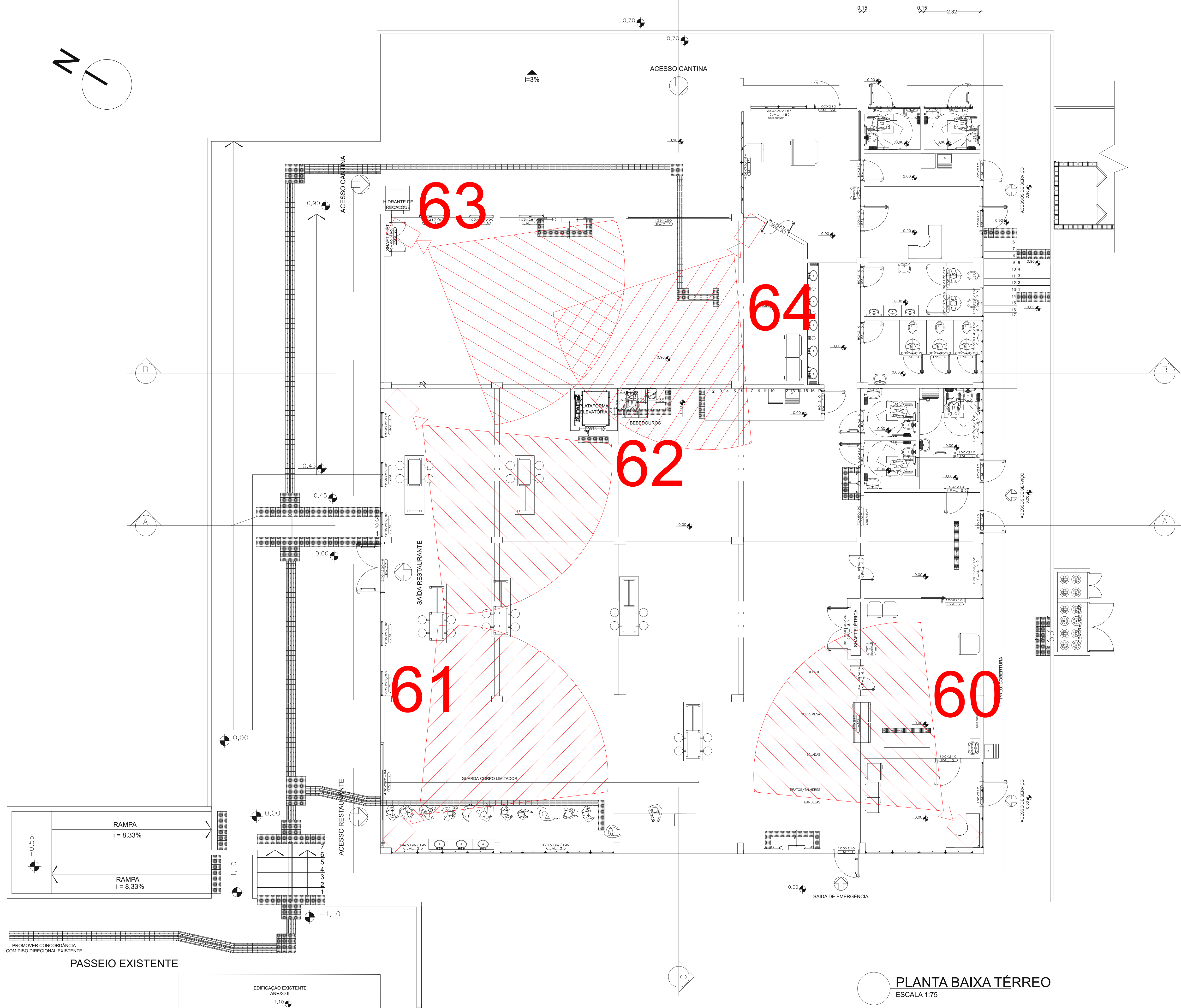
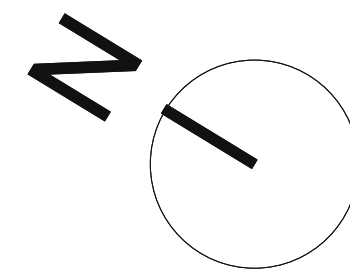
Rua Teixeira de Freitas

Rua Capitão Araújo

Coronel Mostardeiro

ANEXO III





PROMOVER CONCORDÂNCIA
COM PISO DIRECIONAL EXISTENTE

PASSEIO EXISTENTE

EDIFICAÇÃO EXISTENTE
ANEXO III
-1,10

PLANTA BAIXA TÉRREO
ESCALA 1:75

Anexo XVI
- Modelo de
Declaração de
Contratos Firmados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
www.uffs.edu.br

Anexo XVI - Modelo de Declaração de Contratos Firmados

DECLARAÇÃO

_____, (nome da empresa), CNPJ nº _____,
sediada _____ (endereço), por intermédio
de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº 90018/2025,
DECLARA que possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração
Pública:

Nome do Órgão/Empresa	CNPJ do Órgão/Empresa	Endereço do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
				R\$
				R\$
				R\$
Valor total dos Contratos				R\$

Local, ____ de _____ de 2025.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

Anexo XVII
- Modelo de
Declaração de
compromissos
assumidos e
pendentes de
cumprimento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
www.uffs.edu.br

Anexo XVII - Modelo de Declaração de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento

DECLARAÇÃO

_____, (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço), por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº 90018/2025, **DECLARA** que possui os seguintes compromissos assumidos e pendentes de cumprimento que importam em diminuição da disponibilidade de profissionais referido nos incisos I e III do caput do art. 67 da Lei 14133/2021:

Nome do Órgão/Empresa ¹	CNPJ do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Objeto ²	Pessoal técnico necessário para execução

Local, ____ de _____ de 2025.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

1. Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.
2. Descrição sucinta, mas clara o suficiente para verificar eventual diminuição de disponibilidade de pessoal técnico por acúmulo de contratos que exigem mesmo pessoal técnico.

Anexo XVIII -
Modelo de
Declaração de
Regime de
Tributação
Previdenciária



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
www.uffs.edu.br

Anexo XVIII - Declaração de Regime de Tributação Previdenciária

DECLARAÇÃO

_____ (nome da empresa), CNPJ nº _____,
sediada _____ (endereço), por intermédio
de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº 90018/2025,
DECLARA, para os fins do processo licitatório em referência, que:

☐ **É OPTANTE** pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

☐ **NÃO É OPTANTE** pelo regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

Declaramos, ainda, ter pleno conhecimento das regras de transição da Lei nº 14.973/2024 e que os custos futuros da reoneração estão contemplados em nossa proposta, não sendo passíveis de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por este motivo.

Local, ____ de _____ de 2025.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10/2025 - SUADM (10.46.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 10:04)

ADENISE CLERICI
COORDENADOR GERAL - TITULAR
ADM - CL (10.38.05)
Matrícula: ###819#6

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 10:55)

ALESSANDRA BARRETO DOS SANTOS MOSCATO
CHEFE - TITULAR
DGCS (10.46.03.03)
Matrícula: ###481#8

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 13:44)

ALLAN MAIR DE FIGUEIREDO
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO
ASSINFR - ER (10.44.06.05)
Matrícula: ###372#7

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 08:59)

BERTIL LEVI HAMMARSTROM
CHEFE - TITULAR
SUBCGPA - PF (10.43.04.17)
Matrícula: ###181#9

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 09:40)

CARLINE ANDREA WELTER
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ASSGAS - CL (10.38.05.03)
Matrícula: ###076#4

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 14:50)

CESAR AUGUSTO DI DOMENICO
SUPERINTENDENTE - TITULAR
SUADM (10.46.03)
Matrícula: ###436#4

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 10:58)

DAIANE TRUYLIO
ADMINISTRADOR
ASSGAS - ER (10.44.06.03)
Matrícula: ###575#7

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 10:24)

DOMINGOS ROQUE PAVAN
ADMINISTRADOR
ASSGAS - ER (10.44.06.03)
Matrícula: ###065#7

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 13:48)

ERIVALDO DE CARLI
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO
ASSGAS - CL (10.38.05.03)
Matrícula: ###674#3

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 10:42)

FRANCESCO JURINIC
TECNICO EM ELETROTECNICA
ASSINFR-CL (10.38.05.05)
Matrícula: ###244#4

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 09:07)

JULIANA ANA CHIARELLO
ENGENHEIRO-AREA
ASSINFR - ER (10.44.06.05)
Matrícula: ###643#0

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 09:19)

LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ASSGAS - CL (10.38.05.03)
Matrícula: ###514#6

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 09:38)

LUANA INES DAMKE
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ASSGAS - CL (10.38.05.03)
Matrícula: ###077#3

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 09:01)

LUCIANO DE WALLAU
ADMINISTRADOR
ASSGAS - CL (10.38.05.03)
Matrícula: ###953#6

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 13:04)

PAULO ROBERTO HENDGES
ENGENHEIRO-AREA

ASSINFR-CL (10.38.05.05)
Matrícula: ###483#5

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **10**
, ano: **2025**, tipo: **F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **22/08/2025** e o código de verificação:
ff848e7945